

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

José Guilherme Rodrigues da Silva

ROMA E A REPRESENTAÇÃO DE DOMÍNIO DO MUNDO
NO CONTEXTO DAS GUERRAS PÚNICAS:
UMA LEITURA DAS *HISTÓRIAS*, DE POLÍBIO

VITÓRIA
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

José Guilherme Rodrigues da Silva

ROMA E A REPRESENTAÇÃO DE DOMÍNIO DO MUNDO
NO CONTEXTO DAS GUERRAS PÚNICAS:
UMA LEITURA DAS *HISTÓRIAS*, DE POLÍBIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para receber o grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas, sob a orientação do Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva.

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586r Silva, José Guilherme Rodrigues da, 1961-
Roma e a representação de domínio do mundo no contexto das guerras púnicas : uma leitura das *Histórias* de Políbio / José Guilherme Rodrigues da Silva. – 2010.
193 f.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Políbio. 2. Identidade social. 3. Representações sociais. 4. Guerras púnicas. 5. Cartago (Cidade extinta). 6. Roma. 7. Roma - História - República, 265-30 A.C. I. Silva, Gilvan Ventura da, 1967-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JOSÉ GUILHERME RODRIGUES DA SILVA

Roma e a representação de domínio do mundo no contexto
das Guerras Púnicas:

Uma leitura das *Histórias*, de Políbio

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Professora Doutora Cláudia Beltrão da Rosa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professor Doutor Sergio Alberto Feldman
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Antonio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais.
Aos meus irmãos.
Aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Doutora Adriana Pereira Campos, como diria Políbio, pela oportunidade, arquitetada por *týkhe*, de me colocar em contato com meu orientador. As coisas começaram assim. Agradeço também ao Professor Doutor Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Línguas e Letras da UFES, pela tradução de uma passagem dos fragmentos do *De bello Carthaginensi*, de Catão. Ao meu chefe, Roberto Bonora, pela oportunidade e pela confiança. Isso foi fundamental. Aos amigos e amigas que, ao longo do meu caminho no Mestrado, leram os textos que escrevi – e criticaram. À minha mulher, Ivana, por segurar a barra, e ao meu enteado, Lucas, por me compreender – bastante. Aos meus colegas de Mestrado, pelos bate-papos e cervejas que tivemos, e que ainda teremos mais. Ao meu orientador, o Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva, pela grande oportunidade – enorme –, pela orientação – sempre presente –, e, acima de tudo, por aceitar um geólogo que caiu meio de pára-quadras na História. Por fim ao meu pai, por me colocar no rumo das letras e dos livros.

Resumo

No período das Guerras Púnicas ocorre uma mudança fundamental na história de Roma. A nobreza romana, antes detentora do domínio na esfera da Península Itálica, torna-se representante da principal potência no Mediterrâneo. Mas nesse período surgem, igualmente, mudanças na forma em que essa nobreza expressa o poder – em seu posicionamento político perante outros povos – e no conceito do que é ser romano. Nosso estudo procura demonstrar essas mudanças de comportamento e idéias como resultantes do processo de produção da identidade e da representação romanas de domínio do “mundo”, processo gerado pelas inter-relações entre romanos e cartagineses naquele período. A fonte textual para o estudo é a obra de Políbio, as *Histórias*, o relato mais antigo e próximo dessas guerras que chegou aos nossos dias. Analisamos a fonte a partir da perspectiva da transmissão histórica de significados e da apreensão destes em símbolos que expressam, através de ações, comportamentos e atitudes transcritas por Políbio, assim como das interpretações e opiniões do historiador grego, as disposições e motivações dos indivíduos e grupos presentes na obra. De acordo com nossa análise, as interações entre romanos e cartagineses no período das Guerras Púnicas foram responsáveis, tanto pela produção daquela identidade e representação de domínio “mundial”, quanto da alteridade em relação aos cartagineses – posto que a identidade é dependente da marcação da diferença –, alteridade simbolizada na figura de Aníbal, percebido como a reificação de Cartago. Em outras palavras, com as Guerras Púnicas, a realidade, da forma que era percebida pelos romanos, se transforma. Portanto, aquelas interações geraram uma nova forma de agir nos romanos: as atitudes romanas ante outros povos passam a traduzir um discurso altamente impositivo, que exprime a nova visão romana do “mundo” como dominado. O estudo permitiu também observar que o início da dissensão interna à *nobilitas* romana, após a Segunda Guerra Púnica, foi devido em parte a essa mesma produção de identidade e representação de domínio sobre o “mundo”.

Abstract

During the period of the Punic Wars a fundamental change in Roman history occurred. The Roman nobility, once dominant in the Italic Peninsula, becomes the greatest Mediterranean power. But in the same period the way power is expressed by that nobility – in its political positioning before other people – and the concept of what is to be a Roman change. This study tries to demonstrate that this behaviour and conceptual changes were a result of the production process of “world” domination identity and representation, process generated by the interrelationships between Romans and Carthaginians in that period. The textual source for the study is the work of Polybius, the *Histories*, the oldest contemporaneous narrative of the Punic Wars we have today. The analysis of the source was made by the perspective of the historic transmission of significances, and the apprehension of those significances as symbols which expresses through the actions, behaviours and attitudes transcribed by Polybius, as long as the opinions and interpretations of the Greek historian, individual and group – as they are part of the narrative – dispositions and motivations. According to this analysis the interrelations between Romans and Carthaginians during the Punic Wars were responsible for that production of identity and representation of “world” domination, and “otherness” regarding the Carthaginians – as the identity depends on the difference –, “otherness” symbolized on Hannibal, perceived as the reification of Carthage. In other words, during the Punic Wars the way reality was perceived by the Romans changed. Therefore, those interactions generated a new way of Roman acting: their attitudes before other people translate a highly imposing discourse which expresses the new Roman imaging of the “world” as dominated. Other result provided by this study is that the beginnings of the dissention inside the Roman nobility occurred after the Second Punic War, partly because of the same production of identity and representation of the “world” as a Roman dominion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – 1

CAPÍTULO I

UM GREGO ENTRE ROMANOS – 18

UMA BREVE BIOGRAFIA – 19

AS *HISTÓRIAS* E SUA TRADIÇÃO MANUSCRITA – 22

ESTRUTURA E CONTEÚDO DA OBRA – 26

O TEMA DAS *HISTÓRIAS* – 26

A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DOS LIVROS – 29

POLÍBIO E A HISTÓRIA PRAGMÁTICA – 34

AS FONTES DE POLÍBIO – 42

A HISTÓRIA DE “TODO O MUNDO HABITADO” – 46

POLÍBIO COMO INTERLOCUTOR ROMANO – 50

CAPÍTULO II

ROMA E CARTAGO: potências em conflito – 59

ROMA – 59

CARTAGO – 66

O TEMPO DAS GUERRAS PÚNICAS – 68

OS TRATADOS ENTRE ROMA E CARTAGO – 74

CAPÍTULO III

OS SENHORES DO MUNDO – 83

OS ROMANOS COMO DOMINADORES DO MUNDO – 86

A SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A CONSTITUIÇÃO ROMANA – 90

DOMÍNIOS EM DEFINIÇÃO – 94

A SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A CRISE DO SISTEMA DE DOMÍNIO ROMANO – 107

Aníbal e a representação romana dos cartagineses – 115

A eliminação da crise – 124

O “MUNDO” COMO DOMÍNIO ROMANO – 134

O CONTROLE SOBRE A *OYKOUMÉNE* E A CISÃO DA *NOBILITAS* – 149

CONSIDERAÇÕES FINAIS – 166

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – 174

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA – 174

BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL – 175

OBRAS DE APOIO – 178

ANEXO

OBSERVAÇÕES SOBRE CERTAS PASSAGENS DAS *HISTÓRIAS* TRADUZIDAS
PARA O PORTUGUÊS – 190

INTRODUÇÃO

I

Nesta dissertação nos propomos demonstrar como os romanos passaram a se perceber como senhores do mundo. O período recortado é o correspondente às Guerras Púnicas, de 264 a 146 a.C., marcado pela delimitação não muito precisa, ou pela caracterização difusa das fronteiras culturais na região do Mediterrâneo. Essas fronteiras são observadas na literatura especializada principalmente quanto às difusões culturais características do helenismo, as quais são mais fortes a partir do final do século IV e início do século III a.C. O surgimento de Roma como nova potência no quadro político do Mediterrâneo, a partir de meados deste último século, e a vitória romana na Segunda Guerra Púnica, no final do mesmo século, abrem para os romanos a possibilidade da conquista de um império, o qual seria, em relação ao Mediterrâneo Oriental, segundo Dvornik (1966, p. 454-455), herdeiro das dinastias formadas após as conquistas de Alexandre¹. Frente às mudanças no quadro político e nas relações de poder na área do Mediterrâneo no período, as tendências às trocas culturais são estudadas, ou analisadas, normalmente, sob a ótica da expansão da cultura grega, denominada de helenismo, ou helenização, ou sob a ótica da expansão da cultura romana, caso em que a expansão é denominada de romanização. Mas essas abordagens sugerem uma via de mão única para as interações culturais: o helenismo significaria uma tendência à adoção de padrões culturais originalmente gregos – incluindo heranças culturais do Oriente Próximo – e a romanização significaria a tendência à adoção de padrões culturais originalmente romanos – incluindo heranças culturais das interações entre romanos e outros povos da Península Itálica, notavelmente os etruscos. Estas abordagens obliteram justamente as relações de troca e as nuances que resultam em cada caso particular, mesmo onde existiu a predominância de um modelo cultural sobre outro durante interações específicas (van Dommelen; Terrenato, 2007, p. 7-10)². Como afirma Barth (2000, p. 109), todas as culturas são “um conglomerado resultante de acréscimos diversificados”.

¹ Consideramos nessa dissertação que o Mar Adriático é o limite geográfico entre o oeste e o leste do Mediterrâneo.

² Sobre a discussão da “romanização”, é importante o capítulo introdutório da publicação de van Dommelen e Terrenato (2007, p. 7-10) sobre as interações entre as diferentes culturas do ocidente mediterrânico e a da Roma Republicana, em termos da persistência, da transformação ou do desaparecimento das tradições culturais de cada região.

É, portanto, fundamental tentar compreender o quanto outras culturas, por exemplo, a púnica, contribuíram para essa mescla cultural, posto que as inter-relações culturais pressupõem trocas, não apenas absorções de uma mesma cultura por outra.

Considerando as observações acima, as inter-relações culturais entre as sociedades romana e grega, e o papel dessas inter-relações na construção da identidade romana frente ao helenismo, são bastante abordadas nos estudos sobre o período republicano romano (por exemplo, Grimal, 1975). Porém, análises das inter-relações entre Roma e Cartago e dos resultados dessas interações em termos da formação da identidade romana durante as Guerras Púnicas, ou seja, durante os primeiros tempos das conquistas do que viria a ser o Império Romano, não são do nosso conhecimento. Alguns trabalhos têm evidenciado as relações de alteridade existentes entre as sociedades greco-romana e as próximo-oriental e púnica (Aubet, 2001, p. 3 e ss.; Prag, 2006, p. 17-19; López Castro, 2007, p. 120-121), mas não analisam o papel da alteridade como complementar à produção da identidade romana no intervalo de tempo aqui recortado.

Antes, precisamos entender a cultura, não como troca, absorção ou difusão, de padrões estéticos, mas como um sistema de símbolos significantes através dos quais os seres humanos organizam a vida, os quais são “construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” (Geertz, 1989, p. 150, 2008b, p. 186, 2008c, p. 115-116, 127, 132, 138-141)³.

Portanto, entendemos nossa proposta de pesquisa como de interesse histórico, pois põe em evidência um tema – a importância das inter-relações entre romanos e cartagineses na formação da identidade e da representação romanas – cujo exame não tem sido muito observado na literatura, pelo que pudemos verificar em nossa pesquisa. O período das Guerras Púnicas como palco para a análise é crítico, posto que representa o momento em que as interações entre romanos e cartagineses são intensas. Cartago é, durante mais de cem anos, a grande inimiga de Roma, caracterizando-se assim como objeto e foco principal e direto para as definições e categorizações de pertencimento e de alteridade que vão definir as representações romanas do mundo.

³ A citação é de Geertz (1989, p. 150), mas a idéia está contida nas três obras do autor (Geertz, 1989, 2008b, 2008c).

II

Como documentação primária impressa utilizamos as *Histórias*, de Políbio, um grego que escreveu sobre sua história contemporânea, sua história do tempo presente, e que buscou, para sua construção, razões históricas no passado, razões que mostravam o porquê da ascendência da sociedade romana à qualidade de detentora de um império no Mediterrâneo. A partir desses argumentos, Políbio procurou mostrar aos seus contemporâneos gregos a inutilidade da contraposição aos romanos (Walbank, 1990, p. 3-6). A obra de Políbio, que abrange exatamente a época em questão, é, entre os documentos mais antigos, o mais completo sobre as Guerras Púnicas que sobreviveu até nossos dias (Marques, 2007, p. 45-46). Trabalhamos com as traduções das *Histórias*, diretas dos manuscritos, feitas para as coleções da *Loeb Classical Library* e das *Universités de France*. Ambas oferecem, junto com a língua moderna (em inglês e francês, respectivamente), o texto dos manuscritos em grego, de acordo com seu estabelecimento em cada edição. Utilizamos também a única tradução de Políbio em Língua Portuguesa, feita por Kury (1985). Contudo, como Kury publicou apenas uma seleção de partes da obra e não incluiu o texto em grego, escolhemos trabalhar com essa edição apenas como um auxílio, um guia nas passagens traduzidas para o português no corpo da dissertação, além de utilizá-la em nossos comentários sobre a obra do autor grego.

As *Histórias* são divididas em quarenta livros, dos quais apenas os cinco primeiros alcançaram nossos dias praticamente inteiros. Dos demais sobraram apenas fragmentos preservados em citações de autores posteriores da Antiguidade e em papiros. Os livros XVII, XIX, XXXVII e XL, perdidos, não estão incluídos em nenhum documento conhecido (Kury, 1985, p. 34-36).

O tema principal das *Histórias* é a ascendência dos romanos ao poder no Mediterrâneo, e o recorte temporal corresponde aos acontecimentos do período compreendido entre o início da Segunda Guerra Púnica, em 218 a.C., e o evento da captura de Corinto, em 146 a.C., pelos romanos. Porém, Políbio começa a narrativa a partir da eclosão da Primeira Guerra Púnica, em 264 a.C., demorando-se nos dois primeiros livros com os acontecimentos desde esta data até o início da Segunda Guerra Púnica. Uma característica importante da obra, segundo o próprio Políbio (I,3.3-3.5), é a ruptura com o padrão de narrativa histórica vigente até então, que tratava apenas de eventos ocorridos em regiões específicas. Políbio pretendeu escrever uma história

mundial, pois, relatando os fatos que levaram à conquista romana do mundo mediterrâneo, que definia como domínio “de todo o mundo habitado”, suas *Histórias* deveriam estar na mesma escala dos eventos que pretendeu contar (I,4.1-4.5). Além disso, como observa Kury (1985, p. 34), a obra é pragmática, voltada para o público de sua época, e de caráter essencialmente político e militar. Kury (1985, p. 35) afirma ainda que Políbio teve também uma preocupação dominante com a busca das causas dos fenômenos que tratava, tomando cuidado com os fatos e seu encadeamento. Essas características conferem às *Histórias* o lugar de “um dos grandes monumentos da historiografia” de todos os tempos (Kury, 1985, p. 35), e identificam a obra como a fonte textual mais importante para o período abrangido por nossa pesquisa.

Em certas situações, achamos por bem incluir passagens de outros autores antigos, como Tito Lívio, Catão e Ênio, o primeiro para ajudar na compreensão do contexto histórico de alguns dos fragmentos das *Histórias*, e os dois últimos, contemporâneos de Políbio, nos casos em que os textos desses autores romanos exemplificam as representações romanas que procuramos discernir nas *Histórias*.

III

A busca, na obra de Políbio, por construções romanas de identidade e representação do mundo, a partir de suas relações com os cartagineses, é um desafio importante. Para isso, temos que, primeiramente, fazer algumas observações quanto ao método histórico de nosso autor.

A tradição historiográfica de Políbio é herdeira de Tucídides⁴, segundo o qual o passado era inteligível a partir do presente por que a situação política contemporânea encontrava suas raízes no passado, e a observação direta, o testemunho, era o método mais seguro na pesquisa histórica (Walbank, 1990, p. 40-42, 58; Momigliano, 2004, p. 71-72, 75-76). Essa tradição, na visão de Caire-Jabinet (2003, p. 12-16), forneceu as bases do método historiográfico ocidental, pois afastando os insumos mitológicos, está baseada na análise crítica de uma documentação variada. Porém, é uma análise que,

⁴ Segundo Walbank (1990, p. 40) e Pédech (2003, p. xix) – e considerando que possuímos hoje apenas parte das *Histórias* –, apenas uma vez Políbio cita Tucídides (VIII, 11.3). A citação, porém, não é específica sobre a obra de Tucídides, mas apenas circunstancial, sobre o fato de Teopompo, o qual Políbio critica (VIII,9.1-11.8), começar sua história a partir do final da obra de Tucídides. Seja como for, Pédech (2003, p. xix) afirma que Políbio conhecia pouco da obra de Tucídides, não se preocupando em comentá-la, talvez por achá-la antiquada – o mesmo vale, segundo Pédech (2003, p. xix), para Heródoto e Xenofonte. Porém, Walbank (1990, p. 40-43), discorda, comentando passagens das *Histórias* onde a tradição historiográfica de Tucídides está, apesar de implícita, evidente.

devemos compreender, difere totalmente do que entendemos hoje como análise histórica crítica. Caire-Jabinet, nesse caso, comenta apenas a dissensão entre Tucídides, seus herdeiros historiográficos, e aqueles que adotavam também a mitologia como fonte para a História⁵. Devemos, então, entender em que se baseava a análise no método historiográfico de Políbio.

Como bem observa Mendes (1988, p. 7), os historiadores da Antiguidade não tinham o rigor analítico que possuem os historiadores atuais. Aqueles eram homens geralmente ligados à política e se restringiam, em seus textos, a esse tema, sendo que o discurso histórico era produzido no âmbito da retórica, diferindo, portanto, suas regras daquelas do discurso histórico atual (Joly, 2007, p. 8)⁶. Bloch nos ensina que a análise crítica das fontes históricas, ou a crítica histórica, teve seus primórdios intelectuais em meados do século XVII⁷. Antes desse período, o próprio termo "crítica", nas palavras de Bloch, não significava mais que um critério de opinião (Bloch, 1953, p. 82-85). Joly, apesar de estender até o século XVIII as semelhanças entre autores antigos e modernos⁸, concorda com Bloch quando comenta que apenas a partir do século seguinte, na Europa, a crítica documental passou a ser a metodologia adotada (Bloch, 1953, p. 85-87; Joly, 2007, p. 8).

A tradição historiográfica com a qual estamos lidando nessa dissertação é, na realidade, uma tradição que trabalha os dados a partir de critérios de exame calcados no senso comum. É basicamente narrativa e as análises, normalmente relativas à causa dos acontecimentos, são calcadas em testemunhos, por vezes na participação do autor nos eventos narrados, e permeadas de juízos de valor. Tucídides, por exemplo, faz juízos de caráter sobre os contendores atenienses e peloponésios, segundo Magalhães (2007, p. 18-29). Podemos ilustrar esse modelo de exame das causas a partir de critérios de opinião com o texto de Políbio:

⁵ O próprio Tucídides, segundo Magalhães (2007, p. 15), alerta que sua obra não contém elementos míticos, e Políbio censura autores anteriores que utilizavam, em sua narrativa, o recurso a fábulas, milagres e aparições divinas (Magalhães, 2007, p. 15; Pédech, 2003, p. xix-xx).

⁶ Políbio, apesar de político e de escrever uma obra principalmente voltada para assuntos de política, reserva parte das *Histórias* a descrições geográficas e à crítica de outros autores (livros XXXIV e XII, respectivamente, além de passagens de outros livros, como III,37.9 e IV,39.1-44.11).

⁷ Bloch comenta que os autores considerados pioneiros na análise crítica de documentos históricos pertencem a uma geração, e a um contexto histórico, contemporâneos ao início da exegese bíblica, dos trabalhos de Spinoza e do "*Discours de la Méthode*", de Descartes (Bloch, 1953, p. 83-84).

⁸ Joly, nesse caso, comenta que, até o século XVIII, historiadores antigos e modernos aproximavam-se ao escreverem a História a partir de sua concepção como *magistra vitae* (ou seja, a História era também escrita com o intuito de se expor lições para a vida) (Joly, 2007, p. 8).

Pois foi por causa da derrota imposta aos cartagineses na Guerra Anibálica⁹ que os romanos, sentindo que o passo principal e maior em seu plano de conquista universal¹⁰ já havia sido dado, resolveram pela primeira vez estender suas mãos para apoderar-se do resto e cruzar com um exército para a Grécia e para os territórios da Ásia (I,3.6).

No trecho citado, Políbio interpreta a causa da dominação romana no mundo mediterrâneo como um plano deliberado de conquista. A terminologia utilizada pelo autor, “[...] plano de conquista universal [...]”, “[...] estender suas mãos para apoderar-se do resto [...]”, denuncia um juízo de valor. Como adverte Bloch (1953, p. 193-194), a busca por uma causa única, durante a análise histórica, freqüentemente expõe uma procura por responsabilidades, sejam individuais ou coletivas, pelos acontecimentos. Expõe um juízo de valor. Outros exemplos suportam a verificação do uso de juízos de valor por Políbio, como a forma que denomina a região helenizada do Mediterrâneo, “todo o mundo habitado”, a qual revela sua representação do mundo – o mundo helenizado é aquele habitado, em oposição às regiões habitadas pelos “bárbaros”¹¹ –, e a passagem em que afirma que os romanos atacaram e dominaram o sul da Itália como se já lhes pertencesse – uma avaliação por opinião, sugerindo sua visão do que poderíamos chamar de uma “arrogância” romana (I, 2.7; I,3.3-3.5; I, 6.6). Conclusões provenientes do senso comum são evidenciadas, igualmente, ao observarmos que Políbio concede a *týkhe* papel importante na explicação histórica dos acontecimentos¹² (I,4.1-4.2, 4.4-4.5).

Portanto, percebemos que as relações causais que Políbio encontra para os acontecimentos que narra são baseadas em juízos de valor. Juízos de valor influenciam

⁹ Vide Anexo.

¹⁰ Vide Anexo.

¹¹ Essa representação do mundo, exposta no texto de Políbio, está comentada no Capítulo I.

¹² Costuma-se traduzir *týkhe* por *Fortuna*, como substantivo relacionado à deidade latina, ou significando “destino”. É preciso caracterizar as diferenças. De acordo com Dumézil (1996, p. 42), a deidade *Fortuna* tinha lugar no ideário religioso romano apenas em relação a sua aplicação em um local ou época. Não havia sentido, para os romanos, em uma *Fortuna* geral, ou seja, em um destino cuja validade era universal, de longo alcance. Sua validade era funcional, relacionada a um dia ou um lugar que tenha sido propício a alguma empreitada e que tornaria um tipo específico de *Fortuna* digna de precaução ou agradecimento por parte das pessoas. Por isso a existência de especificações de limite, como *Fortuna huius diei* (“Fortuna deste dia”) ou *Fortuna huius loci* (“Fortuna deste lugar”). Por outro lado, segundo Pédech (nota 1, referente a I,4.1), *týkhe*, para Políbio, é um princípio ordenador do devir histórico e um agente que opera de forma imprevisível em cada caso em particular. É uma noção cuja importância, de acordo com Pédech, provém das correntes filosóficas e das crenças da época helenística, das idéias romanas de *Fortuna* e das contingências experimentadas por Políbio em sua vida. Walbank (1990, p. 58) acrescenta que, para Políbio boa parte dos problemas humanos é previsível, mesmo se existir uma fração desses problemas que não seja. A importância do conceito de *týkhe* para a história de Políbio está comentado no Capítulo I.

as visões de mundo pelo que denominamos de senso comum. De acordo com Geertz, o senso comum é uma forma de apreender a realidade imediata a partir da aceitação, simples, dos objetos e dos processos do mundo da forma exata como se apresentam, ou da forma como aparentam ser. É uma visão da vida cotidiana, um produto cultural, pois é enquadrado em termos das concepções simbólicas do “fato obstinado”, que é passado de geração a geração, a partir de conceitos, significados, transmitidos historicamente e incorporado em formas simbólicas¹³. É por intermédio desses padrões culturais, desse acúmulo de símbolos significantes, que os indivíduos encontram sentido nos acontecimentos através dos quais eles vivem. Portanto, o senso comum é construído historicamente e está sujeito a padrões de juízo, de opinião, definidos historicamente¹⁴. Geertz comenta que existe uma tendência de se considerar que algumas pessoas, como os mais velhos, são possuidores de mais sabedoria que os demais. Dessa forma, o que denominamos de bom senso é propriedade dos “cidadãos estáveis”, dotados de experiência ou maturidade, que estão em seu “juízo perfeito” e têm consciência prática, ou sensatez, de acordo com os ditames culturais de cada local e tempo. O senso comum é, enfim, um sistema cultural, mas um sistema cultural que é heterogêneo, mesmo em uma mesma sociedade. Não possui estrutura lógica e nem “um sumário de conclusões padronizadas” (Geertz, 1989, p. 80-81, 150; Geertz, 2008c, p. 115-116, 127, 132, 138-141)¹⁵.

¹³ A definição de cultura que aqui adotamos é a de Geertz (1989, p. 66): “um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”.

¹⁴ O bom senso “pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado, e pode também variar dramaticamente de uma pessoa para outra” (Geertz, 2008c, p. 116).

¹⁵ Cardoso, em seu exame sobre como a teoria das representações sociais tem sido abordada na literatura especializada, faz algumas críticas aos conceitos de Geertz, com as quais não concordamos. Cardoso afirma que Geertz “postula que o universo simbólico de uma sociedade seja unificado e igualmente compartilhado por seus membros”, e que “a busca do ‘sentido’ à maneira de Geertz tende a ocultar as diferenças nas apropriações ou nos usos das formas culturais, a subsumir as lutas e os conflitos sob uma aparência de ordem”. Da mesma forma, insiste que Geertz reserva o “estudo dos sistemas e relações sociais” apenas à sociologia e a análise da cultura apenas à antropologia (Cardoso, 2000, p. 13-14). Cardoso, nesses comentários, está afirmando que Geertz pensa a cultura e os padrões culturais como únicos para cada sociedade e que esses mesmos padrões e cultura não têm uma dimensão histórica. Geertz, como se pode observar ao longo dessa dissertação, considera a cultura e seus padrões como historicamente construídos, como produzidos historicamente, e concebe diferentes produções para cada *locus* e tempo, ou seja, para cada contexto histórico. Na realidade, as críticas de Cardoso são feitas a partir das críticas de outros autores. Geertz, inclusive, não está presente em suas referências bibliográficas.

IV

Conscientes da pertinência do documento que escolhemos como fonte, e cientes das complexidades implícitas em nosso objeto de dissertação, procuramos fazer uma abordagem cultural das interações entre romanos e cartagineses, analisando-as principalmente em termos de seu conteúdo simbólico, e observando os meios pelos quais esse conteúdo moldou as ordenações social e política romanas. Sendo assim, estabelecemos diferentes objetivos quanto à análise das *Histórias*, todos, todavia, relacionados entre si. O texto de Políbio, portanto, foi analisado: a) quanto à forma que o autor trata a imagem de cartagineses e romanos; b) em relação às modalidades de interação, posicionando-as no contexto histórico; c) quanto ao papel dessas interações na produção concomitante – posto que são complementares – da alteridade com relação aos cartagineses e da identidade e da representação romanas de dominadores do mundo no período – no contexto da formação do Império.

Baseados nos objetivos citados construímos nosso estudo a partir de duas hipóteses. A primeira propõe que mudanças nas estruturas conceituais da sociedade romana, durante o processo de conquistas políticas dos séculos III e II a.C., geraram novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de uma nova representação do mundo, a qual levou essa sociedade a apreendê-lo de uma nova forma. A segunda responsabiliza as inter-relações culturais entre romanos e cartagineses pela produção da identidade e da representação romanas de domínio naquela época de conquistas, de afirmação do poder político romano no Mediterrâneo e dos primórdios da formação do império de Roma. Da mesma forma, e conjuntamente, essas interações culturais produziram as relações de alteridade para com os cartagineses por parte dos romanos.

V

Temos que procurar perceber as atitudes das pessoas e dos grupos sociais aos quais pertenciam, e as intenções que nortearam essas ações, através das expressões – os símbolos públicos, extrínsecos – dessas atitudes e intenções presentes nos sistemas simbólicos – linguagem, política, religião, senso comum – por elas construídos, pois o pensamento é um ato social, construído e formulado fundamentalmente por insumos externos, sociais (Geertz, 1989, p. 56 e ss., 149 e ss.; Geertz, 2008a, p. 107). Ou seja, a

comunicação das atitudes e intenções é que nos permite percebê-las. Essas expressões devem, então, ser buscadas no texto das *Histórias*, pois nele estão transcritas as informações sobre os sistemas simbólicos – e as formas que estes se inter-relacionam – e as representações que buscamos compreender.

A metodologia utilizada foi a da *análise de conteúdo*, um conjunto de técnicas para a análise das comunicações que leva em consideração as significações, ou seja, o conteúdo “por trás das palavras”, e que busca conhecer variáveis – de ordem histórica, sociológica, psicológica etc. – que podem ser descortinadas no documento em estudo – no nosso caso, um texto histórico –, de forma a compreendermos o agente, e o grupo ao qual ele pertencia, em um contexto específico (Bardin, 2009, p. 33, 45-46). Dentro das várias técnicas de *análise de conteúdo* possíveis, a utilizada nessa dissertação foi a da *análise categorial*, que consiste em classificar unidades de registro (unidades semânticas, de significação) que possam ser agrupadas em *categorias* e confrontadas (correlacionadas) de forma a representar o conteúdo, ou a expressão do que foi proposto como hipótese. No nosso caso, a unidade de registro escolhida foi o *tema* – unidade geralmente utilizada no estudo, por exemplo, de motivações, opiniões, atitudes, valores e tendências (Bardin, 2009, p. 129-155). Os *temas* foram finalmente agrupados nas seguintes *categorias*: atributos positivos coletivos; atributos negativos coletivos; atributos positivos individuais; atributos negativos individuais; Primeira Guerra Púnica; Segunda Guerra Púnica; Terceira Guerra Púnica; outras guerras; instituições positivas; instituições negativas; relações interestatais (termos utilizados e formas de relação); utilização de juízo de valor; classificação moral do discurso (romano, cartaginês, etc.); e formas de execução do poder. Essas *categorias* foram, por fim, correlacionadas para que pudéssemos apreender das *Histórias* as expressões que buscamos.

VI

A premência desse tipo de trabalho se apresenta – além das razões comentadas anteriormente – nos rumos que a História, e também a Sociologia, a Antropologia e a Arqueologia, têm tomado nos últimos anos, tanto em obras teóricas¹⁶, quanto em exames dos processos de construção de identidades em vários períodos e contextos da

¹⁶ Vide, por exemplo, os trabalhos de Bourdieu (2005), Chartier (2002), Burke (2002) e Barth (2000). Jones (1997) apresenta uma análise histórica sobre o estudo da etnicidade, propondo, na conclusão, a interpretação da etnicidade a partir de dados arqueológicos, incluindo discussões sobre “romanização”.

história¹⁷, incluindo estudos especificamente centrados nas interações culturais entre Roma e outros Estados ou nos efeitos dessas interações¹⁸, como os estudos sobre o processo cultural denominado de romanização.

Portanto, apesar de escrever sobre identidades e imagens estruturadas há mais de dois mil anos, necessitamos de um arcabouço teórico e conceitual moderno, pois, parafraseando Burke (1994), um historiador do século XXI que escreve para um público do mesmo século, apesar de entender que os conceitos da época do objeto de pesquisa iluminam-no e auxiliam sua compreensão do contexto histórico, tem que considerar conceitos modernos¹⁹. Portanto, utilizamos nessa dissertação idéias provenientes da Antropologia Política e da Psicologia Social, especificamente sobre poder, identidade, alteridade e representação social.

Segundo Moscovici, as representações sociais corporificam idéias em experiências coletivas e interações em comportamento. São produzidas durante as interações humanas e tornam-se incorporadas ao cotidiano. *Fossilizando-se* com o passar do tempo, se tornam materializadas, duradouras, e terminam por condicionar a estrutura e o comportamento social. As representações sociais devem ser compreendidas como uma forma específica de entender e comunicar o que já sabemos, como algo que cria tanto a realidade como o senso comum (Moscovici, 2005, p. 40-41, 46, 48-49).

Visto por esta perspectiva, o texto de Políbio, cujas análises são concebidas a partir de critérios retirados de um senso comum pertencente a um contexto histórico específico, é perfeitamente passível de ser analisado quanto às representações sociais que criaram aquele senso comum.

Mas a realidade fabricada pelas representações tem, também, o valor, a força, de “verdade”. Segundo Geertz (1989, p. 119), os símbolos que construímos, em nossas

¹⁷ Como os estudos inseridos em Silva, Nader e Franco (2006).

¹⁸ Um estudo importante é o de Grimal (1975), que cobre de meados do século III a meados do século II a.C. Trabalhos como os de Potter (1979) e Van Dommelen e Terrenato (2007) apresentam, a partir da arqueologia, uma discussão dos processos e dos efeitos da denominada “romanização” nas regiões da Itália e do Mediterrâneo Ocidental. Como outros exemplos, dados textuais e arqueológicos são examinados por Torelli (1995) e Hoff e Rotroff (1997) na discussão da “romanização” na Itália e em Atenas, respectivamente. A origem e o significado do termo “púnico” e seus correlatos, em grego e latim, assim como os seus valores enquanto designativos de etnia e identidade, são examinados por Prag (2006). López Castro (2007, p. 120-121) discute a aculturação, ou a adaptação aos padrões culturais romanos, por aristocratas púnicos, a partir de meados do século I a.C., de forma a serem aceitos social e politicamente pela nobreza romana.

¹⁹ Peter Burke, na referência citada, comenta sobre historiadores do século XX escrevendo para um público do século XX a respeito de Luis XIV, ou seja, um monarca dos séculos XVII e XVIII. Porém, parafraseando o autor não descaracterizamos o conteúdo de sua afirmação.

tentativas de apreensão da “verdade”²⁰, variam com os contextos social, psicológico e cultural e, portanto, com o contexto histórico²¹. A apreensão da “verdade” é a apreensão do mundo e, de acordo com o autor, essa apreensão depende dos significados transmitidos e herdados como padrões para cada cultura, ou seja, as caracterizações e classificações que geram o entendimento do mundo são relativas a uma dada cultura²². Essa transmissão de padrões de significados e sua relação com a apreensão da verdade, quando associadas ao universo consensual, ou seja, a relação entre a cultura e as representações, é comentada por Moscovici quando ele afirma que o poder e a nitidez característicos das representações sociais provêm do sucesso com que essas representações controlam a realidade atual através da realidade do passado, e da continuidade que isso pressupõe. As representações possuem, portanto, uma dimensão histórica. São também entidades sociais, “com vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida, esvaindo-se, apenas para emergir novamente sob novas aparências” (Moscovici, 2005, p. 37-38)²³.

Em harmonia com as idéias de Moscovici, Woodward afirma que as representações, compreendidas como processos culturais, baseadas em sistemas simbólicos²⁴, estabelecem identidades individuais e coletivas. A identidade é, em última análise, moldada pela cultura (Woodward, 2007, p. 17). Mas, assim como os demais produtos das interações sociais, a identidade é relacional. Para existir, ela depende de outra, ou outras, diferentes ou opostas, e só pode ser compreendida dentro de um processo de produção simbólica e discursiva. A identidade só tem sentido em relação a uma cadeia de significação formada por outras identidades, que, como ela, não são fixas, naturais ou predeterminadas (Woodward, 2007, p. 9; Silva, 2007, p. 80). Para

²⁰ “Verdade” no seguinte sentido: aquilo que é percebido, ou assimilado como “real” é verdadeiro, é aceito socialmente como verdade. Comparar com o conceito de “verdade” de Foucault, comentado mais à frente.

²¹ Com o contexto histórico, porque, de outra forma, nossas percepções do mundo real, nossas representações, seriam, desde sempre, as mesmas.

²² Devemos diferenciar aqui a verdade proveniente do discurso científico e a verdade apreendida nas representações. Ambas dependem de padrões culturais herdados e transmitidos, mas a científica é apreendida e comunicada através de sistemas simbólicos específicos para cada área da ciência e é acessível apenas às pessoas que adquiriram competência para partilhar daquela verdade, enquanto a das representações é consensual, acessível a qualquer indivíduo e coincidente com o senso comum.

²³ Conseguimos enxergar apenas o que as convenções subjacentes nos permitem, e permanecemos inconscientes dessas convenções. Por outro lado, “podemos, através de um esforço, tornar-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ela impõe em nossas percepções e pensamentos, mas nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções, ou que possamos eliminar todos os preconceitos” (Moscovici, 2005, p. 35).

²⁴ Já nos referimos, acima no texto, às concepções de Geertz a respeito da relação entre cultura e processos de significação.

Woodward (2007, p. 9, 39-40) e Silva (2007, p. 76-80), como qualquer signo²⁵, a identidade é caracterizada pela diferença, é dependente da diferença, é fabricada por meio da marcação da diferença, e ambas, identidade e diferença, são definidas, em parte, pela linguagem²⁶, ou seja, precisam ser nomeadas. Como produto de processos culturais, a identidade e a diferença dependem da comunicação. Nas relações sociais, as diferenças são estabelecidas, parcialmente, por sistemas classificatórios que aplicam princípios de diferença aos grupos de forma a dividi-los, pelo menos, em duas populações: “eu” ou “nós” (ou “locais”) em relação a “outro” ou “eles” (ou “forasteiros”). Essas oposições sugerem que a ordem social é mantida por oposições binárias, por sistemas de classificação que têm por objetivo a criação da ordem, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído, entre o que é social ou culturalmente aceito ou não. Portanto, essas classificações acontecem através da marcação da diferença entre categorias (Woodward, 2007, p. 40 e ss.).

Por outro lado, mudanças nos contextos econômico e social, por exemplo, podem produzir novas identidades (Woodward, 2007, p. 19-20). Em nosso estudo verificamos a produção de uma nova identidade romana, a mudança do paradigma romano de conquista, e, conseqüentemente, a mudança no discurso romano frente a outros Estados²⁷. Falamos aqui de uma produção de identidade e representação que implica em desdobramentos principalmente políticos. Porém, para se afirmar a identidade política, alguma forma de autenticação é necessária. Frequentemente, essa autenticação é feita através da reivindicação da história do grupo cultural em questão: para lidar com uma fragmentação no presente, causada, digamos, pelas vicissitudes da guerra, reivindica-se o retorno a um passado histórico-mitológico, povoado por tradições e heróis. Essa afirmação das identidades políticas, por exemplo, em torno de

²⁵ Um signo é uma marca, um sinal que está no lugar de outra coisa (representa a coisa), e não coincide com a coisa e nem com o conceito que representa. A palavra “coração”, por exemplo, pode significar um objeto concreto (o órgão coração), um conceito ligado a um objeto concreto (a idéia que fazemos de coração), ou um conceito abstrato (coração, como significando amor) (Silva, 2007, p. 76-80). Qualquer forma de representação mental constitui a imagem mental do objeto, elaborada através da capacidade cognitiva do sujeito, e não uma reprodução do objeto (Cardoso, 2000, p. 24).

²⁶ “Ser isso” significa “não ser isso”, “não ser aquilo”. A identidade e a diferença são elementos que só têm sentido no interior de uma cadeia de diferenciação linguística (Silva, 2007, p. 77).

²⁷ Entre a política de dominação na Sicília e, posteriormente, as atitudes frente aos governantes helenísticos existe uma diferença na postura dos magistrados romanos ao exercer o poder político, relacionada às novas identidade e representação romanas do mundo como dominado. Veyne (1983, p. 106-107), comentando por outra perspectiva as interações romanas com outros Estados, afirma que quando Roma entra em contato direto, político, amigável ou belicoso, com outros povos, e toma a eles a autonomia política, seja através do verniz de protetora desses povos, da articulação de alianças, ou pela conquista na guerra, os valores desses povos, culturais ou políticos, pertencerão a Roma, como vencedora com direitos sobre o patrimônio do vencido, a título de butim, como foi comum a outras sociedades no passado.

um Estado é, portanto, historicamente específica (Woodward, 2007, p. 11, 19-20, 23-25). Nesse momento precisamos, então, relacionar representações, identidade e poder.

Uma característica importante da identidade e da diferença, nas palavras de Silva (2007, p. 81-84), é que, ambas sendo relações sociais, seu estabelecimento está sujeito a relações de força, de poder. Como as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade, ao afirmar a identidade e marcar a diferença um grupo social quer garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. Classificar, dividir, significa, nesse caso, hierarquizar, pois o privilégio de classificar está ligado ao privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. Essa hierarquização das identidades e das diferenças pode ser produzida pela fixação de uma determinada identidade como norma. Normalizar é eleger uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. A norma detém, sempre, as características positivas (Silva, 2007, p. 81-84).

Esses valores impostos podem ser compreendidos, também, como a “verdade”, na concepção de Foucault, a qual está vinculada a uma relação de força. O poder, como o compreende Foucault, é relacional, ou seja, executa-se mediante o desequilíbrio em uma relação de forças (Foucault, 2005, p. 21; Hall, 1997, p. 261)²⁸. A verdade, para Foucault, é a norma produzida de forma descentralizada, da perspectiva de um grupo, em uma relação de força, de poder²⁹. As leis surgem dessa forma, e o direito é construído e é feito valer a partir de relações de propriedade, de vitória e de conquista (Foucault, 2005, p. 28-29, 60-67). Ainda de acordo com Foucault (2005, p. 36-42), o poder deve ser estudado a partir das técnicas e táticas de dominação. Essas técnicas, esses mecanismos de poder, produzem lucros econômicos e utilidades políticas e não são empregados pelo Estado, mas por grupos, instituições, aos quais interessa, econômica e politicamente, num determinado contexto histórico, exercer o poder por aqueles mecanismos. Ao resultarem positivos (em termos econômicos e políticos), esses mecanismos são, então sim, assimilados, transformados, globalizados, acabando por solidificar o sistema e por fazer parte do sistema político e econômico do Estado como

²⁸ Weber (2002, p. 43) já havia definido o poder, de maneira muito próxima, como a possibilidade de se impor a vontade, em uma relação social, independentemente de qualquer resistência e de qualquer que seja a base em que se fundamenta a possibilidade.

²⁹ Esse conceito de “verdade” não é contrário, ou não anula, aquele de Geertz, que já expomos. Repetindo nossos comentários, para Geertz, a apreensão da “verdade” é a apreensão do mundo e essa apreensão depende dos significados transmitidos e herdados como padrões para cada cultura. Devemos, nesse caso, entender a “verdade” como legitimada pelos costumes, pela herança cultural ou pela normalização formal das relações de poder, através de uma relação que, originalmente, foi de conquista (belicosa, política, social).

um todo. O próprio conceito de Estado, segundo Foucault (2008, p. 282-283), deve ser compreendido sob a ótica das táticas gerais de governo. Ou seja, o que define, nos diferentes contextos históricos, a competência ou não do Estado, o que é da esfera do Estado ou da privada³⁰, são os mecanismos de governo, as táticas de exercício do poder pelos grupos que possuem o controle da organização do Estado³¹. O Estado romano médio-republicano, nesse sentido, deve então ser entendido como um organismo governamental estruturado historicamente pelos interesses de uma nobreza, que no período que estudamos é representada pela *nobilitas*, detentora de propriedades, de riqueza fundiária acumulada principalmente através da guerra – e também da apropriação, por meios diversos, de terrenos de pequenos proprietários rurais romanos – e que via, no aumento de suas propriedades, na posse de novas propriedades, meios de granjear *laus e gloria*, clientes e escravos (North, 1981, p. 6; Crawford, 1992, p. 98-100). Devemos levar em conta também a forma como esse mesmo organismo governamental desenvolveu, como mecanismo de exercício de poder e de dominação, um processo de cessão de cidadania romana, total ou parcial, a outros grupos de elite (por vezes a toda uma cidade) dentro da Península Itálica³², de forma que, no limiar das Guerras Púnicas, Roma possuía recursos mobilizáveis e capacidade de recuperação inigualáveis por nenhum Estado com o qual viria a se confrontar (Champion; Eckstein, 2004, p. 7; Cornell, 2001, p. 347-352).

Voltando às relações de poder, uma vez implantado o desequilíbrio entre as forças, o poder é exercido no ato, na situação, como, por exemplo, através de meios econômicos ou da coerção. E o intervalo histórico principal onde se define decisivamente esse desequilíbrio, é o confronto belicoso das forças, a guerra. A guerra esclarece as relações de força, que são, ao seu final, estabelecidas. A política é a continuação da guerra, e o poder político tende a perpetuar a relação de forças decidida na guerra, ratificando-a e inserindo-a nas instituições, nas relações econômicas, nos

³⁰ Por “competência privada” podemos, nos contextos romanos republicanos, por exemplo, significar a forma de poder econômico e político exercido pelos publicanos (Badian, 1983, p. 12, 15-25), ou a forma de poder político exercido pelos indivíduos pertencentes à *nobilitas* sobre seus clientes e, por consequência, sobre as assembleias (Mendes, 1988, p. 34-36).

³¹ A definição de Estado, segundo Balandier (2004, p. 145-148), é ainda objeto de debate. Normalmente, os critérios teóricos de identificação de um organismo político de forma estatal são pouco específicos, estão limitados a uma abordagem política do tema, aplicam-se às mais diversas sociedades políticas e admitem um sentido muito geral à noção de Estado. Essa identificação está relacionada ao aspecto totalizante do Estado, à sua autonomia e ao seu poder de dominação, ou à sua caracterização relativa a um território definido (ou seja, uma especificidade espacial), ao consentimento dos grupos que vivem sob suas fronteiras (à legitimidade), e à existência de estruturas orgânicas que fundamentam sua unidade política.

³² Este mecanismo está comentado no Capítulo II.

grupos, nos indivíduos e nos sistemas simbólicos de produção de significado, como a linguagem (Foucault, 2005, p. 21-26). O poder político, portanto, é produto da competição, mas, ao mesmo tempo, é um meio para reprimir, controlar, esta mesma competição. Por outro lado, se o poder político se reforça com o realce das desigualdades, tanto internas quanto externas ao Estado, ele também se fortalece frente a ameaças e pressões externas, sejam elas reais ou imaginárias, produzindo coesão e afirmação social, produzindo e afirmando as identidades social e cívica³³, produção e afirmação estimuladas pela própria existência do poder enquanto representante daquela sociedade e pelos símbolos que lhe dão significado, que o representam (Balandier, 2004, p. 43-46). Essa coesão pode ser exemplificada pela manutenção, por Roma, de grande parte de seus aliados na Península Itálica quando do ataque cartaginês na Segunda Guerra Púnica, coesão resultante da política romana de expansão de cidadania comentada acima (Champion; Eckstein, 2004, p. 7).

Portanto, o poder político procura se manter, assim como pela coerção e pela economia, através de mecanismos simbólicos³⁴. Em última análise, vários autores advogam os aspectos cultural e relacional da política. Além dos já mencionados, podemos citar novamente Geertz (1989, p. 135), para o qual a política de um Estado reflete o modelo de sua cultura e é uma das principais arenas onde essa cultura se desenrola publicamente, e Balandier (2004, p. 58), para o qual os fenômenos políticos se caracterizam por refletir a organização das sociedades onde são observados e fundamentar-se na desigualdade e na competição. Descortinar a forma como, partindo de um contexto histórico demarcado e dentro de um arcabouço de trocas culturais definido, as relações de poder se articulam e se resolvem e as representações, identidades e alteridades são produzidas, é a tarefa que nos propomos.

Por tudo quanto foi exposto, analisar a produção da identidade e da representação romanas a partir das relações com os cartagineses significa, por um lado, analisar os mecanismos pelos quais uma interação de conflito, político e militar, pode produzir novas representações, identidades e alteridades em uma sociedade, a partir das relações simbólicas, culturais, com a sociedade adversária e, por outro, compreender os efeitos sociais e políticos gerados por essa interação. Como sugere Cardoso (2000, p. 34), “uma análise detalhada das representações sociais e de suas transformações ou

³³ Produzindo e afirmando, igualmente, a identidade nacional, a étnica, a religiosa.

³⁴ Como o conhecimento, os saberes religiosos, os rituais, as cerimônias oficiais, a propaganda, o próprio saber político, a filosofia, a arte, os procedimentos periódicos ou ocasionais que remetem à memória a coesão social, as próprias instituições governamentais e sua burocracia (Balandier, 2004, p. 44).

substituições, no tempo, na sociedade em estudo, pode servir para uma inferência confiável das motivações envolvidas naqueles processos decisórios que orientem as ações dos sujeitos individuais ou coletivos”.

VII

Essa dissertação está estruturada, além dessa introdução, em três capítulos e nas considerações finais, após as quais estão as referências bibliográficas e um anexo. Este último contém comentários a respeito da tradução de certos termos gregos que constam nas edições utilizadas³⁵.

No primeiro capítulo fizemos uma descrição e tecemos alguns comentários sobre as edições das *Histórias* por nós utilizadas. Constam também neste capítulo uma biografia condensada de Políbio e uma exposição da estrutura e do conteúdo da obra do autor grego. No segundo capítulo procuramos abordar Roma e Cartago no contexto do período estudado e as relações políticas entre ambas até o período das Guerras Púnicas, baseando-nos nos tratados romano-púnicos transcritos por Políbio. O terceiro capítulo contém a exposição e a discussão do tema sobre o qual pretendemos refletir. Nele estão comentadas as inter-relações políticas e bélicas entre Roma e Cartago durante o período das Guerras Púnicas. Procuramos demonstrar como essas inter-relações, devido à instalação de uma crise no sistema de domínio romano na Itália durante a Segunda Guerra Púnica, foram responsáveis pela produção da identidade e da representação romanas de dominadores da *oykourméne*, de forma que, ao final desta guerra – uma vez suprimido o “grande inimigo” –, os romanos passam a se relacionar com outros Estados, sem exceção, através de um discurso impositivo. Por meio desse tipo de discurso a *nobilitas* procurava arbitrar e normalizar – com ou sem a anuência desses Estados – todas e quaisquer questões e decisões que envolvessem relações interestatais, fossem esses Estados reduzidos ou não pela força das armas. O “mundo”, dessa forma, para os romanos, a partir do final da Segunda Guerra Púnica, é a representação de seu domínio. No terceiro capítulo consta, igualmente, uma discussão do papel de Aníbal como imagem reificada dos cartagineses – Aníbal é culpabilizado pela guerra, o grande general, o maior e, ao mesmo tempo, o pior inimigo –, imagem que, contribuindo

³⁵ Para as correspondências entre topônimos antigos e atuais, e a localização dos mesmos, utilizamos o *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*, encontrado, em nossas referências bibliográficas, como Talbert (2000a) e Talbert (2000b).

fundamentalmente para a produção da alteridade com relação aos cartagineses, é co-responsável pela produção da identidade romana de domínio do “mundo”. No mesmo capítulo discutimos o início da construção da imagem negativa dos cartagineses como “não-confiáveis”, que originaria a expressão *fides punica*, encontrada em documentos textuais do século I a.C. Comentários sobre as inter-relações entre Roma e outros Estados helenizados durante o período estudado se fizeram necessários – além do entendimento dos contextos históricos –, para a compreensão dos insumos políticos que geraram as categorizações que levaram à definição da geopolítica romana no Mediterrâneo Oriental após a Segunda Guerra Púnica. Por fim, ainda no terceiro capítulo comentamos outra consequência da produção da identidade e da representação de dominadores do *orbis terrarum*: o início do processo de ruptura da coesão da *nobilitas*. A idéia de dominação “mundial”, em conjunto com as possibilidades de enriquecimento e de captação de *laus*, *gloria*, *honos*³⁶ e *dignitas* no teatro do Mediterrâneo Oriental, geraram embates entre *factiones* da política romana, cujos membros objetivavam as magistraturas com *imperium* naquela região.

³⁶ As formas *honos*, *oris* e *honor*, *oris* são, igualmente, corretas, significando, nessa acepção, “honras”, “dignidades”, “magistraturas”, “pessoas constituídas em dignidade”.

CAPÍTULO I

UM GREGO ENTRE ROMANOS

Políbio é, atualmente, de acordo com Marques (2007, p. 45), um dos menos conhecidos dentre os principais historiadores gregos³⁷. Seu estilo, muito técnico, de método complexo e afeito a minúcias, segundo Marques nunca granjeou simpatias. Davidson (1991, p. 10) acrescenta que Mommsen (1894, p. 225), referindo-se aos livros que compõem as *Histórias*, definiu-os “como o sol no campo da história romana: onde eles começam, as brumas que cobriam as guerras samníticas e pírrica são levantadas; onde acabam, uma nova e [...] aflitiva penumbra começa”. Mommsen referia-se, segundo Davidson, aos problemas que o método de Políbio, suas tendências, omissões, ideologia e interesses causavam ao entendimento de seu texto³⁸. Porém, graças a estudiosos como Walbank e Pédech, essas questões têm sido esclarecidas e as concepções dos historiadores modernos a respeito de seu método são de que o mesmo é claro (mesmo em detrimento de uma certa rudeza de estilo), concedendo transparência, honestidade e fidedignidade à narrativa.

Afora essas discussões, Políbio, adverte Marques (2007, p. 45), é o primeiro e o maior exemplo que possuímos hoje de um historiador que pretendeu escrever uma história do mundo³⁹ e o primeiro a analisar a ascensão dos romanos em sua conquista de um império (Marques, 2007, p. 45; Walbank, 1990, p. 2). Grimal (1975, p. 11) classifica-o como o historiador mais perspicaz e universal da Antiguidade. Políbio narra uma história sobre povos, cidades e governantes, visando um público de homens de

³⁷ Marques compara Políbio, a Heródoto e Tucídides, esses mais conhecidos.

³⁸ São justamente essas características – tendências, etc. – que buscamos analisar nas *Histórias*. A passagem de Mommsen comentada por Davidson faz parte dos comentários do primeiro sobre a escrita da História por Políbio. Segundo Mommsen (1894, p. 223-225), devemos a Políbio a melhor porção de nosso conhecimento sobre o desenvolvimento do Estado romano e, talvez, nunca um autor utilizou tanto fontes originais como Políbio. Para Mommsen Políbio é verdadeiro por natureza – “*truthfulness is his nature*” – e um historiador de primeira linha (Mommsen, 1894, p. 225).

³⁹ Éforo (historiador grego da primeira metade do século IV a.C., nascido na Ásia Menor) foi, segundo Políbio (V,33.1-3), o primeiro a procurar escrever uma história do mundo. Porém, sua obra era, na realidade, uma história das cidades-Estado pertencentes ao âmbito geográfico do Mar Egeu e, segundo Walbank (1990, p. 3, 42), de forma diferente de Políbio (cujo objeto era contemporâneo), Éforo escreveu uma história que cobria desde o passado remoto até o presente. Toda a obra está hoje perdida (Walbank, 1990, p. 3, 42; Howatson, 1997, p. 213; Pédech, 2003, p. xxxix). A visão de mundo de Políbio será comentada adiante, no texto.

Estado (Walbank, 1990, p. 55-56)⁴⁰. Além disso, é “o mais complexo autor a discutir os aspectos teórico-metodológicos do gênero da narrativa histórica em toda a Antiguidade” (Marques, 2007, p. 45). Nesse sentido, o Livro XII das *Histórias* é, para Pédech (2003, p. xx), um verdadeiro tratado de crítica histórica. Fato essencial para nosso estudo, através das *Histórias* possuímos hoje informações em detalhe sobre as Guerras Púnicas. Sua obra é, portanto, e conforme já afirmamos anteriormente, a fonte textual primária fundamental para a análise que nos propomos executar.

UMA BREVE BIOGRAFIA

Antes de comentarmos o documento, falaremos um pouco do autor. O conhecimento de sua biografia auxilia a compreensão do porquê de utilizarmos um autor grego em um estudo sobre representações sociais e identidade romanas.

Políbio⁴¹ nasceu em Megalópolis, cidade da Arcádia pertencente à Liga Aquéia⁴², em 200 a.C. ou alguns anos antes⁴³. De rica família aristocrática, era filho de um dos políticos da Arcádia mais influentes em sua época, Licortas, arconte da Liga⁴⁴. Suas infância e adolescência, muito provavelmente, foram marcadas pelas tensões entre a Liga e a aliança entre os etólios e Antíoco III⁴⁵, pelas questões ligadas a desavenças

⁴⁰ Walbank (1990, p. 55-56), ao comentar a narrativa de Políbio (IX,1.4), remete-se à passagem em que nosso autor compara seu método de escrita da História (que considera o real padrão de história, pelos critérios que usa, de utilidade política) com o método de outros autores anteriores a ele, que escreveram sobre “genealogias” (mitos antigos e ligações genealógicas elaboradas) e sobre colônias, fundações de cidades e laços de parentesco .

⁴¹ Os dados relativos à biografia de Políbio foram retirados de Walbank (1990, p. 6-13) e Pédech (2003, p. ix-xii). Colocamos as referências desses autores nesta nota para evitar repetições em trechos diversos, o que tornaria o texto cansativo. Referências a outros autores estão no corpo do texto.

⁴² A Liga Aquéia foi uma das confederações de cidades-Estado da Grécia helenística. Inicialmente composta apenas por participantes da Arcádia (desde 245 a.C.), em 191 a.C. obteve a adesão de todas as cidades-Estado do Peloponeso. As confederações desse tipo foram criadas, originalmente (Roma não afetava politicamente a Grécia quando da formação das ligas), para defender a independência das cidades-Estado, enquanto entidades políticas, dos três reinos constituídos após as conquistas de Alexandre, o Grande: o macedônico, o dos lágidas e o dos selêucidas (Orrieux; Pantel, 2004, p. 390-391; 392-393). Ao nosso ver, a adesão do restante do Peloponeso à Liga Aquéia se deveu, muito provavelmente, ao alinhamento político desta com Roma (e, portanto, à influência do poder romano), citado logo adiante no texto. A coincidência das datas sugere essa interpretação.

⁴³ Para Walbank (1990, p. 6-7), cerca de 200 a.C., talvez dois anos antes. Grimal (1975, p. 258) afirma que possuía pouco mais de trinta anos em 167 a.C. (portanto, nasceu por volta de 200 a.C.). Pédech (2003, p. ix), Edwards (2000, p. vii) e Kury (1985, p. 31) comentam que nasceu, provavelmente, em 208 a.C.

⁴⁴ Magistratura anual, assim como as demais da Liga Aquéia, a mais importante em sua hierarquia (Orrieux; Pantel, 2004, p. 393).

⁴⁵ A Liga Etólia havia sido aliada de Roma, contra a Macedônia, na Primeira Guerra Macedônica (211 a 205 a.C.), mas ratificou a paz em separado. Esse fato desagradou o governo romano, que entendia seus federados como clientes (Hammond, 1968, p. 18-21; Badian, 1952, p. 76). A Liga reivindicou a aliança com Roma contra a Macedônia após a Segunda Guerra Púnica, a qual foi recusada. Durante a Segunda Guerra Macedônica (200 a 197 a.C.), os romanos reativaram a aliança em seus termos: aqueles que não são a favor, são contra Roma. Após a guerra, as reivindicações etólias foram recusadas pelos

entre a Liga e Esparta⁴⁶ e pela coexistência com o poder de Roma, pois os aqueus firmaram uma aliança com os romanos em 192 ou 191 a.C. (Badian, 1952, p. 80). Político de importância, Políbio, possivelmente, começou sua carreira política e militar lutando na Ásia pela Liga Aquéia, a favor dos romanos e contra Antíoco III, entre 190 e 188 a.C.⁴⁷ Foi hiparca⁴⁸ da Liga entre 170 e 169 a.C., período que coincidiu com o penúltimo ano da Terceira Guerra Macedônica⁴⁹. Durante esta guerra, a Liga optou por uma posição de neutralidade política, considerada inaceitável por Roma⁵⁰. Enviado em embaixada junto ao cônsul romano responsável pelas tropas romanas na Grécia, na qualidade de hiparca, Políbio argumentou pelo auxílio aos romanos. Porém, a ajuda foi recusada⁵¹ e, ao final da guerra, em 167 a.C., mil reféns, homens de proeminência entre os aristocratas da Liga, foram enviados a Roma como “hóspedes” da República⁵². Entre eles estava Políbio.

Políbio viveu entre os romanos cerca de 17 anos, até 150 a.C., quando, finalmente, o Senado romano autorizou a volta dos exilados gregos. Durante sua estada

romanos. A Liga Etólia, então, após a partida dos romanos, proclamou o soberano selêucida Antíoco III como libertador, ameaçando os interesses romanos na Grécia e provocando a guerra de Roma contra a Liga e Antíoco III (194 a 188 a.C.) (Derow, 1979, p. 8, 11-12).

⁴⁶ Provocadas por uma antiga questão de fronteiras entre Megalópolis e Esparta, levaram, décadas depois, à Guerra da Acaia (149-146 a.C.), que envolveu Esparta contra algumas cidades da Liga Aquéia, entre elas Megalópolis e Corinto (Orrioux; Pantel, 2004, p. 458-459).

⁴⁷ A possibilidade de Políbio ter participado da guerra contra Antíoco III é, provavelmente, a razão de Pédech (2003, p. ix), Edwards (2000, p. vii) e Kury (1985, p. 31) sugerirem a data de seu nascimento em 208 a.C. Walbank e Grimal, no entanto, são contra, advogando por uma data próxima a 200 a.C. (Walbank, 1990, p. 7-8; Grimal, 1975, p. 258).

⁴⁸ Magistratura anual, assim como as demais, a segunda na hierarquia da Liga Aquéia (Pédech, 2003, p. x).

⁴⁹ Terceira Guerra Macedônica, de 171 a 168 a.C.

⁵⁰ Conforme citado, Roma ratificou um tratado com a Liga entre 192 e 191 a.C. Esse tratado foi interpretado pelos aqueus como igualitário, mas a História nos mostra que Roma não entendia seus tratados desse modo, sendo a Liga Aquéia, na visão romana, uma “confederação de cidades federadas” ao poder romano, ou seja, um Estado cliente. Essa interpretação foi a provável causa de dois anos de não relacionamento entre os dois Estados (Badian, 1952, p. 80). Durante a Terceira Guerra Macedônica, a Liga deliberou por não aderir a nenhum dos lados beligerantes, Roma e Macedônia. Essa decisão, para os romanos, foi inaceitável, pois seus *foederati* tinham que por obrigação defender os interesses romanos (Walbank, 1990, p. 7). Após esta resolução, com os exércitos romanos na Grécia, a assembléia da Liga decidiu enviar sua força total para apoiá-los. Porém, segundo Políbio, a ajuda foi recusada pelos romanos, os quais argumentaram que já controlavam as áreas que levavam à Macedônia (XXVIII,13.9-13.13; XXIX,24.1-24.4; XXIX,7-8 = Tito Lívio, XLIV,24.9). A atitude de não interferência inicial da Liga foi a causa do envio de mil reféns, ou “hóspedes da República”, para Roma ao final da guerra (Walbank, 1990, p. 7-8).

⁵¹ Vide nota anterior.

⁵² O costume de enviar reféns do inimigo derrotado a Roma era antigo. Por exemplo, no final da Segunda Guerra Púnica, cem reféns cartagineses, de idades entre 14 e 30 anos, foram levados a Roma a título de segurança contra futuras agressões (XV,18.8). Uma possível explicação para o número decuplicado de reféns tomados dentre os participantes da Liga Aquéia, ao nosso ver, pode ser o fato de que várias cidades faziam parte daquela federação, de forma que os reféns foram tomados em diversas cidades.

no exílio, graças à amizade com Cipião Emiliano⁵³, filho natural de Paulo Emílio⁵⁴ e adotivo de um dos filhos de Cipião, o Africano⁵⁵, Políbio ficou em Roma, ao contrário do restante dos exilados, dispersos por outras cidades da Itália. A amizade com Cipião Emiliano permitiu-o frequentar círculos aristocráticos romanos e conviver com políticos influentes, como Catão, permitindo-lhe o conhecimento necessário da política e dos hábitos romanos. Foi durante o exílio que Políbio concebeu escrever as *Histórias*, onde expôs os resultados de suas observações e os conhecimentos que adquiriu através de testemunhos orais, de obras de outros autores e do acesso a documentos romanos⁵⁶.

Nos anos de exílio, Políbio viajou pelo sul da Itália, pelos Alpes⁵⁷, pelo sul da Gália e por partes da Península Ibérica. Foi o primeiro autor antigo a nos legar uma descrição desta última região, a qual visitou em 151 a.C. Sabemos que empreendeu outra viagem após a volta do exílio, desta vez à região de Cartago, com Cipião Emiliano, durante a Terceira Guerra Púnica, e presenciou o cerco e a destruição da cidade, em 146 a.C. Os conhecimentos de Políbio em poliorcética⁵⁸ foram, então, de grande utilidade para o romano. Posteriormente, supõe-se que navegou, por pouco tempo, pelas costas do norte da África e do Marrocos. Anos após, provavelmente fez uma jornada ao Egito, e em 133 a.C. voltou à Espanha em companhia de Cipião Emiliano (durante a Guerra de Numância), talvez como um auxiliar militar, devido aos seus saberes em poliorcética.

Sua vida política lhe rendeu o reconhecimento de seus conterrâneos. Voltando à Grécia pouco depois da queda de Cartago, presenciou outra cidade destruída, Corinto, uma das principais cidades da Liga Aquéia, após a intervenção militar romana que pôs fim à Guerra da Acaia⁵⁹. Era ainda o ano de 146 a.C. e, como punição, Roma decidiu

⁵³ Cipião Emiliano, também conhecido como Cipião Africano Menor, foi o vencedor de Cartago na Terceira Guerra Púnica e responsável pela sua destruição em 146 a.C., evento testemunhado por Políbio.

⁵⁴ O vencedor da última batalha (batalha de Pidna) contra o exército macedônico do rei Perseu, na Terceira Guerra Macedônica, em 168 a.C.

⁵⁵ Grande estrategista e vencedor da última batalha contra Aníbal (batalha de Zama) na Segunda Guerra Púnica, em 202 a.C.

⁵⁶ As fontes de Políbio serão comentadas mais à frente, no texto.

⁵⁷ Fez, inclusive, a travessia dos Alpes segundo o caminho percorrido por Aníbal ao atacar a Itália (III,48).

⁵⁸ A técnica de fazer cercos militares.

⁵⁹ A Guerra da Acaia (149-146 a.C.) envolveu Esparta contra algumas cidades da Liga Aquéia, entre elas Megalópolis e Corinto. Não tolerando uma cisão em seus domínios, o Senado romano nomeou uma comissão de enquête, a qual determinou que algumas cidades passassem a ser autônomas em relação à Liga. A situação se agravou e os romanos intercederam, derrotando os aqueus. Corinto, apesar de evacuada da guarnição aquéia e de se render sem combate, foi pilhada e destruída em 146 a.C., o mesmo ano da destruição de Cartago. Políbio, totalmente contrário à política dos aqueus em guerra, presenciou a visão de Corinto arrasada e a dissolução da Liga por decreto romano (Orrieux; Pantel, 2004, p. 458-459).

pela dissolução da Liga Aquéia. Políbio foi, então, encarregado de aplicar o novo estatuto imposto pelos romanos à região do Peloponeso⁶⁰, retornando a Roma, em 145 ou 144 a.C., para prestar contas da missão. Por essa incumbência, e pelo zelo com que protegeu os interesses gregos, foi homenageado por estes com estátuas, retratos e baixos-relevos.

Não possuímos informações sobre a vida de Políbio após 133 a.C. Sabe-se apenas que morreu, em cerca de 126 a.C., em decorrência de uma queda de cavalo⁶¹.

A associação de Políbio com Cipião Emiliano (um dos políticos de maior ascendência em Roma a partir de meados do século II a.C.), o tempo que permaneceu em Roma, suas ligações com a aristocracia romana, sua autoridade nos assuntos contemporâneos e suas afirmações quanto às idéias e aos desígnios romanos nos indicam que, em sua obra, as intenções e razões romanas estão tratadas como que por um romano⁶².

AS HISTÓRIAS E SUA TRADIÇÃO MANUSCRITA

Utilizamos, como fonte primária impressa, traduções das *Histórias* diretas dos manuscritos feitas para as coleções da *Loeb Classical Library* e das *Universités de France*, em inglês e francês, respectivamente. Ambas oferecem, junto com a língua moderna, o texto dos manuscritos em grego, de acordo com seu estabelecimento em cada edição.

Os textos em língua inglesa, em 6 volumes, foram publicados originalmente entre 1922 e 1927. Utilizamos uma nova impressão, de 2000. Apresentam tudo o que restou da obra em nossos dias, os livros I a XXXIX da obra de Políbio⁶³, sendo que o estabelecimento⁶⁴ do texto dos manuscritos e sua tradução foram realizados por Paton.

⁶⁰ O Peloponeso, assim como o restante da Grécia, ficou sob a jurisdição do governador romano da Macedônia, então província de Roma (Crawford, 1992, p. 90).

⁶¹ O conhecimento da morte de Políbio nos foi legado através de uma fonte, segundo Walbank, não muito confiável: Pseudo-Luciano (Walbank, 1990, p. 13 e nota 63).

⁶² Walbank comenta que, de certa forma, as ligações de Políbio com Cipião Emiliano lhe fornecem parte de suas “credenciais” como intérprete romano. Por outro lado, sua presença em Roma provavelmente permitiu-lhe o contato com personalidades importantes da política dos Estados helenizados, que freqüentemente se dirigiam a Roma, em embaixada. O conhecimento da história contemporânea e passada daqueles Estados, demonstrado por Políbio em certos detalhes, sugere isso (Walbank, 1990, p. 9-10).

⁶³ As *Histórias* eram, originalmente, compostas por 40 livros (Walbank, 1990, p. 16; Pédech, 2003, p. xv). A descrição da estrutura e do conteúdo da obra está mais adiante, neste capítulo.

⁶⁴ Ordenação lógica dos textos, ou fragmentos de textos, provenientes dos manuscritos, feita por filólogos, de forma a se estruturar, na forma mais próxima que, supõe-se, era composto o documento original. É uma versão dos manuscritos.

A coleção de textos em língua francesa, em 10 volumes, inclui apenas os livros I a XVI das *Histórias*⁶⁵. O estabelecimento do texto dos manuscritos e a tradução variam conforme o volume, de acordo com a tabela 1:

Volume	Livros	Estabelecimento	Tradutor	Primeira edição	Reimpressão
I	I	Pédech	Pédech	1969	2003
II	II	Pédech	Pédech	1970	2003
III	III	Foucault	Foucault	1971	----
IV	IV	Foucault	Foucault	1972	2003
V	V	Pédech	Pédech	1977	2003
VI	VI	Weil	Weil	1977	2003
VII	VII-IX	Weil	Weil	1982	2003
VIII	X-XI	Foulon e Weil	Foulon e Weil	1990	2003
IX	XII	Pédech	Pédech	1961	2003
X	XIII-XVI	Foulon	Weil e Cauderlier	1995	2003

Tabela 1: Estabelecimento e tradução dos manuscritos das *Histórias* para a coleção das *Universités de France*. O estabelecimento e a tradução do Livro VI foram realizados com auxílio de Nicolet. Com relação ao volume VIII, o estabelecimento do texto e sua tradução foram feitas, respectivamente, por Foulon para o Livro X e por Weil para o Livro XI.

As edições bilíngües foram lidas em sua completude e sempre utilizadas para compor todas as transcrições que existem nesta dissertação. Para os casos onde as edições bilíngües oferecem mais de um sentido⁶⁶, influenciando no contexto da sentença, observamos o texto grego e procuramos, dentro do possível, com uma tradução nossa, o significado mais próximo daqueles originais. Essas nossas pequenas traduções foram feitas com o auxílio – indispensável – dos dicionários de Liddel e Scott (1993) e de Pereira (1998), e das gramáticas de Brandão, Saraiva e Lage (2005), de Schalkwijk (2004) e do *site Perseus*⁶⁷.

As transliterações dos caracteres (grafemas) dos vocábulos gregos para os latinos são encontradas nessa dissertação em itálico e respeitam as regras de

⁶⁵ Como se pode verificar na Tabela 1, a coleção das *Universités de France* é composta por edições das *Histórias* cujo texto foi estabelecido e traduzido por diferentes pessoas ao longo de cerca de três décadas. É um trabalho que, tudo indica, ainda está por ser completado e até o final da escrita desta dissertação não haviam sido editados os livros restantes.

⁶⁶ Um exemplo é a discussão de Derow (1979, p. 10-11) sobre uma passagem de Políbio (III,3.2-3.3) a respeito da Primeira Guerra Macedônica. A discussão é sobre um pequeno trecho, para o qual certos autores advogam um conteúdo de *razão* (o porquê da guerra) e outros, como Derow, um sentido de *agência* (como). Certamente, neste caso o sentido da frase fica diferente, dependendo da tradução. Além dos problemas de aceção, segundo Kury (1985, p. 561, nota 4), nas passagens mutiladas dos manuscritos “a tradução se baseia num texto conjectural”. Nas transcrições existentes nessa dissertação, as passagens interiores às lacunas – os trechos mutilados preenchidos por conjectura – estão marcadas por sinais de menor (<) e maior (>).

⁶⁷ O *site* “Perseus” provê, juntamente com o texto de Políbio em inglês e em grego, a gramática (conjugações verbais e declinações) *on-line* dos termos gregos.

transliteração propostas por Brandão, Saraiva e Lage (2005, p. 25-27, 215) e Schalkwijk (2004, p. 6), conforme a tabela 2:

Grego	a	b	γ	d	e	z	h	ϗ	i	k	l	m	n	c	o	p	r	s	j	t	u	f	x	y	w
Português	a	b	g	d	e	dz	e	th	i	k	l	m	n	ks	o	p	r	s	s	t	y	ph	kh	ps	o

Tabela 2: Transliteração dos grafemas gregos para latinos.

A tradição de manuscritos intitula a obra de Políbio, em grego, de (Istori/ai (*Historíai*), ou *Histórias*, e remonta ao século X, época em que foi copiado o manuscrito mais antigo conhecido (Pédech, 2003, p. xiv, xlvi). Segundo Pédech (2003, p. xlvi), existe uma centena de manuscritos de Políbio e as lacunas que apresentam, comuns a todos, provam que sua tradição remonta a um único ancestral, um único arquétipo⁶⁸. Este se encontrava na biblioteca do palácio imperial em Constantinopla e originou três famílias de manuscritos, as quais contêm, respectivamente (Pédech, 2003, p. xlvi, lii-liii):

- a) os cinco primeiros livros das *Histórias*;
- b) fragmentos bastante extensos dos livros VI a XVIII (à exceção do Livro XVII, perdido), designados, normalmente, de *Excerpta antiqua*. Incluem, em apenas um manuscrito, extratos dos livros I a V;
- c) manuscritos com fragmentos classificados por autor e que possuem, entre outros, compilações do conjunto dos livros das *Histórias*, redigidas por ordem do Imperador Constantino VII (Pédech, 2003, p. lvi), que reinou, segundo Edwards (2000, p. xv-xvi), de 912 a 959. Essas compilações são conhecidas como Excertos de Constantino (Pédech, 2003, p. lvi-lvii; Edwards, 2000, p. xv-xvi), e contêm, de formas variadas, fragmentos dos livros I a XXXIX (Pédech, 2003, p. lvii-lxii).

Representante da primeira família de manuscritos citada, o *Codex Vaticanus gr.* 124⁶⁹ (denominado também pela sigla A), redigido em pergaminhos em meados do século X, é o mais antigo e o mais conservado dos manuscritos de Políbio (Pédech,

⁶⁸ O arquétipo é o testemunho (ou seja, o texto, normalmente em pergaminho) mais antigo da tradição através da qual o texto de um autor é encontrado na forma em que nos foi transmitido.

⁶⁹ Lê-se *graecus* 124.

2003, p. xlix). O texto está praticamente intacto, compreende os livros I a V das *Histórias*, e possui apenas pequenas lacunas. Sua origem e sua antiguidade, segundo Pédech, “lhe conferem uma autoridade de primeira ordem”⁷⁰. Esse manuscrito deu origem a duas outras tradições de manuscritos, uma direta, a partir do século XV, com correções no texto, e outra, a partir do século XIV, caracterizada por erros e omissões (Pédech, 2003, p. xviii, xlix-lix; Edwards, 2000, p. xv-xvi).

A partir do Livro VI não possuímos mais um texto contínuo, apenas fragmentos, cuja primeira série, e a mais rica, se estende sobre os livros VI a XVIII, denominada *Excerpta antiqua*. É uma antologia, retirada de um texto completo anterior à cópia de A, do qual ignora-se a origem (Pédech, 2003, p. lii). Os manuscritos dos *Excerpta antiqua* fornecem extratos seja dos livros VI a XVIII, dos livros VII a XVIII, ou apenas dos livros VI, XVIII e X, com exceção de seu principal manuscrito, o *Vaticanus Urbinas gr.* 102 (sigla F), que apresenta também fragmentos dos cinco primeiros livros (Pédech, 2003, p. lii-liii). O manuscrito F é do final do século X ou início do século XI e deu origem a outros manuscritos (Pédech, 2003, p. liii-lvi).

Quanto à última família, os fragmentos que compõem os Excertos de Constantino originalmente formavam uma *chrestomátheia*⁷¹ dos historiadores gregos, dividida em 53 compilações, concebidas como edições de luxo e críticas (Pédech, 2003, p. lvi-lvii). Chegaram até nossos dias apenas 6, as quais não citam nenhuma passagem dos livros XVII, XIX e XXXVII das *Histórias* (Pédech, 2003, p. xlviiii, nota 2). Essas 6 compilações restantes possuem um prefácio, no mesmo plano, que precede cada uma e nomeia os autores a elas relacionados (Pédech, 2003, p. lvii), sendo que as passagens de Políbio estão ordenadas por tópicos, segundo o tema (Edwards, 2000, p. xv-xvi). São extremamente importantes para o estabelecimento do texto de Políbio, pois provêm de um modelo mais antigo que a redação de A e dos *Excerpta antiqua* (Pédech, 2003, p. lvii).

Dos quarenta livros originais, portanto, não possuímos hoje os de número XVII, XIX, XXXVII e XL, perdidos. Este último listava o conteúdo da obra (Walbank, 1990, p. 16, 129; Kury, 1985, p. 34-36).

⁷⁰ No original, “*son origine et son ancienneté lui confèrent une autorité de premier ordre*” (Pédech, 2003, p. xlix).

⁷¹ *Xrestomátheia* (“*Chrestomátheia*”), que pode ser traduzido literalmente por “aprendizado de coisas úteis”, “estudo de coisas úteis”. A palavra deu origem, em português, a “crestomatia”, que significa “antologia”.

Em relação ao estabelecimento do texto, Pédech (2003, p. lxix-lxx) comenta que suas regras devem ser tais que o conjunto final aproxime-se o máximo possível do texto original. Essas regras dependem da caracterização da filiação dos manuscritos, de forma que o estabelecimento do texto de Políbio fundamentou-se, de acordo com a interpretação de Pédech (e de outros autores antes dele), nos manuscritos mais próximos do arquetipo, ou seja, em A, nos *Excerpta antiqua*, nos Excertos de Constantino e em alguns dos manuscritos derivados de cada um deles. De acordo com Pédech (2003, p. lxx), a observação da língua original em que foi escrita a obra, ou seja, o conhecimento do vocabulário e do estilo de Políbio, é também uma base para o estabelecimento do texto, pois o mesmo foi redigido em *koinê*, linguagem bem diferente do ático (a língua escrita de Platão, por exemplo). Além disso, existe a possibilidade de se preencher as lacunas dos manuscritos utilizando-se os textos de outros autores antigos que tiveram Políbio como fonte, como, por exemplo, Tito Lívio, Estrabão, Apiano e Plutarco, embora, segundo Pédech, esse método não produza bons resultados (Pédech, 2003, p. xviii-xix, lxiii-lxv). De qualquer modo, a metodologia de utilização de outros autores está presente no estabelecimento das *Histórias* em ambas as coleções, inglesa e francesa, e, onde necessário, a referência ao texto de Políbio está associada à referência ao autor que se remete a Políbio (por exemplo, XXXIV,15.7 = Plínio, *Hist. Nat.*, V.9, indicando que a fonte para o preenchimento das lacunas do texto de Políbio é a *História Natural*, de Plínio).

ESTRUTURA E CONTEÚDO DA OBRA

O TEMA DAS *HISTÓRIAS*

Se os historiadores anteriores a mim houvessem negligenciado o elogio da História⁷², talvez me fosse necessário recomendar a todos os leitores a preferência para seu estudo e uma acolhida favorável a tratados como este, pois nenhum outro corretivo de conduta é mais eficaz para os homens que o conhecimento do passado (I,1.1-1.2).

⁷² Paton traduz por “História em geral” e Pédech por “História propriamente dita”. Segundo Pédech (nota 2 para o referido trecho), Políbio quer diferenciar sua escrita da História daquela de outros gregos, como Aristóteles (“História dos Animais”), ou Teofrasto (“História das Plantas”). Seria, mais ou menos, o que nós, hoje, denominaríamos de História, no primeiro caso, e de História Natural, nos seguintes.

Assim Políbio começa sua obra, as *Histórias*, com um pequeno panegírico ao conhecimento e ao estudo históricos. Continuando, Políbio nos dá pistas da razão de ter escrito a obra e da sua ocupação, a política:

[...] a educação e o exercício mais sadios para uma vida política ativa estão no estudo da História, e [...] o mais seguro, e na realidade, o único método de aprender a suportar de maneira ativa as vicissitudes da fortuna é recordar as calamidades alheias (I,1.2).

O estudo da História, para o autor, tem então importância prática fundamental para uma vida política ativa e permite, por outro lado, obter a serenidade necessária para enfrentar os desvios e mudanças da fortuna (*Tykhe*⁷³), os quais, para Políbio, implicam na forma como o mundo helenizado deve encarar, no presente e no futuro, o domínio dos romanos. O trecho acima, enquanto nos fornece uma razão geral para o estudo da História, é um preâmbulo para que o autor delinear o tema principal de sua obra, segundo ele mesmo: as razões pelas quais Roma adquiriu, em um curto intervalo de tempo, o maior império que se tinha notícia, um domínio que havia englobado quase todo o mundo. Políbio então apresenta seu tema, para ele único, compelindo os leitores a lê-lo:

Com efeito, a própria singularidade dos eventos escolhidos por mim para meu tema será suficiente para desafiar e incitar a totalidade dos leitores, sejam eles jovens ou idosos, a conhecer a minha história sistemática⁷⁴. Pois quem é tão sem valia ou indolente para não querer saber por quais meios e sob qual sistema de política⁷⁵ os romanos, em menos de 53 anos⁷⁶, foram bem sucedidos em subjugar quase todo o

⁷³ Comentaremos adiante a importância de *Tykhe* no método histórico de Políbio.

⁷⁴ Vide Anexo.

⁷⁵ Aqui podemos inferir que Políbio menciona, em sua exposição introdutória, que comentará o sistema político da República Romana, comentário que está presente no Livro VI.

⁷⁶ Os cinquenta e três anos citados referem-se ao período entre 220 e 168 a.C., de acordo com Edwards (2000, p. xi), ou entre 220/219 e 168/167 a.C., segundo a tradução de Pédech (nota 1, referente a I,1.5). Este período corresponde, mais ou menos, ao intervalo entre o início da Segunda Guerra Púnica (218 a.C., o ano em que Aníbal atravessou os Alpes e adentrou a Itália, ou 219 a.C., se considerarmos o cerco de Sagunto por Aníbal como o início formal da guerra) e a batalha final da Terceira Guerra Macedônica (Pidna, em 168 a.C.). É necessário compreender que o método de contagem do tempo utilizado por Políbio é baseado nas Olimpíadas. Os gregos contavam os anos referenciando-se às Olimpíadas, a partir da primeira, que ocorreu em 776 a.C. Cada Olimpíada durava 4 anos. Dessa forma, a primeira ocorreu entre 776 e 772 a.C., a segunda entre 772 e 768 a.C., e assim por diante. Isso poderia gerar certa dificuldade de se individualizar um ano específico. Porém, os Jogos Olímpicos começavam no

mundo habitado⁷⁷ ao seu governo somente, coisa única na História? Ou quem, igualmente, existe tão apaixonadamente devotado a outros espetáculos ou estudos para considerar qualquer coisa como de importância maior que a aquisição desse conhecimento? (I,1.4-1.6).

Políbio, portanto, registra a história de seu tempo, marcada pelo que considera único na História, seu tema principal, o surgimento de Roma como potência maior no Mediterrâneo em menos de 53 anos. Convida, então, seus leitores ao estudo histórico das causas da formação do império de Roma. Compara o domínio romano ao dos Estados, na sua opinião, mais poderosos do passado (I,2.1-2.7)⁷⁸, concluindo, por fim, que o poder de Roma era inigualável, não havendo meios, segundo a sua visão, de a ele se contrapor: “Mas os romanos, em submetendo não algumas partes, mas quase a totalidade do mundo habitado <conseguiram um poderio tão vasto que é impossível a nossos contemporâneos a ele resistir e a nossos descendentes o sobrepujar>”⁷⁹ (I,2.7).

Por outro lado, a derrota da Macedônia e as destruições, no mesmo ano (146 a.C.), de Cartago e Corinto eram uma prova indiscutível para compreender, e não esquecer, qual era a nova ordem política no mundo mediterrâneo. As *Histórias* tiveram, então, um segundo propósito: mostrar ao mundo grego como admitir e lidar com o domínio romano. Entre a decisão de escrever sobre o primeiro objetivo e este houve, nas interpretações de Walbank (1990, p. 16 e ss.) e Pédech (2003, p. xiv-xv), um espaço de cerca de uma a duas décadas, aproximadamente. As razões desse intervalo de tempo estão comentadas a seguir.

dia da segunda lua cheia após o solstício de verão. Os anos internos a cada Olimpíada têm início da mesma forma (Pédech, 2003, p. xxxii). Como as Olimpíadas eram um acontecimento que englobava todo o mundo grego, sua utilização como contagem temporal era o único método disponível para situar, no tempo, os diversos leitores em potencial do mundo helenizado, posto que cada cidade-Estado tinha sua própria contagem dos anos, estabelecida a partir da data de fundação de cada uma delas.

⁷⁷ A expressão “[...] quase todo o mundo habitado”, para Políbio, significa quase todo o mundo helenizado, como veremos adiante.

⁷⁸ Políbio compara o domínio romano seu contemporâneo aos antigos domínios dos Estados persa, espartano e macedônico (I,2).

⁷⁹ As traduções de Paton e de Pédech são diferentes nesse trecho, principalmente quanto à lacuna. Nos interessa, neste momento, a lacuna, onde mantivemos a versão de Pédech. O estabelecimento de Paton pode ser traduzido como “[...] <e possuem um império que não apenas é incomensuravelmente maior que qualquer outro precedente, mas que não precisa temer nenhuma rivalidade no futuro>”. Pédech enfatiza a impossibilidade de superação do *poder* romano, o que, a nosso ver, está mais de acordo com a lógica do texto de Políbio, relativo à supremacia de Roma, do que a interpretação dada por Paton, relacionada à *extensão* do império adquirido pelos romanos.

A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DOS LIVROS

Políbio dividiu sua obra em quarenta livros, reservando os dois primeiros ao período da Primeira Guerra Púnica até o início da Segunda, e narrando, nos livros seguintes, os acontecimentos desde o início da Segunda Guerra Púnica até a destruição de Corinto, em 146 a.C., o mesmo ano da queda de Cartago. Os dois primeiros terços das *Histórias* (livros I a XXIX) foram escritos após 168 a.C., até cerca de 151 ou 150 a.C. (Walbank, 1990, p. 16; Pédech, 2003, p. xiv). Políbio, então, considerava o poder romano universalmente aceito (portanto, cobrem os 53 anos referidos por Políbio em I,1.5). Escreveu por razões que considerava práticas: o poder romano era incontestável (Walbank, 1990, p. 16). A decisão de escrever o outro terço (os livros XXX a XXXIX, que tratam do período entre 168 e 146 a.C.) foi tomada após a destruição de Cartago e Corinto, em 146 a.C. (Walbank, 1990, p. 16; Pédech, 2003, p. xv). Esses acontecimentos, segundo Walbank, teriam mostrado a Políbio que apenas explicar aos gregos as razões históricas do aparecimento incontestado do poder romano não era suficiente, pois existiam também outras razões práticas para entendê-lo⁸⁰. Seu texto provê lições para que, no futuro, as pessoas possam decidir entre aceitar o domínio romano ou resistir a ele (Walbank, 1990, p. 16 e ss., 26-30, 97-99). O livro XL, o último, era um resumo cronológico, talvez uma lista de conteúdo (Walbank, 1990, p. 16; Pédech, 2003, p. xiv).

Os dois primeiros livros das *Histórias* foram considerados por Políbio como um preâmbulo ao seu verdadeiro trabalho⁸¹. Essa indicação é dada pelo autor nas partes iniciais da obra: “Nossa história começa na 140^a Olimpíada [...]”⁸² (I,3.1). A Olimpíada citada corresponde aos anos 220 a 216 a.C. Referenciando-se pelas Olimpíadas, um meio de unificar a contagem do tempo para toda a comunidade helênica (e também para os romanos), a forma que Políbio encontrou de localizar seus leitores no início da Segunda Guerra Púnica (218 a.C.) foi o período da 140^a realização daqueles jogos. Logo, a intenção principal dos dois primeiros livros é caracterizar as causas dos eventos relacionados à Segunda Guerra Púnica e, por conseguinte, o início do que viria a ser o

⁸⁰ Para Walbank (1990, p. 29-30), Políbio considera que o período entre cerca de 150 e 146 a.C. foi de confusão, com homens despreparados no comando da Grécia, da Macedônia e de Cartago, pois lideraram políticas anti-romanas. Esse é o período, segundo Walbank, que nas *Histórias* se distingue Políbio mais identificado com o ponto de vista romano.

⁸¹ Políbio nos informa as razões para escrevê-los: a maior parte dos gregos de seu tempo desconhecia a potência e a história de Roma e de Cartago no período anterior ao final da Segunda Guerra Púnica (I,3.7-8).

⁸² Políbio adotou seu sistema cronológico de Timeu de Tauromênio (XII,11.1). Sobre a contagem do tempo baseada nas Olimpíadas, *vide* nota anterior.

império de Roma. Além disso, segundo Walbank (1990, p. 79-80), Políbio deixa implícito que a data de 220 a.C. foi escolhida pela existência de testemunhas oculares vivas, e disponíveis, para os acontecimentos a partir daquela data (IV,2.2), sobre as quais a primeira referência explícita é feita quando comenta sobre indagações que fez a pessoas que estiveram presentes à passagem de Aníbal pelos Alpes, em 218 a.C. (III,48.12). Ainda com relação ao ano de 220 a.C., Políbio nos informa que toma também como partida os eventos que aconteceram após aqueles descritos no final da obra de Árato de Sícion⁸³ (I,3.2-3.3; IV,2.1-2.2). A obra de Árato termina justamente em 220 a.C., no final da 139^a Olimpíada, ou início da 140^a (Walbank, 1990, p. 14, 42).

O Livro I, o primeiro do preâmbulo das *Histórias*, tem como evento inicial a primeira ocasião que os romanos navegaram para fora da Itália, quando aportaram na Sicília, durante a 129^a Olimpíada (I,5.1-5.3)⁸⁴. O acontecimento inaugura a narrativa que, segundo nosso autor, começa do ponto onde a história de outro autor grego, Timeu de Tauromênio, termina (I,5.1)⁸⁵.

Assim como outros historiadores antigos, para manter a atenção do leitor Políbio faz algumas digressões ao longo de sua obra (relativas principalmente a lições de política e moral). Em dois momentos essas digressões tomam o espaço de um livro inteiro: o Livro XII (um verdadeiro tratado de crítica, para Pédech), no qual critica Timeu e outros predecessores helenísticos, e o Livro XXXIV, em que descreve a geografia dos lugares que conheceu⁸⁶ (Walbank, 1990, p. 46-55; Pédech, 2003, p. xiv-xv, xx).

O Livro VI tem importância capital nas *Histórias*, livro que, para Cole (1964, p. 440), é o texto mais completo sobre teoria política helenística que sobreviveu até nossos dias, e, para Beltrão (2002, p. 26), o “único exemplo extenso de teoria política aplicada”. Políbio o posiciona, na estrutura de sua obra, no momento em que os assuntos do “mundo” passam a estar interconectados, ou seja, quando a política dos

⁸³ Segundo Kury (1985, p. 561, nota 6), restam apenas escassos fragmentos das “Memórias” de Árato, a obra à qual Políbio se refere. Sícion era uma das cidades do Peloponeso pertencentes à Liga Aquéia e Árato foi estrategista da Liga (II,43.3 e ss.).

⁸⁴ 129^a Olimpíada, entre 264 e 261 a.C. Goldsworthy comenta que os romanos já navegavam nas costas da Itália (mas não para fora da Península) antes deste período, pois existiam dois duúnviros navais pelos menos desde 311 a.C., e uma flotilha romana foi derrotada por navios de Tarento em 282 a.C. (Goldsworthy, 2001b, p. 96-97). Para Políbio, no entanto, interessa a ocasião em que o Estado romano decidiu, pela primeira vez, se comprometer politicamente com uma navegação para fora da Itália.

⁸⁵ Conforme comentaremos mais à frente, Timeu escreveu uma história de Roma. Tauromênio corresponde hoje a Taormina, na Sicília.

⁸⁶ Quando a geografia dos lugares é importante para o conhecimento ou entendimento de alguma passagem narrada por Políbio (como para o entendimento de batalhas), ele a descreve no segmento que discorre sobre a dita passagem (Walbank, 1990, p. 121).

Estados do leste e do oeste do Mediterrâneo começa a se entrelaçar⁸⁷. Roma havia sofrido a maior derrota de sua história – na batalha de Canas (216 a.C.), durante a Segunda Guerra Púnica, e os cartagineses estavam, tudo indica, em contato político com os macedônicos – e Políbio procura, com o Livro VI, explicar as razões da vitória final romana e de sua ascendência para o domínio total. Segundo o próprio Políbio:

Estou consciente de que alguns se perguntarão por que posterguei até a presente ocasião meu comentário da constituição romana, sendo, então, obrigado a interromper minha narrativa no devido tempo. Que tenho sempre considerado esse comentário como uma das partes essenciais de meu projeto, estou certo, tenho deixado evidente em várias passagens e, principalmente, na apresentação preliminar, no início de minha história, onde afirmei que o resultado melhor e de maior valor que procuro é que os leitores de meu trabalho possam obter o conhecimento de como, e por virtude de quais instituições políticas peculiares, em menos de 53 anos quase todo o mundo habitado foi submetido e caiu sob a dominação única dos romanos, algo nunca antes acontecido. [...] não encontrei ocasião mais apropriada que a presente para direcionar minha atenção para a constituição e testar a veracidade do que estou prestes a afirmar sobre esse assunto. Pois, assim como aqueles que se pronunciam em privado sobre o caráter de homens bons ou maus, quando se dispõem realmente a testar sua opinião não escolhem para sua investigação os períodos de tranquilidade e indolência da vida daqueles homens, mas as épocas em que foram afligidos pela adversidade ou agraciados com o sucesso, estimando que o único teste de um homem perfeito é o poder de suportar com espírito altivo e bravura os reversos mais completos da fortuna⁸⁸, da mesma forma deveriam ser os nossos julgamentos dos Estados. Portanto, como não pude visualizar nenhuma mudança maior ou mais violenta nas fortunas dos romanos do que esta que aconteceu em nosso tempo⁸⁹, reservei meu comentário da constituição para esse momento [...] (VI,2.1-2.7).

[...] Ora, a causa principal do sucesso ou do reverso em todos os assuntos é a forma da constituição. Ela é como uma fonte de onde não

⁸⁷ Comentaremos essa interconexão mais à frente, neste capítulo.

⁸⁸ “Fortuna” aqui é *Týkhe*, cujo significado será comentado mais à frente.

⁸⁹ Ou seja, a derrota em Canas, durante a Segunda Guerra Púnica.

apenas se originam todas as idéias e as iniciativas dos atos, mas de onde provém, igualmente, sua realização (VI,2.9-2.10).

No Livro VI, então, Políbio explora, comenta e compara com outras constituições a constituição (*politéia*⁹⁰) romana (Weil, 2003a, p. 9). A comparação da constituição romana com as de outras cidades-Estado (VI,43.1-56.15)⁹¹ é, segundo Walbank (1990, p. 133, 153-155), direcionada para a confrontação das constituições de Roma e Cartago (VI,51.1-56.5), as duas potências que duelaram, de acordo com Políbio, pelo domínio da *oikoyméne*. No mesmo livro Políbio traça o desenvolvimento histórico da República – a denominada “arqueologia” de Políbio (VI,11a)⁹² –, sendo a constituição considerada causa e conseqüência desse desenvolvimento (Weil, 2003a, p. 9). Para nosso autor, a partir da época do decenvirato – 451 a 450 a.C. – a constituição romana progrediu de forma contínua, e o período em que esteve no ápice foi durante a Segunda Guerra Púnica:

A partir daquela época, trinta anos após a passagem de Xerxes para a Grécia⁹³, a organização dos diversos elementos [da constituição] estiveram sempre desde então em progresso. Estava em seu estado mais belo e em sua perfeição no tempo de Aníbal, no ponto onde interrompi minha narrativa (VI,11.1)⁹⁴.

O Livro VI possui também comentários a respeito de cerimônias – como os funerais –, leis – por exemplo, contra o suborno –, sobre a administração de contratos entre particulares e a República, e uma prolongada exposição sobre a organização do

⁹⁰ *Politéia*, em grego, *politei/a*. Para Pédech (2003, p. xxx), a *politéia* é um agente de síntese, ou seja, não é apenas o conjunto das instituições romanas, mas também as decisões políticas, as manobras diplomáticas e as ações militares derivadas daquele conjunto de instituições.

⁹¹ Políbio compara a constituição romana com constituições de cidades-Estado normalmente comentadas desde, pelo menos, Aristóteles (Walbank, 1990, p. 153).

⁹² Os fragmentos da “arqueologia” – 13 no total, incluindo 3 cuja ordem no texto é incerta – só estão presentes na edição francesa, estabelecida e traduzida por Raymond Weil com o auxílio de Claude Nicolet (*vide* Tabela 1).

⁹³ A passagem de Xerxes para a Grécia se dá em 480 a.C. A época a qual Políbio se refere, 30 anos após essa passagem, corresponde a 450 a.C. e, por tanto, ao final do decenvirato (Weil, 2003b, p. 146). A escolha da época do decenvirato como início do desenvolvimento da constituição romana é compreensível, pois a instituição dos decênviros foi estabelecida para a transcrição das leis romanas – originando, não um “código legal” no sentido moderno do termo, mas as denominadas XII Tábuas, um conjunto de leis que abordava, provavelmente, as áreas onde havia disputa ou dúvida –, pondo fim à denominada Primeira Secessão (Cornell, 2001, p. 272 e ss.).

⁹⁴ O estabelecimento dessa passagem só foi possível após a publicação dos *Excerpta historica iussu Imp. Constantini Porphyrogeniti* (posterior à edição inglesa, estabelecida e traduzida por Paton). Apenas a edição francesa possui o texto na forma que citamos aqui (Weil, em nota para a passagem – nota 3).

exército. A conclusão de Políbio é que a constituição romana é a melhor de todas, pois nela as três formas simples de constituição sobre as quais escreveu – aristocracia, democracia e reinado – “compartilham o poder” (VI,11.11). Essa constituição mista romana é a razão do sucesso do domínio romano sobre a *oikoyméne* (Walbank, 1990, p. 57, 130).

A organização geral dos livros nos é fornecida por Walbank (1990, p. 105-108) e, de maneira resumida, por Pédech (2003, p. xv). Nos dois primeiros, o preâmbulo, Políbio não se utiliza da seqüência das Olimpíadas. Para situar seus leitores, serve-se de diferentes seqüências cronológicas baseadas nos autores que usa como fonte.

A 140^a Olimpíada é coberta pelos livros III a V. Os eventos da *oikoyméne* ainda não estavam interligados, na visão de Políbio (ligaríam-se apenas na 141^a Olimpíada – IV,28.2-28.6; V,105.4-105.10), e nosso autor sincroniza os acontecimentos das diversas áreas do Mediterrâneo (V,31.3) narrando, ora os da Itália, ora os da Ásia (e assim por diante), e relacionando-os aos anos daquela Olimpíada e a eventos ocorridos na Grécia (claramente como um auxílio aos leitores gregos) (Walbank, 1990, p. 5-6, 103-105; Pédech, 2003, p. xv).

Quanto ao restante da obra⁹⁵ (Olimpíadas 141 a 158), Políbio nos informa (IX,1.1; XIV,1a.5) que usa dois livros para cada Olimpíada, mas adapta sua narrativa ao longo dos livros quando esse método não é produtivo (Walbank, 1990, p. 108-110; Pédech, 2003, p. xv-xvi).

Walbank fornece uma tabela que resume a estrutura das *Histórias* (Walbank, 1990, p. 129). Reproduzimos a tabela abaixo (Tabela 3), com o intuito de facilitar a compreensão daquela estrutura e de individualizar, na mesma, os livros em que Políbio trata dos conflitos entre romanos e cartagineses.

⁹⁵ Livros VII a XXXIX. Lembrar que os livros XII e XXXIV são digressões, o Livro VI expõe a constituição e as instituições militares romanas, o Livro XL era uma espécie de índice e que este último está perdido juntamente com os livros XVII, XIX e XXXVII.

Livros	Olimpíada	Ano da Olimpíada	a.C.	Comentários
I e II	---	----		Introdução (1)
III, IV e V	140	1 a 4	220/219-217/216	Início da unificação da <i>oikoyménē</i> (2)
VI				Constituição e sistema militar romanos
VII	141	1 a 2	216/215-215/214	(2)
VIII		3 a 4	214/213-213/212	
IX	142	1 a 2	212/211-211/210	(2)
X		3 a 4	210/209-209/208	
XI	143	1 a 2	208/207-207/206	(2)
XII				Críticas a Timeu e outros
XIII	143	3 a 4	206/205-205/204	(2)
XIV	144	1	204/203	(2)
XV		2	203/202	
XVI		3 a 4	202/201-201/200	
XVII	145	1 a 2	200/199-199/198	Perdido
XVIII		3 a 4	198/197-197/196	
XIX	146	1 a 4	196/195-193/192	Perdido
XX	147	1	192/191	
XXI		2 a 4	191/190-189/188	
XXII	148	1 a 4	199/187-185/184	
XXIII	149	1 a 2	184/183-183/182	
XXIV		3 a 4	182/181-181/180	
XXV	150	1 a 4	180/179-177/176	
XXVI	151	1 a 4	176/175-173/172	
XXVII	152	1 a 3	172/171-170/169	Incerteza se o 2º ano da Olimpíada 152 (171/170) está no Livro XXVIII; provavelmente, está no XXVII
XXVIII				
XXIX		4	169/168	
XXX	153	1 a 4	168/167-165/164	
XXXI	154	1 a 4	164/163-161/160	
XXXII	155	1 a 4	160/159-157/156	
XXXIII	156	1 a 4	156/155-153/152	
XXXIV				Digressões geográficas
XXXV	157	1 a 2	152/151-151/150	(3)
XXXVI		3 a 4	150/149-149/148	
XXXVII	158	1	148/147	Perdido (3)
XXXVIII		2	147/146	(3)
XXXIX		3	146/145	Terminava, provavelmente, no 3º ano da Olimpíada 158 (3)
XL				Perdido (índice)

Tabela 3: Estrutura dos livros das *Histórias*. (1) Primeira Guerra Púnica; (2) Segunda Guerra Púnica; (3) Terceira Guerra Púnica. Modificado de Walbank (1990, p. 129).

POLÍBIO E A HISTÓRIA PRAGMÁTICA

Políbio foi o historiador mais importante para o período das Guerras Púnicas (Goldsworthy, 2001b, p. 20; Marques, 2007, p. 45). Historiador político e militar, Políbio era herdeiro de uma tradição de escrita da História cujo modelo, segundo Momigliano (2004, p. 75-76), era Tucídides, que acreditava que o passado era inteligível a partir do presente, pois a situação política contemporânea encontrava suas raízes no passado, o qual “leva ao presente por simples progressão” (Momigliano, 2004, p. 68, 72). Para Tucídides, a observação direta, o testemunho, era o método mais seguro

na pesquisa histórica (Momigliano, 2004, p. 71-72). Apesar de discordar de Tucídides quanto à atitude didática em relação à História, especificamente no caso dos discursos históricos, Políbio foi herdeiro de seu legado historiográfico, principalmente ao acreditar que a história política e contemporânea era a que deveria ser narrada (Momigliano, 2004, p. 76)⁹⁶. Walbank (1990, p. 58) confirma essa herança ao afirmar que, para Políbio, o estudo do passado tinha um fim prático, como um aprendizado para uso no presente, ligado à política ou à moral. Políbio, ainda segundo a escola de Tucídides, também acreditava no testemunho oral como método historiográfico, pois escolheu o ano de 220 a.C. como o início das *Histórias*, dentre outros motivos, pelo fato de existirem, para os acontecimentos a partir daquela data, testemunhas vivas disponíveis, pertencentes à geração anterior à dele e à sua própria geração – incluindo seu testemunho particular (Walbank, 1990, p. 42, 73-74, 79, nota 74, 80)⁹⁷.

Políbio usa, portanto, o presente como meio de conhecimento do passado⁹⁸. O passado era importante porque ligava eventos anteriores aos acontecimentos verdadeiramente importantes, relacionados à história contemporânea. O passado, igualmente, guarda lições políticas e de cunho moral, lições práticas. A importância dos ensinamentos morais e políticos do passado está presente desde o início das *Histórias*, quando Políbio escreve que “[...] nenhum outro corretivo de conduta é mais eficaz para os homens que o conhecimento do passado” (I,1.1-2), e “[...] a educação e o exercício mais sadios para uma vida política ativa estão no estudo da História, e [...] o mais seguro, e na realidade, o único método de aprender a suportar de maneira ativa as vicissitudes da fortuna⁹⁹ é recordar as calamidades alheias” (I,1.2).

Para Políbio, a compreensão da História como um todo só é possível a partir do conhecimento de todos os envolvidos, Estados e indivíduos, sua inter-relação, “suas semelhanças e diferenças”, e não a partir de histórias isoladas. Essas podem nos dar apenas uma idéia do todo, mas nunca um conhecimento exato (I,4.6-4.11).

⁹⁶ Segundo Momigliano (2004, p. 76) e Walbank (1990, p. 43-46), Políbio criticou os discursos históricos, claramente inventados, descritos por alguns historiadores, pois acreditava que estes deveriam ser registrados exatamente como proferidos, ou transmitir a mensagem original o mais fielmente possível, sem floreios. Tucídides escreveu discursos históricos que eram, na realidade, dele mesmo (Políbio não critica Tucídides). Porém, Políbio aceita as noções de verdade histórica (quanto à distinção entre causas profundas e superficiais) e de história política e contemporânea de Tucídides.

⁹⁷ Políbio descreve (XII,4c.3) a arte de interrogar testemunhas como um dos mais importantes aspectos para a escrita da história.

⁹⁸ Observar as referências relacionadas a isso na Introdução dessa dissertação (Momigliano, 2004, p. 72, 75-76; Walbank, 1990, p. 42, 58, 79).

⁹⁹ Ver, sobre a fortuna, e sobre a deidade *Fortuna*, a Introdução dessa dissertação. O conceito de fortuna (“*Tykhe*”) em Políbio está discutido à frente, em nosso texto.

De acordo com Políbio, os dois primeiros livros das *Histórias* são um preâmbulo, onde se encontram as causas originais do poderio romano observado em seu tempo.

A teoria causal de Políbio está exposta de forma mais completa no Livro III (III,6.1 e ss.), onde ele distingue três conceitos: *ai=ti/a* (“*aitía*”), *pro/fasij* (“*prófasis*”) e *arxh/* (“*arkhé*”). O primeiro está relacionado às “injustiças”, aos “agravos”, ou seja, ao conjunto de julgamentos, às causas imediatas que influenciam as pessoas na decisão de fazer a guerra¹⁰⁰, mas não são as decisões propriamente ditas. O segundo é o “pretexto”, qualquer razão, seja verdadeira ou falsa, alegada como causa de uma guerra. O último é a “origem”, a primeira ação da guerra (Walbank, 1990, p. 157-160; Pédech, 2003, p. xxiii-xxiv). Walbank observa que Políbio não discute causas profundas, não analisa as causas como faríamos hoje: atenta apenas para causas “simples e racionais”¹⁰¹. A definição de *aitía*, por exemplo, implica na busca por um culpado (Walbank, 1990, p. 159-160). Em nossa concepção, essas causas simples e racionais são aquelas arroladas, por Políbio, a partir do senso comum¹⁰².

Segundo Walbank (1990, p. 3-6), o centro das *Histórias* de Políbio foi o impacto do mundo exterior, ou seja, da interconexão das políticas dos Estados helenísticos, de Cartago e, principalmente, da política romana, sobre a Grécia¹⁰³.

Políbio refere-se constantemente à sua obra, por exemplo em I,3.5, não como “*i(stori/a)*” (“*historía*”), “história” apenas, mas como “*pragmatike/*” (“*pragmatiké*”)¹⁰⁴, literalmente “estudo diligente” ou, na acepção de Políbio, “história sistemática”¹⁰⁵. Em poucas ocasiões ele se reporta à obra como “*i(stori/a)*”¹⁰⁶. Walbank (1990, p. 56-58) ensina que os termos juntos (freqüentes no texto), “*pragmatiké historía*”, devem ser traduzidos por “história política” – e militar, uma vez

¹⁰⁰ Por exemplo, as causas da Segunda Guerra Púnica foram o “ódio” de Amílcar Barca, pai de Aníbal, pelos romanos (III,6.10-6.11, 9.6), a invasão romana da Sardenha (antes território cartaginês) no intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica (III,10.4) e a conquista cartaginesa de partes da Península Ibérica, que lhes deu confiança para entrar em uma segunda guerra contra Roma (III,10.6).

¹⁰¹ No original, “*But in this there is no notion of causes operating at a deeper level. It is all shallow and rational*” (Walbank, 1990, p. 159).

¹⁰² Podemos nos lembrar aqui, ao citarmos Walbank com relação à *aitía* e à busca por um culpado, dos comentários de Bloch que incluímos na Introdução. Segundo esse autor, a procura por uma causa única, em uma análise histórica, freqüentemente expõe uma procura por responsabilidades pelos acontecimentos, ou seja, implica em um juízo de valor (Bloch, 1953, p. 193-194).

¹⁰³ A Grécia tem papel importante como centro da história de Políbio. Voltaremos a esse assunto quando comentarmos a história do “mundo” na visão de Políbio, ainda neste capítulo.

¹⁰⁴ Paton traduz por “tratamento sistemático da história” e Pédech por “história política”, mais condizente com o significado de “*pragmatiké*”. Vide Anexo .

¹⁰⁵ Vide Anexo , no final dessa dissertação.

¹⁰⁶ Por exemplo, em I,3.8.

que ambas as ocupações estavam juntas – e entendidos como referentes a uma história política que inclui evidência e argumentos, uma história detalhada. Para Pédech, o sentido é também de “história política”, mas uma história contemporânea (Pédech, 2003, p. xxi)¹⁰⁷.

História política, portanto, mas que Políbio advoga ser universal, da *oikoyméne*, o “mundo habitado”¹⁰⁸. Políbio, afirma Walbank (1990, p. 67-68), escreve uma obra que é um conjunto orgânico, coeso, e defende que registra eventos de magnitude incomparável na história (I,2), eventos que fazem parte do processo que levou à união do “mundo habitado”.

Porém, o conceito de história de Políbio se completa apenas com a inclusão de um fator intangível. Por mais que o autor defenda a importância da busca pelas causas dos eventos, o mérito da diligência na procura por evidências e a necessidade da observação e do relato mais próximo possível do que realmente aconteceu e foi dito, *Tykhe* é um conceito que permeia as *Histórias*, sendo fundamental para a coerência de sua obra (Walbank, 1990, p. 68; Pédech, 2003, p. xxxiv-xxxv; Grimal, 1975, p. 259). Existem, inclusive, para Walbank (1963, p. 5), aparentes contradições no texto das *Histórias*: se por um lado Políbio afirma em I,3.6 que existia um plano romano deliberado de conquista do mundo e a vitória na Segunda Guerra Púnica foi apenas o primeiro passo, em III,2.6 é apenas após a vitória naquela guerra que os romanos concebem seu plano de domínio universal. Walbank (1963, p. 6) e Pédech (2003, p. xvii-xviii) sustentam que a primeira versão é a que Políbio mantém com coerência¹⁰⁹ (por exemplo, XV,10.2), entendendo cada episódio como um passo dado a partir do episódio anterior¹¹⁰. Porém, em I,4, o processo de domínio deve-se à *Tykhe*, cuja influência

¹⁰⁷ Contemporânea, pois diferente da *genealogía*, comentada em nota anterior, fundamentada em lendas e tradições (Pédech, 2003, p. xxi).

¹⁰⁸ Conforme informamos, comentaremos a idéia de “mundo habitado” em Políbio mais à frente, neste capítulo.

¹⁰⁹ Políbio delineia o processo pelo qual os romanos construíram o desejo pelo domínio universal. Primeiro (na Primeira Guerra Púnica), atravessaram para Messana, na Sicília, por receio dos cartagineses (Messana seria uma base para atacar a Itália) (I,10.5-9). Após conquistarem Agrigento, decidiram tomar a ilha toda (I,20.1-2). Portanto, foi a Primeira Guerra Púnica que deu aos romanos a coragem de conceber um império universal e conquistá-lo (I,63.9), e seu progresso não se deveu ao acaso. Para Walbank (1963, p. 6), Políbio considera o ano de 241 a.C. (o último ano daquela guerra) como o início da política romana de domínio universal.

¹¹⁰ Para Políbio, a guerra contra Antíoco foi resultado da Segunda Guerra Púnica, esta última resultou da Primeira Guerra Púnica e dos acontecimentos intermediários, e assim por diante (III,32.7). O padrão por detrás dessa linha é a vontade consciente do domínio universal (IX,10.11).

tornou a história do mundo unificada (Walbank, 1963, p. 6)¹¹¹. Se por um lado Políbio acreditava, e não condenava, que um Estado deveria almejar a expansão, o império (V,102.1; XV,24.6), por outro julgava que os motivos belicosos romanos faziam parte de um grande plano transcendental de unidade mundial esquematizado por *Tykhe*, um ato de *pro/noia* (“*prónoia*”), a “Providência” (Walbank, 1963, p. 7-8, 12)¹¹². Para compreender essa contradição em Políbio é preciso entender que era lugar comum entre os gregos, conforme nos lembra Walbank (1963, p. 8 e ss.; 1990, p. 60-65, 165), a idéia de que se uma potência podia se expandir, ela o faria, pois tinham profundamente interiorizados os desejos de liberdade e dominação. Podemos verificar isto nos conflitos entre os Estados helenísticos. Era, então, tudo sugere, normal para um grego esperar o mesmo comportamento dos romanos, pois pelo menos desde a Segunda Guerra Púnica os gregos consideravam os romanos expansionistas¹¹³. Sendo grego, Políbio interpretava da mesma forma, mas como não modificava o que obtinha das fontes, atribuindo a responsabilidade pela maioria dos conflitos aos inimigos de Roma (tornando inconsistente sua visão de plano de conquista universal romano), precisou, inconscientemente (é mais provável) de uma causa, estranha aos eventos que narrou, para a união do mundo sob o domínio romano. Como só chegou em Roma após 168

¹¹¹ *Tykhe* é responsável pela ascensão de Roma ao império do mundo, a contrapartida da queda da Macedônia, e a conquista desse império é visto por Políbio, segundo Walbank (1963, p. 6), como parte de um plano transcendental.

¹¹² Providência, nesse caso, provém da filosofia estoica. De acordo com Long (2006, p. 417), os estoicos tomavam “a divindade cósmica como idêntica não só à causalidade ou ao destino, mas também à providência”, e tomavam o mundo como “causado e instanciado por Deus [*sic*], como sumamente bom, belo e tendente, por desígnio divino, ao benefício de seus habitantes humanos”. Reale (2002, p. 314), porém, adverte que a Providência, para os estoicos, nada tem a ver com aquela de um Deus pessoal, com o *transcendente* (não natural, mas de natureza diversa dos seres naturais, que é sublime, que transcende do sujeito para algo fora dele), mas está relacionada ao *imane*nte (que está contido em todos os seres, ou que provém de todos os seres), ao fato de todas as coisas terem sido feitas pelo *lógos*, razão e inteligência, “como se deve e como é melhor que sejam”. A Providência “coincide com a alma do mundo, com o próprio mundo panteisticamente [*sic*] entendido”, e o seu artífice é imanente.

¹¹³ O expansionismo romano, segundo Walbank (1963, p. 8 e ss.), não é atestado por Políbio quando comenta as causas específicas das guerras, ao contrário de sua visão geral sobre a unificação do mundo. Políbio não considera os romanos responsáveis pela Segunda Guerra Púnica ou pela Terceira Guerra Macedônica, por exemplo. Quanto à acusação de expansionismo, segundo Políbio, alguns gregos consideravam a aliança dos etólios com Roma, contra os macedônicos (Primeira Guerra Macedônica), uma aliança de gregos e bárbaros contra gregos (IX,37.7; XI,5.1; V,104; V,105.4-105.10), e Políbio cita alguns discursos nessa linha (IX,37.7) proferidos por inimigos dos romanos, da Acarnânia ou da Macedônia, ou por políticos de Estados neutros tentando finalizar a Primeira Guerra Macedônica, os quais descrevem os romanos como bárbaros que vinham escravizar a Grécia. Políbio não se refere aos romanos, nunca, como bárbaros (ver nossos comentários contra Champion em nota posterior), o que o credencia como confiável nas descrições dos discursos gregos. Mesmo após a “Liberção da Grécia” por Tito Quíncio Flaminino, em 196 a.C. (uma ação política contra a visão negativa grega com relação aos romanos), e a saída de todas as tropas romanas da Grécia, os etólios pediram o socorro de Antíoco, monarca selêucida, que desembarcou no continente grego como “libertador” da Grécia, contra os romanos.

a.C., quando esse domínio era para ele incontestado, sua inevitabilidade deve ter se tornado evidente. É nesse ponto que Walbank suspeita que as vicissitudes de *Tykhe* tomam forma na mente de Políbio, como algo que equilibra a visão grega de tendência ao domínio com o domínio por causas não domináveis. *Tykhe*, então, uma força maior, intangível, com um objetivo único de ordenação universal, juntamente com o mérito romano responde ao porquê dos romanos se tornarem senhores de todo o mundo habitado (Walbank, 1963, p. 8 e ss.; Walbank, 1990, p. 60-65, 165)¹¹⁴.

Outro conceito fundamental para a história política de Políbio é o do ciclo das constituições, *politeiôn anakýklosis* (VI,9.10). Trata-se da transformação natural de uma forma de governo em outra, de forma cíclica. A teoria da *anakýklosis* – o ciclo das constituições –, da forma como nos é apresentada por Políbio (VI,4.11-4.13; VI,5.4-9.9; VI,9.11-9.14; VI,43.2; VI,51.3-51.8; VI,57.8-57.4), é uma mudança, no tempo, segundo a qual todo Estado se desenvolve de acordo com a natureza: nasce, cresce, se desenvolve, atinge o auge, decai e tende a desaparecer, quando então o ciclo começa novamente. Dessa forma, os regimes políticos se sucedem em uma ordem natural, onde as formas “puras”, ou simples, geram, cada uma, uma forma “degenerada” de governo, a qual, por reação, origina outra forma “pura”. Assim, a monarquia, implantada pela força, dá origem ao reinado, fundado sob o direito, que é sucedido pela tirania (reinado abusivo). Esta é seguida pela aristocracia (o melhor governo), que gera a oligarquia (aristocracia corrompida). A oligarquia é sobrepujada pela democracia, que é substituída pela oclocracia (o pior dos governos), a qual, finalmente, é dominada pela monarquia (Walbank, 1990, p. 131-132, 134, 137, 142; Pédech, 2003, p. xxii-xxiii)¹¹⁵.

¹¹⁴ Segundo Walbank (1990, p. 32-33), Políbio não era versado em filosofia e, ao contrário de Pédech (2003, p. ix), que comenta que Políbio deve ter sido treinado em filosofia, observa que a esta recebe, nas *Histórias*, um tratamento superficial. Aceitamos a visão de Walbank, pois o texto de Políbio sugere um conceito de *Tykhe* que, se pode ser relacionado à ordenação do mundo, pode ser igualmente ligado a destino ou a circunstância (em seu texto vemos repetidas vezes a idéia de “vicissitude”, ou seja, contingência, eventualidade, sorte). É, portanto, uma versão pouco elaborada da Providência estóica. Provavelmente, a idéia de Providência de Políbio provém, como outras, e como já mencionamos na Introdução, não do conhecimento filosófico, mas do senso comum. Políbio era um homem de ação, não um estudioso.

¹¹⁵ Beltrão (2002, p. 27, 39-40, 43-44) alerta que Políbio não fornece exemplos específicos que validem a teoria e, inclusive, apresenta casos que a contradizem. Porém, para a autora, isto se dá por que Políbio não apresenta um ciclo rígido de explicação da História e a previsão do futuro, para o autor grego, não estava ligada à mudança sequencial das constituições – que é observável nas constituições simples, não mistas, dos Estados gregos –, mas no fato de que “a organização social e a mudança dependem do comportamento de seus membros constituintes, e seu comportamento depende, por sua vez, dos dados e padrões da natureza humana”: a razão, a busca pelo “auto-engrandecimento”, e a cooperação para a autopreservação. Tanto no caso da emergência da aristocracia, quanto da democracia, o que observamos, segundo Beltrão (2002, p. 39), é “a estrutura de poder da revolução”, quando “o povo está pronto para apoiar qualquer tipo de mudança”. Análises detalhadas do Livro VI podem ser encontradas em Beltrão (2002, p. 26 e ss.), Walbank (1990, p. 130 e ss.) e Cole (1964, p. 440 e ss.).

Políbio introduz esse conceito no Livro VI e, é interessante notar, nos informa que faz apenas uma exposição sumária sobre a *anakyklosis* (VI,5.1), pois a mesma já foi explicada por autores anteriores¹¹⁶. Porém, como essa explicação foi feita de forma detalhada e não inteligível a qualquer pessoa, seu resumo do assunto é, então, segundo ele, aplicável à história política e direcionado ao senso comum (VI,5.2), para que fique compreensível a todos, uma demonstração da forma com que nosso autor discorre sobre assuntos que considera primordiais mas que, ao que tudo indica, não domina¹¹⁷. Para discorrer sobre a constituição romana Políbio recua até o período do decenvirato, ou até o consulado que o seguiu, ou seja, até cerca de 449 a.C., a época da promulgação da Lei das XII Tábuas¹¹⁸. Desde este período, segundo nosso autor, Roma possui uma constituição mista¹¹⁹ (reinado, aristocracia e democracia), a qual, gradualmente e de forma natural¹²⁰, alcança a perfeição durante a Segunda Guerra Púnica, quando as forças representadas por cada elemento constitucional, os cônsules, o Senado e as assembleias¹²¹, estão balanceadas, não sendo possível o exercício excessivo de poder por nenhum deles (Walbank, 1990, p. 147-149-150; Pédech, 2003, p. xxxiii, xl). A constituição romana, portanto, segundo Políbio, é fruto de uma disciplina adquirida a partir da prática de muitos conflitos e problemas e pela escolha, sempre, do melhor, à luz de experiências conseguidas no infortúnio (VI,10.13-10.14). É, em suma, um

¹¹⁶ Weil (2003a, p. 19-20) comenta que é possível apenas formular hipóteses sobre a origem dessa teoria da *anakyklosis*. Segundo esse autor, na *República*, de Platão, temos um desenvolvimento análogo. Na *Política*, de Aristóteles, existem vários esquemas sobre o assunto, sendo que Aristóteles insiste que diferentes desenvolvimentos são possíveis. Outras obras dos mesmos filósofos contêm a teoria. Autores como Panécio, Dicearco e Teofrasto também podem ter comentado a *anakyklosis*. De acordo com Beltrão (2002, p. 26-27), essa teoria parece uma combinação de elementos retirados de três tradições: uma que remonta a Heródoto, passando por Platão, Aristóteles e os filósofos peripatéticos, a partir da classificação e da comparação do valor das constituições; outra, também discutida por Platão, Aristóteles e os filósofos peripatéticos, sobre a mudança das constituições; e a terceira, relacionada à especulação de vários filósofos – entre eles Protágoras, Demócrito, Platão, Aristóteles, Epicuro e peripatéticos e epicuristas posteriores –, que discutiram a origem da sociedade. Para Walbank (1990, p. 138-142, 144), Políbio parece derivar sua teoria da *anakyklosis* de teorias sobre a origem natural das sociedades (indivíduos ignorantes, saídos de um caos criado por forças naturais, geram filhos e, com o tempo aglutinam-se em grupos, criam cidades, e assim por diante), que ligavam o ciclo biológico da vida com o desenvolvimento dos grupos sociais. Várias fontes podem ser arroladas para a *anakyklosis*, sofistas, Platão, Aristóteles e estóicos. Além disso, existiam vários tratados e teorias no século II a.C. que associavam o ciclo biológico vital a diversos contextos. Uma dessas teorias, uma possível influência em Políbio, é a teoria, popular na época e posteriormente, sobre a natureza do universo, escrita, provavelmente por um pitagórico nascido no século V a.C., Ocelo Lucano.

¹¹⁷ Sabemos que Políbio tem treinamento prático em assuntos políticos e militares e que, muito provavelmente, não era versado em filosofia ou em estudos teóricos, conforme comentamos.

¹¹⁸ Conforme comentamos acima, Políbio relaciona o início da progressão dos diversos elementos da constituição romana a trinta anos após a passagem de Xerxes para a Grécia, ou seja, 450 a.C. (VI,11.1).

¹¹⁹ A idéia de que uma constituição mista é estável é muito anterior a Políbio. Sua origem pode ser encontrada no século V a.C., segundo Walbank (1990, p. 135).

¹²⁰ Ou seja, de acordo com as leis naturais de nascimento, crescimento, maturidade, etc.

¹²¹ Associados por Políbio ao reinado, à aristocracia e à democracia, respectivamente.

produto da prática e da experiência. O mérito e a fortuna (*Tykhe*), responsáveis pela ascensão de Roma ao domínio da *oikoyméne*, estão, como podemos verificar, entranhados na constituição romana, da forma como Políbio a vê, pois sua “evolução natural” é um reflexo do desenvolvimento da própria sociedade romana¹²².

Porém, conforme nota Walbank (1990, p.133 e ss.), existe uma contradição entre a estabilidade da constituição mista romana – que não se encaixa em nenhuma fase da *anakýklosis* – e certas passagens que indicam que esta constituição também mudará de acordo com a teoria da *anakýklosis* (VI,9.10-9.14, 10.7, 51.3 e ss.). Contudo, sendo o esquema do ciclo das constituições de acordo com a natureza, e a constituição romana desenvolvida de forma natural, ao final, sem citar Roma especificamente, Políbio indica a mudança esperada para todo Estado que alcança a supremacia incontestada: os cidadãos tornam-se corrompidos, os líderes atraídos pela extravagância e a luta por cargos de magistratura leva à adulação do povo, que não mais obedece e nem se considera igual aos que governam, mas requisita o poder (VI,57.5 e ss.). À constituição será dado o nome de democracia, mas uma oclocracia é que estará governando (Walbank, 1990, p. 154-155)¹²³. Para Beltrão (2002, p. 43-44) não se trata de contradição, mas da utilização de pressupostos consistentes sobre a natureza humana, o comportamento humano, os quais nosso autor usa para explicar ações individuais e coletivas. Ações que levam ao que denominaríamos hoje de mudanças sociais, que para Políbio são passíveis de previsão a partir da observação das ações contemporâneas e das tendências passadas em uma dada sociedade. Pensamos que essas são considerações que Políbio, certamente, externou a partir de sua observação da sociedade romana, mas também da cartaginesa,

¹²² Podemos verificar, como nota Walbank (1990, p. 8, 155), que Políbio interpreta os aspectos ligados à mecânica (formais) da constituição romana e pouco compreende (de qualquer forma, não os cita) os costumes básicos e as regras tácitas da política em Roma, como as relações patrono-cliente e as obrigações a elas relacionadas, que determinavam como a *nobilitas* dominava as instituições e a sociedade romana. Políbio não nota (ou não comenta) as nuances da vida política em Roma e os valores estimados pela *nobilitas*.

¹²³ O declínio da sociedade romana, naturalmente esperado pela teoria da *anakýklosis*, estaria em algum momento no futuro. Para Beltrão (2002, p. 43), não existe indicação, nas *Histórias*, de que uma mudança violenta ocorreria na estrutura de poder romana, talvez por que sua constituição é mista. O povo, nesse caso, sendo também executor do poder – nas assembleias –, poderia controlar o Estado sem a remoção das outras partes, governando em seu próprio benefício – porém, “guiado pelos magistrados” eleitos. Ou seja, de acordo com Beltrão (2002, p. 42 e ss.), Políbio usa, não a seqüência ordenada (a teoria da *anakýklosis*) para projetar o futuro de Roma, mas “apenas os princípios explicativos que dirigem a seqüência”. Utiliza, então, esses princípios para “descrever uma nova mudança constitucional”, da constituição mista ideal para uma oclocracia (VI,57.5 e ss.), previsão que faz em termos do amor pelas magistraturas, o desprezo pela obscuridade, etc., quer dizer, em termos do comportamento humano. Dessa forma, quando um Estado adquire domínio, segurança e prosperidade permanente, o padrão de vida dos cidadãos torna-se mais sofisticado e esses competem mais acirradamente por ofícios e outros “objetos de desejo”.

pois esta última havia experimentado, no passado, uma constituição mista (VI,51.1-51.2). Ao comparar as constituições que ambos os Estados possuíam durante a Segunda Guerra Púnica – quando a romana estava, em seu modo de ver, no auge –, Políbio comenta que:

Pois, com efeito, se existe sempre, para um corpo, uma constituição ou uma ação, um desenvolvimento conforme a natureza seguido de um período de maturidade e depois por um declínio, e se em todos os aspectos o período de maturidade marca um ápice, segundo esse princípio uma diferença se produz entre os dois regimes justamente nessa época. Pois, assim como o poder e a prosperidade de Cartago eram anteriores àqueles de Roma, há muito Cartago começou realmente a decair, enquanto Roma estava exatamente em seu auge, ao menos no que concerne ao seu sistema de governo [...]. Conseqüentemente, a multidão em Cartago tinha, realmente, adquirido a voz principal nas deliberações, enquanto em Roma o Senado ainda retinha essa voz; e, assim, da mesma forma que em um caso [...] as massas deliberavam e no outro [...] os homens mais eminentes, as decisões romanas em relação aos assuntos públicos eram superiores [...] (VI,51.5-51.8).

A mudança da constituição mista para a oclocracia, então, é uma previsão baseada na observação do desenvolvimento “natural” das constituições de Cartago e de Roma.

AS FONTES DE POLÍBIO

Comentamos anteriormente que Políbio considera o testemunho, principalmente o testemunho ocular, a principal fonte histórica. Porém, pode-se derivar de seu texto que utilizou obras de outros autores e documentos como fonte para certas partes das *Histórias*, principalmente, como nos lembra Walbank (1990, p. 43, 77), aquelas relativas aos eventos anteriores a 220 a.C., devido à antiguidade dos fatos¹²⁴. Faremos a seguir um breve comentário sobre essas fontes.

¹²⁴

Algumas fontes não são passíveis de reconhecimento (Walbank, 1990, p. 79).

Os dados referentes a algumas digressões sobre assuntos do século IV a.C. ou anteriores, Políbio possivelmente retira de Éforo¹²⁵ e Calístenes¹²⁶ (Walbank, 1990, p. 79).

Para os acontecimentos anteriores a 220 a.C., um dos historiadores ao qual Políbio se refere é Árato, de Sícion, um estadista aqueu, o qual é mencionado com frequência como fonte de assuntos relativos à Grécia (II,56.1 e ss.). O final da obra de Árato é o ponto de partida da obra de Políbio (I,3.2-3.3; IV,2.1-2.2), que denomina o trabalho daquele autor de “su/ntacij” (“*sýntaksis*”), “narrativa” na acepção de Políbio¹²⁷, diferindo, portanto, o método historiográfico de Árato do seu próprio, a “história sistemática”.

Políbio também leu, e provavelmente utilizou, autores que desqualifica como historiadores (Walbank, 1990, p. 34 e ss.). Alguns ele apenas critica, como Zenão e Antístenes¹²⁸ (XVI,15.8), comparando outros com os autores que considera dignos em seus escritos (Walbank, 1990, p. 34 e ss.; Pédech, 2003, p. xxii). Um dos que mereceram grande crítica é Filarco, o qual utilizou para as narrativas referentes à Grécia anteriores a 220 a.C. Políbio censura Filarco por apresentar o lado mais emotivo dos acontecimentos, considerando seu tratamento da História vulgar, efeminado e sem valor histórico¹²⁹ (II,56.9), e o compara a Árato, este último sendo a fonte que, segundo ele, utiliza (Walbank, 1990, p. 39, 77; Pédech, 2003, p. xliii)¹³⁰.

As preliminares da Primeira Guerra Púnica têm como fonte a obra de Timeu de Tauromênio¹³¹. Políbio critica Timeu por quase todo o Livro XII (XII,4c.3 e ss.) e por vários motivos (por exemplo, por preferir livros como fonte, ao invés de testemunhas

¹²⁵ Vide nota anterior sobre Éforo, o primeiro, segundo Políbio, a procurar escrever uma história do mundo.

¹²⁶ Historiador grego nascido na primeira metade do século IV a.C. Acompanhou Alexandre, o Grande, em suas campanhas no oriente e escreveu uma biografia do macedônico, hoje perdida (Howatson, 1997, p. 111).

¹²⁷ Vide Anexo .

¹²⁸ Historiadores nascidos em Rodes que, apesar de criticados, provavelmente foram utilizados por Políbio como fonte para eventos na Grécia e na Ásia Menor (Walbank, 1990, p. 54, 81).

¹²⁹ Políbio cita a forma como Filarco descreve um panorama de mulheres aglutinando-se descabeladas, com os seios à mostra, e grupos de pessoas com crianças e idosos, chorando, todos sendo levados à escravidão. Para Políbio um historiador deve descrever “o que realmente aconteceu e foi realmente dito”, pois o objeto da Tragédia (ele compara Filarco a um poeta trágico) é oposto ao da História (II,56.7-56.16). Segundo Walbank (1990, p. 34-39, 77), Filarco (e seus antecessores), na realidade, se importava com os aspectos emocionais das relações humanas, revelando uma ampliação positiva do escopo da História. Políbio, por outro lado, preocupava-se com os perigos políticos e morais, para os propósitos que acreditava principais para a escrita da História, que historiadores como Filarco representavam.

¹³⁰ Apesar de criticar Árato por não narrar a totalidade dos fatos (II,47.11).

¹³¹ Notar os comentários, em nota anterior, a respeito de Timeu e Árato e suas obras enquanto marcos iniciais para as *Histórias*.

que estariam disponíveis), mas também, segundo Walbank (1990, p. 52-54, 100-101), provavelmente por que Timeu escreveu uma história em que a Sicília e o Mediterrâneo Ocidental, e não a Grécia (ou o Peloponeso) e o Mediterrâneo Oriental, estavam no centro da narrativa, e por que era considerado o primeiro historiador a escrever uma história de Roma. Apesar disso, reconhece méritos em Timeu (XII,27.3), adotando inclusive seu sistema cronológico para uso nas *Histórias* (XII,11.1).

No que concerne à nossa dissertação, os autores mais importantes são Fábio Pictor¹³² e Filino, de Acragás¹³³ (I,14-15; III,26.3-26.4), fontes de Políbio para a Primeira Guerra Púnica (Walbank, 1990, p. 77-79). Políbio acusa Fábio Pictor de ser partidário dos romanos e Filino de partidarismo em relação aos cartagineses (I,14.1-3; I,15.12), sendo praticamente impossível, para Walbank (1990, p. 77-78), separar quando Políbio utiliza um ou outro autor.

Fontes orais podem também ser tentativamente identificadas (Walbank, 1990, p. 74-77, 80). A primeira referência a testemunhas acontece em III,48.12, quando Políbio afirma ter entrevistado pessoas que estiveram presentes à travessia de Aníbal pelos Alpes, em 218 a.C. (Walbank, 1990, p. 79-80)¹³⁴. Sua posição de amigo (ou cliente) de Cipião Emiliano e seu antigo papel político na Liga Aquéia devem tê-lo ajudado a construir uma posição de destaque no mundo político da época¹³⁵, auxiliando-o na escrita dos assuntos de seu tempo ou pouco anteriores, a partir do acesso ao testemunho de personalidades do mundo político seu contemporâneo (Walbank, 1990, p. 74-75). Walbank (1990, p. 74-76) cita algumas, dentre as quais é possível discriminar príncipes selêucidas, pessoas do relacionamento do rei macedônico Perseu¹³⁶, políticos etólios, e “*filoi*”¹³⁷ do egípcio Ptolomeu Filometor¹³⁸ (V,7.7-14.7; XII,5.1-5.3). Entre os romanos,

¹³² Aristocrata romano. Participou da Segunda Guerra Púnica e foi enviado a Delfos para consultar o oráculo de Apolo, após a derrota romana na batalha de Canas, com o objetivo de descobrir como apaziguar os deuses (Grimal, 1975, p. 188). A obra de Fábio Pictor, segundo Grimal, intitulava-se “Ações dos romanos” (Grimal, 1975, p. 150). Porém, acreditamos que o título adotado por Chassignet (2003, p. lvi-lxiii), “*Annales*”, é o mais próximo do original, pois está de acordo com a denominação que Cícero, segundo a autora, confia à obra.

¹³³ Filino escreveu uma história local (diferente, na acepção de Walbank para a obra de Políbio, de uma história do mundo) sobre a Primeira Guerra Púnica (Walbank, 1990, p. 78). Acragás (Agrigento, para os romanos) corresponde à atual Agrigento, na Sicília.

¹³⁴ Políbio não especifica se eram cartagineses, gregos, gauleses ou númidas (Walbank, 1990, p. 79-80).

¹³⁵ Como demonstra sua atuação ao lado dos romanos e nos assuntos gregos. *Vide* a biografia de Políbio acima, neste capítulo.

¹³⁶ A corte de Perseu (juntamente com qualquer um que tivesse participado de alguma embaixada macedônica em Roma) foi deportada para a Itália na mesma época que os aqueus (Walbank, 1990, p. 75).

¹³⁷ “Amigos”, na acepção da Antiguidade, pessoas cujo relacionamento era entre semelhantes, no sentido de que não havia relação de clientela (basicamente, não deviam favores políticos e econômicos). Sobre os fundamentos das relações de clientela e amizade, ver Wolf (2003, 104-110).

à medida que a influência política de Cipião Emiliano aumentou, deve ter crescido, igualmente, a habilidade de Políbio de se inteirar da política romana. Uma das fontes orais que Políbio cita é Lélío, o antigo comandante de cavalaria que acompanhou Cipião, o Africano, durante a Segunda Guerra Púnica. Políbio (X,3.2 e ss.) afirma o utilizar como fonte para a tomada de Nova Cartago, um dos eventos cruciais daquela guerra para os romanos¹³⁹. Outras fontes orais foram certamente utilizadas, mas não constam da lista fornecida por Políbio (Walbank, 1990, p. 76-77, 80-81).

Quanto a documentos, Políbio claramente se utilizou deles, mas não podemos precisar todos. Entre eles, uma carta de Cipião, o Africano, para Felipe V, narrando os acontecimentos da Península Ibérica durante a Segunda Guerra Púnica, e outra carta (XXIX,14.3 = Plutarco, *P. Emílio*,15), enviada por Cipião Nasica para um rei helenístico não identificado, sobre a Terceira Guerra Púnica. Discursos públicos devem ter constituído outra fonte (Walbank, 1990, p. 82)¹⁴⁰. Provavelmente, segundo Momigliano (2004, p. 100), Políbio utilizou-se ocasionalmente de arquivos. Por exemplo, para escrever o Livro VI, onde comenta a constituição romana, muito provavelmente se baseou, além da observação do cotidiano político romano, na documentação relativa às XII Tábuas (Walbank, 1990, p. 148-149; Bretonne, 1998, p. 41-44). Walbank comenta também a possibilidade da utilização de arquivos e inscrições, como, por exemplo, a inscrição de Aníbal que Políbio afirma ter descoberto no templo de Hera¹⁴¹, no promontório de Lacínio¹⁴² (III,33.17-33.18; III,56.4). Contudo, como adverte Walbank, é mais provável que tivesse acesso apenas a documentos textuais aqueus e romanos (Walbank, 1990, p. 82-84).

Em relação aos tratados romano-cartagineses, que descreve no Livro III (III,21.9-27.10), serviu-se de documentos relacionados àqueles tratados existentes em

¹³⁸ Outras referências aos testemunhos recolhidos por Políbio estão no Livro XXVII (XXVII,8.5 = Tito Lívio,XLII,58,62), no Livro XXIX (XXIX,3.3 = Tito Lívio,XLIV,23; XXIX,8.10 = Tito Lívio,XLIV,24.9), no Livro XXX (XXX,2.2-2.4 = Tito Lívio,XLV,19) e no Livro XXXI (XXXI,12.8).

¹³⁹ Walbank (1990, p. 76-77) advoga que a narrativa da tomada da cidade cartaginesa foi baseada em uma mistura de fontes, que, além de Lélío, incluem uma história pró-cartaginesa de Sileno de Caleacte, e uma carta escrita por Cipião, o Africano, endereçada a Felipe V, então rei da Macedônia. Sileno escreveu uma periegesis (descrição de uma região) sobre a Sicília, denominada *Sicélica*, e uma *História Anibálica*, cuja introdução incluía os eventos ligados ao intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica. Sileno acompanhou Aníbal na Itália (Walbank, 1990, p. 78, nota63, 80, nota 77).

¹⁴⁰ Políbio comenta sobre um discurso que um político ródio, Astímedes, proferiu em Roma, em 168 ou 167 a.C., e que foi publicado pelo próprio autor (XXX,4.10-4.11).

¹⁴¹ Equivalente a Juno, na *interpretatio graeca*.

¹⁴² A inscrição, em um tablete de bronze, continha, segundo Políbio, relações das forças utilizadas por Aníbal na Península Ibérica. O promontório de Lacínio encontra-se na costa sudeste da Itália (na região da atual Calábria) e é conhecido hoje como Cabo *Colonna*.

Roma, mas, provavelmente, não dos tratados originais (Walbank, 1990, p. 81)¹⁴³. Políbio descreve seis tratados, cinco que considera autênticos (509, 348, 279 ou 278, 241 e 226 a.C.) e um concebido como falso (306 a.C.), os quais são extensivamente discutidos por Palmer (1997, p. 15-22, 50-51) e por Serrati (2006, p. 113 e ss.). Esses tratados estão comentados no Capítulo II.

A HISTÓRIA DE “TODO O MUNDO HABITADO”

A extrapolação dos limites políticos da cidade durante o helenismo inaugura uma nova fase na historiografia do mundo mediterrâneo. Os historiadores continuam a tratar da política e dos políticos, mas agora a extensão dessa história política coincide com a ampliação das fronteiras políticas. A história passa a discutir o mundo helenístico, uma entidade geográfica, cultural e política que ultrapassa as antigas linhas de fronteiras do mundo grego, o mundo das cidades contra as cidades. Os conflitos armados passam a acontecer, principalmente¹⁴⁴, entre os reinos helenísticos – e com Roma, a herdeira, por conquista, daqueles reinos – e os historiadores do mundo mediterrâneo escrevem, portanto, a história desses Estados e de seus políticos.

Nesse contexto, Políbio é um historiador que marca essa época de mudanças da historiografia antiga. Sua história é a história do *mundo*, uma história política do *mundo*, a qual tornou-se factível de ser contada, segundo as próprias palavras de Políbio (I,2.7; I,3.3-3.6), e como observa Momigliano (2004, p. 103), devido às conquistas romanas. Políbio também reconhece as mudanças na conformação do mundo em termos de sua extrapolação geopolítica:

Porém, em nossa época, uma vez que, devido ao império de Alexandre na Ásia e ao dos romanos em outras partes do mundo, quase todas as regiões tornaram-se acessíveis pelo mar ou pela terra, e uma vez que nossos homens de ação¹⁴⁵ na Grécia estão dispensados de suas ambições sobre uma carreira militar ou política e têm, portanto,

¹⁴³ Os tratados originais, que ficavam no denominado “tesouro dos edis”, ao lado do templo da tríade do Capitólio, eram de leitura difícil até para expertos romanos, devido ao arcaísmo do latim. Porém, Pédech afirma que Políbio utilizou-se dos textos antigos daqueles tratados (Pédech, 2003, p. xlii).

¹⁴⁴ Principalmente, mas não exclusivamente. Litígios entre cidades-Estado ocorriam, e um exemplo é a Guerra da Acaia (149 a 146 a.C.), discutida em nota anterior.

¹⁴⁵ Entenda-se aqui como “homens de ação” os políticos. “Ação” tinha, na Antiguidade, relação direta com cidadania, com liberdades políticas. Como nos adverte Arendt (2006, p. 52-53), o agir se conectava com a distância entre ser escravo e ser cidadão. Após o advento dos impérios (a partir do século IV a.C.), de acordo com o contexto histórico, o “cidadão” teve seu *status* modificado para “súdito”. A passagem deixa também claro que Políbio reconhece a perda dos direitos políticos dos gregos.

amplos meios pelos quais inquirir e estudar, devemos estar aptos a adquirir melhores conhecimentos, e algo mais próximo da verdade, sobre lugares que eram, anteriormente, pouco conhecidos (III,59.3-59.5).

Políbio, portanto, sabia das possibilidades, em termos de conhecimento, que as conquistas romanas permitiam e segue no texto afirmando que viajou pela Líbia¹⁴⁶, pela Ibéria¹⁴⁷ e pela Gália¹⁴⁸, e pelos “[...] mares que estão no lado mais distante dessas terras [...]”¹⁴⁹, submetendo-se aos “[...] perigos da jornada [...]”, com a intenção de “[...] corrigir os erros de escritores anteriores e tornar aquelas partes do mundo também conhecidas pelos gregos” (III,59.6-59.8). Políbio usa aqui a expressão “mundo” (*oikoyméne*) ao enumerar os lugares pelos quais viajou. Contudo, conforme veremos, não inclui esses locais ao referir-se às regiões conquistadas pelos romanos.

Enquanto o tema principal das *Histórias* está relacionado ao domínio romano sobre o mundo mediterrâneo, o motivo que levou Políbio a escrever foi, segundo ele, o fato de que a partir da Segunda Guerra Púnica (denominada por Políbio de Guerra Anibálica¹⁵⁰) os eventos *mundiais* se viram interligados pelo advento do poder romano. Esta guerra foi escolhida como o início da obra, então, por que a partir dela os assuntos relativos à política dos Estados helenizados do Mediterrâneo estavam, na interpretação de Políbio, reunidos:

Antes, os acontecimentos do mundo tinham sido, por assim dizer, dispersos, pois não eram interligados por nenhuma unidade de iniciativa, de resultados ou de localização. Desde essa época¹⁵¹, porém, a História passou a ser um todo orgânico, e os assuntos da Itália e da Líbia interligaram-se com os da Grécia e da Ásia, todos convergindo para um único fim. E essa é a razão para eu começar a sua história sistemática a partir dessa data (I,3.3-3.5).

¹⁴⁶ Vide Anexo .

¹⁴⁷ Vide Anexo .

¹⁴⁸ Vide Anexo .

¹⁴⁹ Sabemos da movimentação de Políbio por esses mares através de Plínio (XXXIV,15.7 = Plínio, *Hist. Nat.*, V.9). Políbio viajou pela costa norte da África, além do que denominamos hoje de Estreito de Gibraltar, até o atual Marrocos, com uma flotilha provida por Cipião Emiliano (Walbank, 1990, p. 11).

¹⁵⁰ Vide Anexo .

¹⁵¹ Ou seja, desde a 140^a Olimpíada.

Os dois primeiros livros foram, conforme discutimos acima, escritos como um preâmbulo para se compreender o restante da obra. Além dos motivos já comentados para o início na 140^a Olimpíada, o motivo temático é que aquela data marca o ponto em que os assuntos dos Estados helenizados convergem politicamente, por causa do surgimento do poder romano, o ponto focal¹⁵².

Voltando agora a atenção para um trecho já discutido, anterior ao transcrito acima, e comparando ambos, conseguimos compreender o significado de “mundo” para Políbio: “Mas os romanos, em submetendo não algumas partes, mas quase a totalidade do mundo habitado [...]”¹⁵³ (I, 2.7). “Mundo”, ou “mundo habitado”, é a tradução que se encontra nos dicionários para a palavra grega οἰκουμένη (“*oikoyméne*”), “mundo helenizado”, por oposição ao “mundo bárbaro”, ou não helenizado. O “mundo” para Políbio, é o mundo helenizado, e o autor estabelece claramente no texto essa representação do mundo, a qual estrutura a sua própria identidade: a de pertencimento aos povos helenizados do mundo mediterrânico. De acordo com sua percepção do mundo, Políbio classifica o que não faz parte do mundo helenizado como “alheio”. Essa representação estrutura, organiza o mundo como “helenizado” e “não helenizado”, criando um limite, uma fronteira de identificação, um mundo que, para Políbio, está incluído, e outro externo, não identificável como parte integrante do mundo e, portanto, excluído dele¹⁵⁴. A história dos “[...] acontecimentos do mundo [...]” “[...] passou a ser um todo orgânico [...]” e “[...] essa é a razão [...]”, segundo Políbio, para o início da “[...] sua história sistemática a partir dessa data”. A expressão “sua história” refere-se, então, à história dos assuntos do mundo helenizado, à época quando esses assuntos “[...] da Itália e da Líbia interligaram-se com os da Grécia e da Ásia, todos convergindo para um único fim”. A representação de Políbio do mundo habitado (e devemos entender aqui que esta representação era compartilhada pelos romanos, como veremos mais à frente no texto) abrangia¹⁵⁵ a Península Itálica, a Líbia, a Grécia e a Ásia¹⁵⁶. Fora desses

¹⁵² Para Políbio, os eventos do mundo ainda não estavam interconectados *durante* o período equivalente à 140^a Olimpíada. Apenas após 216 a.C. essa interconexão ocorre. Desse modo, nosso autor inclui, em algumas partes da obra, indicações sobre o sincronismo entre os eventos que narra coincidentes com aquela Olimpíada (Walbank, 1990, p. 5-6).

¹⁵³ As traduções de Paton e de Pédech, conforme já comentamos em outra nota, diferem nesse trecho. Da mesma forma que para a lacuna, mantivemos a versão de Pédech para o intervalo sobrevivente dos manuscritos. *Vide Anexo*.

¹⁵⁴ Observar as definições e comentários de Chartier, Moscovici e Barth sobre como as representações e a identidade demarcam limites para a alteridade (Chartier, 2002, p. 17; Moscovici, 2005, p. 20-21; Barth, 2000, p. 33).

¹⁵⁵ Políbio, em uma passagem pouco acurada (III,36.6-38.3), de acordo com Walbank (1990, p. 118-119), identifica os limites geográficos dos locais aos quais se refere: a Líbia, entre as Culunas de

limites estava a alteridade¹⁵⁷. Políbio, conforme comentamos, não inclui a Gália e a Ibéria, às quais se refere ao mencionar suas viagens pelo mundo, como membros do mundo habitado¹⁵⁸.

O fato de elogiar Éforo como o primeiro a procurar narrar uma história do mundo é igualmente esclarecedor quanto à sua visão de mundo. Walbank (1990, p. 3) nos informa que a obra de Éforo era, basicamente, uma história das cidades-Estado que bordejavam o Mar Egeu¹⁵⁹. De Éforo a Políbio a representação grega do mundo habitado aumentou na proporção em que se ampliaram os limites da helenização do mundo. A partir de Políbio, os limites do mundo helenizado tornam-se os limites do mundo dominado pelos romanos, limites que, expandidos para abarcar o “mundo” exterior à *oikoyméne* grega, compreenderão o *orbis terrarum* romano.

Walbank (1990, p. 26-27, 49, 68-69) atenta para outro ponto relacionado à perspectiva de mundo de Políbio: sendo natural da Arcádia, posiciona a narrativa a partir da perspectiva do Peloponeso. Políbio demonstra uma tendência política favorável a Felipe II da Macedônia¹⁶⁰, tido como salvador do Peloponeso contra o domínio de Esparta no século IV a.C., atribui muita importância à queda da mesma Macedônia (167 a.C.) como contrapartida ao início do império de Roma, e o objeto principal das *Histórias*, a formação desse império, tem sua narrativa acompanhada pelo crescimento do domínio da Liga Aquéia sobre todo o Peloponeso até 167 a.C., o ano em que foi enviado para Roma (II, 2.2; II,37.7-37,11; II,45.1; XXIX,21 = Tito Lívio, XLV,9.2).

Hércules (atual Estreito de Gibraltar) e o rio Nilo; a Ásia, entre o rio Nilo e o rio Don (rio que deságua ao norte do atual Mar Cáspio). Portanto, a Ásia, para Políbio, inclui o Egito (lembrar que o ocidente do Nilo era tido como a terra dos mortos, pelos egípcios. As tumbas egípcias são encontradas a oeste do Nilo). Porém, nas *Histórias* os eventos da Líbia se atêm, geograficamente, à porção atual da África que se estende da atual Líbia até o Marrocos; os da Ásia se atêm ao Egito, aos domínios selêucidas e à Ásia Menor.

¹⁵⁶ A Sicília, a Córsega e a Sardenha estavam também inseridas, obviamente. Em I,2.6 Políbio inclui a Sardenha e a Sicília entre as regiões do mundo habitado que não fizeram parte do império de Alexandre (comparando este com o dos romanos). Quando comenta os eventos contemporâneos à 140^a Olimpíada no “mundo”, Políbio inclui aqueles ocorridos “[...] na Itália, na Líbia e nas regiões adjacentes [...]”, ou seja, na Sicília, na Córsega e na Sardenha (I,3.2). Esta inclusão de “regiões adjacentes” encontra-se apenas na tradução de Paton. A de Pédech não as menciona. *Vide Anexo*.

¹⁵⁷ É interessante notar que Políbio não inclui as cidades da Península Ibérica e do sul da Gália, colonizadas por próximo-orientais, púnicos e gregos, como parte do mundo habitado. Exemplos seriam Gades (atual Cades), Nova Cartago (atual Cartagena), Ampúrias (atual Empúries) e Massília (atual Marselha).

¹⁵⁸ Outro ponto onde Políbio menciona os povos não helenizados do Mediterrâneo Ocidental é I,2.6-7, onde comenta que Alexandre, o Grande, desconhecia os povos guerreiros do ocidente europeu, ou seja, os povos da Península Ibérica. Políbio, novamente, inclui esse povos no mundo, é claro, mas os exclui de sua história como protagonistas.

¹⁵⁹ Como vimos, Políbio considera Éforo o primeiro a procurar escrever uma história universal (V,33.1-3). *Vide nota anterior*.

¹⁶⁰ Rei da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande. Esta tendência favorável a Felipe II encontra-se nas passagens em que critica Teopompo (VIII,9-11) (Walbank, 1990, p. 40, 49).

Conforme comentamos, Políbio narra a história da *oykouméne*, e considera o momento em que os acontecimentos da *oykouméne* se tornam unidos (V,104; V,105.4-105.10) a Conferência de Naupactos, em 217 a.C., quando se encerra a Guerra dos Aliados¹⁶¹. Durante a conferência, um discurso proferido por um etólio, sobre “uma nuvem no oeste”¹⁶² (referindo-se à tendência à expansão sobre a Grécia do vencedor da Segunda Guerra Púnica), voltou a atenção do macedônico Felipe V para os romanos, gerando a aliança daquele monarca com os cartagineses, a Primeira Guerra Macedônica e a conseqüente reunião dos negócios do “mundo”.

POLÍBIO COMO INTERLOCUTOR ROMANO

Políbio redigiu sua obra em grego e, segundo Walbank (1990, p. 3-6), principalmente para o público grego, para demonstrar as causas do domínio romano e a necessidade de ajuste àquele domínio. Mas as *Histórias* tiveram como público alvo também, mesmo que em segundo plano, os romanos¹⁶³. Nesse caso, não havia problemas quanto ao idioma do texto, pois as evidências indicam que a língua grega era conhecida em Roma desde o início do século III a.C. e Grimal (1975, p. 49-56) afirma que vários romanos da elite falavam e liam grego em meados daquele século. Ademais, Fábio Pictor, o primeiro romano a escrever uma história de Roma, a redigiu, no final do século III a.C., em grego (Chassignet, 2003, p. lvi-lxiii; Cornell, 2001, p. 398; Grimal, 1975, p. 150-154). É preciso compreender que se expressar em grego era a única garantia de comunicação entre populações de línguas distintas no mundo helenizado, pois a língua helênica havia se tornado o idioma comum do mundo mediterrâneo (Momigliano, 1993,

¹⁶¹ A denominada Guerra dos Aliados (220 a 217 a.C.) foi um conflito que engajou os etólios contra a aliança entre macedônicos e, principalmente, aqueus (Orrieux; Pantel, 2004, p. 447-448). Está comentada, de forma breve, no Capítulo III.

¹⁶² O discurso (V,104.1-104.11), proferido por Agelau, político etólio, aparentemente foi crucial para o término da Guerra dos Aliados. O fato de Agelau ser etólio, e portanto antipatizado pelos aqueus, é um dos motivos de Walbank (1990, p. 68-69 e nota 11) creditar como verídica a versão de Políbio sobre o discurso.

¹⁶³ Gabba (1981, p. 51) afirma que, apesar de Políbio escrever para uma audiência principalmente formada por políticos gregos, após 146 a.C. não havia mais ninguém (o autor usa especificamente a expressão “*no-one*”) para apreciar suas lições políticas e históricas, pois Cartago havia sido destruída, não havia mais monarquias helenísticas, pois *todas* estavam destruídas ou derrotadas e as cidades-Estado gregas estavam, ou desprovidas de importância política, ou literalmente demolidas, como Corinto. Ainda segundo esse autor, em Roma Políbio teria apenas poucos leitores, todos do círculo de amigos de Cipião Emiliano. Não concordamos com a afirmação de Gabba, pois, primeiro, nem todas as monarquias helenísticas estavam derrotadas (em Pérgamo, no Oriente Próximo e no Egito eram ainda fortes, sendo que as duas últimas, a dos selêucidas e a dos lágidas, só seriam dominadas pelos romanos no século I a.C.) e, segundo, Políbio escreve para políticos, e os políticos gregos (sem contar, obviamente, a *nobilitas* romana, cujos participantes, conforme comentamos, liam em grego) seriam ainda influentes durante muitas décadas no período republicano romano.

p. 7-8; Momigliano, 2004, p. 143, 148-151). Portanto, escrevendo em grego Políbio garante a leitura das *Histórias* por seu público alvo primário, os gregos, e também pelos romanos – pelos membros da *oikoyménē*.

Já comentamos que as ligações de Políbio com os romanos credenciam-no como intérprete de Roma (Walbank, 1990, p. 8). O próprio Políbio nos informa que, como será lido também por romanos, não pode cometer desvios da verdade (XXXI,22.8). Walbank interpreta essa informação como uma garantia que Políbio dá para seu público grego, como se seu texto estivesse afiançado pelos romanos (Walbank, 1990, p. 4). Para Walbank (1965, p. 10-11), Políbio escreveu a primeira parte das *Histórias* com uma atitude “cínica e deslocada” em relação a Roma, e a segunda, quando estava mais envolvido emocionalmente com os romanos, considerando a visão política dos oponentes de Roma como irracional, insana e tola¹⁶⁴. Políbio, então, escreve a partir da perspectiva romana, mas também por sua própria perspectiva, é claro, a perspectiva de um grego que viveu quase duas décadas entre romanos e, posteriormente, outros anos acompanhando os exércitos romanos. Como garantir para nós, leitores de Políbio, que a garantia que ele nos afiança é a de um grego que escreve através de uma perspectiva romana da realidade? Essa é a tarefa a qual nos submetemos a seguir.

Vimos como Políbio entende a escrita da história como importante para se obter lições práticas e morais, lições úteis, a partir do conhecimento do passado. Davidson (1991, p. 10 e ss.), em seu artigo sobre o “olhar” nas *Histórias*, interpreta o método de escrita de Políbio como indutor de uma didática da moral e da política. Políbio direciona, orienta, o leitor, segundo Davidson (1991, p. 12), como se estivesse em uma cena de teatro, com personagens e espectadores: as batalhas (e outros eventos) são tratadas, não como “ações militares, com objetivos estratégicos ou logísticos”, mas como episódios cujo significado e contexto podem ser apreendidos apenas quando “observados e interpretados, escritos e lidos”¹⁶⁵. Ações militares são mostradas como exibições de superioridade, e objetivos militares não se relacionam ao melhor resultado: este se liga a lições sobre a exequiabilidade e a obriedade da vitória, ou de sua

¹⁶⁴ No original, “*In his account of the first period his attitude towards Rome is cynical and detached; in the second, when he is emotionally committed, he sees the policy of Rome's opponents as irrational and insane*” (Walbank, 1965, p. 10).

¹⁶⁵ No original, “[...] *where battles are treated not so much as military actions, with strategic or logistical objectives, but as episodes, which can only be put into context, only be made meaningful, when they have been observed and interpreted, written and read*”. Para Davidson (1991, p. 12), Políbio escreve procurando expressar e captar o olhar de outros, pois domina o olhar do leitor como os comandantes dominam o olhar de seus soldados. Portanto, as ações são descritas como *exempla*, onde as disputas são mantidas sobre controle, ou têm sua significância diminuída, de forma simbólica por cada contendor.

expectativa, e sobre a futilidade da resistência do oponente¹⁶⁶. O que importa é o significado, o efeito no observador, a impressão de medo, de submissão, da inutilidade de qualquer resistência que deriva da ação na narrativa. Realidades representadas intensificam a negatividade do fracasso, pois a aceitação de uma derrota é pior que a derrota em si, e essas representações, quando cumulativas, levam ao sentimento de inferioridade e a mais derrotas. Por outro lado, se um resultado negativo é representado como positivo, se é diminuída sua relevância, transforma o sentimento de inferioridade em entusiasmo, em reação. A derrota pelas circunstâncias, para Políbio, é diferente da derrota no espírito (III,12.5-12.6), pois, no primeiro caso, é possível aguardar uma outra oportunidade, e o mais importante na guerra é a demonstração de superioridade (Davidson, 1991, p. 18-21). Davidson (1991, p. 22) enfatiza que, na visão de Políbio, cada vitória romana é uma prova, para eles mesmos, de sua superioridade e lhes dá confiança para seguir em suas conquistas¹⁶⁷. Podemos considerar essa interpretação da visão de Políbio a respeito da importância da superioridade observando-a em termos de relações de poder. A expressão da superioridade, sua revelação, é uma demonstração de poder e, quando assumida como um valor do oponente abala a resistência de quem se assume inferior, pois produz uma nova representação de um oponente superior pelo inferior. Pode, inclusive, levar à obediência – à disciplina, na concepção de Weber (2002, p. 43) –, e à aceitação daquela representação, a verdade do dominador, como norma (Foucault, 2005, p. 28-29; 60-67). Em uma passagem, Políbio nos informa que Emílio Paulo atacou primeiro a fortaleza da Ilíria considerada a mais invencível, inexpugnável, porque o efeito de sua queda geraria o terror nas outras cidades e seria uma demonstração do poder romano (III,18.3). Políbio, nesse caso, nos apresenta uma tática de exercício do poder, um método de dominação (Foucault, 2005, p. 36-42). Além disso, ao representar os romanos com tanta propriedade, Políbio revela suas próprias representações. Podemos inferir isso aproveitando um comentário de Davidson (1991, p. 22)¹⁶⁸. Para esse autor, Políbio afirma que o processo de acumulação de confiança e ambição através da apreensão positiva da realidade, ou, como escreve Políbio, através

¹⁶⁶ Por exemplo, Políbio (I,57.1-57.3) compara a luta entre cartagineses e romanos pelo monte Êrice, na Primeira Guerra Púnica, com uma luta entre dois boxeadores, onde, de acordo com Davidson (1991, p. 14), a audiência é formada pelos leitores. Embora esses últimos não possam ver ou prever cada detalhe da luta, podem ter uma boa idéia da coragem, da força, da experiência de cada lutador a partir de sua determinação e suas ações.

¹⁶⁷ Vide as passagens que citamos, como (I,2.7; I,3.3-3.5; I,3.6; I,6.6).

¹⁶⁸ Davidson não analisa o texto de Políbio em termos dos conceitos de “senso comum” ou de “representações sociais”, mas da perspectiva das representações que Políbio nos dá dos conflitos como *exempla*, como lições a serem apreendidas.

do “espírito”, é algo que ele conhece bem e que disponibiliza para suas personagens, tanto quando agem como quando interpretam as ações de outros (I,24.1; I,26.1-26.2; I,29.4; II,49.4; II,39.4; V,104.3). Ou seja, ao nosso ver, Políbio transcreve o que sabe como óbvio, traslada para seu texto o que denominaríamos de seu bom senso, algo criado pelas representações que Políbio tem da guerra, das finalidades da guerra, do que significa, para ele, superioridade. É sua representação da vitória, não como a coisa crua, não a batalha como um fim nela mesma, mas a finalidade da guerra, a guerra como demonstração, como produtora de representações de poder, de superioridade: a forma como ela é disputada produz as representações de cada uma das partes em disputa. As táticas são transformadas, de movimentos de massas de homens contra homens, em demonstrações de força para quebrantar, domar o adversário, não apenas o adversário batido, corrido na batalha, mas a moral, deste e qualquer outro adversário. A forma pela qual Políbio isso nos informa é através de uma resposta, ou uma explicação, compartilhada para as coisas do mundo, ou seja, através do senso comum (Geertz, 1989, p. 80-81, 150; Geertz, 2008c, p. 115-116, 127, 132, 138-141). Uma amostra desse senso comum em Políbio é a afirmação que faz ao comentar as conseqüências, negativas para os aqueus, se confrontassem espartanos e etólios ao mesmo tempo¹⁶⁹: é óbvio que seriam batidos e seus inimigos, fortalecidos “no espírito”, tornariam sua vitória em possibilidade de domínio sobre o Peloponeso e, quiçá, toda a Grécia (II,49.2-6).

A visão que Políbio tem da guerra, observa Davidson (1991, p. 23), como realidade percebida em forma de lição para o futuro, não é razão para pensarmos que a confiabilidade que é atribuída ao seu texto fica desacreditada¹⁷⁰. Políbio escreve o que apreendeu também em sua convivência com os romanos, de forma que analisa os eventos e os motivos por trás deles também a partir daquela perspectiva. Informou-se sobre alguns acontecimentos, testemunhou outros, e escreveu uma história em que a

¹⁶⁹ “Pois era *perfeitamente evidente para todos* que os aqueus não poderiam confrontar ambos os adversários *e era ainda mais óbvio, para qualquer pessoa com inteligência*, observar que, se os etólios e Cleômenes obtivessem sucesso, certamente não se contentariam e se satisfariam com sua vantagem [...]” (grifo nosso). Políbio segue afirmando que a ambição dos etólios e espartanos os levariam a pensar que, com a vitória, poderiam se apoderar do Peloponeso e de toda a Grécia (II,49.2-6). Transpõe para os inimigos dos aqueus a sua dedução, óbvia, que qualquer pessoa de bom senso inferiria, de que uma grande vitória pode elevar os ânimos e o sentimento de superioridade do vencedor e quebrar totalmente a resistência do inimigo. Os termos em *italico* não estão no texto original; são apenas para reforçarmos nossa argumentação.

¹⁷⁰ Para Davidson (1991, p. 24), é justamente a metáfora da guerra como uma cena, ou uma arena de combate, com personagens e espectadores, e a preocupação constante de Políbio com os leitores (cuja percepção das *Histórias* deve ser sempre vívida o suficiente para considerar a obra de forma séria), que nos dá o ímpeto de apreender a guerra através da percepção.

guerra é vista de acordo com sua percepção, submetendo-a a um público contemporâneo que, certamente, descobriria nela refletidas suas próprias visões da guerra.

Políbio, portanto, na análise de Davidson (1991, p. 16-18), se interessa por realidades percebidas. Entendemos que essas realidades estão expressas em seu texto de acordo com as representações do mundo que entendia como iguais à realidade. Podemos comparar a análise de Davidson com a que Walbank faz da franqueza de Políbio. Segundo Walbank (1990, p. 6), aquela franqueza é aparente, pois é a franqueza de um homem que está convicto sobre a verdade dos assuntos nos quais tem um envolvimento pessoal substancial, e não aceitaria a possibilidade de existência de outro ponto de vista, de outra verdade¹⁷¹. É, conseqüentemente, uma franqueza produzida pelas representações sociais que condicionam o pensamento de Políbio, representações que criam em seu pensamento a sua percepção da realidade e seu senso comum (Moscovici, 2005, p. 40-41, 46, 48-49). A franqueza, ou a confiabilidade de Políbio, a verdade da qual ele não se pode desviar (XXXI,22.8), é uma das formas expressas de seu bom senso¹⁷², sua versão é a verdade.

Devemos aqui recordar que a realidade, ou a verdade, é percebida sempre de forma subordinada aos significados transmitidos e herdados como padrões para cada cultura, e que a realidade do presente, a qual é historicamente construída, é controlada pelas representações sociais através da realidade do passado em um *continuum* (Geertz, 1989, p. 66, 119; Moscovici, 2005, p. 37-38). A leitura que Políbio faz do passado, como preâmbulo e lição para o presente, está solidamente subordinada à sua cultura, aos seus padrões culturais. Padrões culturais originalmente apenas gregos, é claro, mas pensamos nesse momento no que Políbio apreendeu nos anos que atuou como político aqueu, provavelmente desde o final da adolescência¹⁷³, até ser enviado a Roma, e ao que apreendeu em sua convivência de mais de dezessete anos com os romanos¹⁷⁴. Seu período de atuação política na Liga Aquéia é menor, ou ao menos muito similar ao do exílio¹⁷⁵. Não podemos precisar que tipo de educação Políbio obteve desde a infância ou

¹⁷¹ Pédech (2003, p. xxii) comenta que, para Políbio, um historiador deve apresentar provas, ou evidências, que identifiquem a sua explicação dos eventos como a única verdadeira.

¹⁷² Vide comentários sobre o “bom senso”, baseados na obra de Geertz, na Introdução dessa dissertação.

¹⁷³ Sabemos que os períodos da vida humana são classificados de forma diferente em cada contexto histórico, e que a idéia de “adolescência” é uma produção histórica. Usamos aqui o termo “adolescência” no sentido que entendemos hoje, até aproximadamente os 20 anos de idade.

¹⁷⁴ Estamos contando os anos de exílio e os que passou em companhia dos exércitos romanos, com Cipião Emiliano.

¹⁷⁵ Depende da data que considerarmos como sendo a do seu nascimento, entre 208 e 200 a.C.

durante a adolescência, mas, devido à sua origem como membro da aristocracia e filho de um político importante, Pédech supõe que a política e a estratégia militar, e talvez a oratória e a filosofia, estavam entre seus aprendizados, Grimal aponta que deve ter recebido educação filosófica¹⁷⁶ e de prática política, e Walbank afirma que certamente recebeu treinamento, além de literatura e retórica¹⁷⁷, em política e técnicas militares (Walbank, 1990, p. 32-33; Pédech, 2003, p. ix, xix-xx; Grimal, 1975, p. 260). Os três concordam, portanto, que Políbio foi um homem de ação. A forma detalhada pela qual descreve técnicas de batalha nos apresenta um homem treinado e educado em um meio político e militar (Walbank, 1990, p. 33; Pédech, 2003, p. xix-xx)¹⁷⁸. Por outro lado, seu método de representação dos conflitos nos mostra um político versado em estratégias de dominação. Logo, afora sua educação teórica, a estratégia política e a estratégia militar certamente estiveram em sua educação empírica, pela observação e pela ação, percebendo então a realidade, compartilhando representações, tanto entre gregos quanto entre romanos, em épocas distintas e intervalos de tempo semelhantes com uns e outros.

Não queremos com isso afirmar que períodos de tempo similares implicam em aprendizados análogos. Mas, no caso de nosso autor, os indícios que podemos retirar de seu texto (e que autores como Walbank, Pédech, Davidson e Grimal corroboram) nos levam a crer que ele não se opunha à visão romana da realidade: pelo contrário, percebia os romanos como dominadores do mundo helenizado por mérito, pelas características de suas instituições, e os admira por isso (Walbank, 1965, p. 3; Walbank, 1990, p. 28-30, 33; Davidson, 1991, p. 23; Pédech, 2003, p. xxxiii; Grimal, 1975, p. 259-260)¹⁷⁹. Políbio, mesmo quando desaprova, representa a visão romana, porque estava presente

¹⁷⁶ Walbank (1990, p. 32-33), discordando de Pédech e Grimal, observa que a filosofia recebe, nas *Histórias*, um tratamento superficial.

¹⁷⁷ Porém, Walbank (1990, p. 32) comenta que Políbio não demonstra, em seu texto, possuir conhecimentos profundos de literatura (apesar de citar Homero freqüentemente). Provavelmente seu saber literário provinha de livros de citações, ou antologias.

¹⁷⁸ Por exemplo, III,81.10; III,105; V,98; VI,19.1 e ss.; X,16.1-17.5; X,22.1 e ss.; X,32.7-33; X,43-47.

¹⁷⁹ Champion vai de encontro a essa interpretação, afirmando que Políbio emprega os discursos de outros gregos como um veículo indireto para expressar sua própria visão dos romanos como bárbaros (Champion, 2000, p. 425 e ss.). Os discursos que Champion indica como evidência de sua tese (V,104.1-4; V,104.10; IX,37.5-37.6; IX,37.10; IX,39.3), como o discurso de Agelau (etólio, portanto mal visto por Políbio) já comentado em outra nota, são aqueles proferidos por inimigos de Roma (Champion, 2000, p. 430, 433-434). É interessante notar que esses discursos são anteriores à ida de Políbio para Roma. Champion utiliza duas outras passagens (XII,4b.2-4b.3; I,11.7), fazendo uma interpretação dúbia de ambas, para suportar sua hipótese (Champion, 2000, p. 425, 431-432). Na realidade, Champion desconsidera que Políbio, como já vimos e veremos adiante, considerava o discurso como a origem da política, a qual só prospera a partir de discussões (XII,25b.1-25b.4). Sua tese, a qual concebe que Políbio nos fornece informações contrárias aos romanos de maneira propositalmente subliminar, elimina nosso entendimento de Políbio como um dos historiadores mais respeitáveis e confiáveis, em suas informações, da Antiguidade.

nas discussões, nos comentários a respeito de decisões políticas, nos locais onde a comunicação entre os membros da *nobilitas* era produtora, ou incentivadora, das ações romanas, onde a verdade romana, no sentido da norma romana, era transmitida entre iguais para execução entre estrangeiros¹⁸⁰. Walbank (1965, p. 2-6, 9, 11-12, 14) comenta que o critério de Políbio é utilitário¹⁸¹, pois em seu texto deixa transparecer que as ações devem ser direcionadas para o aumento do poder ou para a estabilidade do Estado. Políbio, para Walbank, era um homem implacável¹⁸², e, se aceitamos essa definição, devemos entender que seus contemporâneos romanos, com os quais compartilhava a correção das decisões, também o eram.

Mas essa inexorabilidade, precisamos compreender, não estava deslocada do comportamento social esperado, principalmente em tempos de guerra: era produto do contexto histórico, da realidade como era percebida, a realidade, nesse caso, da guerra e da política. Era medida em termos utilitários, dos resultados que concedia ao vencedor¹⁸³. Os romanos, e Políbio, acreditavam que os atos seguem-se aos atos: se a política de um Estado que fez votos de subordinação a Roma leva esse Estado a quebrar os votos, a solução deve ser a ação corretiva, a ação punitiva, que leva à obediência, e as vicissitudes negativas devem ser encaradas pelos derrotados com a força moral devida (XVI,31.1 e ss.). Políbio, por sinal, considerava que o discurso (oral ou textual) estava na origem da política (a política enquanto arena de discussões e de decisões), pois esta só florescia provinda de discussões, de arrazoados (XII,25b.1-25b.4). A palavra, e o pensamento que a concebe, produzem ações, pois é a partir das deliberações tomadas em grupo, em assembléias e conferências, ou nas câmaras reais, entre o rei e seus assessores, que a política é posta em prática. Esta é a razão de Políbio evitar a reprodução literal de palavras ditas pelas suas personagens quando não possui o conhecimento do que foi dito¹⁸⁴. O discurso, para Políbio, traz em si a verdade e é uma

¹⁸⁰ Walbank (1965, p. 5), ao comentar as críticas que Políbio faz das atitudes dos magistrados romanos para com os outros Estados helenizados, afirma que ele tinha o conhecimento das idéias correntes em Roma. No original, “[...] *he evidently retails a belief current at Rome, and he does so without comment*”.

¹⁸¹ Apesar de, em algumas passagens, Políbio aderir a uma retórica emocional, segundo ele mesmo com o propósito de promover lições morais (Walbank, 1990, p. 39-40).

¹⁸² No original: “[...] *Polybius was ruthless, and success was apt to be his main criterion*” (Walbank, 1965, p. 11).

¹⁸³ Walbank (1990, p. 28) nos recorda que Políbio acreditava que os homens agem sempre por prazer, honra ou interesse (III,4.9-4.10).

¹⁸⁴ Políbio critica, conforme comentamos anteriormente, historiadores dos séculos IV e III a.C., como Éforo, Teopompo, Calístenes, Timeu e Filarco. Em todos Políbio censura aquilo que considera alguma forma de incompetência: as descrições de batalhas, o desconhecimento de questões militares, a utilização de recurso a fábulas, milagres e aparições divinas, os quais nosso autor se recusa a compartilhar

parte integral do trabalho do historiador (XII,25i.8-9) (Walbank, 1990, p. 43-44; Pédech, 2003, p. xxvi-xxviii)¹⁸⁵.

Podemos compreender o texto de Políbio, por conseguinte, como o resultado transcrito de uma visão da política internalizada por, pelo menos, dois padrões culturais, o romano e o grego, padrões que levaram à produção, em Políbio, de um modelo “híbrido” de realidades, e que o levaram a representar a realidade como um “grego romanizado”. Políbio, então, considera a dominação romana legítima: sua interiorização da realidade romana o leva a legitimar aquela dominação¹⁸⁶. Outros gregos, contemporâneos e da geração posterior à de Políbio, filósofos estoicos cujo pensamento teria grande ascendência sobre as gerações posteriores, também foram influenciados pelas idéias romanas e aceitaram a dominação romana como positiva¹⁸⁷. Não divisamos

(Pédech, 2003, p. xix-xxii). “[...] se o historiador negligenciar os discursos feitos e as causas dos acontecimentos e os substituir por falsa retórica e falsos argumentos, suprime o objeto da História” (XII,25b.4). Portanto, Políbio discorda dos discursos, claramente inventados, citados por outros historiadores (Walbank, 1990, p. 43-45). Porém, usa do recurso da retórica em passagens que, tudo indica, testemunhas estariam disponíveis, e de forma a reforçar seu propósito educacional com relação às *Histórias*: um “livro-texto” de política e moral (Walbank, 1990, p. 45-46).

¹⁸⁵ “A função peculiar da História é descobrir, em primeiro lugar, os discursos verdadeiros, quaisquer que tenham sido, e, em segundo lugar, descobrir por que o que foi dito, ou feito, levou ao sucesso ou ao fracasso” (XII,25b.1). Essa visão da História também tem finalidades práticas: *exempla* para ações futuras, como em XII,25b.3.

¹⁸⁶ Para Walbank (1990, p. 33), Políbio escreve com o mesmo ânimo dos escritores romanos da *nobilitas* (como Fábio Pictor ou Catão), que tinham a escrita da História como um complemento ao *cursus honorum*, à carreira política, mas também escreve por acreditar, como ele mesmo afirma, que o estudo da História é a única forma de se adquirir experiência, tanto na guerra quanto na política.

¹⁸⁷ É interessante notar que os romanos contemporâneos de Políbio influenciaram também o pensamento grego. Foi provavelmente Políbio, na análise de Grimal (1975, p. 304), que introduziu Panécio, filósofo de grande importância para o pensamento estoico, em Roma, no círculo de influências de Cipião Emiliano. Alguns autores, como Dvornik, Marías e Grimal, advogam que Panécio foi responsável pela penetração do estoicismo em Roma (Dvornik, 1966, p. 459; Marías, 2004, p. 100; Grimal, 1975, p. 15, nota 3). Panécio certamente manteve conversações em Roma e outros locais com Cipião Emiliano e Políbio (Walbank, 1965, p. 1-2). Segundo Reale (2002, p. 10, 367), a transformação da cultura helênica em helenística fez Panécio buscar novos estímulos culturais em Roma, estímulos abastecidos pelo que Reale denominou de “realismo latino”, contribuindo para a difusão do fenômeno do eclétismo (ou “estoicismo médio”). Os filósofos gregos que tiveram contatos mais intensos com os romanos foram os mais ecléticos. Panécio, inaugurando essa tendência eclética na *Stoa*, renovou o antigo brilho da escola estoica ao considerar, em sua doutrina, as críticas dos Céticos, os ensinamentos de Platão e Aristóteles (e de alguns de seus discípulos) e, principalmente, o que depreendeu de seus contatos com os romanos. Ao revisar a moral estoica, o contato de Panécio com a mentalidade romana foi essencial, pois, na visão de Reale, compreendendo a “novidade e a grandeza da romanidade [*sic*]”, foi dominado e condicionado positivamente por ela, entendendo que, em termos de política, o domínio romano trazia construção e afirmação. Recuperando o vigor do sentido político grego, absorveu o vigor do sentido prático dos romanos, elementos que influenciaram de forma intensa sua visão de vida (Reale, 2002, p. 10, 365-367). Podemos observar como as idéias de Panécio quanto ao domínio romano são semelhantes às de Políbio – ainda que as desse último fossem, talvez, estruturadas pelo senso comum –, principalmente quanto ao modelo estoico da ética aplicado ao bom governante, o homem sábio e de alta moral. Segundo Schofield (2006, p. 281), com o qual concorda Reale (2002, p. 370-372), a ética estoica é voltada para a utilização na vida, para a prática. O método histórico de Políbio, estruturado também em lições morais e políticas, sugere semelhanças entre o pensamento de nosso autor e os ensinamentos

nenhuma incongruência nisso, pois, afinal, as construções culturais são produzidas a partir de diferentes correntes culturais que culminam em um novo conglomerado cultural (Barth, 2000, p. 109). O que procuramos distinguir nessa dissertação, por sinal, é justamente um novo conglomerado simbólico, produzido a partir de outras interações: as dos romanos em face dos cartagineses. Se é possível descortinar essas produções culturais no texto de Políbio, é por que são provenientes das representações romanas, representações que foram divididas, repartidas com, e apreendidas por, um grego que viveu muito tempo entre romanos.

estóicos. Mas as questões mais profundas sobre a justiça nas ações políticas só seriam tratadas a fundo por Cícero, no século I a.C.

CAPÍTULO II

ROMA E CARTAGO: potências em conflito

ROMA

No início do século III a.C., Roma era uma das maiores cidades do mundo mediterrâneo¹⁸⁸. Havia se tornado um importante centro manufatureiro e comercial na iminência das Guerras Púnicas, detendo cerca de 20% do total da área da Península Itálica e quase 30% de sua população (Cornell, 2001, p. 380, 385-388). Seu governo era oligárquico¹⁸⁹ e as evidências indicam que grande parte das terras concentrava-se em propriedades cultivadas por escravos (Cornell, 2001, p. 372; Crawford, 1992, p. 25). Estes eram oriundos dos territórios conquistados na Itália, prisioneiros de guerra utilizados para substituir os antigos pequenos proprietários enviados para colonizar os novos territórios (Cornell, 2001, p. 393-394; Harris, 1979, p. 60). Alguns cálculos mostram que a população masculina adulta de Roma cresceu, entre 338 e 263 a.C., de 110 mil para 280 mil, sendo que, deste total, entre 60 e 80 mil foram enviados para as novas colônias (Scheidel, 2004, p. 10-12). O número de escravos estabelecidos no *ager romanus*¹⁹⁰, portanto, deve ter alcançado dezenas de milhares. O excedente agrícola – quando existia – e o aumento na produtividade, proporcionados pelas terras conquistadas e pela população escrava, eram estimulados pelo crescimento do mercado urbano em Roma (Cornell, 2001, p. 394; Garnsey, 1999, p. 181, 191, 196-197). Além disso, a acumulação de riquezas, provenientes do saque das áreas dominadas e das

¹⁸⁸ Nas palavras de Cornell (2001, p. 385), “[...] on any reasonable estimate, Rome was one of the largest cities in the Mediterranean world in the early third century”. Cornell (2001, p. 380 e ss.), para sua afirmação, baseia-se em dados arqueológicos e estimativas populacionais.

¹⁸⁹ Cornell (2001, p. 372) define a oligarquia romana como “sistema de governo da rotação dos cargos dentro de uma elite competitiva e da supressão de indivíduos carismáticos (como os *condottieri* do final da Monarquia, personagens que reaparecem a partir do final do século II a.C.) através da pressão de seus pares, normalmente posta em ação por um conselho de anciãos”. Segundo esse autor, a rotatividade, e não a repetição, era a norma para a divisão de cargos de governo entre a aristocracia romana, e o fato de um mesmo indivíduo exercer várias vezes um mesmo cargo, fosse por eleição (como o de cônsul) ou nomeação pelo Senado (como o de ditador, em tempos de grande crise), era raro, somente acontecendo em épocas de grandes tensões como durante a Segunda Guerra Samnita e a Segunda Guerra Púnica.

¹⁹⁰ Segundo Smith (1890, p. 29), *ager* era o termo geral para um trato de terreno com limites definidos e que pertencia a alguma sociedade política, ou politicamente definida, um Estado. Logo, *ager romanus* era o território dos romanos. O *ager romanus* dividia-se em *ager publicus*, território rural público, e *ager privatus*, território rural pertencente a um cidadão, portanto privado. Jones (1941, p. 28) comenta que, durante a República, aparentemente os romanos assumiam que o *ager romanus* englobava também o território de qualquer comunidade que “aceitasse” [*sic*] a cidadania romana. Um território era considerado, pelos romanos, sagrado (*sacer*, consagrado a uma ou várias divindades), ou religioso (*religiosus*, onde havia alguém enterrado pelas normas da lei), apenas se estivesse inserido no *ager romanus* (Jones, 1941, p. 27).

indenizações de guerra, ajudou o financiamento em larga escala de grandes edificações públicas, como a construção de quatorze templos entre 302 e 264 a.C., atestados pelas fontes escritas, e outros que a arqueologia trouxe à luz (Harris, 1979, p. 60; Cornell, 2001, p. 381).

Outro testemunho do desenvolvimento da cidade e de sua progressiva importância nos assuntos políticos e econômicos da Itália foi a cunhagem de moedas de bronze em nome da República, iniciada no final do século IV a.C., e que tomou maiores proporções no século seguinte, quando as primeiras moedas de prata cunhadas em Roma apareceram, provavelmente em 269 ou 268 a.C. (Cornell, 2001, p. 394-397; Goldsworthy, 2001b, p. 26; Harl, 1996, p. 26; Mattingly e Robinson, 1974, p. 3). O surgimento da moedagem romana teve uma grande importância cultural. Moedas eram artigos gregos, e sua adoção pelos romanos demonstrou seu firme propósito de penetrar política, econômica e culturalmente no mundo helenizado¹⁹¹. Roma precisava de moedas ao se por em contato com as populações de economia monetária do sul da Itália – como auxílio na distribuição de butim e pagamento de soldados ou trabalhadores (Cornell, 2001, p. 397). Contudo, entender esta helenização através da simples contraposição entre Roma e Grécia, como dois opostos em relação ao fenômeno do helenismo, é uma simplificação (Grimal, 1975, p. 31).

Roma coabitou, desde muito cedo, com povos de tradição oriental, etruscos e gregos. A convivência com os últimos se deu através das cidades-Estado do sul da Itália, principalmente Nápoles e Cumas (Grimal, 1975, p. 18; Cornell, 2001, p. 86-92, 112, 167 e 275). Sabe-se que, mesmo antes de haver um helenismo constituído e evoluído, existiam na Itália proto-histórica as sementes de tradições comuns, mais discerníveis no domínio religioso, apesar das incertezas relativas à sua origem (Grimal, 1975, p. 28-29; Veyne, 1983, p. 107). Segundo Grimal (1975, p. 31), é provável que, na época em que Roma ainda não exercia nenhum papel importante na história da Itália, a península inteira estivesse sendo penetrada pela mesma corrente que preparava a eclosão do helenismo clássico na região do Mar Egeu (Grimal, 1975, p. 31). Talvez seja mais prudente falar sobre duas tendências principais de desenvolvimento cultural, uma

¹⁹¹ Cultura aqui, na acepção dada por Cornell, significa padrões estéticos, literários, filosóficos, de comportamento, etc.

que levou ao estabelecimento do helenismo na região do Egeu e no sul da Itália e outra que moldou o mundo romano, ambas de mesma origem¹⁹².

Mas o helenismo era uma linguagem cultural. Esta corrente cultural não significava a participação de uma dada sociedade, ou seu alinhamento, em um modo de vida estrangeiro (Veyne, 1983, p. 107-108). No caso dos romanos, pelo contrário, seu tradicionalismo permitia que o passado estivesse continuamente à mostra. Roma, nas palavras de Cornell (2001, p. 25), era “uma espécie de museu vivo”¹⁹³, pois mantinha a forma de suas instituições enquanto mudava o conteúdo, conservava as velhas estruturas intocadas e, quando necessário, a elas superpunha novos elementos ou novas estruturas. Isto parece paradoxal para uma sociedade que ascendeu de uma pequena cidade-Estado para um império de magnitudes supra-continentais, mas, e essa é a razão de seu êxito na construção de um império nessas proporções, os romanos tinham uma capacidade excepcional de adaptação e de flexibilidade frente às mudanças (Cornell, 2001, p. 25), e as contribuições, ou inovações, devidas ao helenismo foram absorvidas segundo essa capacidade. Por outro lado, a partir do século III a.C., quando Roma, com suas influências política e militar, entra em contato direto com o mundo grego, começando com o sul da Itália, e em conflito com o mundo cartaginês¹⁹⁴, os valores desses mundos, com o passar do tempo, pertencerão a Roma, como vencedora com direitos sobre o patrimônio do vencido, a título de butim, como foi comum a outras sociedades no passado (Veyne, 1983, p. 106-107).

Da segunda metade do século IV a.C. até o início do século III a.C., Roma voltou sua atenção para o restante da Península Itálica. Nesse período, o cotidiano político da cidade foi dominado por três guerras contra os samnitas, povo cuja federação de tribos habitava a região meridional dos Apeninos centrais, e por guerras contra os latinos, os etruscos e outros povos da Itália central (Cornell, 2001, p. 345-363)¹⁹⁵. Nos âmbitos cultural e político interno, o século IV a.C. representa também uma mudança

¹⁹² Cornell (2001, p. 87 e ss.) comenta, de forma extensa, essa primeira helenização de Roma, desde o final do século VIII a.C., coincidente com a fase “Orientalizante” do Lácio, da Etrúria e da Campânia.

¹⁹³ No original, “*Their consciously traditionalist ideology made Rome a kind of living museum [...]*” (Cornell, 2001, p. 25).

¹⁹⁴ Referimo-nos aqui, como contato direto, às relações interestado, políticas e militares. É certo, contudo, que inter-relações políticas já aconteciam entre romanos e cartagineses desde o final da Monarquia romana (*vide* os tratados entre Roma e Cartago, comentados adiante).

¹⁹⁵ Esse período é marcado também pela invasão de grande parte das cidades do centro e do sul da Itália, a denominada Magna Grécia, e outras cidades das mesmas regiões, por povos itálicos dos Apeninos meridionais. A invasão deu origem a uma cultura mista, helênica, etrusca e itálica na Campânia (denominada cultura Campânia), e helênica e itálica no sul da Itália (Cornell, 2001, p. 305; 346). A discussão feita por Greco (2004, p. 211 e ss.) a respeito das influências mútuas, culturais, sociais e econômicas, causadas por essa mistura étnica e trazidas à luz pela arqueologia, são bastante elucidativas.

importante nos padrões internos de ascendência social. Além da ascensão de não-membros do patriciado às magistraturas, caracterizando o aparecimento da *nobilitas* – processo que se desenvolve desde meados do mesmo século até o início do século seguinte (Cornell, 2001, p. 328 e ss.) –, pela primeira vez são aceitos no Senado filhos de libertos¹⁹⁶, e aos cidadãos foi dada a escolha de se registrar em outras tribos regionais¹⁹⁷, diferentes daquelas anteriormente indicadas à sua revelia (Crawford, 1992, p. 43-44)¹⁹⁸.

No século IV a.C., igualmente, instala-se o sistema de dominação romana na Península Itálica. Após uma derrota imposta aos latinos em 338 a.C., os romanos estabelecem um padrão para o futuro de sua expansão na Itália. Criam algumas inovações constitucionais que possuem uma estrutura única, a qual possibilitou o início do crescimento do que viria a ser o império. Essa organização baseava-se em dois princípios. Primeiro, Roma lidava com as comunidades derrotadas individualmente e não em grupo, ou seja, as ligas e confederações (inclusive a Liga Latina) foram dissolvidas e suas unidades constituintes ligadas a Roma separadamente¹⁹⁹. Segundo, estabeleceu-se um conjunto de tipos distintos de relação, de forma que os súditos romanos eram divididos em categorias jurídicas formais, definidas por obrigações e direitos específicos de cada comunidade em relação a Roma. Criou-se, então, uma espécie de “comunidade romana”, hierarquizada relativamente ao *status* de seus vários

¹⁹⁶ Os libertos tinham certa posição social na Roma antiga. Muitos tinham uma relação bastante próxima e cuidavam dos assuntos econômicos de seus antigos mestres, acumulavam riqueza e, inclusive, tornavam-se herdeiros dos mestres. É preciso entender que a escravidão no mundo antigo não tinha a conotação étnica da escravidão do mundo moderno e a grande maioria dos escravos era branca, pois a escravidão era o caminho quase natural dos prisioneiros de guerra, seja dos exércitos inimigos ou das populações conquistadas, fossem elas gaulesas, etruscas, gregas, núbias ou de qualquer outra etnia. A conotação racista da escravidão é uma construção moderna, escusando o termo “racista”, também uma construção da linguagem moderna ligada à identificação entre a etnia e a pessoa escravizada, ou com outro tipo de alteridade radical qualquer, não necessariamente ligada à escravidão (por exemplo, contra os judeus, contra os negros). Os antigos gregos e romanos tinham, aparentemente, apenas uma alteridade principal em comum: denominavam de bárbaros todos os povos, independentemente da etnia, que não fizessem parte do mundo helenizado. Sobre a escravidão em Roma, ver Joly (2005).

¹⁹⁷ A sociedade romana era dividida, para efeitos do censo dos cidadãos e da composição do exército, em tribos, urbanas e rurais.

¹⁹⁸ Mudanças estruturais na forma de administração da cidade e das possessões também se verificam nesse período, pela construção do aqueduto conhecido como *Acqua Claudia* e da *Via Appia*, uma estrada pavimentada de mais de 160 km de extensão, de Roma até Cápuia, na Campânia. Inaugura-se, assim, um novo modo de gerenciamento das regiões sob o domínio romano, através da rapidez nas comunicações (desde simples transportes de mensagens até a maximização na movimentação das legiões). Dessa época em diante, o processo de conquistas e efetivação da dominação romanas incluiria a construção de estradas pavimentadas, as quais seriam comuns em toda a Europa ocidental e até o Oriente Médio.

¹⁹⁹ Essa estratégia de “dividir para dominar” seria utilizada também contra as Ligas Aquéia, Beócia e outras ligas gregas, conforme veremos no capítulo seguinte.

membros²⁰⁰. As fundações do domínio romano foram estabelecidas, assim, durante a organização que seguiu a revolta latina de 338 a.C., organização que apenas modificou as instituições e estruturas estabelecidas anteriormente (por exemplo, as estabelecidas com a Liga Latina, os hérnicos e Ceres). A aplicação sistemática dessas instituições a partir da data citada abriu novos horizontes, colocando os romanos no caminho para a conquista de um império. Portanto, foi estabelecida uma hierarquia de relações, ou seja, as populações das comunidades sob o domínio romano passaram a ser categorizadas de quatro formas: cidadãos plenos (*civitas optimo iure*), cidadãos com cidadania parcial (*civitas sine suffragio*, ou seja, sem direito a voto, mas com direito de *conubium* e *commercium* e obrigados ao serviço militar), latinos (com direito de *conubium* e *commercium* com cidadãos romanos, mas proibidos de exercer esses direitos ou ter relações políticas entre eles) e aliados. Todas essas relações tinham em comum a obrigação de prover tropas para o exército romano em tempo de guerra, de forma que a “comunidade” romana tinha enormes reservas de potencial militar humano: em 338 a.C., Roma era já o maior poder militar na Itália (Cornell, 2001, p. 348 e ss.).

Dessa forma, o Estado romano expandiu-se adicionando um círculo cada vez maior de populações dependentes da “comunidade romana”, pois os povos derrotados eram anexados com cidadania total ou parcial, colônias latinas eram fundadas²⁰¹ e um número ascendente de povos era transformado em aliados. Assim, em 264 a.C., no limiar da Primeira Guerra Púnica, Roma tinha tratados permanentes com mais de 150 comunidades da Itália nominalmente independentes, derrotadas na guerra ou tornadas aliadas voluntariamente, sendo que a cláusula básica em todos os tratados era a provisão, obrigatória, de auxílio militar para os romanos em empreendimentos militares (Cornell, 2001, p. 365-366).

Logo, a partir de 338 a.C. todo exército romano em campanha compreendia tropas de cidadãos (legiões) e contingentes de aliados. A presença de aliados tornara-se crucial para o sucesso romano. Segundo Políbio (II,24), no século III a.C. os aliados romanos podiam mobilizar cerca de 360000 homens em idade militar para as tropas romanas. Os aliados então suplantavam os romanos em três ou duas vezes, o que significava que Roma possuía vasto potencial militar e capacidade de absorver grandes perdas, e que os romanos usavam a guerra como instrumento político com risco

²⁰⁰ No original, “*In this way a ‘Roman commonwealth’ was created, based on a hierarchy of statuses among its various members*” (Cornell, 2001, p. 348).

²⁰¹ Não necessariamente no Lácio, pois o *status* de comunidade com direito latino tornou-se, assim como as outras, uma relação de direitos com Roma (Cornell, 2001, p. 349 e ss.).

mínimo. Este sistema possuía um efeito dinâmico, pois as alianças tinham função puramente militar. Eram úteis aos romanos apenas em tempos de guerra, de forma que Roma tinha que se engajar em guerras para se valer dos aliados e manter o sistema funcionando. Sendo assim, as conquistas foram resultado da exploração eficiente dos recursos aliados. Esses eram obrigados a pagar por seus contingentes, o que significa que Roma impunha taxas sobre os aliados sem impor um tributo direto (Cornell, 2001, p. 366-367).

Durante as guerras na Península Itálica – inclusive a Segunda Guerra Púnica – a maioria dos aliados permaneceu leal a Roma, por algumas razões. Havia o apoio dos aristocratas dos povos aliados, que se voltavam para Roma quando seus interesses locais eram ameaçados. No período das guerras de conquista os romanos freqüentemente ajudaram elementos pró-romanos das comunidades da Itália. Em várias ocasiões ocorreu uma intervenção militar romana para defender aristocracias locais contra insurreições populares. O retorno dessa atitude era o apoio ativo das elites aliadas, mesmo em tempos de crise. Além disso, havia a partilha dos lucros das guerras, cláusula padrão nos tratados, a qual era aplicada não apenas para o butim móvel (partilhado igualmente), mas também para as terras, confiscadas sempre aos inimigos derrotados. Essas terras eram utilizadas para colonização e distribuição individual, para cidadãos romanos, latinos e aliados. Os próprios aliados haviam sido derrotados em guerras. Parte de suas terras havia sido confiscada, mas, posteriormente, novas terras eram adquiridas nas guerras conjuntas com os romanos (Cornell, 2001, p. 366-368)²⁰².

Embora os contingentes aliados fossem freqüentemente maiores que os romanos, a carga no potencial humano dos cidadãos romanos era proporcionalmente maior. Por

²⁰² A aquisição e a distribuição do butim – móvel ou imóvel – eram, então, fatores fundamentais na estratégia de dominação romana na Península Itálica e, por conseguinte, estavam profundamente atreladas ao simbolismo do poder romano – o butim significava a manutenção do domínio, pois permitia essa manutenção. Logo, mesmo durante as guerras fora da Itália, o butim permaneceu um símbolo de poder – pois era parte da herança de conceitos transmitidos historicamente. Políbio não aprova a atitude romana perante o espólio de guerra, pois não consegue perceber a profunda relação de significados entre este e o sistema político romano. Dessa forma, em seu relato sobre a tomada de Siracusa na Segunda Guerra Púnica (211 a.C.), condena a decisão romana de “[...] transferir todos aqueles objetos para sua própria cidade, não deixando nada para trás [...]” – os objetos são, pelo menos os mencionados por Políbio, pinturas e relevos; estamos aqui diante do valor daquilo que é esteticamente belo –, e adiciona que “[...] após transferirem todos esses objetos para Roma, usaram-nos da forma que encontraram, os das casas privadas para embelezar suas próprias casas, e aqueles que eram propriedade pública para seus edifícios públicos”. Políbio afirma que existem boas razões para se apropriar de ouro e prata, pois não se pode dominar sem enfraquecer os outros, mas as desgraças alheias não são ornamentos para o vitorioso, pois podem evocar o ódio, e que os romanos não precisavam desses expedientes, pois viviam uma vida simples, e abandonar os hábitos do vencedor para adotar os do conquistado é errado (IX,10.1-10.13). Essa característica espoliadora, como a classificou Guarinello (1987, p. 63 e ss.), perduraria, segundo esse autor, até o Principado.

exemplo, em 225 a.C. – contra os celtas do norte da Itália – as tropas de cidadãos romanos perfaziam cerca de 40% das forças combinadas romanas e aliadas. Porém, os cidadãos romanos totalizavam apenas cerca de 27% da população total da Península Itálica. Compreende-se, assim, a lealdade dos aliados romanos e a dinâmica e a coesão do sistema criado por Roma (Cornell, 2001, p. 367-368)²⁰³.

Em 272 a.C. Roma havia completado a conquista da Itália. A vitória na guerra contra Pirro²⁰⁴ havia subjuguado Tarento²⁰⁵, o último baluarte no sul da península, e os triunfos nos conflitos contra os celtas ao norte da Etrúria tinham pacificado, ao menos momentaneamente, aquela região (Crawford, 1985, p. 30-31)²⁰⁶. Em pouco mais de setenta anos, a influência romana havia se espalhado por toda a Península, particularmente na direção sul, o que colocou os dois Estados, romano e cartaginês, inevitavelmente em rota de colisão (Lazenby, 1996, p. 35; Cornell, 2001, p. 364).

²⁰³ Quanto ao expansionismo romano, seja na Península Itálica ou fora, foi sempre associado – pelo menos no período republicano – à noção da guerra feita de forma justa, ou à culpa, pela guerra, dos inimigos de Roma. Porém, o *bellum iustum*, ligado a fatores morais e, principalmente, religiosos – ligado ao *ius feccialis* –, se teve lugar primordial nas motivações e intenções da nobreza romana de fazer a guerra no período da Monarquia ou no início da República (Guarinello, 1987, p. 41-42), não encontra essas mesmas motivações e intenções na República Média. No que podemos discernir do texto de Políbio, o *bellum iustum* se relacionava à política externa romana, à preocupação dos efeitos de uma guerra de agressão – não defensiva – na opinião de outros povos, e não à moralidade ou justiça da guerra em si. Apesar de Políbio se esforçar em imputar a culpabilidade das guerras romanas aos seus inimigos, seu relato sobre a Terceira Guerra Púnica, apesar de fragmentário, nos revela que os romanos “esperavam uma oportunidade e um pretexto que demonstrassem aos povos estrangeiros que sua causa era justa. Na ocasião, as discussões sobre ir ou não à guerra, devido aos efeitos na opinião de outros Estados, quase os fez desistir” (XXXVI,2.1-2.4). Guarinello (1987, p. 42-43) interpreta que as disposições por trás das ações bélicas romanas sempre incluíram a possibilidade do acúmulo de bens materiais – *butim*. Segundo esse autor, escritores romanos do século I a.C. – Virgílio, Cícero e Salústio – explicaram a expansão romana – apesar de não eliminarem o tema religioso do *bellum iustum* – em termos menos ligados à moral: como vocação divina ao império, como um fator de pacificação e segurança do império, e mesmo como um meio de obtenção de bens.

²⁰⁴ Rei do Épiro, região costeira do Adriático ao norte da península grega, que havia sido chamado como socorro contra Roma pelo governo de Tarento.

²⁰⁵ Após a anexação de Tarento, a língua grega não era mais desconhecida dos romanos e pode-se inferir que vários romanos falavam latim e grego em meados daquele século (Grimal, 1975, p. 49-50).

²⁰⁶ A criação de colônias no sul e no norte da Itália fez parte da estratégia de ocupação e consolidação do domínio romano em ambas as áreas (Cornell, 2001, p. 347-352). Por exemplo, as colônias de Cosa e Paestum, ao sul do Golfo de Nápoles, foram criadas após a guerra com Pirro, em 273 a.C. Além dessas, em 246 a.C., os romanos assentaram a colônia de Brundisium (Brindisi), na costa sul do Mar Adriático (Cornell, 2001, p. 347-352). Políbio cita a primeira colônia romana na região da Planície do Pó, na costa adriática, denominada Sena – em grego *Sh/nh* (*Séne*) –, “[...] a partir do nome dos gauleses que antes habitavam a região [...]” – os senones (Kock *et al.* 2007, mapa 17.6) –, fundada em 283 a.C. (II,19.12). Os romanos denominavam a colônia de *Sena Gallica*.

CARTAGO

Cartago²⁰⁷, desde o final da primeira metade do século V a.C., e no início do século seguinte, experimentou um progressivo desenvolvimento urbano²⁰⁸. Várias zonas industriais periféricas de metalurgia e de cerâmica existiam dentro do perímetro da cidade. Descobertas arqueológicas, feitas principalmente pelas missões alemãs, francesas e britânicas a partir da década de 1970, trouxeram à luz diversas evidências dessa crescente urbanização, que apresentou um acréscimo no final do século IV a.C. (Lancel, 1992, p. 153 e ss.).

A arqueologia demonstra um maior intercâmbio cultural de Cartago com os povos helenizados a partir do século IV a.C. Um exemplo desse intercâmbio é a identificação entre Héracles, Hércules e Melqart, atestada nas comunidades púnicas. O templo de Melqart em Cádiz, no sudoeste da Península Ibérica, famoso durante toda a Antiguidade e centro do culto a Hércules (ou Héracles) *Gaditanus*²⁰⁹ durante o período imperial romano, tinha desenho helenístico, embora elementos do ritual preservassem traços próximo-orientais (Aubet, 2001, p. 273-275). Em Cartago, Melqart aparece assimilado a Héracles pelo menos desde o século III a.C., assimilação que, segundo Lancel, representa a “mestiçagem cultural” característica da cidade púnica, particularmente “nos dois últimos séculos de sua existência”²¹⁰. Ainda outro exemplo é a adoção do culto a Deméter e Core, desde o século IV a.C. (Lancel, 1992, p. 226-228, 269).

Ao mesmo tempo em que se helenizava, a sociedade cartaginesa demonstrava uma tendência crescente de concentrar sua esfera de influência comercial no ocidente mediterrânico²¹¹. As relações comerciais entre Roma e as cidades púnicas do ocidente

²⁰⁷ O nome da cidade de Cartago, nas línguas fenícia e púnica, era *Qart Hadasht*, “Cidade Nova” (Rakob, 1990, p. 36; Lancel, 1992, p. 34; Aubet, 2001, p. 212-218). Os termos grego, *Καρχιδών* (*Karkhedón*), e latino, *Cartago*, pelos quais a cidade era denominada por gregos e romanos respectivamente, são variações fonéticas do nome original, adaptadas àquelas línguas.

²⁰⁸ Cidade costeira, suas muralhas em frente ao mar, sobrepostas por parapeitos decorados, eram formadas por grandes blocos de arenito revestidos por estuque branco (Lancel, 1992, p. 153-159 e 160).

²⁰⁹ Hércules “de Gades”, ou “de Cádiz”.

²¹⁰ No original, “*L’iconographie de Melqart à Carthage, si elle n’est pas très abondante, est très représentative du métissage culturel qui est une des caractéristiques de la cité punique en particulier dans les deux derniers siècles de son existence*” (Lancel, 1992, p. 226).

²¹¹ Segundo Morel (1990, p. 85-86), a partir do final do século IV a.C. as importações de cerâmicas áticas tendem a se esgotar e cada vez mais se encontram cerâmicas importadas do ocidente do Mediterrâneo. Essas, porém, raras e quase isoladas, tornam-se, após a Segunda Guerra Púnica, cada vez mais comuns. Exemplos são as cerâmicas denominadas de Genucilia – páteras com ondas pintadas nas bordas, normalmente ornadas com uma cabeça feminina, com a técnica a figuras vermelhas, ou com um motivo em cruz, pintado em negro –, provenientes, provavelmente, de Ceres e Falerii, ou mesmo de Roma, “testemunhas de um tímido recomeço de relações entre Cartago e a Itália central próximo ao final do século IV a.C.” – no original, “*témoins d’un timide regain des relations de Carthage avec l’Italie centrale*”.

mediterrânico foram estabelecidas antes da Primeira Guerra Púnica, e os fragmentos de tipos mais elaborados de cerâmica encontrados em Cartago demonstram que essas relações eram especiais e que Cartago representava um mercado importante para Roma e as demais cidades do centro da Itália (Morel, 1969, p. 94-103, 117; Morel, 1990, p. 86-87)²¹².

Entre o final do século IV e o meados do século III a.C. o governo de Cartago guardava semelhanças organizacionais com o romano. Era formado por dois magistrados principais eleitos anualmente, os sufetes²¹³, epônimos do ano em que estavam no cargo, pelo Tribunal dos Cento e Quatro, com poderes judiciais, por um Conselho de Anciãos e sua subdivisão interna, o Conselho dos Trinta²¹⁴, que controlava as finanças do Estado, e pela Assembléia de cidadãos²¹⁵, reunida quando convocada pelos sufetes (Lancel, 1992, p. 134-136; Charles-Picard e Picard, 1968, p. 84-85, 210, 273; Caven, 1980, p. 2; Goldsworthy, 2001b, p. 30). Havia ainda magistrados com atribuições financeiras e de inspeção de mercados, cujas funções assemelhavam-se às dos questores e edis romanos, respectivamente (Lancel, 1992, p. 137)²¹⁶.

A maior parte da população cartaginesa habitava a área urbana (cerca de 100 mil habitantes)²¹⁷. A região rural estava dividida política e economicamente em duas

vers le fin du IVe siècle [...] – e as cerâmicas a verniz negro do “Atelier das Pequenas Estampas” – esta cerâmica é uma das raras produções artesanais certamente atribuíveis ao território propriamente romano na primeira metade do século III a.C., com origem no Lácio, provavelmente em Roma. Estas últimas representam um fluxo de comércio mais robusto, proveniente do território romano entre o final do século IV e o primeiro terço do século III a.C. Não são encontradas nas áreas gregas da Sicília e da Sardenha, mas abundam em colônias púnicas.

²¹² As cerâmicas que demonstram as relações comerciais comentadas são as do “Atelier das Pequenas Estampas” e as de Genuclia, comentadas na nota anterior.

²¹³ Nas inscrições, o termo para sufete é *ŠPT*, o qual lê-se *shophet* em fenício-púnico, segundo Lancel (1992, p. 134). Um exemplo é o de uma estela de Sulcis (localizada no sudoeste da Sardenha), datada entre o final do século IV e o início do século III a.C., onde o termo *ŠPT* é atestado (Cecchini e Amadasi Guzzo, 1990, p. 104, 109-110). Existem sugestões de que a instituição dos sufetes foi copiada da instituição romana dos côsules. O fato atestado pela arqueologia de que dois sufetes eleitos existiam em Tiro desde o século V a.C. descarta essa possibilidade, segundo Lancel (1992, p. 135).

²¹⁴ As instituições cartaginesas são denominadas por Políbio de diferentes maneiras, de forma que é difícil identificá-las como o Tribunal dos Cento e Quatro, o Conselho dos Anciãos ou o Conselho dos Trinta (esse último também conhecido como em grego como Gerúsia). Todas são denominados, normalmente, de forma indistinta, como *sune/drion*, *synédrión*, ou como *su/gklhtoj*, *synkletos*. As traduções usam o termo “Senado” para ambos os termos gregos. Em uma passagem ao menos, Políbio (X,18.1) diferencia o que Paton e Weil traduzem por Conselho dos Anciãos e Senado, respectivamente. Porém, os termos usados por Políbio nessa passagem são *gerousi/a* (*gerousiá*) e *su/gklhtoj* (*synkletos*), o que os identificaria com o Conselho dos Trinta – e não com o Conselho dos Anciãos – e com outra das duas instituições, respectivamente.

²¹⁵ A Assembléia elegia os sufetes e os generais que comandavam o exército e a frota cartaginesa (Lancel, 1992, p. 136).

²¹⁶ Outra função atestada em fontes epigráficas é a de “chefe das estimativas”, provavelmente, segundo Lancel (1992, p. 137), uma espécie de censor. Todas as magistraturas faziam uso de um funcionário auxiliar, secretário ou escriba, conhecido como “*sopherim*” (Lancel, 1992, p. 137).

²¹⁷ Comparar com a estimativa da população romana no mesmo período, comentada acima.

porções: o território pertencente à cidade, ocupado por propriedades pertencentes aos cidadãos, trabalhadas principalmente por escravos, e cuja produção era em sua maioria dirigida à população urbana; e a província, com cidades aliadas e autônomas, povoada por tributários e cujos rendimentos eram utilizados para os fins políticos do Estado (Charles-Picard e Picard, 1982, 57).

No princípio do século III a.C. Cartago era uma potência comercial. Nas décadas finais do século IV a.C. tinha experimentado um grande progresso, cultural e econômico e as relações exteriores haviam se desenvolvido. Deste período até o início das Guerras Púnicas, em 264 a.C., a cidade dominou o Mediterrâneo Ocidental (Charles-Picard e Picard, 1968, p. 180). Tinha o que poderia ser denominado de um “império colonial”, desde o oeste da Sicília e a costa africana, até o sul da Ibéria. Uma porção de sua renda era tirada de lucros provenientes de seus territórios e a tendência cartaginesa de monopolizar a vida política, econômica e cultural nos seus domínios é ilustrada pela evolução da moedagem no início do século III a.C (Aubet, 2001, p. 213; Alexandropoulos, 2004, p. 94). Porém, o grande lucro vinha do comércio marítimo, inclusive da exportação de sua produção agrícola (Charles-Picard e Picard, 1968, p. 183). Este comércio era regulado por Cartago em seus tratados com outros Estados, como as cidades etruscas e Roma (Serrati, 2006, p. 116-117; Caven, 1980, p. 1). Políbio relata que existiram três tratados entre Roma e Cartago, desde o início do período republicano romano até a primeira metade do século III a.C. (III,22.3; III,24.13), e a preocupação com o comércio e a fiscalização das atividades militaristas é evidente nos três (Harris, 1979, p. 59; Charles-Picard e Picard, 1968, p. 156; Palmer, 1997, p. 15). Cartago era, pela geografia das suas possessões, por seus domínios comerciais, e até aonde as evidências nos permitem interpretar seus objetivos mediterrânicos, o oponente natural romano.

O TEMPO DAS GUERRAS PÚNICAS²¹⁸

As Guerras Púnicas representam uma transição na história de Roma, uma mudança de um tempo de conquistas e domínio locais, na Península Itálica, para o começo do domínio do mundo mediterrâneo. A aristocracia romana era ávida por novos territórios, tanto para manter seus domínios quanto para expandir-se economicamente, sendo que a aquisição de novos territórios demandava novas anexações, pelos mesmos motivos. As

²¹⁸ As conversões entre valores de massa em talentos, dracmas e libras para massa em toneladas foram feitas segundo Marchetti (1975, p. 170, 283), Thompson (1986) e Harl (1996, p. 392 nota 22).

conquistas territoriais deste período são o elo entre uma Roma senhora em uma esfera local, peninsular, para uma Roma política e economicamente dominante e respeitada em uma escala mediterrânea, européia.

Um dos efeitos das Guerras Púnicas foi a variação da parcela de população livre na Itália. Entre 225 e 204 ou 203 a.C. houve um declínio significativo desta população, consequência da matança derivada do conflito contra Aníbal. Após esse período, a população tornou a crescer em taxas variadas, de forma que, no total, entre 225 e 28 a.C., a população livre na península aumentou de cerca de 4,5 para 12 milhões de pessoas (Morley, 2001, p. 52). Quanto à população citadina, essa aumentou no mesmo período de cerca de 8% para, aproximadamente, 14%, o que leva, entre outras interpretações, àquela de um aumento na produtividade de alimentos nas áreas rurais, de forma a sustentar o acréscimo populacional urbano (Morley, 2001, p. 57), aumento certamente ligado à ampliação da parcela de mão-de-obra rural escrava nas também crescentes propriedades rurais do tipo *villae*²¹⁹. É preciso, igualmente, relacionar o sustento dessa maior população urbana com o suprimento de grãos importados, por exemplo, da Sicília, da Líbia, da Sardenha e do Egito. No mundo antigo, a primeira e mais importante preocupação era a alimentação (Garnsey, 1983, p. 56)²²⁰. Guarinello

²¹⁹ Propriedades rurais de médio porte, pertencentes aos homens de posse, formadas, basicamente, por uma casa grande e pelo terreno agricultável adjacente. Desde 367 a.C., com as leis Licínio-Sextas, e durante todo o período da República foram realizadas tentativas de limitar a extensão das propriedades rurais em 500 *iugera* (1,25 km²), tentativas sempre frustradas (Cornell, 2001, p. 334). A palavra *latifundia* só é verificada nas fontes antigas a partir do período do Império Romano, assim como as propriedades rurais de grande porte (Crawford, 1992, p. 99).

²²⁰ Essa afirmação é importante e merece algumas considerações. A região mediterrânea possui clima seco e alta variação pluviométrica anual, e suas populações experimentavam freqüentes perdas de colheita (Garnsey, 1983, p. 56). Conheciam-se poucas variedades de grãos e a tecnologia era limitada, de forma que o clima e a geografia – incluindo tempestades, que freqüentemente afundavam embarcações –, combinados com os contextos social e político – as guerras eram fator limitante para o transporte ou a produção de alimentos –, limitavam o comércio e o transporte das matérias primas (Garnsey e Whittaker, 1983, p. 1). Pode-se, por exemplo, computar 14 ocasiões de crise alimentar em Roma entre 508 e 384 a.C., durante as quais ocorreram intervenções diretas do Estado romano, com embaixadas para a Etrúria, a Campânia e a Sicília em busca de suprimentos adicionais. A causa principal dessas fomes foi a guerra (Garnsey, 1999, p. 168-172; Cornell, 2001, p. 265-268). Devemos nos lembrar que a posse de terras e bens era uma das características mais fortes do etos romano, e o principal fator de ascendência social. A participação na vida pública – exército, prerrogativas durante as votações nas assembleias, pertencimento às centúrias que dominavam a política interna – era dependente – além da cidadania, é claro – das possessões individuais. A inclusão no grupo dominante era, portanto, função de uma simbologia de poder – social, econômico, apesar da economia ser também monetizada a partir do final do século IV a.C. – baseada na riqueza fundiária. O restante – relações patrono-cliente, elegibilidade, participação no Senado ou nas centúrias de *equites* – dependia das articulações políticas, articulações condicionadas à força política ligada à posse de bens. Essas considerações explicam, por exemplo, desde as disputas políticas internas dos séculos V e IV a.C. – tentativas de proprietários ricos, não pertencentes ao patriciado, de participação ativa no governo romano – até a crise agrária dos anos 130 e 120 a.C. e suas seqüelas. Talvez devamos compreender isso tudo como um equilíbrio, condicionado aos contextos históricos, entre a necessidade de terras cultiváveis para mitigar os problemas agrários da Península Itálica e a manutenção do *status* das nobrezas da Itália, principalmente a romana. Os romanos não procuraram, sempre, a

(1987, p. 81) ensina que a terra foi, incessantemente, um objeto central para o expansionismo na Antiguidade – para os ricos, como investimento principal dos ganhos provenientes da expansão; para os pobres, como um meio de acesso a partir da distribuição dos territórios submetidos; ou mesmo como fonte de distribuição de grãos, pelo Estado, para aliviar as pressões populares²²¹. Quanto ao êxodo em direção às cidades, esse se deveu, principalmente, ao aumento do número de *villae* após a Segunda Guerra Púnica em detrimento dos pequenos proprietários. Estes inicialmente vendiam suas terras, cultivadas por mão-de-obra familiar, encorajados pelas ofertas feitas pelos proprietários abastados, principais donos da riqueza apropriada por Roma em suas conquistas, e continuavam a trabalhar na terra como arrendatários ou migravam para a cidade. Durante o século II a.C., este processo tornou-se cada vez mais agressivo, de forma que, em meados do século I a.C., a aquisição de terras pelos proprietários ricos havia se transformado também em expropriação violenta, incrementada pela ausência dos pequenos proprietários, chefes de família, que lutavam nos exércitos romanos, longe da Itália (Crawford, 1992, p. 98-100).

As guerras tiveram ainda uma consequência fundamental: proporcionaram a Roma galgar os primeiros degraus na ascendência política e econômica sobre o mundo mediterrâneo. É importante notar que, apesar da forte ligação com as tradições, a confirmação desta soberania romana se deu através da inovação e da adaptação, e não do conservadorismo. Ao mesmo tempo em que mesclava sua cultura à do mundo helenizado, Roma afirmava sua dominação política sobre aquele mundo (Crawford, 1992, p. 67; Scullard, 1970, p. 208).

Em 264 a.C., provavelmente por causa dos campos cultiváveis da Sicília, eclodiu a Primeira Guerra Púnica, que terminou com a vitória romana após vinte e três anos (Lazenby, 1996, p. 159). Foi uma guerra que teve como objeto, e principal teatro de

ocupação física de todos os Estados com os quais lutaram durante a República. Por exemplo, evacuaram a Grécia continental em 197 a.C., só ocuparam a Macedônia em 167 a.C., e deixaram a Líbia para os nômades após a destruição de Cartago, em 146 a.C. Portanto, como nos mostra Guarinello (1987, p. 43), ao estudarmos o expansionismo antigo não podemos isolar os fatores políticos dos econômicos. É preciso estudar esse expansionismo como função da obtenção de bens (terras, riqueza material) e da sua distribuição dentro dos limites do Estado. Um dos aspectos centrais do expansionismo romano foi a tributação, em espécie – principalmente bens de primeira necessidade, como o trigo –, para o abastecimento da população, crescente na Itália. Cícero, de acordo com Guarinello, afirmou que a Sicília era, após a Primeira Guerra Púnica, “o armazém da República e nutriz de sua plebe” (Guarinello, 1987, p. 64). Com relação à importância das terras para o homem antigo, Políbio (II,61.10) enumera “[...] tudo que é mais indispensável aos homens” na seguinte ordem: as terras, as tumbas, os templos, a pátria – ou seja, o local de nascimento, de onde se tem cidadania – e as possessões (ou seja, outros bens).

²²¹ Podemos acrescentar, não apenas pelo Estado, mas também por indivíduos ou grupos na tentativa de controlar o Estado.

batalhas, a Sicília, e o tratado de paz que se seguiu obrigava os cartagineses a evacuarem a ilha, todas as outras entre esta e a Itália e a pagar dois mil e duzentos talentos em dez anos, e mil talentos imediatamente (Políbio, III,27.1-27.6)²²². Roma obteve ainda mais uma conquista: o domínio naval do Mediterrâneo Ocidental, antes em posse de Cartago, agora estava definitivamente nas mãos romanas e Cartago nunca mais recuperaria o poder marítimo obtido por séculos. Com a invasão da Sardenha, alguns anos depois, e a cobrança de uma nova indenização de mil e duzentos talentos, as condições econômicas da antiga potência ficaram francamente ameaçadas (Caven, 1980, p. 72; Rich, 1996, p. 2).

Durante o intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, Cartago havia subjugado parte do interior da Ibéria (Lazenby, 1978, p. 30-31)²²³. O controle das minas de prata da península, cuja produção era extraordinária, proveu a cidade-Estado com os meios de pagar as indenizações e um novo exército, como provam o aumento da qualidade das moedas de prata e sua abundante distribuição desde este período até aproximadamente 206 a.C. (Charles-Picard e Picard, 1968, p. 236 e 237; Goldsworthy, 2001b, p. 148-149; Rich, 1996, p. 17-18; Alexandropoulos, 2004, p. 112 e 117). Após penetrar na Itália pelos Alpes em 218 a.C., os cartagineses, liderados por Aníbal, obtiveram vitórias – nas batalhas de Ticino e Trébia, em 218 a.C., e na batalha do lago Trasimeno, em 217 a.C. – até 216 a.C., data da maior derrota da história romana, em Canas (Goldsworthy, 2001a, p. 83-156; Goldsworthy, 2001b, p. 198-214; Lazenby, 1978, p. 78-85; Caven, 1980, p. 136-139). Deste ponto em diante a guerra foi disputada em batalhas menores até que Cipião, mais tarde cognominado o Africano, tomou Nova Cartago em 209 a.C e em três anos expulsou os exércitos cartagineses da Ibéria, pondo um fim a séculos de presença púnica e retirando de Cartago sua principal fonte de recursos (Goldsworthy, 2001b, p. 271-285; Lazenby, 1978, p. 134-156; Caven, 1980, p. 198-207, 220-229; Liddell Hart, 1994, p. 31-87; Scullard, 1970, p. 39-107). Em 204 a.C. Cipião invadiu a Líbia, forçando Cartago a chamar Aníbal de volta, derrotando-o, finalmente, na batalha de Zama, em 202 a.C. (Scullard, 1970, p. 116-160; Liddell Hart, 1994, p. 123-190; Goldsworthy, 2001b, p. 290-307; Caven, 1980, p. 231-256; Lazenby, 1978, p. 203-225).

A Segunda Guerra Púnica foi marcada por uma grave crise na forma de dominação que Roma executava na Península Itálica. Tito Lívio (XXXVIII,53) afirmou

²²² A soma total era enorme, equivalente a oitenta e quatro toneladas de prata.

²²³ A qual os romanos chamariam de Hispânia.

que foi a guerra “mais importante, a mais perigosa que os romanos jamais conduziram”²²⁴.

Com o fim da guerra, Cartago perdeu todas as possessões fora da Líbia, teve parte dos domínios africanos dada aos númidas²²⁵ e a frota drasticamente reduzida. A indenização cobrada por Roma desta vez se elevou a dez mil talentos, que deveriam ser pagos em prestações anuais de duzentos talentos em cinquenta anos (Políbio, XV, 18.1-18.8) (Goldsworthy, 2001b, p. 308; Lazenby, 1978, p. 228-229)²²⁶.

Passados dez anos, a cidade púnica estava apta a pagar a quantia devida, mas Roma rejeitou o pagamento, preferindo manter os cartagineses presos à lembrança anual da derrota (Goldsworthy, 2001b, p. 308; Lazenby, 1978, p. 232). Nas décadas seguintes, a economia cartaginesa voltou a crescer (Goldsworthy, 2001b, p. 326-327). A arqueologia mostra que uma importante reestruturação do grande porto circular de Cartago, cujos hangares de madeira foram reconstruídos em pedra, ocorreu após o final da Segunda Guerra Púnica, talvez pouco antes do início da Terceira, uma evidência da continuação da prosperidade de Cartago e, possivelmente, um motivo para o terceiro conflito (Hurst, 1979, p. 27-28; Hurst, 1994, p. 40-48).

Na década de 160 a.C. os númidas tomaram a Tripolitânia²²⁷, dominada por Cartago e rica em entrepostos comerciais²²⁸. Seguiram-se várias embaixadas a Roma, mas, segundo Políbio (XXXI,21.1-21.8), os romanos decidiram, em seu próprio proveito, a favor dos númidas. Cartago foi multada em quinhentos talentos²²⁹, relativos à renda da Tripolitânia desde o início da disputa. Dez anos depois, os númidas apoderaram-se de vastas regiões a sudoeste da cidade. Os cartagineses pegaram em

²²⁴ A passagem de Tito Lívio consta do final de seus comentários sobre os altos e baixos da carreira política e militar de Cipião Africano. A crise foi, principalmente, militar e política, mas, segundo Dumézil (1996, p. 458-459), durante a guerra a religião romana funcionou de forma equilibrada. Os cultos instaurados durante a guerra formaram um conjunto de grandes coerência e eficácia psicológicas, que reagruparam a cidade em torno de seus líderes (Grimal, 1975, p. 123). Dumézil (1996, p. 457-458) comenta que todos os deuses foram chamados para salvar Roma e, quando derrotas seguidas mostraram a sua insatisfação, exploraram-se as várias áreas do divino, deuses e grupos de deuses, tentando localizar os pontos sensíveis. Roma conseguiu, assim, estabelecer as grandes linhas da nova teologia e do novo panteão que se formava.

²²⁵ A Numídia correspondia, aproximadamente, ao nordeste da Argélia moderna.

²²⁶ Correspondendo a, aproximadamente, cinco toneladas de prata por ano, ou um total de cerca de 262 toneladas de prata.

²²⁷ Região do extremo noroeste da atual Líbia.

²²⁸ Políbio (III,23.2) comenta a fertilidade da região que denomina de Sirtis Menor (atual Tripolitânia), durante sua discussão dos tratados entre romanos e cartagineses: “[...] eles (os cartagineses) não queriam que os romanos se tornassem familiarizados com a região de Bissátis ou com aquela próxima a Sirtis Menor, que eles (os cartagineses) denominam Empória, devido à sua grande fertilidade”.

²²⁹ Treze toneladas de prata.

armas e, derrotados, foram acusados de romper o último tratado com Roma²³⁰. Os romanos usaram essa brecha jurídica.

A Terceira Guerra Púnica (149 a 146 a.C.) foi forçada por Roma contra um inimigo mais fraco. Segundo Políbio:

Há muito os romanos tinham se decidido a fazer a guerra contra Cartago, mas esperavam uma oportunidade e um pretexto que demonstrassem aos povos estrangeiros que sua causa era justa. Na ocasião, as discussões sobre ir ou não à guerra, devido aos efeitos na opinião de outros Estados, quase os fez desistir (XXXVI,2.1-2.4).

A passagem citada, que põe em evidência a importância da caracterização do *bellum iustum* nas ações militares romanas, acima de tudo revela o quanto a representação do “grande inimigo” estava – e perduraria – firme e latente na sociedade romana²³¹. Cartago precisava ser destruída para eliminar a força imanente – na representação de mundo dos romanos – de sua contraposição ao domínio romano. Um discurso de Catão, proferido em 150 a.C. – um ano antes da guerra –, expõe essa representação: “Os cartagineses já são nossos inimigos. Pois, quem pode tudo contra mim, de tal forma que possa fazer guerra quando quiser, este já é meu inimigo, mesmo que ainda não aja com armas” (*De bello Carthaginiensi*, fr. 195)²³². Além disso, Roma também necessitava das colheitas da Líbia. Segundo Goldsworthy (2001b, p. 320-321), Cartago forneceu grãos para o exército romano durante a Segunda Guerra Macedônica (200 a 197 a.C.). Portanto, a necessidade de grãos – principalmente para o exército –, auxiliaram, provavelmente, a decisão romana pela terceira conflagração. Outorgar o controle dos campos cartagineses aos númidas, aliados romanos desde a Segunda Guerra Púnica, foi, talvez, mais um motivo para a declaração do conflito.

Ao final da Terceira Guerra Púnica, Cartago estava em ruínas (Goldsworthy, 2001b, p. 331). Roma tinha então adquirido um império e preparado as bases para uma expansão ainda maior.

²³⁰ O tratado especificava que os cartagineses só poderiam ir à guerra com o consentimento romano (XV,18.1-8).

²³¹ Discutimos a questão do “grande inimigo” no Capítulo III.

²³² O fragmento de Catão pode ser encontrado em *Oratorum Romanorum Fragmenta* (1955, p. 78-79).

OS TRATADOS ENTRE ROMA E CARTAGO

Entre o início do período republicano romano e o período intermediário entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, Roma e Cartago firmaram entre si seis tratados²³³. Inicialmente, o propósito principal desses pactos era a regulamentação do comércio entre os dois Estados. Contudo, com o tempo as cláusulas que prescreviam sobre as atividades militares tornaram-se cada vez mais importantes, de forma que as informações que possuímos sobre esses documentos representam nitidamente as mudanças na geopolítica do Mediterrâneo Ocidental naquele intervalo de tempo, na forma da progressão dos domínios políticos romano e cartaginês (Serrati, 2006, p. 113 e ss.; Palmer, 1997, p. 15).

Políbio (III,22.1-23.2; 24.1-24.2; 25.1-25.9; 27.1-27.10) comenta todos os tratados, transcrevendo parte de alguns e delineando apenas os traços principais de outros. Porém, considera autênticos apenas cinco, datados atualmente em 508, 348, 279 ou 278, 241 e 226 a.C. O tratado considerado falso por Políbio – o de 306 a.C. – foi o mencionado por Filino de Acragás²³⁴, uma de suas fontes para os eventos da Primeira Guerra Púnica (Serrati, 2006, p. 113; Palmer, 1997, p. 15-16).

Comentaremos inicialmente os tratados anteriores à Primeira Guerra Púnica.

Políbio começa sua exposição desses tratados comentando a relação do primeiro com a expulsão dos reis:

O primeiro tratado entre romanos e cartagineses foi concluído na época de Lúcio Júnio Bruto e Marcos Horácio, os primeiros cônsules²³⁵ após a expulsão dos reis, e fundadores do templo de Júpiter Capitolino. Ele antecede em 28 anos à invasão da Grécia por Xerxes. Eu o transcrevi da forma mais exata possível, pois a diferença é tal entre a língua atual dos romanos e a língua antiga que os mais hábeis, com grande esforço, podem compreender apenas alguns fragmentos, mesmo com toda a atenção. O tratado é mais ou menos como se segue: ‘Existirá amizade entre os romanos e os aliados dos romanos e os cartagineses e os aliados dos cartagineses nas seguintes condições: os romanos e seus aliados não navegarão para além do

²³³ Segundo Políbio (III,26.1), os tratados ficavam arquivados ao lado do templo de Júpiter Capitolino, no local em que hoje sabemos que se encontrava o “tesouro dos edis” (Serrati, 2006, p. 122-123; Palmer, 1997, p. 17-20).

²³⁴ Sobre Filino de Acragás, *vide* os comentários sobre as fontes de Políbio no Capítulo I.

²³⁵ O termo cônsul foi traduzido, tanto por Paton quanto por Foucault, do grego υ ($\rho\alpha/\tau\omicron\jmath$ (*upátos*), “supremo”, termo normalmente utilizado por Políbio para traduzir o termo latino para o grego.

Cabo Belo²³⁶, a menos que forçados por uma tempestade ou por inimigos. É proibido a qualquer um que seja carregado a força para além dele comprar ou levar qualquer coisa além do que for requerido para reparar seu navio ou para sacrifício, <e ele deve partir dentro de cinco dias>. Aqueles que vierem para o comércio não podem concluir negócios exceto na presença de um arauto ou escriba, e o preço de qualquer coisa que for vendida na presença deles será assegurado ao vendedor pela fé pública, se a venda tiver lugar na Líbia ou na Sardenha. Se qualquer romano aportar na Sicília, onde comandam os cartagineses, todos os direitos dos romanos serão os mesmos²³⁷. Os cartagineses não farão nenhum mal ao povo de Ardea, Âncio, Laurêncio, Circei, Terracina²³⁸, ou qualquer outro povo dos latinos que seja submetido aos romanos. Para os que não são submetidos, eles devem se afastar de suas cidades e, se tomarem quaisquer cidades, devem entregá-las aos romanos intactas. Eles não construirão fortes no Lácio. Se entrarem no território em armas²³⁹, não deverão no mesmo passar uma noite' (III,22.1-22.13).

Políbio tece então alguns comentários sobre o tratado, conjecturando que os cartagineses proibiram aos romanos a navegação para além do Cabo Belo para que não se familiarizassem com “[...] a região em torno de Bissatis ou aquela próxima à pequena Sirtis, que denominam de Empória, devido à sua grande fertilidade²⁴⁰” (III,23.1-23.2).

Já o segundo tratado apresenta algumas diferenças:

Em uma época posterior eles firmaram outro tratado, no qual os cartagineses incluem Tiro e Útica²⁴¹, e mencionam, em adição ao Cabo Belo, Mástia e Tarseo²⁴² como pontos além dos quais os

²³⁶ Atualmente, o Cabo Bon, no nordeste da Tunísia.

²³⁷ Ou seja, os romanos terão direitos iguais aos outros da ilha – direitos comerciais, é claro. Não sabemos sobre outros direitos, como o matrimônio.

²³⁸ Cidades do Lácio.

²³⁹ No Lácio.

²⁴⁰ Regiões localizadas hoje, respectivamente, no leste da Tunísia, ao sul do Golfo de Túnis, e no noroeste da atual Líbia.

²⁴¹ O termo grego para Tiro é *Tyrío*. Talvez seja a antiga Túnis – localizada na região da atual Túnis –, a sudoeste de Cartago. De qualquer forma, Foucault, em nota para a passagem, afirma que o nome da cidade tem gerado dificuldades ao longo do tempo quanto à tradução. Útica localizava-se a noroeste de Cartago, no atual Golfo de Túnis.

²⁴² Não conseguimos localizar Mástia e Tarseo. Segundo Foucault, em nota para a passagem, o termo Tarseo é um erro, talvez do copista. Quanto a Mástia, segundo o mesmo, era uma cidade costeira da Península Ibérica, a leste das Colunas de Hércules – atual Estreito de Gibraltar. Porém, para Políbio,

romanos não podem tomar butim ou fundar cidades. Esse tratado é mais ou menos como se segue: ‘Haverá amizade entre os romanos e os aliados dos romanos e os cartagineses, os habitantes de Tiro e Útica e seus aliados, nas seguintes condições: os romanos não tomarão butim, não farão comércio e não fundarão cidades além do Cabo Belo, de Mástia e de Tarseo. Se os cartagineses tomarem uma cidade no Lácio que não seja submetida aos romanos, devem manter os bens e os homens e deixar a cidade. Se os cartagineses capturarem cidadãos de um povo que tem um tratado de paz escrito com os romanos, mas que não seja submetido a eles, não devem desembarcá-los em portos romanos. Mas se um deles desembarcar e um romano colocar a mão sobre ele²⁴³, ele será livre. A mesma coisa para os romanos. Se um romano pegar água ou provisões em uma região submetida aos cartagineses, com essas provisões ele não fará mal a nenhum povo com o qual os cartagineses estão em paz ou amizade. E o cartaginês fará o mesmo. No caso contrário, não se exercerá nenhuma vingança particular; se qualquer um o fizer, será um crime de direito comum. Que nenhum romano faça comércio ou funde uma cidade na Sardenha e na Líbia; <se lá aportar>, que seja para pegar provisões ou reparar seu navio; se uma tempestade o fizer aportar, que ele parta dentro de cinco dias. Em Cartago e na Sicília submetida a Cartago, que ele faça e compre tudo que é permitido a um cidadão. Os cartagineses farão o mesmo em Roma’ (III,24.1-24.13).

Após comentar esse segundo tratado, Políbio passa a citar aquele que considera o terceiro:

Os romanos fizeram ainda um tratado, em último lugar, durante a invasão de Pirro, um pouco antes dos cartagineses começarem a guerra da Sicília²⁴⁴. Nele conservaram todas as cláusulas das convenções precedentes, mas adicionaram o que se segue: ‘Se fizerem contra Pirro um tratado escrito de aliança²⁴⁵, um e outro farão de forma que lhes seja permitido enviar auxílio mutuamente na região

como alerta Foucault, Mástia é uma cidade da Líbia. Seja como for, de acordo com Foucault, as proibições referem-se a possíveis atividades de pirataria romanas no Mediterrâneo Ocidental.

²⁴³ Segundo Foucault, esse é o gesto romano de manumissão. O mestre toca a cabeça do escravo com a mão e pronuncia a fórmula de emancipação.

²⁴⁴ Guerra da Sicília, *Sikelí/aj pó/lemon* (*Sikelías pólemon*), ou seja, a Primeira Guerra Púnica.

²⁴⁵ Vide Anexo .

atacada. Qualquer que seja aquele dos dois que necessitar o auxílio, os cartagineses fornecerão os navios tanto para ir quanto para retornar; mas cada um pagará o soldo de suas tropas. Os cartagineses enviarão auxílio aos romanos mesmo no mar, em caso de necessidade. Que ninguém obrigue as tripulações a desembarcar contra sua vontade' (III,25.1-25.5).

O primeiro tratado foi assinado, provavelmente, após 509 a.C., pouco depois da instauração da República em Roma. Sua escrita é semelhante à de outros tratados cartagineses, principalmente aos firmados com Estados gregos, como o que Políbio descreve, firmado entre Aníbal e Felipe V, rei da Macedônia, em 215 a.C. (VII,9.1-9.17). Restringe o comércio romano nas áreas sob controle cartaginês, principalmente na Líbia, e possui cláusulas que protegem as cidades do Lácio sob o domínio romano e prescrevem que, caso outra cidade daquela região seja tomada por Cartago, deve ser entregue aos romanos. Porém, o comércio cartaginês em Roma e romano na cidade de Cartago não é alvo de nenhuma restrição (Serrati, 2006, p. 114-117; Palmer, 1997, p. 15).

Como documento regulamentador das relações comerciais e militares entre dois Estados, o primeiro tratado espelha a maior força de Cartago frente à recém-formada República Romana. Para Roma, que procurava afirmação política, o pacto representou, provavelmente, um passo importante nas suas relações com outros Estados. Contudo, aparentemente, o propósito principal romano ao firmar o tratado foi a necessidade de mitigar os efeitos da fome que grassou a Itália central em cerca de 508 a.C., assegurando o acesso aos grãos produzidos na Sicília e na região de Cartago (Serrati, 2006, p. 117-118).

O segundo tratado, datado de 348 a.C., é um pacto que ainda favorece os cartagineses. Os romanos estão agora impedidos de comerciar na Líbia e na Sardenha, embora seja a eles permitido o comércio em Cartago e nas possessões cartaginesas do oeste da Sicília. O território romano continua livre para o comércio cartaginês, mas, algo notável, os romanos estão proibidos de navegar armados (ou seja, de transportar exército), de comerciar ou de *fundar colônias* na Líbia, na Sardenha ou na Península Ibérica. Essa cláusula representa, pela primeira vez, o receio cartaginês da expansão

territorial e política romana nos territórios sob seu controle²⁴⁶. Quanto às cláusulas estritamente militares, uma ligeira mudança permite aos cartagineses, no caso de conquista de alguma cidade do Lácio que não estivesse sob o domínio romano, a posse do butim de guerra, incluindo os prisioneiros, mas a cidade deve, como no primeiro tratado, ser entregue aos romanos. A reivindicação do butim humano evidencia uma atividade comercial bastante característica dos cartagineses, a escravista. O tratado pode, inclusive, ter sido originalmente uma demanda romana, pois um grupo de piratas da Sicília bloqueara a foz do Tibre um ano antes da assinatura do tratado (Tito Lívio, VII,25-26). Existe grande possibilidade de que esses piratas fossem originários das possessões cartaginesas na Sicília, uma vez que nessas áreas, e em outras regiões controladas por Cartago, a pirataria era rotineira. A cláusula deve ter sido uma tentativa de regular esse comércio, relegando-o às cidades não controladas por Roma (Serrati, 2006, p. 118-120; Palmer, 1997, p. 15, 22).

O tratado de 306 a.C. foi considerado por Políbio, conforme comentamos, forjado por Filino de Acragás. Em seu texto Políbio argumenta que não existia sinal do mesmo nos arquivos romanos²⁴⁷. Porém, Serrati (2006, p. 120 e ss.) advoga que o documento não foi visto por Políbio por ter sido destruído, talvez em um incêndio, ou simplesmente por que não o foi apresentado pelos romanos²⁴⁸. Políbio (III,26.3-26.7) nega de forma veemente a sua existência, mas sua eloquência é direcionada, nesse caso, para retirar dos romanos qualquer suspeita de violação de tratados quando da invasão da Sicília, no início da Primeira Guerra Púnica (264 a.C.). Políbio, como vimos no capítulo anterior, entendia a expansão romana como uma tendência natural dos Estados que aspiram à grandeza (V,102.1; XV,24.6). Os romanos, em 264 a.C., cruzaram para um território que os cartagineses consideravam sob seu domínio – a Sicília. Serrati (2006, p. 122 e ss.) argumenta em favor da veracidade desse tratado baseado em evidências providas por outras fontes²⁴⁹. Além disso, Políbio (III,25.2) afirma que o tratado de 279 (ou 278 a.C.), era uma renovação exata do último tratado (que considerava como o de 348 a.C.) com exceção de novas cláusulas militares. É, portanto, bastante improvável

²⁴⁶ Provavelmente, essa cláusula deveu-se a uma tentativa frustrada romana de colonização na Sardenha, em 378 a.C. (Serrati, 2006, p. 118).

²⁴⁷ Serrati, assim como os demais autores que temos utilizado como referência nessa dissertação, considera Políbio um historiador acima de suspeitas e, se este último afirma não haver traços do tratado em questão, é porque o documento não o foi apresentado (Serrati, 2006, p. 120-129).

²⁴⁸ Deveriam haver, em meados do século II a.C., centenas de documentos acumulados e, certamente, alguns não poderiam estar à vista (Serrati, 2006, p. 123).

²⁴⁹ Dentre seus argumentos, Serrati (2006, p. 127) comenta que, no final do século IV a.C., Roma e Cartago tinham como inimigos comuns os etruscos.

que os romanos aceitassem um tratado, no início do século III a.C., que permitisse aos cartagineses as mesmas garantias de posse de butim no Lácio de cerca de 70 anos antes. Roma agora dominava o Lácio, partes da Etrúria e todo o território dos samnitas. Outra pista da existência do tratado de 306 a.C. é que o pacto seguinte (279 ou 278 a.C.) foi firmado quando da guerra contra Pirro, e prevê que os Estados cartaginês e romano enviariam forças terrestres, um para o território do outro, como auxílio contra o rei epirota, porém *apenas* quando permitido pelo lado que reivindicasse o auxílio. Essa cláusula não teria sentido se não houvesse anteriormente um tratado que proibisse o desembarque de tropas cartaginesas no território romano e vice-versa (Serrati, 2006, p. 120-129).

Sabemos pouco sobre este terceiro tratado. Provavelmente continha cláusulas comerciais semelhantes às de 348 a.C., mas as militares estavam bastante diferentes. Roma, possivelmente, definia como sob sua esfera de influência toda a Península Itálica, limitando as possibilidades de Cartago, e, em contraposição, a Líbia a Sardenha e até a Sicília, incluindo sua porção oriental – não controlada pelos cartagineses –, estavam proibidas aos romanos. Ambos os Estados, portanto, negociavam em termos semelhantes (Serrati, 2006, p. 129). Essas considerações são importantes, pois o quarto tratado – se podemos considerar as cláusulas do terceiro conforme as considerações acima –, foi firmado apenas oito anos antes da Primeira Guerra Púnica. Esse pequeno intervalo de tempo, e as restrições que o quarto tratado impunham a ambos os Estados – conforme veremos a seguir –, iluminam um pouco mais as relações entre Roma e Cartago no período.

Na época do quarto tratado Roma estava forçada à defensiva devido à presença de Pirro na Itália, citada acima, enquanto Cartago procurava manter o rei epirota fora da Sicília. Conforme comentado, é um tratado de cooperação militar, assinado em 279 ou 278 a.C. As partes tinham a opção de enviar forças em auxílio uma da outra. Porém, o desembarque de um exército no território aliado só seria possível sob um pedido formal. Cartago poderia suprir Roma com navios de transporte, embora cada Estado devesse prover as embarcações com sua própria tripulação. A frota cartaginesa poderia apoiar os romanos, mas não poderia ser forçada a desembarcar. Além disso, nenhum dos dois Estados poderia assinar a paz com Pirro em separado (Serrati, 2006, p. 129-130).

Esse tratado nunca foi posto em prática. Os romanos lutaram sozinhos e venceram Pirro, e os cartagineses, quando o rei deixou a península e penetrou na Sicília, tentaram fazer a paz em separado. Esses eventos devem ter aumentado quaisquer

sentimentos de desconfiança mútua que existissem entre as duas potências (Serrati, 2006, p. 129-130).

Os quatro primeiros tratados refletem a ampliação dos domínios de Roma na região do Mediterrâneo Ocidental em cerca de 230 anos. É o Estado romano que apresenta um maior fortalecimento político no período, partindo de uma posição de inferioridade, demonstrada pelos termos dos dois primeiros tratados, para um lugar de proeminência, assemelhando-se ao Estado cartaginês na extensão de sua esfera geopolítica e na imposição de suas demandas, transpostas nas cláusulas dos dois últimos tratados citados. A observação dessa ampliação de domínios demonstra também a progressão histórica em direção aos conflitos entre os dois Estados: sua expansão havia chegado ao ponto onde o limite dos domínios romano e cartaginês no Mediterrâneo Ocidental coincidia com as próprias fronteiras daqueles domínios.

Com a vitória na Primeira Guerra Púnica, Roma submete os cartagineses a outro tratado, cujos termos nos informam sobre uma mudança grande na conformação geopolítica do Mediterrâneo Ocidental. Segundo Políbio:

Quando a guerra da Sicília terminou, eles fizeram outro tratado escrito, no qual as cláusulas essenciais são as seguintes: ‘Os cartagineses evacuarão <toda a Sicília e> todas as ilhas situadas entre a Itália e a Sicília. Segurança é garantida por cada um dos dois contratantes aos aliados do outro. Nenhum dos dois prescreverá qualquer coisa às províncias do outro, não elevará nenhuma construção pública, não recrutará mercenários, nem fará aliança com os aliados do outro. Os cartagineses pagarão em dez anos dois mil e duzentos talentos e imediatamente mil. Todos os prisioneiros serão devolvidos sem resgate aos romanos pelos cartagineses’ (III,27.1-27.6).

Políbio adiciona que, após a Guerra dos Mercenários²⁵⁰, os romanos, ameaçando os cartagineses de guerra – e quase a decretando –, juntaram ao tratado as seguintes

²⁵⁰ A Guerra dos Mercenários (241 a 238 a.C.), que Políbio denomina de Guerra da Líbia, contrapôs os cartagineses aos mercenários que lutaram a favor de Cartago na Primeira Guerra Púnica, devido principalmente a problemas relacionados ao pagamento dessas tropas. Foi disputada na Líbia, nas regiões próximas a Cartago. Políbio a descreve em detalhes (I,66.1-88.7), afirmando que a própria existência de Cartago como cidade-Estado foi ameaçada.

cláusulas: “Os cartagineses evacuarão a Sardenha e pagarão uma nova indenização de mil e duzentos talentos” (III,27.7-27.8).

O tratado de 226 a.C., denominado hoje de “tratado do Ebro”, é apenas citado rapidamente por Políbio²⁵¹:

Após os tratados sobre os quais falei, existiu um outro, o último, concluído por Asdrúbal na Ibéria, segundo o qual ‘os cartagineses não levarão a guerra para além do Ebro’. Tais foram os pactos concluídos entre romanos e cartagineses desde as origens até a época de Aníbal (III,27.9-27.10).

Portanto, após a Primeira Guerra Púnica a situação inicial torna-se invertida, pois é Roma que emerge das letras dos tratados como o Estado mais poderoso. O quinto tratado, firmado em 241 a.C., após a vitória romana na Primeira Guerra Púnica, impunha, entre outras coisas, que os romanos e os cartagineses não poderiam fazer a guerra contra os seus respectivos aliados. Políbio (III,29.6-30.3) interpreta essa restrição não apenas quanto aos aliados da época, mas também quanto aos aliados futuros, embora a visão cartaginesa do tratado reconhecesse apenas a não agressão aos aliados contemporâneos do tratado (Serrati, 2006, p. 133).

Em 238 a.C. os cartagineses iniciam sua conquista de parte da Península Ibérica. A expansão cartaginesa naquela região levou os governantes de Massília, colônia grega aliada dos romanos, a constantemente requererem o auxílio romano. Roma, então, enviou duas embaixadas à Península Ibérica. A segunda, em 226 a.C., firmou um tratado com os cartagineses, ao qual Políbio (III,27.9-27.10) se refere, conforme citamos, afirmando apenas que vedava aos últimos cruzar o rio Ebro em armas (Serrati, 2006, p. 130 e ss.). Esse novo tratado demonstra a extensão das esferas de influência política dos dois Estados no Mediterrâneo Ocidental no intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica. Enquanto Cartago controlava o norte da Líbia e parte do oeste da Península Ibérica, Roma dominava a Península Itálica, a Sicília, a Sardenha, e possuía aliados na porção leste da Península Ibérica. A captura de Sagunto pelas forças

²⁵¹ Políbio cita, também de forma expedita, o tratado do Ebro no Livro II (II,13.7).

de Aníbal em 219 a.C., foi, segundo Políbio, uma quebra desse tratado e uma das causas da Segunda Guerra Púnica²⁵² (III,15.2-15.8; III,17; XXXIII,1-4).

²⁵² Segundo Políbio (III,30.1) anos antes de 221 a.C. os habitantes de Sagunto, cidade que se localizava provavelmente a oeste do Ebro – *vide* comentários em nota no Capítulo III –, colocaram-se sob a *fides* romana, ou seja, doaram-se – bens e pessoas – aos romanos (XX,9.10-9.12. XXXVI,4.1-4.3). Após alguns ataques dos saguntinos ao território aliado de Cartago, Roma enviou uma embaixada a Aníbal (desde 221 a.C. o comandante cartaginês), observando que não atacasse Sagunto. Aníbal desconsiderou a observação, decisão posteriormente ratificada em Cartago – os cartagineses consideravam que Sagunto não era aliada romana na época da assinatura do tratado, e que o mesmo especificava apenas a segurança dos aliados contemporâneos àquele pacto. Políbio não sabia exatamente quando os romanos haviam aceitado Sagunto em sua *fides*, e colocou o momento antes do tratado de 226 a.C. Porém, nosso autor nos informa (III,15.5-15.8; XXX.2) que no final da década de 220 a.C. os romanos executaram alguns líderes de Sagunto, o que leva à sugestão de que na época havia ao menos uma facção contrária aos romanos, ou a favor dos cartagineses, na cidade. Nesse caso, Políbio, não encontrando evidências que mostrassem os romanos como responsáveis pela quebra do tratado, deu-lhes o benefício da dúvida. Por outro lado, sendo os cartagineses os culpados, a guerra torna-se justa pelo lado romano (Serrati, 2006, p. 131-134).

CAPÍTULO III

OS SENHORES DO MUNDO

A primeira e mais óbvia interação entre romanos e cartagineses no período que aqui estudamos é o conflito. O conflito, como uma forma de relação, pressupõe a produção de representações, identidades e alteridades (Moscovici, 2005, p. 40; Woodward, 2007, p. 9-10). O reconhecimento do “outro” como inimigo e a produção da diferença de forma polarizada, principalmente dentro de uma conjuntura de guerra, criam imagens de dessemelhança que redesenham os espaços e as instituições de interação social, intensificam as tradições, e criam fronteiras muito nítidas entre os grupos em colisão (Hall, 1997, p. 235-261; Woodward, 2007, p. 9-11, 40, 46; Silva, 2007, p. 81-84). Essas fronteiras são marcadas por diferenças que, certamente, são principalmente políticas, mas também são culturais, pois a política reproduz a cultura de um povo (Geertz, 1989, p. 135; Burke, 2002, p. 111-112).

Conflitos tendem a intensificar a fixação das identidades de grupo, principalmente as relacionadas à cidadania, exacerbando o que Woodward (2007, p. 12-13) caracterizou como sua “essencialização” [*sic*], ou seja, exacerbando um conjunto de características que todos os indivíduos de um grupo compartilham ao longo do tempo. Um embate como a Segunda Guerra Púnica, travado dentro do território de um dos oponentes e de forma intensa, provoca, na população do interior do território atacado, o agravar dos ânimos, o aferrar das tradições, a suspensão dos conflitos entre as facções, produzindo uma nova identidade de grupo, mais forte porque mais fixada.

A forma principal pela qual isto ocorre é através da comunicação²⁵³. As ordenações psicológicas e sociais são moldadas pelos símbolos que construímos na tentativa de assimilar a realidade, de apreender o que se transforma ou permanece a nossa volta, e essa simbologia muda de forma diacrônica, modifica-se com o contexto histórico (Geertz, 1989, p. 119, 123-124). Os sistemas simbólicos, ou culturais, mais atuantes nessa modelagem são os da linguagem. Linguagem no sentido amplo, tanto gestual e figurada quanto, principalmente, a da palavra. Esses sistemas simbólicos, que definem como caracterizamos e rotulamos indivíduos e grupos, são também construídos

²⁵³ Trabalhamos aqui com o conceito de comunicação de Bardin (2009, p. 34), “[...] qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este [...]”.

historicamente (Geertz, 1989, p. 151; Silva, 2007, p. 76-77)²⁵⁴. A palavra escrita tem papel importante na divulgação dessas caracterizações e rotulações, mas a palavra falada, o pensamento como ato social, trocado nas praças, nas residências, no mercado, fundamentalmente social desde a origem até a aplicação, é crítico na produção e na manutenção das representações (Geertz, 1989, p. 149-151). A troca de comentários, a ênfase na repetição, a política da conversa em lugares públicos, como a praça pública – seja ágora ou fórum –, onde o pensar torna-se manifesto e as opiniões são expressas e compartilhadas, geram ligações estáveis e recorrentes que mantêm e consolidam o grupo, produzindo idéias consensuais que, ao final, compõem o senso comum (Moscovici, 2005, p. 48-53).

Metaforicamente, talvez a “praça” principal onde se desenvolvem essas estruturas de significado, pelas quais moldamos nossa experiência, é a política (Geertz, 1989, p. 135). Em um contexto onde esse fórum é mais expressivo, como, por exemplo, o da guerra, as identidades são mais fixadas, as representações mais estereotipadas e o senso comum mais disseminado. O universo consensual, que torna os acontecimentos coincidentes com o senso comum e acessíveis a todas as pessoas, se expande, então, sobre o erudito (Moscovici, 2005, p. 52). Nesse sentido, podemos também analisar o texto de Políbio como uma transcrição dos pensamentos compartilhados através da linguagem (em seu sentido amplo) para o texto²⁵⁵.

Frente ao exposto acima, procuraremos, a seguir, fazer uma análise das *Histórias* quanto à identidade e à representação produzidas pela sociedade romana durante as interações com os cartagineses. Primeiramente, devemos compreender que a idéia de que o engrandecimento e o fortalecimento do Estado eram alcançados através da conquista não era prerrogativa dos romanos. Tudo indica que o etos guerreiro sempre fez parte dos padrões político-culturais das comunidades da Antiguidade, pois as informações mais antigas que possuímos sobre elas, tanto textuais quanto arqueológicas,

²⁵⁴ A preocupação de Geertz com a perspectiva histórica nos processos culturais está exposta no capítulo “A política do significado”, de sua obra *A interpretação das culturas* (Geertz, 1989, p. 135 e ss.), e explícita, por exemplo, na página 151.

²⁵⁵ É interessante observar a forma com que Políbio procura explicar como procuramos fazer uma imagem desconhecida se tornar familiar. Ao comentar sobre a passagem de Aníbal pelos Alpes, para que sua narrativa não fique obscura para os leitores devido à ignorância da topografia, explica por onde Aníbal começou, que lugares atravessou e em que parte da Itália “desceu”. Políbio escreve que irá detalhar essas coisas, pois “[...] no caso de terras desconhecidas, tais citações (de cidades, etc.) de nomes têm tanto valor quanto se fossem sons ininteligíveis e inarticulados. Pois a mente, aqui, não tem nada em que se apoiar como suporte e não pode conectar as palavras com nada conhecido, de forma que a narrativa não fica associada a nada na mente do leitor e é, portanto, sem sentido para ele. Devemos, então, iluminar e indicar um método que tornará possível, ao mencionarmos locais desconhecidos, comunicar ao leitor uma noção mais ou menos real e familiar a ele” (III,36.1-36.5).

nos apresentam evidências nesse sentido²⁵⁶. Os reinos helenísticos, por exemplo, lutavam entre si intermitentemente, procurando alcançar seus objetivos com tentativas constantes de obter o apoio das cidades-Estado que conseguiam manter a independência política (Crawford, 1992, p. 58). Defensor desse ideal, Políbio afirma que todo Estado deve buscar a conquista, pois essa é a tendência “natural” daqueles que visam à grandeza (V,102.1; XV,24.6). Certamente não tirou essa idéia dos romanos, mas encontrou neles o exemplo que considerava o mais perfeito, e compreendia a tendência romana à “grandeza” como “naturalmente” construída através da experiência, experiência que ele percebia transcrita na constituição romana – um dos fatores fundamentais para o sucesso na conquista do mundo²⁵⁷. Os romanos criaram mecanismos de manutenção das conquistas que funcionavam e geravam sua própria

²⁵⁶ Exemplos de evidências textuais são os épicos homéricos e o Livro dos Juízes. A *Ilíada* e a *Odisséia* descrevem, até certo ponto, a sociedade micênica da Era do Bronze (aproximadamente entre 1600 e 1200 a.C.), mas foram redigidas durante a denominada Idade das Trevas (séculos XII a VIII a.C.), provavelmente, entre o século VIII e o século VII a.C. Apesar de apresentarem anacronismos – como a utilização do ferro em uma sociedade da Era do Bronze –, representam o final de uma longa tradição oral (Dietrich, 1974, p. 7). Em relação ao Livro dos Juízes, sua edição – um processo realizado ao longo de várias gerações e que expõe a situação sócio-política do final do século VIII a.C. – é datada entre o final do século VIII e o início do século VII a.C. Porém, a edição ocorreu muito tempo depois dos eventos tratados no Livro (Polliack, 1995, p. 394 e ss.; Grossberg, 1996, p. 546). Quanto à arqueologia, por exemplo, as urnas crematórias – urnas tipo cabanas – das regiões do Lácio e da Etrúria, datadas aproximadamente entre 1000 e 830 a.C. (Idade do Bronze Tardio à Idade do Ferro Inicial), contêm apenas homens e possuem objetos em miniatura de cerâmica (recipientes para alimentos e bebidas, copos, tigelas e pratos) e espadas, lanças, broches e “navalhas” de bronze. Já as sepulturas de inumação, onde encontramos homens e mulheres, são covas simples, com potes e broches – mas sem armas – no caso dos homens, e vasos e ornamentos pessoais (broches, anéis, contas e rodas de fiar) no caso das mulheres. As distinções entre as formas de sepultamento e o conteúdo das sepulturas representam, assim, a diferença de *status* entre os antigos habitantes do Lácio e da Etrúria.

²⁵⁷ A aristocracia romana certamente tinha projetos de conquista – no que nos concerne aqui – no século III a.C., pelo menos no que se referia às antigas possessões de Cartago e às regiões da Itália e da Sicília (Harris, 1979, p. 107-117, 130). Mesmo o culto à Vitória, revelado na dedicação de templos em 294 e 193 a.C. e na iconografia das moedas do século III ao século I a.C., demonstra a tendência imperialista [*sic*] da aristocracia romana (Harris, 1979, p. 123-125; Crawford, 1992, p. 45). Não utilizamos o conceito de “imperialismo” em nosso estudo. Este conceito, segundo Guarinello (1987, p. 7-9), tem sido utilizado para caracterizar os “fenômenos de expansão” das sociedades grega – fundamentalmente as da Atenas do século V a.C. e dos reinos helenísticos – e romana. Porém, esse conceito está baseado em acepções relacionadas a estudos do imperialismo nosso contemporâneo – da forma como é entendido hoje em dia, ou seja, como uma fase do capitalismo, relacionado à expansão política e econômica de certos Estados europeus e dos Estados Unidos da América a partir de meados do século XIX d.C. –, e é utilizado para as sociedades pré-capitalistas por analogia ao seu emprego às sociedades modernas. O imperialismo capitalista, assim, está baseado em um “forte componente político-militar”, mas seus “mecanismos de concentração e exploração são essencialmente econômicos”. Logo, existe hoje uma indefinição sobre o significado do termo e sua validade para explicar os fenômenos de expansão – política, militar, econômica – na Antiguidade. Para Guarinello (1987, p. 10-11), a expansão político-militar, na Antiguidade, estava relacionada a um “empreendimento coletivo”, que visava tanto “amenizar os conflitos de classe no seio da cidadania” quanto benefícios para a comunidade. Existia, igualmente, uma relação entre a guerra e a cidadania – entre ser soldado e ser cidadão –, um dos “fatores dominantes no caráter coletivo da expansão imperialista da cidade-Estado antiga”. Contudo, o conceito de imperialismo, de acordo com o autor, pode ser útil na análise dos processos expansionistas antigos, na medida em que leve em conta as características contextuais do objeto estudado (Guarinello, 1987, p. 81).

dilatação, mecanismos que Políbio associa à constituição romana: para Políbio, o Estado romano “mais que qualquer outro se formou e cresceu naturalmente” (VI,9.13-9.14), pois possui uma constituição que, “desde o início, sua formação e crescimento têm sido devidos a causas naturais” (VI,4.7-4.13).

OS ROMANOS COMO DOMINADORES DO MUNDO

Mudanças nos interesses da aristocracia romana podem ser observadas nos tratados com Cartago até a Primeira Guerra Púnica. As relações com Cartago comandaram a política externa romana durante e no período posterior a essa guerra, após a qual os romanos se preocuparam em ocupar as ilhas próximas à Península Itálica, a coibir o avanço cartaginês na Península Ibérica e a lutar pelo vale do rio Pó, na Itália (II,14.1-35.3). As ações romanas iniciais na costa do Adriático, entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, foram, nominalmente, segundo Políbio, voltadas para a proteção da costa adriática italiana (II,8.1 e ss.). Logo, os romanos dominaram politicamente as regiões na Ilíria, as quais, porém, só reclamaram como posse após a Segunda Guerra Púnica. Não existia, ao que tudo indica, a preocupação da ocupação do continente grego antes do final da Segunda Guerra Púnica. O que preocupava fundamentalmente – mas não exclusivamente – os romanos durante o século III a.C., pelo que se apreende do texto de Políbio, eram as guerras e a política com Cartago. Essa preocupação fundamental unia a aristocracia em torno de objetivos comuns: a eliminação do grande oponente ao domínio do Mediterrâneo Ocidental e a expulsão desse grande oponente das terras da Itália, quando a própria existência do Estado romano, da forma como os romanos o percebiam, esteve ameaçada. Eliminada essa oposição, a representação romana do mundo como objeto de disputa se transformaria na representação do mundo como dominado pelos romanos.

Tudo sugere, pelo menos a obra de Políbio nos faz interpretar dessa forma, que a representação romana de senhores do *orbis terrarum* foi construída durante o contato com os cartagineses no período das Guerras Púnicas. A identidade de superioridade sobre todos os outros Estados, da preponderância do poder romano, da política impositiva, mesmo sob a imagem do libertador, ou da *amicitia*, essa foi produzida durante as inter-relações bélicas e políticas com os cartagineses.

Pensamos que a única forma de se compreender a expansão de Roma – *civitas* com diferentes instituições e com um marcante revezamento dos membros da aristocracia no governo – no complexo de situações observadas, com vários contextos

políticos, sociais e culturais, e sua inter-relação no tempo, é como resultado de um processo cultural²⁵⁸. Podemos entender esse processo através da perspectiva da transmissão e do compartilhamento das idéias de domínio e de superioridade política, as quais se reproduziram nas disposições e ações políticas romanas. Segundo Burke (2002, p. 111), a cultura, em termos políticos, pode ser definida como “o conhecimento, as idéias e os sentimentos políticos vigentes em determinado lugar e época”, e engloba “os meios pelos quais o conhecimento, as idéias e os sentimentos são transmitidos de uma geração a outra”, algo que Burke denomina de “socialização política”, e que podemos, sem dúvida, apor ao conceito geral de cultura formulado por Geertz (1989, p. 66), “um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”. Para Burke (2002, p. 110-111), os estudos políticos sugerem que, ao se estudar o “poder”, deve-se examinar também a “cultura” política, e não apenas a estrutura política. O sucesso ou o fracasso relativo de formas de organização política específicas, em diferentes locais ou épocas, só se torna compreensível com o estudo da cultura mais ampla, pois os símbolos também devem ser compreendidos em sua mobilização do apoio político. Dito de outra forma, a política de um Estado traduz a sua cultura e é uma das arenas mais importantes onde essa cultura se desdobra publicamente (Geertz, 1989, p. 135).

Dito isso, veremos que a leitura da obra de Políbio nos permite observar mudanças na forma de relação dos membros da aristocracia romana com os representantes de outros Estados ao longo do tempo. Essas mudanças podem ser notadas, em sua maior amplitude, entre a Primeira Guerra Púnica e as primeiras décadas após o final da Segunda Guerra Púnica. Nesse intervalo de tempo, as atitudes dos representantes do governo romano frente a emissários ou governantes estrangeiros se

²⁵⁸ Com outra abordagem para o mesmo problema, North (1981, p. 7) comenta que, para se entender o processo de expansão do império de Roma, seus fatores devem ser analisados individualmente. A aristocracia romana via na divisão das províncias entre os magistrados, uma forma de enriquecimento e de aquisição de *laus*, *gloria* e clientes estrangeiros (North, 1981, p. 6). Durante a expansão na Itália, a formalização de novos aliados, e o princípio de que deveriam prover novas tropas anualmente, estavam relacionados à divisão de parte do butim com esses federados, de forma que a ausência de guerras colocava o sistema em risco (North, 1981, p. 7). Havia, igualmente, a necessidade de outras terras para assentar novos colonos, provenientes dos exércitos desmobilizados, sem terras para cultivar devido ao aumento das grandes *villae*. O fazer a guerra, nas palavras de North, estava intimamente conectado com a produção na Itália, formando uma estrutura auto-sustentada, que gerava escravos baratos e capital (butim) para o investimento pela oligarquia dos senhores de terras, além da esperança de butim para os camponeses empobrecidos que serviam nas legiões (North, 1981, p. 5).

transformam e revelam, ao seu final, as disposições por trás dessas atitudes e o novo papel dos romanos na política interestatal mediterrânea. Nas palavras de Políbio:

Pois foi por causa da derrota imposta aos cartagineses na Guerra Anibálica que os romanos, sentindo que o passo principal e maior em seu plano de conquista universal já havia sido dado, resolveram pela primeira vez estender suas mãos para apoderar-se do resto e cruzar com um exército para a Grécia e para os territórios da Ásia (I,3.6).

É possível, portanto, analisando-se as *Histórias*, observar que as atitudes romanas, após as disputas com Cartago no século III a.C., traduzem novas ordenações – ou seja, a norma romana – e tornam-se, com o passar do tempo, cada vez mais imperativas. Essas mudanças nas relações entre Roma e os outros Estados, na medida em que nos permite concluir o texto de Políbio, são observáveis nas duas formas em que se pode examinar o exercício do poder, segundo Bachrach e Baratz (1962, p. 948)²⁵⁹. Sendo assim, o exercício do poder pelos romanos é observado tanto na indução das ações dos representantes de outros Estados, quanto na anulação da capacidade do exercício do poder, por parte daqueles representantes, sobre os romanos²⁶⁰. O exercício do poder, ou, de outra forma, a imposição de normas e valores pode ser compreendida também como a imposição da “verdade”, na concepção de Foucault (2005, p. 21), a qual está vinculada a uma relação de força. A verdade é a norma produzida de forma descentralizada, da perspectiva de um grupo, em uma relação de força, de poder. Portanto, o poder é relacional, ou seja, executa-se mediante o desequilíbrio em uma relação de forças (Foucault, 2005, p. 21, 28-29; 60-67; Hall, 1997, p. 261). A execução do poder pelos romanos será observada, ao longo do texto, a partir dos pressupostos

²⁵⁹ A primeira, quando um dos atores participa da tomada de decisões que afeta outro ator, ou outros atores, de forma que aquelas decisões forcem ou induzem atitudes nos atores afetados. A segunda, quando um dos atores cria, ou reforça, valores políticos e sociais e práticas institucionais que acabam por limitar o escopo (as intenções, os objetivos) dos processos políticos somente aos assuntos que são, no fim das contas, inofensivos, ou inócuos, aos que exercem o poder – quer dizer, anulam a capacidade de exercício do poder dos outros atores sobre eles (Bachrach e Baratz, 1962, p. 948). Seguimos aqui a aceção de Dahl (1957, p. 203) para “atores”: são os objetos das relações de poder, que podem ser entendidos como indivíduos, grupos, papéis (sociais, políticos), cargos, governos, Estados ou quaisquer outros agregados humanos.

²⁶⁰ Essas formas delimitadas por Bachrach e Baratz (1962, p. 948) condizem com a definição de Weber (2002, p. 43) para o “poder”: a possibilidade de se impor a vontade, em uma relação social, independentemente de qualquer resistência e de qualquer que seja a base em que se fundamenta a possibilidade. São condizentes, igualmente, com a definição de Foucault para “poder”, conforme veremos logo a seguir.

acima, em suas arbitragens dos assuntos de outros Estados após a Segunda Guerra Púnica, arbitragens sempre impostas, mesmo quando requisitadas por esses Estados.

Porém, situações de imposição, ou de tentativa de imposição da norma romana estão presentes no texto de Políbio também em contextos bélicos, quando a força do discurso está calcada na vitória sobre o adversário²⁶¹. É preciso perceber que estamos, nesses casos, diante de situações de guerra, onde os romanos estão – a princípio – em posição de vantagem por que venceram o inimigo. A tentativa de imposição de termos severos está, então, relacionada à severidade do contexto, a guerra. Esta situação é bem diferente de outras que veremos a seguir, nas quais o contexto bélico não está presente²⁶² e quando é possível, então, analisar o texto de Políbio em termos apenas do discurso político romano e observar a mutação desse discurso no tempo, de forma a caracterizar sua transformação para um discurso que traduz imposições normativas em qualquer situação, ou seja, um discurso no qual a força dos argumentos – a força, no discurso, que traduz o exercício do poder – reflete a representação romana do mundo como dominado.

Para compreender o processo de produção da identidade e da representação romanas de domínio do mundo, vamos percorrer as *Histórias* diacronicamente. Esse processo de produção de identidade e representação será demonstrado através de situações específicas – contextos históricos –, que utilizamos para caracterizar o

²⁶¹ Por exemplo, durante a Primeira Guerra Púnica, em 255 a.C., após duas vitórias sobre os cartagineses, a última na África, os romanos estavam na iminência de cercar Cartago. O côsul Régulo, no afã de terminar a guerra antes de ser substituído – seu período na magistratura estava chegando ao fim –, convida “o inimigo a entrar em negociações” (I,31.4). Porém, segundo Políbio, apesar do “desânimo absoluto e da fome extrema” (I,31.3) que grassavam em Cartago, os enviados cartagineses sentiram-se ultrajados com as propostas de Régulo, as quais, ao serem relatadas ao Senado cartaginês, este, com dignidade notável, não aceitou a “severidade” e a “dureza” dos termos do romano, e não se submeteu a nada “ignóbil ou indigno de seu passado” (I,31.6-31.8). Como resultado, os cartagineses nomeiam um lacedemônio, Xantipo, como general de suas forças (I,32.5-32.7, 33.4-33.6), o qual vence os romanos, vitória que prolonga, portanto, a guerra (I,33.6-34.12). Os generais cartagineses tinham sido classificados por Xantipo como inexperientes, mas Políbio os classifica como incompetentes (I,32.2-32.3, 32.6-32.7). Xantipo é aclamado general pelos soldados cartagineses, e os generais de Cartago, então, na iminência da batalha contra os romanos, o colocam à frente das tropas (I,32.5-32.6, 33.5-33.6). Quanto à aclamação de Xantipo, *vide* nota posterior, sobre o processo de eleição dos generais cartagineses. A narrativa de Políbio do episódio acima nos permite observar a tentativa de imposição de termos de paz pesados aos cartagineses e a negação daquela imposição – apesar das derrotas, os cartagineses não se submeteram às regras romanas.

²⁶² As imposições romanas são sempre calcadas na possibilidade da agressão bélica, como a maioria dos Estados antigos. A força do discurso impositivo deve se legitimar de alguma maneira, pois, de outra forma, não se estabelece. No caso romano, a força do discurso, após a Segunda Guerra Púnica, estará calcada na percepção da ameaça de agressão e da probabilidade da derrota pelos outros Estados – daí a efetivação do discurso –, mas as disposições que levam ao discurso impositivo estarão calcadas nas representações dos romanos como senhores do mundo.

processo em questão²⁶³. Conforme comentamos, as melhores situações para esse propósito, ou os melhores contextos, são os que apresentam os contatos diplomáticos entre romanos e representantes de outros Estados fora da conjuntura específica da guerra²⁶⁴.

Porém, outras demonstrações se fazem necessárias. Se Políbio nos mostra que antes da Segunda Guerra Púnica o crescimento do domínio romano era voltado para o Mediterrâneo Ocidental e limitado pela geopolítica cartaginesa, nosso autor nos fornece as evidências de que a estratégia romana de defesa no leste do Mediterrâneo configura, aos poucos, a percepção romana da geopolítica nessa região. Sendo assim, fizemos algumas descrições de eventos contemporâneos a essas situações ao longo do texto²⁶⁵, para contextualizar o processo em sua produção, de forma a torná-lo mais claro.

A SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A CONSTITUIÇÃO ROMANA

A imagem que Políbio nos fornece sobre os Estados cartaginês e romano no início do período das Guerras Púnicas é de semelhança: durante a Primeira Guerra Púnica, ambos eram “não corrompidos na moral²⁶⁶, moderados na fortuna²⁶⁷ e iguais em força, de forma que uma melhor estimativa das qualidades e dos talentos peculiares de cada um pode ser formada pela comparação de sua conduta nessa guerra do que em qualquer outra subsequente”²⁶⁸ (I,13.12-13.13). Da mesma forma, Políbio comenta que o propósito e a execução da Primeira Guerra Púnica, tanto para Roma quanto para Cartago, caracterizaram-se “pela iniciativa, pela bravura, e, acima de tudo, pela paixão pela supremacia” (I,64.5). Interessa-nos aqui a relação de igualdade, exposta por Políbio, entre a força e a ambição pela supremacia dos dois Estados nesse momento inicial. Essa relação estabelece no texto o ponto de partida em respeito ao avanço do domínio romano e conforma-se à estrutura que Políbio dá à sua obra: o narrar, de forma

²⁶³ “Contexto” aqui se refere à ligação entre as partes de um todo, à situação, ou seja, à conjuntura histórica enquanto parte de um sistema que envolve espaço e tempo definidos.

²⁶⁴ Logo, contatos diplomáticos pós-guerra para a efetivação de tratados de paz, portanto num contexto latente de guerra, também estão excluídos dessas melhores situações.

²⁶⁵ Algumas, talvez, um pouco longas.

²⁶⁶ Políbio tece comentários sobre uma decadência moral da juventude romana, observada durante o período em que esteve em Roma (XXXI,1,25.3 e ss.).

²⁶⁷ A “fortuna” aqui refere-se a *týkhe*.

²⁶⁸ As comparações feitas por Políbio entre cartagineses e romanos são várias: os Cartagineses foram derrotados na Primeira Guerra Púnica, no mar e em terra, não por falta de bravura das tropas, mas pela incompetência dos comandantes (I,31.1); os soldados romanos e cartagineses são bravos, com espírito de luta semelhante (I,33.1, 33.4-33.5, 36.6-36.7, 45.11, 49.7-49.11, 57.1-57.3, 57.6, 58.1 e ss., 64.5-64.6); os soldados romanos foram superiores no total, mas o melhor general da Primeira Guerra Púnica foi Amílcar Barca (I,64.6).

diacrônica, como os romanos chegaram ao domínio de quase todo o mundo habitado (I,1.4-1.6). Assim, é uma relação que define a situação inicial e prepara o leitor para a exposição da visão do autor grego da conquista progressiva do império dos romanos: segundo Políbio, “treinando-se em empresas grandes e perigosas como essa²⁶⁹, foi perfeitamente natural que não apenas ganhassem a coragem necessária para almejar o império e a dominação do mundo, mas que executassem seu propósito”²⁷⁰ (I,63.9). Logo, lembrando que, para nosso autor, *týkhe* influi na condução dos eventos do mundo para um único fim²⁷¹ (I,4.1-4.2, 4.4-4.5; VIII,2.3-2.4), a linha narrativa de Políbio começa com ambos os Estados em pé de igualdade – e com a percepção romana da possibilidade das conquistas –, e termina com o domínio incontestado dos romanos sobre a *oikouménē*, a partir de uma intenção racional – para Políbio – de dominação, com o auxílio da ação de *týkhe*. As *Histórias*, enfim, narram o desenvolvimento histórico, desde o ponto onde Roma e Cartago estão igualadas nas possibilidades de conquista, até a concepção romana – para Políbio, uma mistura de projeto racional e desígnio de *týkhe* – de império universal, após a Segunda Guerra Púnica:

Pois foi devido à derrota imposta aos cartagineses na Guerra Anibálica que os romanos, sentindo que o passo principal e maior em seu plano de conquista universal já havia sido dado, resolveram pela primeira vez estender suas mãos para apoderar-se do resto e cruzar com um exército para a Grécia e para os territórios da Ásia (I,3.6).

Está clara, na passagem acima, a percepção de Políbio de que é a vitória sobre Cartago no segundo conflito que descortina aos romanos a certeza da sujeição do resto do mundo. Se, por um lado, tinham um “plano de conquista universal” – Políbio entende a história como um *continuum*, pois a situação política contemporânea

²⁶⁹ Ou seja, como a da Primeira Guerra Púnica.

²⁷⁰ Na passagem citada, Políbio afirma que a conquista do império “não se deveu a *týkhe* e não foi involuntária”. Porém, conforme comentamos no Capítulo I, item III.3.2, *týkhe* tem um papel importante, na concepção de Políbio, na união dos assuntos do mundo sob o domínio romano. Por exemplo, em outra passagem, onde compara a constituição romana com a espartana, a qual foi escrita “por um processo de raciocínio” por Licurgo, o papel de *týkhe* volta a ser importante, junto com o aprendizado pelo treinamento e pela experiência: “mas os romanos, chegando ao mesmo resultado final em relação a sua forma de governo, não o alcançaram por nenhum processo racional, mas através da disciplina de muitas lutas e problemas e, sempre escolhendo o melhor pela luz da experiência retirada do desastre, alcançaram, então, o mesmo resultado que Licurgo, ou seja, a melhor de todas as constituições existentes” (VI,10.12-10.14). O “desastre”, nesse caso, representa a ação de *týkhe* na condução dos assuntos humanos.

²⁷¹ “[...] por quais meios e para que forma de governo *tykhé* concluiu em nosso tempo seu feito mais surpreendente, colocar todas as partes conhecidas do mundo sob um único domínio, algo sem precedentes” (VIII,2.3-2.4).

encontrava suas raízes no passado²⁷² –, aquela vitória foi o “passo principal e maior”, e é ela que permite aos romanos “pela primeira vez estender suas mãos para apoderar-se do resto”.

Fica assim caracterizada nas *Histórias* a importância da Segunda Guerra Púnica para o que queremos demonstrar, a produção da identidade e da representação romanas de domínio sobre os Estados mediterrâneos durante os conflitos com os cartagineses. Contudo, o pleno *reconhecimento* do domínio romano pelos outros Estados só se revela, para nosso autor, posteriormente. Segundo Políbio, é a partir de 168 a.C. – ou seja, da queda da Macedônia²⁷³ – que “todos reconheciam como inelutável a necessidade de se obedecer, dali em diante, aos romanos e de se submeter às suas vontades” (III,4.3). Portanto, o ano de 168 a.C. completa os “menos de 53 anos” – a partir do início da Segunda Guerra Púnica –, aos quais Políbio se refere no início da obra: “por quais meios e sob qual sistema de política os romanos, em menos de 53 anos, foram bem sucedidos em subjugar quase todo o mundo habitado”²⁷⁴ (I,1.4-1.6).

Outra razão existe, igualmente lógica e conseqüente – ou seja, “perfeitamente natural” –, contudo, mais fundamental para o “domínio do mundo” pelos romanos, além da experiência em “empresas grandes e perigosas” (I,63.9). A constituição romana também possui papel importante nas conquistas:

As qualidades peculiares da constituição romana conduziram, em grande parte, não apenas à sujeição dos italianos e sicilianos, e subseqüentemente dos ibéricos e celtas, mas, finalmente, à vitória sobre Cartago e à concepção do projeto de domínio universal (III,2.6).

Enquanto fornece novamente a idéia de que é a vitória na Segunda Guerra Púnica que permite a “concepção do projeto de domínio universal”, Políbio entende que a constituição romana, “a melhor de todas as constituições”, foi o sustentáculo das conquistas romanas, pois “desde o início sua formação e seu crescimento têm sido devidos a causas naturais” (VI,4.7-4.13, 10.14). O Estado romano, devido ao fato de que

²⁷² Vide nossa Introdução.

²⁷³ No ano de 168 a.C. os romanos venceram os macedônicos na batalha de Pidna. A Macedônia deixa de existir como Estado soberano e é dividida em quatro repúblicas. Um ano depois, Políbio – e outros gregos – é enviado como exilado para Roma.

²⁷⁴ A idéia do domínio romano em “menos de 53 anos” se repete em outras passagens, como VI,2.1-2.3.

sua constituição não foi formada por um “processo de raciocínio”²⁷⁵, “mais que qualquer outro se formou e cresceu naturalmente” (VI,9.13-9.14, 10.12). É essa formação natural da constituição romana que permitiu a conquista do império, e Políbio enfatiza sua importância ao compará-la com a constituição espartana, essa sim formada racionalmente²⁷⁶:

Porém, se qualquer um possui ambição por coisas maiores, e considera mais belo e mais glorioso ser o líder de muitos homens e governar e dominar sobre muitos, e ter os olhos de todo o mundo voltados para ele, deve-se admitir que, desse ponto de vista, a constituição lacedemônia é defeituosa, enquanto a romana é superior e melhor estruturada para a obtenção do poder, como é, realmente, evidente pelo rumo atual dos eventos”, pois “os romanos, que objetivavam apenas a sujeição da Itália, em um curto intervalo de tempo submeteram todo o mundo habitado (VI,50.1-50.6).

É essa narrativa, cheia de detalhes, de explicações sobre as razões dos eventos e de *exempla* para a instrução dos leitores, a qual pretende explicar a “natureza”, ou a lógica, do crescimento do domínio romano, que fornece as evidências históricas e nos permite analisar o texto de Políbio pela perspectiva da transmissão e apreensão de significados nos diferentes contextos históricos – a partir da observação e da análise dos modos de expressão, dos símbolos extrínsecos (Geertz, 2008a, p. 104-107) –, ou seja, pela perspectiva da produção da identidade e da representação romanas de dominadores da *oikouméne*, uma perspectiva histórico-cultural.

Devemos insistir que, conforme comentamos, a idéia de domínio, ou o modelo de dominação por meio de conquistas, permeou a sociedade romana desde muito – e também as sociedades helenísticas²⁷⁷ –, e não é essa idéia que aqui procuramos

²⁷⁵ Esse “processo de raciocínio”, segundo Políbio, foi o utilizado por Licurgo quando criou a constituição de Esparta. Políbio o comenta, conforme citamos em nota anterior, quando compara a constituição romana com a espartana (VI,10.12-10.14).

²⁷⁶ A constituição espartana foi formada a partir de um processo racional por que foi escrita por um homem, Licurgo, enquanto a constituição romana não é racional, mas natural, porque se formou da experiência e do treinamento. A mesma idéia pode ser encontrada nos escritos de Cícero, o qual comenta um dito de Catão (portanto, contemporâneo de Políbio): “a constituição do <nosso> Estado não foi obra de um só tempo ou de um só homem” (*Da República*, II,37).

²⁷⁷ Como vimos, Políbio compreendia a ascensão romana ao domínio como uma tendência natural dos Estados que aspiram à grandeza (V,102.1; XV,24.6).

demonstrar²⁷⁸, mas sim de que forma a interação com os cartagineses produziu, na aristocracia romana, a representação de dominadores do mundo, observável na capacidade de agir politicamente de maneira altamente imperiosa nos assuntos de outros Estados, sem a necessidade da conquista propriamente dita, ou sem, necessariamente, a imposição direta por meios militares. Em outras palavras, e repetindo, o que tentamos evidenciar é a produção da identidade de dominadores do mundo e da representação, ou apreensão, desse mundo – até das regiões não efetivamente dominadas, e mesmo daquelas com as quais entram em relações diplomáticas pela primeira vez – como verdadeiramente dominado, subjugado às ordenações romanas.

DOMÍNIOS EM DEFINIÇÃO

Vimos que Políbio nos informa que Cartago e Roma eram “iguais em força” e na “paixão pela supremacia” durante a Primeira Guerra Púnica (I,13.12-13.13, 64.5). A imagem que transmite de ambos os Estados ao final da guerra é de exaustão de recursos (I,62.1-62.7). A Primeira Guerra Púnica durou 23 anos e foi vencida pelos romanos, apesar de estarem, “na ocasião, exaustos e debilitados pela guerra” (I,62.7). Quanto aos cartagineses, “não estavam mais aptos a enviar suprimentos para suas forças na Sicília, pois o inimigo comandava o mar, e, se as abandonassem e, de certa forma, as traíssem, não teriam nem outros homens nem outros líderes com os quais continuar a guerra” (I,62.2). Sendo assim, como “não havia nenhuma possibilidade razoável de salvar as tropas”, enviaram “uma embaixada para tratar da paz” (I,62.5). A Primeira Guerra Púnica se encerrou, então, mesmo com a vitória romana, com o domínio sobre o Mediterrâneo Ocidental ainda em definição.

²⁷⁸ Um exemplo dessa idéia de domínio por conquistas, que sempre permeou a sociedade romana no período republicano, é a anexação da Sardenha, em 238 a.C., três anos após o final da Primeira Guerra Púnica. Após a anexação, tornada possível pela defecção de ex-mercenários cartagineses para os romanos, os cartagineses objetam-na e reclamam sua ascendência sobre a ilha. Os romanos, então, usam os preparativos de Cartago para uma guerra contra aqueles mercenários como pretexto para declarar guerra aos cartagineses, “alegando que os preparativos não eram contra a Sardenha, mas contra eles mesmos”. Tendo recém terminado uma guerra contra seus ex-mercenários em seu próprio território (a Guerra dos Mercenários; *vide* o texto, a seguir), e estando “mal preparados nesse momento para retomar as hostilidades com Roma”, os cartagineses “não apenas desistem da Sardenha, mas concordam em pagar uma soma adicional de 1200 talentos aos romanos, para evitar entrar em guerra no momento” (I,88.8-88.12). A idéia de romana domínio das regiões do Mediterrâneo Ocidental, portanto, assemelha-se mais com a anexação territorial do que apenas com o controle político. Essa idéia está, a nosso ver, intimamente ligada à noção de que Cartago é o “grande inimigo”, portanto, passível de dominação apenas pelo encurtamento de suas esferas de controle territorial e econômico. Devemos observar que a Sardenha é caracterizada por Políbio como uma ilha densamente povoada e fértil (I,79.6). Sobre a importância dessas regiões e da alimentação no mundo antigo, referir-se ao Capítulo II.

Após a paz, a primeira situação em que observamos nas *Histórias* um contato diplomático fora da conjuntura específica da guerra é quando, em 230 a.C., os romanos encaminham dois enviados à Ilíria para investigar atividades relacionadas à pilhagem de embarcações comerciais – atividades que denominaremos de pirataria. Segundo Políbio:

Desde muito tempo eles²⁷⁹ tinham o hábito de maltratar embarcações provenientes da Itália, e agora, enquanto estavam em Fenícia²⁸⁰, alguns se destacaram da frota e roubaram ou mataram muitos comerciantes italianos, capturando e mantendo em cativeiro um número não inferior de prisioneiros²⁸¹. Os romanos haviam desconsiderado previamente as reclamações contra os ilírios, mas como elas se multiplicaram diante do Senado, enviaram em missão diplomática para a Ilíria, para inquirir sobre esses assuntos, Caio e Lúcio Coruncânio (II,8.1-8.3).

A referência à desconsideração prévia das atividades dos ilírios²⁸² relaciona-se, é claro, ao teatro do Adriático. Estamos observando o contexto entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, quando a política romana estava, até esse momento, voltada exclusivamente para a Península Ibérica – devido às conquistas cartaginesas naquela região – e para o norte da Península Itálica, mas especificamente para o vale do rio Pó – onde os romanos tentavam barrar uma migração de povos celtas e dominar o vale que Políbio retrata como o mais fértil de toda a Itália²⁸³ (II,14.7 e ss.). De fato, ao final da Guerra dos Mercenários²⁸⁴ (240 a 238 a.C.), Amilcar Barca é enviado à Península

²⁷⁹ Os ilírios.

²⁸⁰ Fenícia, cidade da costa ocidental da Ilíria. Em grego, a grafia é idêntica à da região do Oriente Próximo, Φοῖνι/κῆ (*Phoinike*).

²⁸¹ Essas atividades de pirataria, para a captura de bens e pessoas com o intuito de vendê-las nos mercados urbanos de escravos, eram comuns, inclusive entre cartagineses e romanos (Palmer, 1997, p. 22 e ss.). Os cartagineses, por exemplo, capturaram cerca de quinhentos comerciantes da Itália – os quais seriam vendidos como escravos, segundo Palmer (1997, p. 26) – que levavam suprimentos para os mercenários em guerra contra Cartago, durante Guerra dos Mercenários, mas devolveram-nos aos romanos, quando requerido por uma embaixada (I,83.5-83.6).

²⁸² “Os romanos haviam desconsiderado previamente as reclamações contra os ilírios [...]” (II,8.3).

²⁸³ Políbio comenta que a planície do rio Pó (Πα/δοῖ, *Pádos*, em grego, ou *Bodencus*, seu nome nativo – II,16.13) ultrapassa qualquer outra conhecida em fertilidade (II,14.7), fertilidade que é de difícil descrição, pois “produz abundância de trigo e de outros produtos”, referindo-se aos baixos preços desses produtos na região do Pó, provavelmente, abaixo dos da Grécia (II,15.1-15.2). Além disso, quase a totalidade dos suínos para consumo privado e para o exército – ou seja, no século II a.C., quando Políbio escreve – provém da planície do Pó (II,15.3).

²⁸⁴ Repetimos aqui nossos comentários de nota anterior. A Guerra dos Mercenários, que Políbio denomina de Guerra da Líbia, contrapôs os cartagineses aos mercenários que lutaram a favor de Cartago na Primeira Guerra Púnica, devido principalmente a problemas relacionados ao pagamento dessas tropas.

Ibérica para subjugar a região a Cartago²⁸⁵ (II,1.5). Os romanos, então, “vendo que os cartagineses estavam criando um império maior do que o que possuíam anteriormente, resolveram começar a se preocupar com os assuntos da Ibéria” após a fundação, naquela Península, da cidade de Nova Cartago, em 228 a.C.²⁸⁶ (II,13.3-13.5). A fundação de Nova Cartago, “a mais bela e a rainha dos cartagineses nas regiões da Ibéria” (III,15.3), sugere a motivação cartaginesa para a consolidação e manutenção das conquistas naquela área²⁸⁷. Dito isto, como os romanos, desde o início dos anos 220 a.C., tinham preocupações com uma possível “invasão celta”, “no momento não ousaram impor ordens a Cartago ou entrar em guerra com aquela cidade”, mas concluíram um tratado, no qual “nenhuma menção era feita ao resto da Ibéria, mas os cartagineses se comprometeram a não cruzar o rio Ebro em armas”²⁸⁸ (II,13.5-13.7).

O tratado do Ebro, concluído em 226 a.C., representa a tentativa de definição das esferas de domínio romana e cartaginesa na Península Ibérica e a iniciativa romana de coibir aos cartagineses a aquisição, nas palavras de Políbio, de “um império maior do que o que possuíam anteriormente”²⁸⁹. Mas os termos mais importantes na passagem

Foi disputada na Líbia, nas regiões próximas a Cartago. Políbio a descreve em detalhes (I,66.1-88.7), afirmando que a própria existência de Cartago como cidade-Estado foi ameaçada.

²⁸⁵ Amílcar embarca para a Península ibérica juntamente com seu filho Aníbal, então com 9 anos de idade (II,1.6).

²⁸⁶ Cidade conhecida pelos romanos como *Cartago Noua*, posteriormente *Colonia Urbs Iulia*. Segundo Políbio, era denominada por alguns como Καρχιδών (*Karkhedón*), “Cartago” – a exemplo da cidade na Líbia – e por outros de Καίνη/ πόλις (*Kainé pólis*), “Cidade nova” (II,13.1). Essa última denominação é a tradução grega do nome original, nas línguas fenícia e púnica, de ambas as cidades, a líbia e a ibérica, *Qart Hadasht*, “Cidade Nova” (Rakob, 1990, p. 36; Lancel, 1992, p. 34; Aubet, 2001, p. 212-218). Foi fundada por Asdrúbal, genro de Amílcar Barca (II,13.1). Denominamos hoje essa antiga cidade de Nova Cartago. Em seu local existe atualmente a cidade de Cartagena, na Espanha.

²⁸⁷ Um dado que corrobora essa interpretação é que os romanos haviam ocupado a Sardenha em 238 a.C., o ano em que Amílcar segue para a Ibéria (I,88.8-88.12; II,1.5). A Sardenha e a Sicília haviam pertencido, por séculos, à área de influência de Cartago, e os cartagineses estariam, dessa forma, abrindo uma nova frente de expansão, uma vez que as ilhas mediterrânicas já não mais faziam parte das suas fontes de ganhos, principalmente econômicos. Como vimos no Capítulo II, Cartago retirava a maior parte de seus lucros das regiões dominadas. Além disso, a conquista militar da Ibéria inaugura uma nova fase no modelo de domínio cartaginês, modelo desde o século VI a.C. baseado, predominantemente, na fundação de colônias não para o domínio territorial, mas para o controle das exportações e importações dos bens provenientes de vários locais no Mediterrâneo (Brunet, 1997, p. 141-149).

²⁸⁸ $\text{I} \text{ber potamón}$ (*Iber potamón*), “rio Iber”, aparentemente o atual Ebro (Pédech e Paton traduzem por Ebro), mas Pédech afirma, em nota sobre a passagem, que trata-se do atual rio Jucar, localizado a oeste de Sagunto, baseado em um estudo de Carcopino (1960, p. 341 e ss.). Essa interpretação tem conotações importantes para o entendimento dos motivos e das razões romanas para a declaração da segunda guerra contra Cartago.

²⁸⁹ Encontramos evidências sobre a existência de aliados romanos na Ibéria a leste do rio Ebro em duas passagens relativas ao início da Segunda Guerra Púnica. A primeira, quando Hanão, um dos generais de Aníbal, domina uma das tribos da região, os bargúsios, “colocando os bargúsios sob seu absoluto controle, pois era deles que mais desconfiava, devido ao seu sentimento de amizade por Roma” (III,35.4). A segunda, quando Aníbal, ao se dirigir para a Itália, se prepara para atravessar o rio Ródano ($\text{R}(\text{odano})\text{j}$, *Rodanos*) e encontra uma força grande de “bárbaros” na outra margem, pronta para impedir-lo (III,42.1-44.2). Uma terceira evidência encontramos em uma passagem relativa à Segunda Guerra

citada, para nossos propósitos, são “não ousaram impor ordens a Cartago”, os quais evidenciam um balanço de forças equilibrado entre os Estados cartaginês e romano no período, que não permitia imposições. Os romanos, então, não se percebiam como capazes de exercer o poder sobre os cartagineses, e da mesma forma esses em relação àqueles. O próximo embate pelo controle do Mediterrâneo Ocidental estava, então, adiado pelo artifício da demarcação de um limite geopolítico (representado pelo tratado do Ebro), pois, se os romanos tinham problemas com os celtas na Península Itálica, os cartagineses, segundo Políbio, evitaram entrar em guerra com os romanos enquanto não tivessem assegurado o controle das regiões da Ibéria, de importância estratégica (III,14.10). Essa visão de Políbio empresta um caráter determinístico às conquistas cartaginesas em relação a Roma²⁹⁰. Porém, em nossa interpretação, a Segunda Guerra

Púnica na Ibéria. Os romanos, para atacar os cartagineses, cruzam o Ebro, algo que “nunca haviam ousado antes”, pois “estiveram contentes com a amizade e a aliança dos povos de sua margem norte” (III,97.5).

²⁹⁰ A passagem anotada (III,14.10) refere-se à explicação, feita por Políbio, de que Aníbal Barca procurou ao máximo não dar um pretexto aos romanos para a guerra, até que tivesse assegurado o domínio de toda a região, “seguindo as sugestões e conselhos de seu pai, Amílcar”, e situa-se no ano de 220 a.C., portanto, seis anos após o evento do tratado do Ebro. Porém, Amílcar morreu em 229 a.C. (II,1.7), foi substituído no comando das forças cartaginesas na Ibéria por seu genro Asdrúbal, que por sua vez morreu em 221 a.C. (III,13.3) e foi seguido no comando por Aníbal (III,13.4). Portanto, desde a chegada dos cartagineses na Península Ibérica, em 238 a.C., passaram-se 16 anos. Políbio trata as ações de Aníbal como provenientes das vontades de seu pai e entende o desenvolvimento do domínio cartaginês na região, e a posterior invasão cartaginesa da Itália, como derivados do ódio de Amílcar para com os romanos, ódio herdado por Asdrúbal e Aníbal (III,11.5-11.8, 12.2-12.4, 15.6-15.7, 15.9). Ou seja, traduz um processo de conquistas e de tentativa de dominação do Mediterrâneo Ocidental, através de estratégias de controle territorial, como um projeto pessoal originado por reações emocionais – o ódio. Mas esse processo, a nosso ver, deve ser compreendido como um projeto do Estado cartaginês de crescimento econômico e político. De fato, o texto de Políbio nos permite observar, conforme veremos, que os cartagineses na Ibéria se reportam à cidade de Cartago para tomar decisões, e que, da mesma forma, o governo cartaginês está a par dos assuntos da Ibéria e coaduna com as resoluções tomadas pelos comandantes lá estabelecidos. Como exemplos, podemos citar que o Senado cartaginês apóia as decisões de Aníbal anteriores à Segunda Guerra Púnica (III,15.8; III,34.7-34.8), e que um dos motivos da conquista cartaginesa daquela região é o domínio das minas de prata, cuja riqueza era famosa na Antiguidade, como demonstram a melhoria na qualidade das moedas de prata e sua distribuição desde o período do início da conquista até aproximadamente 206 a.C., quando os romanos tomam Nova Cartago. Com o lucro proveniente dessas minas, os cartagineses puderam pagar a indenização devida aos romanos e formar um novo exército mercenário (Charles-Picard e Picard, 1968, p. 236 e 237; Goldsworthy, 2001b, p. 148-149; Rich, 1996, p. 17-18; Alexandropoulos, 2004, p. 112 e 117), o qual, por sua vez, auxiliava no controle e no crescimento das próprias conquistas. O fato da família Barca se firmar na região pode ser compreendido, talvez, pelo modelo de governo dos povos ibéricos e celtiberos, o reinado. Cípião Africano, por exemplo, foi aclamado rei pelos ibéricos aliados dos romanos após algumas vitórias sobre os cartagineses durante a Segunda Guerra Púnica (X,38.3, 40.2-40.6). Essa idéia de que o chefe da guerra é o rei era comum entre as populações celtas desde pelo menos o final do século VIII a.C., cujas elites almejavam à aquisição da honra através da guerra endêmica (Koch *et al.*, 2007, p. 15), e nos ajuda a compreender a estratégia cartaginesa – e talvez as razões dos membros da família Barca, não ligadas ao ódio aos romanos, mas à idéia de ascendência sobre uma região rica. Sob essa ótica, podemos compreender esse processo como produtor de resultados positivos tanto para a aristocracia em Cartago quando para os imigrantes da família Barca. Realmente, todo o processo, desde a conquista das minas de prata até a fundação da cidade de Nova Cartago “a mais bela e a rainha dos cartagineses nas regiões da Ibéria” (III,15.3), remete à consolidação gradual das conquistas de um novo e rico território. A declaração

Púnica foi o resultado do processo de conquistas cartaginesas na Ibéria, e não o motivo²⁹¹. Sendo o Mediterrâneo Ocidental o objeto de disputa, e a Ibéria uma região rica a ser dominada, as conquistas de Cartago posicionaram os Estados romano e cartaginês, ambos de tendências expansionistas, novamente em rota de colisão, e o tratado do Ebro apenas adiou o conflito. Como os romanos encontravam-se em posição delicada em relação à migração dos celtas na Itália – de acordo com Políbio, os gregos também se alarmavam com a perspectiva de uma invasão gaulesa²⁹² (II,35.9-35.10), o que nos permite supor um grande deslocamento de povos celtas –, o tratado serviu como um ajuste temporário, mas não coibiu o avanço das conquistas cartaginesas²⁹³.

Finalmente, os romanos batem os celtas em Mediolano²⁹⁴ em 222 a.C. (II,35.2). Um ano depois, em 221 a.C., Aníbal é alçado ao comando na Ibéria e consolida o domínio cartaginês no ano seguinte²⁹⁵, em 220 a.C. (III,13.4). Vemos, assim, que o aparecimento histórico de Aníbal como líder cartaginês coincide com o período em que as relações entre romanos e cartagineses estão mais tensas, devido à extensão e à consolidação dos domínios cartagineses nas regiões limitadas pelo tratado do Ebro e ao término da guerra entre romanos e celtas²⁹⁶.

da guerra pelos romanos (a Segunda Guerra Púnica) foi, assim, parte desse processo de conquistas, como nos sugere o tratado do Ebro.

²⁹¹ Vide nota anterior.

²⁹² Os movimentos de povos celtas na Península Itálica são primeiro atestados em cerca de 390 a.C., e Políbio os menciona, desde os primeiros, para explicar o desenvolvimento dos assuntos no norte da Itália até o momento observado, a década de 220 a.C. (II,14.1-35.3). Notar que Políbio denomina, em diversas passagens de sua obra, esses povos que viviam no norte da Itália, na região dos Alpes e no sul da Gália como “celtas” (Κελτοί\, *Keltói*), “celtas da Itália” (Itali/an Keltói\, *Italian Keltói*) ou “gauleses” (Γαλα/ται, *Galátai*), às vezes ligando-os às regiões de origem, ou utilizando termos diferentes para denominar os mesmos grupos.

²⁹³ Realmente, de acordo com Políbio, os cartagineses dominaram a Ibéria de forma rápida e desimpedida por causa da preocupação romana com o iminente “ataque gaulês”, e o tratado “assegurou” os romanos “contra os cartagineses” (II,22.9-22.11). Os ataques celtas, ou mais especificamente, gauleses, à Itália, a partir do primeiro, em 390 a.C. – quando do saque de Roma –, tiveram pequeno efeito no desenvolvimento da *Urbs*, mas causavam, sempre, um grande pânico, de forma que a idéia de um *tumultus Gallicus* gerava a formação emergencial de tropas em meio ao terror da invasão (Cornell, 2001, p. 324-325).

²⁹⁴ Atual Milão, na Itália.

²⁹⁵ Após a derrota de uma coligação de tribos ibéricas por Aníbal, “nenhum dos povos daquele lado do Ebro se aventurou, mesmo levemente, a desafiar os cartagineses, com exceção do povo de Sagunto” (III,14.9).

²⁹⁶ Políbio escreve que, quando da elevação de Aníbal ao comando, os membros do governo cartaginês “esperaram por um pronunciamento das tropas e, quando chegou a eles a notícia, proveniente de seus exércitos, de que os soldados haviam unanimemente escolhido Aníbal como seu comandante, apressaram-se em convocar uma assembleia do povo, a qual ratificou, de forma unânime, a escolha dos soldados” (III,13.3-13.4). Essa passagem sugere que a forma de escolha do comandante dos exércitos em Cartago era feita por eleição, primeiro pelas tropas, cuja escolha era então ratificada pela Assembleia. Além disso, podemos inferir, igualmente, que os candidatos ao cargo eram previamente escolhidos pela aristocracia cartaginesa, pois tanto Amílcar quanto Asdrúbal, os dois comandantes na Ibéria anteriores a Aníbal, foram, de acordo com Políbio, alçados ao comando pelo governo em Cartago: segundo nosso autor, os

Dito isso, e compreendendo as relações de força entre Cartago e Roma como percebidas por ambos os Estados em termos de igualdade, podemos inferir que não existia ainda, por parte dos romanos, a visão dos territórios a leste do Adriático como objeto de preocupações políticas²⁹⁷, e que essas preocupações estavam voltadas para os territórios da Itália e da Ibéria. Cabe também ressaltar o surgimento de Aníbal como líder em um momento de tensão.

Voltando à embaixada romana para a Ilíria, o texto de Políbio nos informa a seguir que as preocupações da então rainha dos ilírios, Teuta, eram relativas a problemas internos ao seu reino, ou seja, sugere que a rainha desconsiderava possíveis reações romanas às suas atividades (II,8.5). Essa despreocupação fica exposta quando os embaixadores romanos, ao serem recebidos em audiência, expõem os “ultrajes cometidos contra eles” e são tratados por Teuta com arrogância. A rainha declara, então, que se esforçaria para evitar qualquer dano público aos romanos, mas que “era contrário ao costume dos reis ilírios interditar a seus súditos os ganhos provenientes do butim do mar”²⁹⁸ (II,8.6-8.8). Um dos embaixadores romanos, então, “ofendido com essas palavras” e com a atitude da rainha, exprime-se, segundo Políbio, de forma “franca” e com “certos méritos”, porém, de maneira “altamente inoportuna para a situação”:

Ó Teuta, [...] os romanos têm um costume admirável, o de punir publicamente os culpados de injustiças privadas e auxiliar publicamente os injustiçados. Esteja certa de que tentaremos, com a ajuda divina, te obrigar, sem tardar, a reformar o costume, em relação aos ilírios, de seus reis (II,8.10-8.11).

cartagineses “despacharam Amílcar para a terra da Ibéria, incumbindo-o com uma força adequada” (II,1.5), e Asdrúbal foi “incumbido” pelos cartagineses “do governo da Ibéria” (III,13.3). O episódio da aclamação de Xantipo, um lacedemônio, para o cargo de general do exército cartaginês durante a Primeira Guerra Púnica, corrobora essa inferência. Xantipo é primeiro convocado à presença do governo cartaginês, o qual o incumbe das forças, juntamente com outros generais cartagineses (I,32.3-32.5); os soldados, então, o aclamam (I,32.7); Xantipo é, finalmente, colocado à frente do exército no limiar da batalha, pelos outros generais (I,33.4-33.5). A eleição dos generais cartagineses é evidenciada de forma mais explícita por Aristóteles, quando de seu comentário sobre a constituição de Cartago (*Política*, II.11 1273^a26-30).

²⁹⁷ Walbank (1990, p. 164-165), da mesma forma, afirma que até o final do século III a.C. os romanos não possuíam objetivos imperialistas [*sic*] no leste, e que a realidade da política externa romana era muito mais incerta, e hesitante, do que acreditavam seus contemporâneos gregos.

²⁹⁸ A atitude da rainha não denota o reconhecimento da força militar romana, muito menos da influência romana. Ademais, a distinção entre o que é um dano público e o que são os ganhos da pilhagem, no argumento da rainha, nos permite interpretar que a obtenção de bens através da pirataria era percebida pelos ilírios como uma ação fora das esferas territoriais – portanto fora das esferas públicas e dos assuntos dos Estados, incluindo o romano. O direito é construído e é feito valer a partir de relações de propriedade, de vitória e de conquista (Foucault, 2005, p. 28-29; 60-67).

Políbio nos informa que o embaixador que discursa nesses termos é o mais jovem, reforçando, com essa afirmação, o que pretende caracterizar como uma ação – ou discurso – que tinha “certos méritos”, mas que era “inoportuna para a situação”. Pensamos que é de se esperar que observemos nos mais jovens, com mais acuidade – mas não exclusivamente –, o resultado da fixação das acreções culturais e, portanto, de identidades e representações, provenientes dos padrões de significados herdados, por exemplo, das gerações anteriores. Portanto, *poderíamos* supor que a identidade romana na qualidade de dominadores, e a representação dos outros Estados como sujeitos ao *imperium* romano, já estavam, de certa forma, fixadas nos ideais de pelo menos uma parte da aristocracia romana em meados do século III a.C. Porém, a preocupação de Políbio em nos fornecer a informação de que o autor do discurso foi o embaixador mais jovem, e que sua atitude, apesar de possuir “certos méritos” foi “inoportuna para a situação”, ou seja, intempestiva e não compartilhada pelo outro embaixador, nos permite inferir que Políbio nos apresenta, não um exemplo do que Catão posteriormente caracterizaria como a “soberba” dos romanos²⁹⁹ – ou seja, uma atitude imperativa compartilhada pela aristocracia romana, cujo melhor exemplo nas *Histórias* talvez seja o do legado Caio Popílio Lena diante do rei selêucida Antíoco, em 168 a.C.³⁰⁰ –, mas um exemplo de inexperiência, uma atitude irrefletida de alguém pouco acostumado aos protocolos das relações entre Estados³⁰¹.

Por outro lado, a embaixada à Ilíria, de qualquer maneira, abre um novo horizonte para as relações interestatais romanas. A partir desse momento os romanos se voltam, paulatinamente, e em contextos distintos, para os assuntos do Mediterrâneo Oriental³⁰². Quanto aos efeitos do discurso do embaixador romano perante Teuta, a rainha manda assassiná-lo³⁰³, contrariando “as regras estabelecidas dos direitos das

²⁹⁹ *Vide*, mais à frente, nossos comentários sobre o discurso *Oratio pro Rhodiensibus*, proferido por Catão em 167 a.C., após a conquista romana da Macedônia.

³⁰⁰ Comentaremos sobre esse episódio mais à frente, no texto.

³⁰¹ Outro exemplo de atitude inexperiente, ou de falta de tato, é a de Hierônimo, rei de Siracusa, quando da embaixada romana para aquela cidade-Estado em 216 a.C. (VII, 3.2-3.3). Comentaremos essa passagem mais à frente.

³⁰² É o início do que Crawford denominou de envolvimento romano em grande escala no oriente grego (Crawford, 1992, p. 61-63).

³⁰³ O assassinato do embaixador romano é atribuído por Políbio à inconseqüência feminina (II,8.12). O tema da inferioridade das mulheres em termos de comportamento e de idéias – um tema helenístico comum, segundo Walbank (1990, p. 163) – é recorrente nas *Histórias* (II,4.8). Políbio dá exemplos de mulheres elogiáveis apenas quando o objeto do comentário é a honra, a virtude – relacionadas às ações privadas ou às ações públicas ligadas ao culto aos deuses, ou ao comportamento em ambientes públicos, mas não às ações políticas – e as atitudes perante os filhos (XXXI,26.1-27.16; XXXVIII,20.1-20.10).

gentes³⁰⁴” (II,8.12). Estamos diante, então, em 229 a.C., da primeira vez que os romanos “cruzaram com um exército para a Ilíria e aquelas partes da Europa³⁰⁵” (II,2.1, 12.7). A expedição militar é preparada após as notícias sobre a embaixada alcançarem Roma (II,8.13). Como resultados imediatos dessa expedição – a Primeira Guerra da Ilíria (229 a 228 a.C.) –, um governo pró-romano, na pessoa do rei Demétrio de Faros, é instalado nas regiões que ficaram sob controle romano³⁰⁶ (II,11.17). É importante notar que essas regiões, dentre as do território continental grego, são as que estão mais próximas da Itália, o que as posiciona estrategicamente como fundamentais para a defesa da Península Itálica. Porém, outros resultados, de conseqüências mais duradouras, também podem ser observados.

Durante a guerra, algumas cidades costeiras gregas, tanto do Épiro quanto da Ilíria – Corcira, Apolônia, Epidamno e Issa³⁰⁷ –, se colocaram sob a proteção romana³⁰⁸

³⁰⁴ As regras “do direito das gentes”, compreendidas como regras do “direito natural”, são explicadas por Bretonne (1998, p. 244), e transcrevemos aqui seus comentários: “O direito natural, como o direito positivo, regula as relações dos homens entre si, mas é simultaneamente humano e divino, eterno e imutável. Não tem necessidade de nenhuma formulação ou reorganização positiva, porque é uma realidade dada, preexiste a todas as leis escritas, à constituição de qualquer cidade. É também interior ao homem; [...] dita-lhe as regras fundamentais da acção [*sic*]: evitar o engano, a fraude, a simulação; não prejudicar os outros para trazer para si próprio uma vantagem; garantir de qualquer maneira o ‘bem comum’. Há também uma outra regra, que [...] inclui em si e que vem antes de qualquer outra: defender os ‘costumes’ e as ‘leis’, a pertença dos bens e as distinções sociais, numa palavra, a ordem constituída da ‘república’” – adicionamos, do Estado ao qual pertence o reclamante. “A doutrina naturalista renuncia assim a desempenhar completamente o dever crítico que também se tinha atribuído, e revela o seu intento ideológico. Finalmente fecha-se o círculo: o direito natural encontra a existência jurídica na sua configuração histórica, e preocupa-se em o legitimar. Ele liga-se à tradição ancestral redescobrimdo-a numa nova luz, não como herança ingenuamente recebida, mas como patrimônio a guardar de uma maneira conciente”. De acordo com as regras desse direito que “preexiste a todas as leis escritas”, de “defender [...] a ordem constituída” de um Estado, os enviados romanos eram invioláveis.

³⁰⁵ O termo em grego é *Ευρω/πη* (*Eyrópe*).

³⁰⁶ Os romanos, pelo tratado, dominaram politicamente a região constituída hoje, aproximadamente, pela Albânia e a ilha de Corfu, na atual Grécia. Os outros termos do tratado são: Teuta é obrigada a se retirar da maior parte da Ilíria, os ilírios sob a rainha são proibidos de navegar ao sul de Lisso (atual Lezhe, na Albânia) com mais de dois navios, os quais não poderiam ser navios de guerra (II,12.3).

³⁰⁷ Corcira, atual ilha grega de Corfu, situava-se no Épiro. As outras cidades situavam-se na Ilíria, aproximadamente a atual Albânia: Apolônia, sem correspondente urbana atualmente, Epidamno (ou Dirráquio) atual Durrës, e Issa, uma ilha ao norte da Ilíria, atualmente a ilha de Vis, na Croácia.

³⁰⁸ O texto de Políbio poderia nos deixar dúvidas quanto à relação entre as cidades citadas e Roma, pois o termo grego para essas relações entre Corcira, Epidamno e Issa para com os romanos é *ἐπί/στις* (*pístis*), “fé” – ou *fides*, em latim –, mas também, no caso de Corcira, é *φίλι/α* (*phília*), “amizade” – ou *amicitia*, em latim –, dois termos com conotações, para os romanos, bem diferentes. *Amicitia* significa uma relação de amizade entre dois Estados. Contudo, para os romanos, uma “amizade” com hierarquia, situando-se os romanos em posição mais elevada, como nas relações de clientela, caracterizadas por Wolf (2003, p. 104-110) como relações de “amizade instrumental”, nas quais essa “amizade [...] atinge um ponto máximo de desequilíbrio, de sorte que um dos parceiros está claramente em uma posição superior quanto à sua capacidade de conceder bens e serviços”. Já *fides* traduz a rendição total de outro Estado para Roma, incluídas as pessoas, seus bens, as cidades e as terras. Políbio reconhece essa última relação (XX,9.10-9.12; XXXVI,4.1-4.3) e utiliza, para explicar aos gregos o significado romano de *pístis*, o termo *δί/δωμι* (*dídomi*), “estar pronto para dar”, “oferecer” (aos deuses), que é a tradução grega para o termo latino *deditio*, “entregar”, “render-se”, “ação de entregar-se ao inimigo”. Ambas as traduções das *Histórias* traduzem as relações de Corcira, Epidamno e Issa como “proteção”, justamente por que a

(II,11.5, 11.8-11.12). Ao final da guerra, os romanos enviaram embaixadas às ligas Etólia e Aquéia, segundo Políbio, para explicar “as causas da guerra e do desembarque, em seguida para lhes expor a conduta das operações, lendo o tratado que haviam feito com os ilírios”³⁰⁹. Políbio continua, relatando que as embaixadas foram recebidas “com a devida cortesia” e que os romanos “livraram os gregos de um grande terror”, pois os ilírios eram os “inimigos comuns de todos” (II,12.4-12.6). As ligas Aquéia e Etólia haviam estado em guerra com os ilírios por alguns anos – 233 a 229 a.C. –, entre outras razões, devido aos ataques desses últimos às cidades gregas costeiras do Adriático (II,2.3 e ss.). As embaixadas, então, posicionaram os romanos, pela primeira vez, como protetores dos gregos³¹⁰, posição que será explorada por Roma, de forma impositiva e com ganhos políticos, a partir do século II a.C., conforme veremos mais à frente. Contudo, enviando embaixadas às ligas Etólia e Aquéia, os romanos afirmaram não apenas sua proteção contra os ilírios, mas também sua disposição contrária aos outros inimigos dessas ligas, principalmente à Macedônia³¹¹ (Hammond, 1968, p. 9). A criação de uma espécie de “protetorado-tampão” na Ilíria sugere, dessa forma, a tentativa de barrar a influência macedônica no Adriático (Hammond, 1968, p. 8). Seja como for, como já comentamos, o foco das atividades militares e da política romanas concentrava-se, respectivamente, nas penínsulas Itálica – na planície do Pó – e Ibérica até o final da década de 220 a.C. Após esse período, a iminência de outra guerra com Cartago dominou a política romana³¹².

As embaixadas mencionadas foram as primeiras para os Estados gregos do Mediterrâneo Oriental, mas não as únicas. Na ocasião, “imediatamente após” esses

acepção de *pístis*, aqui, não é a de *fides*. Os cuidados que se deve observar, no texto de Políbio, quanto às tentativas de nosso autor de traduzir para o grego o conteúdo semântico dos termos latinos, são comentados por Beltrão (2007, p. 7 e ss.).

³⁰⁹ Ao explicarem “as causas da guerra e do desembarque”, os romanos justificam a guerra perante os outros Estados. O tema do *bellum iustum* está, então, defendido.

³¹⁰ Segundo as próprias palavras de Políbio, “livraram os gregos de um grande terror”, pois os ilírios eram os “inimigos comuns de todos”. O tema da liberdade das cidades-Estado era comum entre os Estados helenísticos. A “liberação” significava, teoricamente, a volta das cidades “libertadas” à condição de independência política, ou seja, de independência em relação aos reinos helenísticos.

³¹¹ Os outros inimigos eram os epirotas e os acarnânios (Hammond, 1968, p. 9). De fato, Políbio narra que os ilírios haviam entrado em guerra contra os etólios por que, em 233 a.C., Demétrio II, então o rei macedônico – pai de Felipe V, este último o primeiro rei macedônico a entrar em guerra contra Roma, conforme veremos – havia induzido os ilírios por meio de suborno a auxiliar uma cidade que os etólios estavam cercado (II,2.5). Conforme comentamos, os romanos, antes de 230 a.C., não demonstravam interesse – pelo menos o texto de Políbio não nos permite observar – a leste do mar Adriático. Porém, as necessidades de defesa, pelo reconhecimento de um Estado expansionista em potencial na região – o macedônico –, faziam parte da estratégia geopolítica defensiva romana.

³¹² Notar que o período entre a embaixada para a Ilíria e o início dos problemas em relação a Sagunto, que comentaremos mais à frente, é de 10 anos (230 a 220 a.C.). Cartago era, portanto, o “grande inimigo” e ocupava os objetivos da política externa romana.

contatos, outras embaixadas foram enviadas para Atenas e Corinto, sendo que, durante a última, os romanos foram admitidos, pela primeira vez, nos Jogos Istmos (II,12.8). Segundo Crawford (1992, p. 57-58), enquanto Atenas era a capital “espiritual” da Grécia, a embaixada à segunda demonstra a capacidade com que os romanos administravam seus negócios com o mundo helenizado já nesse período: chegando a Corinto na época dos Jogos Istmos, o anúncio da vitória foi seguido da admissão dos romanos na celebração que representava toda a comunidade grega, sua identificação cultural. Para os romanos, então, significou a sua inserção naquela comunidade (Crawford, 1992, p. 57-58). Não devemos compreender essa inserção como uma adesão proposital à comunidade cultural grega, ou uma necessidade de helenização, mas como uma ação política³¹³. As relações formais de “amizade”, “aliança” e “fé”, traduzidas pelos termos gregos *phília*, *symakhía* e *pístis* – ou *amicitia*, *foedus*³¹⁴ (ou *foederatio*) e *fides*, em latim –, porém, do modo como eram compreendidas pelos romanos, passam, aos poucos, a ser percebidas pelos gregos.

Vimos que no final dos anos 220 a.C. as relações políticas entre cartagineses e romanos haviam convergido para uma extrema tensão, e o ponto para o qual essa tensão estava direcionada era a Península Ibérica. A cidade de Sagunto³¹⁵ havia se colocado sob a *fides* dos romanos. Políbio usa como prova dessa relação a informação de que a população de Sagunto havia, “alguns bons anos antes da época de Aníbal” – ou seja,

³¹³ Segundo Veyne (1983, p. 107-108), o helenismo era uma linguagem cultural – o sentido que Veyne dá a “linguagem cultural”, nesse caso, é o de “linguagem artística”, relacionada à arquitetura e às artes figurativas, principalmente –, não social, e esta corrente cultural não significava a participação de uma dada sociedade, ou seu alinhamento, em um modo de vida estrangeiro, mas uma vontade de compartilhar do “belo” e de novas tendências estéticas. Roma, nas palavras de Cornell (2001, p. 25), era “uma espécie de museu vivo” – “*Their consciously traditionalist ideology made Rome a kind of living museum [...]*” –, pois mantinha a forma de suas instituições enquanto mudava o conteúdo, conservava as velhas estruturas intocadas e, quando necessário, a elas superpunha novos elementos ou novas estruturas. Isto parece paradoxal para uma sociedade que ascendeu de uma pequena cidade-Estado para um império de magnitudes “supracontinentais”, mas, e essa é a razão de seu êxito na construção de um império nessas proporções, os romanos tinham uma capacidade excepcional de adaptação e de flexibilidade frente às mudanças, e as contribuições, ou inovações, devidas ao helenismo foram absorvidas segundo essa capacidade (Cornell, 2001, p. 25).

³¹⁴ “O termo latino *foedus* possui duas acepções: a primeira é a representada por um adjetivo (*foedus*, *a*, *um*), significando “feio”, hediondo”, “horrível”, “funesto” e similares; a segunda é representada por um substantivo (*foedus*, *eris*), significando “tratado”, “pacto”, “convenção”, “aliança”, que é a acepção à qual nos referimos aqui.

³¹⁵ Sagunto estava localizada “no sopé da cadeia de montanhas, do seu lado marinho, que conecta a Ibéria e a Celtibéria” – “Ibéria e Celtibéria”, em grego, Ι)beri/aj kai\ Keltibhri/aj (*Hiberías kai Keltiberías*). Sagunto, segundo Políbio, localizava-se cerca de 7 estádios do mar (cerca de 1280 m). A cadeia de montanhas mencionada é conhecida hoje como “Sistema Ibérico”, a oeste dos Pireneus. Um dado interessante sobre Sagunto é que seu território, segundo Políbio, “produz todo tipo de cultura e é o mais fértil em toda a Ibéria” (III,17.3), o que nos concede meios de entrever uma possível razão para a importância daquela cidade para os dois contendores. *Vide* nossos comentários sobre a preocupação fundamental com a alimentação na Antiguidade, no Capítulo II.

antes de 221 a.C., quando Aníbal torna-se o comandante das forças cartaginesas na Ibéria –, pedido a intervenção dos romanos para resolver “agitações internas”, e não a dos cartagineses, os quais estavam mais próximos e “envolvidos com os assuntos da Ibéria”, e com o apoio dos romanos resolveram a questão³¹⁶ (III,30.1-30.2). Após várias embaixadas de Sagunto a Roma, legados romanos são enviados à Nova Cartago, pouco depois das vitórias que consolidam o domínio cartaginês (220 a.C.), com pedidos de respeito a Sagunto e de que os cartagineses não cruzassem o Ebro, de acordo com o último tratado³¹⁷ (III,15.1-15.2, 15.5). A tensão entre os Estados fica, assim, caracterizada no texto, pois Roma envia seus legados quando da consolidação cartaginesa de seus domínios a oeste do Ebro. A resposta de Aníbal para os legados baseia-se na intervenção romana em Sagunto alguns anos antes e nos eventos posteriores. Segundo o cartaginês, que se coloca no papel de guardião dos “interesses dos saguntinos”, quando os romanos, durante a sedição, “foram chamados para arbitrar, mataram injustamente alguns dos líderes” de Sagunto. Isso, para Aníbal, era uma violação da boa fé que não passaria em branco, pois os cartagineses não negligenciavam “a causa das vítimas da injustiça”. Ademais, ainda de acordo com Aníbal, os saguntinos, “confiando em sua aliança com os romanos, trataram com injustiça alguns dos povos sujeitos a Cartago”³¹⁸ (III,15.7-15.8). O texto permite entrever a tensão no limite entre as esferas geográficas de domínio definidas no tratado do Ebro: enquanto Aníbal finaliza a consolidação das conquistas cartaginesas, algumas escaramuças ocorrem entre as populações celtas aliadas dos cartagineses com a cidade aliada dos romanos, Sagunto³¹⁹.

O texto admite ainda outra inferência: a forma pela qual os romanos se dirigem a Aníbal denota a similaridade nas forças, pois “protestaram” ou “suplicaram” – os termos dependem das traduções – de forma solene, sem, contudo, haver nenhuma

³¹⁶ Foucault, em nota explicativa sobre a passagem, data a intervenção romana em Sagunto em 226 a.C., a data do tratado do Ebro.

³¹⁷ Os saguntinos estavam “alarmados por sua própria segurança e anteviam o que estava por vir”, e os romanos tinham “mais de uma vez dado pouca atenção” aos mensageiros de Sagunto (III,15.1-15.2). Esses dois trechos exibem, respectivamente, a preocupação dos habitantes de Sagunto frente ao avanço das conquistas cartaginesas em direção à sua cidade, e o fato de que os romanos não haviam mandado legados anteriormente, muito provavelmente por que estavam ainda envolvidos com os celtas da Itália.

³¹⁸ A passagem permite a inferência de que a sedição em Sagunto fora entre partidários dos romanos e partidários dos cartagineses, pois Aníbal se posiciona como guardião dos interesses de cidadãos injustiçados pelos romanos.

³¹⁹ Essas escaramuças, as “injustiças” dos saguntinos, poderiam, perfeitamente, se tratar de antigos problemas de fronteira entre as populações da região, agora transpostos para as disputas entre Cartago e Roma.

menção a uma demanda impositiva³²⁰ (III,15.5). Além disso, como a argumentação de Aníbal havia deixado claro aos legados romanos “que a guerra era inevitável”, esses últimos “navegaram para Cartago para renovar os mesmos protestos” (III,15.12), enquanto Aníbal também enviou mensageiros a Cartago, “pedindo instruções” sobre como proceder com relação aos saguntinos, devido ao tratamento injusto desses últimos para com “alguns dos povos sujeitos a Cartago” (III,15.8). Toda a passagem, portanto, esclarece a tensão e os cuidados, de ambas as partes, tanto no discurso diplomático quanto com respeito aos direcionamentos governamentais relacionados às ações que levariam ao conflito.

Políbio não fornece maiores informações sobre essa embaixada romana a Cartago. Sabemos apenas que no ano seguinte (219 a.C.) os cartagineses cercam Sagunto durante oito meses e tomam a cidade, finalmente, de assalto³²¹ (III,17.4, 17.9). Quanto à tomada de Sagunto, pode-se deduzir que foi decidida pelo governo em Cartago, ou que a metrópole africana concedeu a Aníbal a prerrogativa da decisão, uma vez que o cerco e o assalto aconteceram após o pedido de instruções feito por Aníbal³²².

Os romanos, nesse ínterim, procuravam assegurar sua posição na Ilíria, por causa “das fortunas florescentes do reino dos macedônicos”, quando recebem a notícia da queda de Sagunto (III,16.1-16.7, 18.1-19.3, 20.1, 20.6). Podemos assumir, então, que

³²⁰ O termo em grego é *diamartu/romai* (*diamartýromai*), que significa “protestar solenemente”, “pedir encarecidamente”, “suplicar”. É frequentemente traduzido por “suplicar”, caracterizando a forma pela qual representantes de Estados diferentes se dirigem uns aos outros, mesmo em situações onde está patente a sujeição de um dos Estados ao outro, ou seja, quando o verbo “suplicar”, ou “protestar” é utilizado nas traduções juntamente com outros, como “obrigar” e “ordenar”, implicando, portanto, em situações onde a formalidade se apresenta mesmo em face do domínio – conforme veremos mais à frente. Logo, o “protesto solene”, ou a “súplica” – a verbalização de uma atitude educada que denota uma humildade apenas formal – era uma das formas polidas e tradicionais de tratamento nas relações interestatais. De qualquer maneira, a situação que discutimos agora, o encontro de representantes dos Estados romano e cartaginês no limiar da Segunda Guerra Púnica, não constitui um exemplo de sujeição de um Estado para com o outro: pelo contrário. Nenhuma menção é feita a ordens, mas sim a pedidos formais. Nas traduções da passagem em questão, Paton traduz *diamartýromai* (que no texto está na 3ª pessoa do imperfeito do indicativo, *diemartýronto*) por “protestaram” (*protested*) e Foucault por “suplicaram” (*conjuraient*).

³²¹ A posição geográfica de Sagunto em relação ao rio que Políbio denomina de *Iber* é importante, pois uma parte da argumentação romana que leva à declaração de guerra diz respeito a essa relação, ou seja, como se a cidade fosse localizada a leste do rio. Portanto, o ataque cartaginês caracterizaria a quebra do tratado. O rio *Iber* é identificado hoje, normalmente, com o rio Ebro, rio que localiza-se a leste da antiga Sagunto, o que torna impossível o fato de que a tomada da cidade tenha significado o cruzamento do rio. Por outro lado, conforme comentamos em outra nota, Carcopino (1960, p. 341 e ss.) propôs que o *Iber* deva ser identificado com um rio a oeste de Sagunto, o qual os romanos denominavam de *Sucro*, o atual Jucar.

³²² De qualquer forma, os legados romanos encontraram Aníbal quando este estava se recolhendo com seu exército para os quartéis de inverno, ou seja, no final de 220 a.C. (III,15.3-15.4), e Aníbal envia os mensageiros para Cartago após o encontro (III,15.8). O cerco e a tomada de Sagunto acontecem no ano seguinte (segundo Foucault, em nota para a passagem do cerco da cidade, entre a primavera e o outono).

não sabiam do cerco, pois de outra forma teriam enviado reforços para a região onde, conforme expomos, suas preocupações eram maiores.

Seja como for, ao tomar conhecimento da tomada de Sagunto o Senado romano envia outra embaixada para Cartago em protesto, deixando aos cartagineses duas alternativas: “entregar Aníbal e os membros de seu conselho ou a guerra seria declarada” (III,20.8). Os cartagineses “ouviram com irritação a escolha que lhes era proposta” e, em sua resposta, não consideraram o tratado do Ebro, tido por eles “como não existente, ou, se existente, sem valor, uma vez que havia sido concluído sem sua concordância”, discutindo, então, apenas em termos do tratado de 241 a.C., ratificado no final da Primeira Guerra Púnica³²³. Os romanos se recusaram a discutir qualquer justificativa, argumentando que “enquanto Sagunto estivera intacta” isso era admissível, “mas agora que o tratado havia sido quebrado” os cartagineses deveriam “entregar os culpados”, mostrando que a cidade ibérica havia sido tomada “sem sua aprovação”, ou, “reconhecendo sua cumplicidade na injustiça, aceitar a declaração de guerra” (III,21.6-21.8). Finalmente, os romanos, após ouvir o discurso dos cartagineses, “não deram outra resposta além da seguinte: o membro mais velho da embaixada, apontando para a dobra de sua toga”, disse aos senadores³²⁴ que ela carregava tanto a guerra quanto a paz, e que, portanto, deixaria cair aquela que lhes conviesse. O sufete³²⁵ cartaginês convida-o a deixar cair aquela que os romanos escolhessem e, tendo o romano dito “‘guerra’, vários senadores clamaram ao mesmo tempo ‘aceitamos’”. Os embaixadores e o Senado separaram-se, assim, com essas palavras” (III,33.1-33.4).

Mais uma vez a relação entre os legados romanos e os governantes de Cartago denota a percepção, por ambos os grupos, de uma paridade de forças.

Declarada a guerra, os romanos, segundo Políbio, nunca imaginaram que seria disputada na Itália, mas na Ibéria, com Sagunto como base (III,15.13). Sendo assim, os senadores romanos decidem – conforme comentamos acima – “assegurar sua posição na

³²³ Segundo sua justificativa, esse tratado obrigava à observação da segurança dos aliados de cada um dos signatários, Roma e Cartago. Como no mesmo não havia menção da Ibéria, e Sagunto não era, na época, aliada de Roma, o tratado não havia sido quebrado. Para corroborar essa justificativa, “leram em voz alta várias vezes o tratado” (III,20.9-21.5).

³²⁴ “Senado”, na passagem denominado de *sune/drion* (*synédrión*), é, claro, o termo com o qual os tradutores, Paton e Foucault, denominam uma das instituições de Cartago: o Tribunal dos Cento e Quatro, o Conselho dos Anciãos ou o Conselho dos Trinta. Conforme comentamos em nota, no Capítulo II, os termos utilizados por Políbio não permitem diferenciar essas instituições.

³²⁵ Políbio denomina o sufete cartaginês – um dos dois magistrados epônimos, eleitos anualmente pela assembléia de Cartago – de *basile/uj* (*basiléus*), “rei”. Essa denominação dos sufetes cartagineses de “reis” é antiga, encontrada também em Aristóteles, o qual, em seus comentários sobre a constituição de Cartago, afirma que os reis cartagineses são eleitos (*Política*, II.11 1273^a26-30).

Ilíria, pois previram que a guerra seria séria e longa, e se passaria longe de casa”³²⁶ (III,16.1). A concepção romana da duração da guerra estava relacionada, assim interpretamos, à lembrança das dificuldades e da longa duração da Primeira Guerra Púnica.

Quanto à necessidade de assegurar a posição da Ilíria, esta se dá por que Demétrio de Faros, o rei que havia sido colocado no trono das áreas dominadas pelos romanos, “colocando todas as suas esperanças na Casa da Madedônia, [...] estava saqueando e destruindo as cidades da Ilíria sujeitas a Roma”³²⁷ (III,16.2-16.3). Os romanos derrotam Demétrio de Faros em poucos meses, investindo novos governantes na região, mantendo seu protetorado – fortalecido por áreas de importância estratégica no interior – e voltando a situação geopolítica, basicamente, aos termos de 229 a.C. (Hammond, 1968, p. 11-15; Fine, 1936, p. 35)³²⁸. A defesa da costa adriática contra uma expansão macedônica estava, novamente, preparada.

A SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A CRISE DO SISTEMA DE DOMÍNIO ROMANO

Alguns anos após o início da Segunda Guerra Púnica, entre 217 e 216 a.C., a situação na Itália estava se voltando contra os romanos, os quais observavam o abalo de um domínio construído por mais de 120 anos. A partir de 217 a.C., Aníbal utiliza uma estratégia de devastação dos campos à medida que percorre a Itália com seu exército, “com o objetivo de provocar o inimigo”, destruindo e queimando, inicialmente, os campos da Etrúria (III,82.3, 82.10). Após a batalha do lago Trasimeno, Aníbal continua as devastações:

[...] sem ser molestado, avançando em direção ao Adriático. Passando pela Úmbria e pelo Piceno, alcançou a costa [...] tendo tomado uma quantidade tão grande de butim que seu exército não podia nem conduzi-lo nem carregá-lo, e tendo matado grande quantidade de pessoas no caminho. Pois [...] a ordem havia sido a de matar todos os

³²⁶ Literalmente, ἀπο\ τῆς οἰκείας (apò tês oikeías), “longe da casa”.

³²⁷ “[...] desdenhoso para com Roma por causa dos perigos a que estava exposta, primeiro pelos gauleses, agora pelos cartagineses, e colocando todas as suas esperanças na Casa da Madedônia, [...] estava saqueando e destruindo as cidades da Ilíria sujeitas a Roma, e, navegando além de Lisso, contrariamente aos termos do tratado, [...] havia pilhado muitas das ilhas das Cíclades” (III,16.2-16.3).

³²⁸ Essa guerra, denominada Segunda Guerra da Ilíria é narrada em detalhes por Políbio (III,16.2-16.7, 18.1-19.3). Demétrio de Faros, ao final da guerra, refugia-se na corte macedônica, onde passa o resto da vida (III,19.8), como conselheiro de Felipe V (V,12.7; VII,13.4-13.5, 14.5).

homens que encontrassem, se estivessem na idade de usar armas, um efeito de seu ódio inveterado pelos romanos (III,86.8-86.11).

Continuando sua marcha, os cartagineses, então, destroem outros territórios, agora em direção à Apúlia. Nessa região, arrasam os campos em torno da colônia romana de Lucéria e saqueiam outros territórios (III,88.3-88.6). Cruzam os Apeninos para oeste e arrasam o território de Benevento, outra colônia romana (III,90.7-90.8). Alcançam, enfim, a planície de Cápua (III,90.10), estratégica para Roma, pois era a “mais celebrada em toda a Itália” por sua “fertilidade e beleza”, cujos portos eram utilizados por viajantes “de quase todas as partes do mundo” e com as mais “celebradas e belas cidades da Itália” (III,91.2-91.3). Com o ataque a essa planície, Aníbal esperava “que as cidades [...] desistissem de sua aliança com Roma. Pois, até aquele momento, [...] nem uma única cidade italiana havia se revoltado a favor dos cartagineses, mas todas permaneceram leais” (III,90.12-90.13). Políbio, assim, nos informa dos objetivos de Aníbal em sua estratégia de devastação: quebrar as antigas ligações entre os romanos e seus aliados na Península Itálica, ligações que proviam os romanos de “inexauríveis suprimentos de provisões e homens”³²⁹ (III,89.9).

A estratégia cartaginesa de arrasamento fazia parte, também, da necessidade de alimentação do exército³³⁰. Logo, Aníbal buscava a defecção das cidades ao mesmo tempo em que atravessava a Itália de uma planície a outra – primeiro a Etrúria, depois a Apúlia e, finalmente, a Campânia.

Em conjunto com essa estratégia, Aníbal usava mais uma. Mantendo prisioneiros os cidadãos romanos, libertava os demais, “tanto para ganhar os habitantes da Itália para sua causa quanto para afastar suas afeições de Roma, provocando, ao mesmo tempo, a revolta daqueles que pensavam que suas cidades ou portos tinham sofrido danos devido ao governo romano” (III,77.3-77.7). Por exemplo, após a batalha do lago Trasimeno, Aníbal liberta os aliados dos romanos sem cobrar resgate, dizendo, “como em uma ocasião anterior, que ele não veio para lutar com os italianos, mas com os romanos, pela liberdade da Itália”³³¹ (III,85.2-85.4).

³²⁹ *Vide* nossos comentários, no Capítulo II, sobre a estratégia romana de manutenção das conquistas, ou de exercício do poder, na Itália.

³³⁰ Conforme comentamos no Capítulo II, a alimentação era um dos maiores problemas da Antiguidade, e a administração de um exército exigia grande quantidade de grãos disponíveis.

³³¹ Na ocasião citada, antes de liberar os prisioneiros aliados dos romanos, Aníbal invectiva contra os prisioneiros romanos e os entrega à guarda de seus soldados (III,85.2-85.4).

Após devastarem, igualmente, a planície de Cápua (III,92.8), “as regiões mais ricas da Itália” (V,108.9), os cartagineses se dirigem novamente para a Apúlia. De acordo com Políbio, com essas ações Aníbal “espalhou grande terror e perplexidade por todas as cidades e povos da Itália” (III,94.7).

As devastações na Península Itálica acabam por provocar a carência de grãos. Em 210 a.C. os romanos enviaram uma embaixada a Ptolomeu³³², rei do Egito, para:

[...] conseguir um suprimento de grãos, pois a penúria era grande entre eles, todos os campos na Itália tendo sido destruídos pelos exércitos até os portões de Roma, e nenhum auxílio externo estando disponível, pois em todo o mundo, exceto no Egito, havia guerras em progresso e forças hostis no campo³³³ (IX,11a.1-11a.3).

Vemos, então, que o exército cartaginês mantém uma série contínua de vitórias sobre os exércitos romanos, associando-as à estratégia de devastação dos campos e do aprisionamento, ou da matança, de cidadãos romanos, com o objetivo de abalar o domínio romano na Itália. Como esse domínio era sustentado pelas vitórias romanas nas guerras, através da distribuição de terras e butim, a estratégia cartaginesa começa a gerar uma crise dentro do sistema de domínio romano³³⁴.

³³² Ptolomeu IV Filopátor.

³³³ As devastações causaram a carência, mas também a carestia de grãos: “A escassez em Roma havia alcançado tal monta que um medimno siciliano custava 15 dracmas” (IX,11a3). Políbio não especifica sobre qual cereal relaciona-se esse valor, mas, para termos uma idéia de sua magnitude, podemos compará-lo com o preço que nosso autor informa para os medimnos sicilianos, de trigo e de cevada, produzidos na planície do rio Pó em seu tempo: respectivamente, 4 obols e 2 obols. 1 dracma nos séculos III e II a.C. valia, aproximadamente, 8 obols. O medimno siciliano equivale a mais ou menos 52 litros (Garnsey, 1993, p. 91).

³³⁴ Podemos encontrar indícios da gravidade dos efeitos da Segunda Guerra Púnica na Itália nos dados arqueológicos. Patterson, Di Giuseppe e Witcher (2004), estudando os vestígios materiais da região sul da antiga Etrúria, comentam a possibilidade de ocorrência de um período de crise naquela região no século II a.C. Essa possível crise foi detectada pelos autores a partir do estudo de aglomerações rurais, datadas entre a metade do século III a.C. e a metade do século II a.C. A análise das aglomerações sugere que seu número sofreu um declínio brusco no período, declínio que pode ser, tentativamente, associado à longa duração do impacto da Segunda Guerra Púnica no subsequente desenvolvimento econômico e social da região. Ao mesmo tempo, outros dados demonstram um aumento demográfico na cidade de Roma, ambos os dados contribuindo para a interpretação de um processo migratório da área rural para a urbana (Patterson, Di Giuseppe e Witcher, 2004, p. 14-15). Apesar de reconhecerem que a permanência do exército de Aníbal na área estudada foi breve, os autores entendem que as interpretações acima são corroboradas pelas fontes históricas. Duas passagens de Tito Lívio são, nesse caso, esclarecedoras. Em uma delas, o historiador romano nos informa que, durante o avanço do exército cartaginês, a população da área rural próxima à Roma, do Lácio, e até do vale do Pó, fugiu para Roma, permanecendo na cidade por alguns anos (Tito Lívio, XXVIII,11.8-11.10). Na outra, Tito Lívio comenta que o esforço de guerra gerou o alistamento extraordinário de soldados (inclusive de jovens abaixo da idade militar) na área do entorno de Roma e que, como conseqüência, grande parte da população rural foi removida (Tito Lívio, XXV,5.5-5.9). A diminuição nos sítios de ocupação pode ser interpretada como um sinal de empobrecimento

Finalmente, Aníbal chega à região de Canas. Os romanos, então, estavam “tão alarmados e ansiosos com o futuro que decidiram colocar em ação, não quatro legiões, mas oito”³³⁵ (III,107.15). Roma, então, decide lutar com os exércitos de dois cônsules e com o dobro das forças utilizadas, o que demonstra a resolução do Senado, devido à crise que se formava, em terminar a guerra o mais rápido possível, dispondo em um único campo de batalha uma quantidade enorme de recursos humanos³³⁶.

Com a derrota romana em Canas, a situação muda completamente:

Os cartagineses [...] tornaram-se imediatamente mestres de quase todo o restante da costa, Tarento se rendeu de imediato³³⁷ [...] algumas cidades da Campânia convidaram Aníbal para vir até elas, e os olhos de todos estavam agora voltados para os cartagineses, que tinham grandes esperanças de tomar a própria Roma no primeiro assalto (III,118.2-118.4).

Em relação à Campânia, Cápua, uma das principais cidades da Itália, e que detinha o *status* de *ciuitas sine suffragio* desde 338 a.C. (Cornell, 2001, p. 351), aliou-se aos cartagineses (VII,1.1-1.2 = Ateneu, XII.528a). Quanto aos romanos, “abandonaram imediatamente toda esperança de reter sua supremacia na Itália e tinham muito medo pela sua segurança e a de Roma, esperando Aníbal aparecer a qualquer momento”

material e econômico, como os próprios autores reconhecem (Patterson, Di Giuseppe e Witcher, 2004, p. 16). Porém, a nosso ver, isso não desqualifica a interpretação, calcada nas fontes, de um esvaziamento da área rural. Os traços de cultura material, portanto, fornecem um sugestivo indício do enorme impacto econômico e social que a guerra na Itália gerou para a população, sobretudo, nesse caso, para a população da cidade e da região próxima à Roma.

³³⁵ Segundo Políbio, os romanos “invariavelmente empregam quatro legiões, cada uma composta por cerca de quatro mil infantes e duzentos cavaleiros, mas em certas ocasiões de gravidade excepcional, elevam o número de infantes em cada legião para cinco mil e o de cavaleiros para trezentos. Eles fazem o número de infantes aliados igual ao das legiões romanas, mas, e isso é uma regra, a cavalaria aliada é três vezes mais numerosa que a romana. Dão a cada um dos cônsules metade dos aliados e duas legiões quando os despacham para o campo de batalha, e a maioria de suas guerras é decidida por um cônsul com duas legiões e o número citado acima de aliados, sendo que apenas em raras ocasiões eles empregam todas as suas forças ao mesmo tempo e em uma batalha. Mas agora, estavam tão alarmados e ansiosos com o futuro que decidiram colocar em ação, não quatro legiões, mas oito” (III,107.10-107.15).

³³⁶ Estima-se que as perdas do exército romano na batalha de Canas, contando os aliados, tenham sido da ordem de 50 mil pessoas. Comparando-se esses números com as perdas do exército britânico no primeiro dia da ofensiva do Somme, em 1916 d.C., na Primeira Guerra Mundial – 18875 mortos, 35888 feridos e 7053 desaparecidos, ou seja, um total de 61816 baixas –, a qual “ainda assombra a psichê nacional” britânica, têm-se uma idéia da imagem que a derrota em Canas deve ter produzido nas representações romanas dos cartagineses – “*it was a disaster which still haunts the national psyche, much as Cannae was to remain a powerfoul image to the Romans for the remainder of their history*” (Golsworthy, 2001b, p. 213).

³³⁷ Tarento se rende aos cartagineses, mas a acrópole da cidade permanece sob controle dos romanos, os quais recebem suprimentos pelo mar até a retomada da cidade (VIII,24.5-36.13, IX,9.11).

(III,118.5). A crise fica a partir desse momento intensificada, pois, segundo Políbio, a maior parte da Itália passou para o lado dos cartagineses após a batalha de Canas³³⁸ (V,111.8).

Voltando ao teatro do Mediterrâneo Oriental, quando Felipe, rei da Macedônia³³⁹, toma conhecimento de que os romanos haviam sido derrotados na batalha do lago Trasimeno, em 217 a.C., se aconselha com Demétrio de Faros, o qual o instiga a interromper a guerra contra os etólios – a denominada Guerra dos Aliados³⁴⁰ –, tomar a Ilíria e preparar uma expedição para a Itália, “o primeiro passo para a conquista do mundo”³⁴¹ (V,101.3, 101.5-101.10). Sabemos, por Tito Lívio (XXIII,33), que Felipe decidiu enviar embaixadores aos cartagineses na Itália após “a terceira batalha” que “dera a vitória aos púnicos”, ou seja, após a batalha de Canas³⁴². Logo, conversações entre Felipe e Aníbal estavam em andamento, presumivelmente, a partir de 217 a.C. e, com certeza – baseando-nos em Tito Lívio –, em 216 a.C.

Além disso, embaixadas de outros Estados helenísticos procuravam convencer Felipe e os etólios a concluir a paz, em 218 a.C. e em 217 a.C.³⁴³ (V,24.11, 28.1, 100.9). Após a notícia da derrota romana na batalha do lago Trasimeno, Felipe, “sem mesmo esperar pelas embaixadas conjuntas que estavam atuando a favor da paz”, manda enviados aos etólios (V,102.4). Os beligerantes, então, se encontram em conferência na cidade de Naupactos³⁴⁴, na Etólia, e a paz é concluída após o discurso de um etólio, Agelau, o qual argumenta que “é evidente, mesmo para os que dão pouca atenção para os negócios de Estado, que, sejam os cartagineses a vencerem os romanos, ou os romanos os cartagineses nessa guerra”, os vencedores não se contentarão com “a

³³⁸ Grande parte das cidades do sul da Itália passaram-se para os cartagineses, mas não as cidades do Lácio e da Etrúria. Na época, os romanos possuíam mais de 20% do total das terras da Península Itálica. O restante era formado por aliados romanos (Cornell, 2001, p. 380).

³³⁹ Trata-se de Felipe V.

³⁴⁰ A Guerra dos Aliados, em grego *summaxikò\j pò/lemoj* (*symmakhikòs pólemos*), durou de 220 a 217 a.C. (Orrioux; Pantel, 2004, p. 447-448). Posicionou os macedônicos e seus aliados – beócios, fócios, epirotas, acarnânios e aqueus (IV,25.2-25.4) – contra os etólios e os espartanos.

³⁴¹ Segundo Políbio, Demétrio de Faros tinha ódio dos romanos e, de forma a reaver sua posição na Ilíria, incitava Felipe a invadir a Itália (V,108.1-108.10). Temos aí uma afirmação de Políbio sobre a ligação entre o ódio e as razões dos conflitos.

³⁴² Tito Lívio desconsidera a batalha de Ticino, a primeira, contando apenas as de Trébia, do lago Trasimeno e de Canas. Políbio faz o mesmo (III,90.13).

³⁴³ As embaixadas eram de Bizâncio, de Rodes, de Chios e do Egito. Apesar de Políbio enfatizar a importância da Liga Aquéia no conflito, a leitura de seu texto deixa claro que os contendores principais da Guerra dos Aliados são os macedônicos, de um lado, e os etólios, de outro. O mesmo pode ser dito quanto aos conselheiros do rei Felipe: enquanto Políbio procura realçar o papel de Árato, estrategista aqueu – que, para nosso autor, tinha uma visão positiva –, o que transparece das *Histórias* é o papel fundamental de Demétrio de Faros – possuidor de uma visão negativa, corruptora – nas decisões do rei macedônico.

³⁴⁴ Atual Naupactos, ou Lepanto, na Grécia. A conferência de Naupactos marca, para Políbio, o momento quando os assuntos da Grécia, da Itália e da Líbia tornam-se reunidos (V,105.3).

soberania da Itália e da Sicília, mas certamente virão para esses lados e estenderão suas ambições para além dos limites da justiça”. Portanto, ao invés de lutarem entre si, os gregos deveriam se unir sob Felipe, e o rei proteger as regiões da Grécia “como se fossem parte e parcela de seus próprios domínios”. Agelau continua, dizendo a Felipe que, se deseja um campo de batalha, que “se volte para o oeste e mantenha seus olhos na guerra na Itália”, pois assim poderia “algum dia, no momento propício, competir pela soberania do mundo”; mas, se esperar que “essas nuvens que assomam no oeste se estabeleçam na Grécia”, é possível que os gregos não mais tenham o poder “de decidir suas diferenças por si mesmos” (V,104.1-104.11).

Políbio continua, afirmando que a partir da época da conferência, ou seja, a partir de 217 a.C.³⁴⁵, “os olhos de todos estavam voltados para os assuntos da Itália” (V,105.5):

Pois aqueles que tinham reclamações contra Felipe, e alguns dos adversários de Átalo³⁴⁶, não mais se voltavam para o sul e para o leste, para Antíoco e Ptolomeu³⁴⁷, mas, dali em diante, olhavam para o oeste, alguns enviando embaixadas para Cartago e outros para Roma, e os romanos também enviavam embaixadas para os gregos, temerosos, como estavam, do caráter ousado de Felipe e se guardando contra um ataque dele, agora que estavam em dificuldades (V,105.7-105.8).

Vemos então que alguns governantes dos Estados helenizados percebiam seus domínios como o próximo objetivo a ser conquistado pelo vencedor da Segunda Guerra Púnica³⁴⁸. Essa preocupação nos permite depreender que as “embaixadas conjuntas que estavam atuando a favor da paz” desde 218 a.C. eram já um reflexo dessa percepção: lutando entre si, os gregos ficavam vulneráveis, favorecendo os objetivos das “nuvens que assomam no oeste”. Portanto, as ações que levaram ao final da Guerra dos

³⁴⁵ “Todos esses eventos aconteceram no terceiro ano da 140ª Olimpíada” (V,105.3), ou seja, em 217 a.C.

³⁴⁶ Átalo II, rei de Pérgamo. Iria se tornar aliado dos romanos.

³⁴⁷ Antíoco III e Ptolomeu IV Filopátor. Os termos “para o sul e para o leste” significam “para os reinos herdados pelas dinastias lágida (principalmente o Egito) e selêucida (parte da Ásia Menor e o Oriente Próximo até a Pérsia, principalmente)”, representados no texto por Ptolomeu e Antíoco, respectivamente. Políbio inverte “sul” e “leste” com “Antíoco” e “Ptolomeu”, talvez por uma questão de retórica.

³⁴⁸ Segundo o discurso do etólio Agelau, “não é nem ao menos provável que os vencedores se contentarão com a soberania da Itália e da Sicília, mas certamente virão para esses lados e estenderão suas ambições para além dos limites da justiça” (V,104.3).

Aliados³⁴⁹ – as embaixadas conjuntas, a mensagem sobre a derrota romana frente aos cartagineses, os conselhos de Demétrio de Faros a Felipe, a iniciativa de Felipe para a conclusão da paz e o discurso de Agelau –, fazem parte do processo que levaria à mudança no eixo do controle político do Mediterrâneo Oriental, e os Estados que tinham diferenças políticas com Felipe – entre os quais podemos contar as cidades etólias (mesmo que a paz tenha sido concluída) e os ilírios³⁵⁰ – e com o reino de Pérgamo – as cidades da Ásia Menor sob o domínio de Átalo – passaram a procurar apoio político em Roma e em Cartago. Os governantes desses Estados buscavam, então, a partir da sua percepção de um desequilíbrio na balança de forças no Mediterrâneo em direção aos Estados romano e cartaginês, um novo foco de exercício do poder como alternativa aos focos de execução do poder antes percebidos como as únicas possibilidades – os reinos helenísticos –, de maneira a resolver seus próprios problemas políticos. Essa atitude de certa forma legitimava³⁵¹ as ações possíveis dos Estados romano e cartaginês nas esferas dos Estados gregos, pois seriam, pelo menos no período que observamos nesse momento, ações requeridas.

Finalizada a Guerra dos Aliados, os macedônicos iniciam uma série de conquistas na região da Ilíria, em 216 a.C., com o objetivo de chegar a Apolônia e de lá transportar tropas através do Adriático para a Itália³⁵² (V,109.1-109.6). Portanto, nos anos 217 e 216 a.C. os macedônicos passam da intenção para a ação em relação aos romanos³⁵³. Encerram a guerra na Grécia, entram em contato com os cartagineses e

³⁴⁹ E, claro, as disposições que levaram a essas ações.

³⁵⁰ Como veremos mais à frente.

³⁵¹ A legitimidade da dominação é apenas a probabilidade dessa dominação ser tratada praticamente como tal, e mantida em uma proporção importante (Weber, 2002, p. 171). Essa legitimidade pode estar garantida apenas – ou em conjunto com outros valores – por situações de interesse, ou seja, pela expectativa de conseqüências de determinado tipo (Weber, 2002, p. 27).

³⁵² Goldsworthy (2001b, p. 256-257) posiciona a tentativa de Felipe de capturar Apolônia em 215 a.C., baseado na afirmativa de Políbio de que Marcos Valério Levino foi designado como comandante de uma frota romana no Adriático, para “observar os movimentos de Felipe” naquele ano (VIII,1.6). Porém, essa designação se dá, claramente, após o tratado concluído entre Felipe e Aníbal, em 215 a.C., pois Tito Lívio afirma que os enviados macedônicos que haviam assinado o tratado em nome de Felipe foram capturados pelos romanos durante sua viagem de volta à corte macedônica e que, devido a isso, a frota de Valério Levino foi aumentada e enviada de Óstia para o Adriático (Tito Lívio, XXIII,38). Além do mais, Políbio afirma que os preparativos para o ataque a Apolônia foram realizados durante o inverno após o final da Guerra dos Aliados, portanto, o inverno entre o final de 217 e o início de 216 a.C., e que Felipe navegou imediatamente após os preparativos (V,109.1-109.6). Isso tudo nos permite inferir que a designação de Marcos Valério Levino é um resultado do ataque de Felipe a Apolônia e do tratado cartaginês-macedônico, e não o inverso.

³⁵³ As intenções de Felipe são firmes, pois manda construir 100 navios para o transporte, esforço substancial, pois, segundo Políbio, foi “o primeiro dos reis da Macedônia, sem dúvida, a tomar tal resolução” (V,109.3). Como sabemos, Apolônia fazia parte do protetorado romano na Ilíria. Os romanos são avisados por Cerdilaidas, um rei da Ilíria, da construção dos navios, enviam uma flotilha para aquela cidade, e Felipe, alertado da aproximação dos romanos ao se avizinhar de Apolônia, “tomado pelo temor

empenham-se no primeiro movimento contra uma região controlada por Roma, com o objetivo de cruzar o Adriático. Ao mesmo tempo, Estados helenísticos, sob a esfera de domínio dos reinos helenísticos, tomam a iniciativa de uma aproximação política com Roma e Cartago como alternativa para a resolução de suas disputas políticas com aqueles reinos. A Macedônia, então, é o primeiro desses reinos a tomar posição por uma das potências em luta no Mediterrâneo Ocidental, a favor daquela mais distante de sua esfera geopolítica de domínio, ou seja, Cartago. Assim, os romanos – e os cartagineses – passam a perceber o teatro do Mediterrâneo Oriental de forma um pouco mais nítida, como esferas de atuação política em definição, a partir das aproximações políticas ditadas pelas embaixadas de diferentes Estados. Essas relações, e *principalmente* a crise gerada pelas derrotas na guerra disputada dentro da Itália, são insumos para as representações que estão se formando na aristocracia romana.

A vitória cartaginesa trouxe frutos também fora da Itália. Embaixadores macedônicos, em 215 a.C., acordam na Itália um tratado com os cartagineses, o qual é transcrito por Políbio³⁵⁴ (VII,9.1-9.17). Além disso, no mesmo ano, Siracusa, que fazia parte da esfera de domínio romana desde a Primeira Guerra Púnica, faz uma aliança com Cartago (VII,4.1-4.9). Os romanos enviaram duas embaixadas para Siracusa na época que essa aliança estava sendo discutida. Só possuímos, por Políbio, um detalhamento maior da primeira embaixada. Nesta, quando os romanos são recebidos na corte siracusana, Hierônimo, o rei³⁵⁵, diz aos embaixadores que simpatizava “com os romanos por terem sido eliminados pelos cartagineses nas batalhas na Itália” (VII,3.2). Os embaixadores ficam “surpreendidos por essa falta de tato”, e o rei aponta como fontes da informação alguns cartagineses presentes à audiência, pedindo aos romanos que a refutassem “se a história fosse falsa” (VII,3.3). Ao final, os romanos “suplicam-

[...] deu ordens para navegar de volta”, “fazendo a viagem de retorno em total desordem” (V,110.1-110.6). Essa passagem, além de revelar a relação das forças no mar entre romanos e macedônicos, da forma como era percebida por esses últimos, revela também as ligações políticas entre romanos e alguns ilírios, na primeira ocasião, nas *Histórias*, em que os Estados “que tinham reclamações contra Felipe [...] olhavam para o oeste”.

³⁵⁴ Clifford (1958, p. 526) situa a data do tratado em 216 a.C. Weil (2003a, p. 10), na introdução para os livros VII a IX das histórias, afirma que foi concluído em 215 a.C. A posição da transcrição do tratado no corpo das *Histórias* nos permite datá-lo entre 216 a.C., após a batalha de Canas, e 215 a.C. Tito Lívio (XXIII,33) afirma que Felipe decide enviar embaixadores à Itália para se encontrar com Aníbal após “a terceira batalha” que “dera a vitória aos púnicos”, e posiciona a descrição do tratado após sua narrativa da batalha de Canas (desconsiderando, portanto, a batalha de Ticino, como sendo a primeira). Tudo indica, assim, que o tratado foi concluído em 215 a.C., mas que as negociações entre macedônicos e cartagineses já vinham sendo trabalhadas desde pelo menos 1 ano. Segundo Tito Lívio (XXIII,38), os enviados macedônicos foram aprisionados pelos romanos durante sua viagem de volta à corte de Felipe, de forma que o Senado fica a par do tratado.

³⁵⁵ Neto de Hierão, o aliado dos romanos a partir da Primeira Guerra Púnica, que havia falecido pouco tempo antes das embaixadas às quais nos referimos.

lhe³⁵⁶ que não faça nada contrário ao tratado, o que seria o justo e de seu interesse”, e Hierônimo, após outros argumentos, responde que pretende manter o governo voltando-se para as suas expectativas “com relação a Cartago”³⁵⁷ (VII,3.4-3.8).

Mais uma vez, as relações dos romanos com outro Estado nos mostram que não se percebiam como dominadores. O contexto, posterior à batalha de Canas, nos permite também observar que estavam em posição de desequilíbrio em relação à medida de forças políticas com Cartago, e que a balança pesava para o lado cartaginês.

Portanto, a percepção romana de seu antigo domínio sobre a Península Itálica, e das regiões fora da Itália que vinham sendo conquistadas há cerca de 50 anos, era de fragmentação. Por outro lado, conforme comentamos, o próprio fato de existir uma guerra no ocidente do Mediterrâneo que provocava uma reação nos reinos helenísticos do Mediterrâneo Oriental, a ponto de ocupar parte importante de suas preocupações políticas, produziu, ao mesmo tempo – e essa é uma das características das representações –, representações diferentes nos Estados sob o domínio daqueles reinos. Enquanto a esfera de domínio da República, no Mediterrâneo Ocidental, diminui com os resultados da guerra, começa a crescer no Mediterrâneo Oriental, devido à mesma guerra.

Aníbal e a representação romana dos cartagineses

Vimos que após a queda de Sagunto, em 219 a.C., legados romanos foram enviados a Cartago. Como resultado, a Segunda Guerra Púnica foi declarada. A descrição de Políbio do encontro entre os legados romanos e os cartagineses nos permite presumir que os romanos, na época da embaixada, ou entendiam que Aníbal agia por conta própria, ou procuraram um meio de evitar a guerra oferecendo aos cartagineses a opção de entregá-lo juntamente com seus oficiais. As evidências indicam que a primeira opção é a mais provável, pois Políbio, criticando Fábio Pictor, comenta que esse autor romano – contemporâneo da guerra e senador de Roma³⁵⁸ (III,9.4) – afirmou que Asdrúbal

³⁵⁶ Lembrar que a “súplica”, um protesto solene, fazia parte das formalidades entre representantes de Estados diferentes.

³⁵⁷ Sobre a segunda embaixada, sabemos apenas que alguns conselheiros do rei, em frente aos romanos, recomendaram a aliança com Cartago, e Hierônimo respondeu que continuaria a aliança com Roma se os romanos “pagassem todo o ouro que receberam de seu avô, Hierão; [...] se devolvessem o trigo e outros presentes que ganharam dele durante todo o seu reinado; e [...] se reconhecessem que todas as terras e cidades a leste do rio Himéras pertenciam a Siracusa. Foi nesses termos que os enviados e o conselho se separaram” (VII,5.1-5.8). O rio Himéras marcava aproximadamente o limite entre as possessões de Cartago e as gregas antes da Primeira Guerra Púnica.

³⁵⁸ Provavelmente sua principal fonte, juntamente com Filino de Acragás, para as duas primeiras Guerras Púnicas (*vide* o Capítulo I). Apesar de Políbio criticar a visão de Fábio Pictor sobre as relações entre os

“governou a Ibéria ao seu prazer, sem dar nenhuma atenção ao Senado de Cartago” (III,8.4), e que Aníbal havia “empregado os mesmos métodos de Asdrúbal”, iniciando a “guerra contra Roma por sua própria iniciativa e em desafio à opinião cartaginesa, nem um único dos notáveis de Cartago aprovando sua conduta em relação a Sagunto” (III,8.5-8.7). Todavia, sabemos que Amílcar e Asdrúbal, o primeiro originalmente e o segundo como seu sucessor, foram incumbidos pelo governo cartaginês para o comando na Ibéria (II,1.5; III,13.3), e que Aníbal, eleito comandante pelas tropas, em seguida foi ratificado no posto pela Assembléia em Cartago³⁵⁹ (III,13.3-13.4). Também comentamos que Aníbal enviou mensageiros a Cartago para obter instruções sobre como agir para com Sagunto (III,15.8). Além disso, a notícia da declaração de guerra, quando recebida por Aníbal em Nova Cartago, foi considerada pelo general cartaginês como favorável, ou seja, Aníbal esperava pela decisão do governo cartaginês³⁶⁰ (III,34.7-34.8). Mais ainda, ao chegar às margens do mar Adriático, logo após a batalha de Trasimeno (217 a.C.), Aníbal enviou mensageiros a Cartago com notícias sobre as vitórias, notícias que foram recebidas “com grande regozijo pelos cartagineses, que se apressaram nas medidas para apoiar, de todas as maneiras possíveis, as campanhas na Itália e na Ibéria” (III,87.4-87.5). Por último, quando os romanos tomaram Nova

generais cartagineses e o governo de Cartago (III,8.1-9.5), o fato desse último ser um senador – Políbio o denomina de *τῶν σὺνεδριῶν ῥωμαίων* (*tou sinedriou meteikhe tôn Romaíon*), “membro do Senado dos romanos” (III,9.4) –, e contemporâneo dos acontecimentos, nos permite inferir que compartilhava das idéias de pelo menos parte dos membros do Senado romano. Por outro lado, o discurso dos embaixadores romanos em Cartago sugere que essa porção do Senado era, certamente, considerável, pois provavelmente indicou a linha de argumentação que os embaixadores tomaram frente ao governo cartaginês.

³⁵⁹ Políbio não utiliza nenhuma dessas informações para contrapor a visão de Fábio Pictor, mas sim uma questão, que elabora mais ou menos da seguinte forma: se os cartagineses realmente não estivessem a par, ou não coadunassem com as ações de Aníbal, não teriam eles facilmente entregado o general e seu conselho de guerra, evitando o conflito? (III,8.9-8.10). Quanto a Fábio Pictor, segundo Políbio, esse escreveu que Asdrúbal, após ter adquirido um grande domínio na Ibéria, tentou “abolir a constituição de Cartago e mudar a forma de governo para uma monarquia”, mas os líderes cartagineses, tomando conhecimento de seu projeto “se uniram na oposição a ele, de forma que Asdrúbal, suspeitando de suas intenções, deixou a Líbia e, no futuro, governou a Ibéria ao seu prazer, sem dar nenhuma atenção ao Senado de Cartago” (III,8.2-8.4). A visão de Fábio Pictor sobre a tentativa de instalação de uma monarquia em Cartago por Asdrúbal pode estar nos indicando, apenas, que esse último era um líder cujo carisma o posicionava como um cidadão *primus inter pares*. Essa situação, então, denotaria uma liderança popular – posto que as conquistas e realizações na Ibéria recolocaram Cartago em uma posição de liderança no Mediterrâneo Ocidental após a Primeira Guerra Púnica, permitindo, inclusive, o pagamento das indenizações devidas a Roma –, liderança que o desloca, em termos dos outros membros da aristocracia cartaginesa, para um patamar mais elevado. Na visão de um oligarca romano médio-republicano, Asdrúbal seria, assim, um tirano, e suas ações em Cartago lembrariam uma tentativa de instalação de monarquia. Quanto aos líderes cartagineses que se uniram contra ele, Foucault (em nota sobre a passagem) comenta que faziam parte do “partido” [*sic*] de oposição à família Barca, o qual tinha à sua frente Hanão.

³⁶⁰ O fato de considerar a notícia “favorável” demonstra que Aníbal tinha expectativas quanto à decisão de Cartago, ou seja, esperava por uma decisão.

Cartago, em 209 a.C., fizeram prisioneiros “dois membros do Conselho dos Anciãos e quinze membros do Senado cartaginês”³⁶¹ (X,18.1). Tais informações, devemos compreender assim, Políbio obteve com suas fontes, uma delas o próprio Fábio Pictor. Logo, essa discrepância entre a visão de Fábio Pictor – e, certamente, de outros senadores romanos – e o total das informações, podemos dizer, indiciárias que encontramos nas *Histórias*, demonstram o quanto que uma idéia compartilhada do que imaginamos ser a “verdade”, ou o quanto que uma “verdade” fixada no ambiente social, pode obliterar outras “verdades” presentes em nosso próprio conjunto de informações vestigiais. Políbio, contrário à idéia de Fábio Pictor, encerra a questão afirmando que os membros do governo de Cartago “durante 17 anos consecutivos [...] fazem a guerra segundo a política de Aníbal, somente deixando de lutar após ter perdido todos os recursos nos quais se fiavam e, finalmente, ver sua pátria e seus habitantes expostos a um grande perigo” (III,8.11), ou seja, no final da Segunda Guerra Púnica.

Toda essa passagem das *Histórias* sobre a embaixada romana para Cartago, e as diferentes visões a respeito do significado dos discursos e das interpretações dos acontecimentos que levaram à Segunda Guerra Púnica, nos informam sobre a representação romana dos cartagineses – e, indiretamente, sobre os ideais romanos. Se, por um lado, Políbio discorda de Fábio Pictor quanto às ligações entre os generais da Ibéria e o governo cartaginês, concorda quanto aos motivos daqueles generais para suas conquistas na Península Ibérica e para a segunda guerra contra Roma. Para Fábio Pictor, os Barca eram responsáveis pela Segunda Guerra Púnica. Políbio entendia uma das causas da Segunda Guerra Púnica como motivada pelo ódio de Amílcar Barca aos romanos, alimentado desde o final da Primeira Guerra Púnica e herdado tanto por Asdrúbal quanto por Aníbal³⁶² (III,12.3-12.4). Segundo Políbio, Amílcar, “não derrotado no espírito” durante a Primeira Guerra Púnica, concordou em fazer a paz devido às circunstâncias e “esperou uma oportunidade para atacar” (III,9.6-9.7). Políbio cita o juramento que Aníbal fez quando tinha 9 anos de idade³⁶³, a pedido de seu pai, frente a um altar de sacrifício e com a mão sobre a vítima sacrificial, de “nunca ser

³⁶¹ Os termos em grego são *gerousi/a* (*geroysía*) e *su/gklhtoj* (*synkletos*).

³⁶² As outras causas da guerra seriam, para Políbio, as seguintes: a principal, que os cartagineses, enfraquecidos pela Primeira Guerra Púnica e pela Guerra dos Mercenários, tiveram que evacuar a Sardenha e pagar mais 1200 talentos para não irem à guerra contra Roma (III,10.1-10.3); a segunda, que a conquista de partes da Ibéria, arquitetada para levar a guerra à Itália, permitiu a utilização de seus recursos para atacar Roma (III,10.5-10.6). Lembrar, aqui, do conceito de *aitía*, causa que comentamos no Capítulo I.

³⁶³ Ou seja, na época que embarcou com o pai para a Ibéria (II,1.6). Aníbal conta a história do juramento para Antíoco, quando estava em sua corte (III,11.1 e ss.).

amigo dos romanos” (III,11.5-11.7), e afirma que não havia nada que o cartaginês não fizesse contra Roma (III,11.8). O ataque de Aníbal à Itália durante a Segunda Guerra Púnica foi arquitetado, portanto, de acordo com “os conselhos e sugestões de Amílcar, seu pai” (III,14.10). A hostilidade de Aníbal para com os romanos era, então, muito antiga (III,15.6-15.7), um “fato inquestionável” (III,12.2).

Dessa forma, os processos relativos à luta pelo domínio do Mediterrâneo Ocidental, que levaram às conquistas cartaginesas na Península Ibérica, eram percebidos pelos romanos do século II a.C. – e por Políbio – como devidos a motivos ligados a reações emocionais – o ódio dos Barca –, e não como proporcionados por um desequilíbrio em uma relação de forças, ou a estratégias de execução do poder político e militar. Mais que isso, se Fábio Pictor – e, portanto, pelo menos uma parte de seus contemporâneos do final do século III a.C. – isolava as ações dos Barca daquelas dos cartagineses em Cartago, ao menos até a declaração da guerra, Políbio, décadas depois, as conecta, porém carregando-as de culpabilidade, e compreendendo como uma das causas da guerra o ódio de Aníbal³⁶⁴.

Observemos, então, as imagens que Políbio nos fornece sobre o general cartaginês. Aníbal é retratado nas *Histórias* como um grande comandante. Em uma passagem, Políbio interrompe a narrativa para comentar sobre algumas características de um bom general, usando Aníbal como exemplo (X,33.1-33.7). Em outra, Aníbal é um homem de política “sensível” e “sábua” (III,33.7-33.8), e estava muito bem informado sobre a fertilidade da região da planície do Pó, a densidade da sua população, a bravura de seus habitantes quando em combate e o ódio que nutriam pelos romanos desde a última guerra³⁶⁵ (III,34.1-34.3). Os elogios à capacidade de comando e à sapiência de Aníbal se repetem no texto (III,81.1-81.12; XV,15.4-15.6, 16.1-16.6).

Se, por um lado, Aníbal odiava os romanos, e fez a guerra contra eles agindo sem razão, sob a influência de raiva violenta, usando pretextos não embasados e possuído pela paixão (III,15.9), essa ausência de justiça nas atitudes do cartaginês (III,15.11) é contrabalançada, no texto, pela sua excelência como general. Absolvendo primeiramente os romanos de culpa nas causas da guerra³⁶⁶ (III,26.7, 30.2), Políbio

³⁶⁴ Essa é uma amostra do que comentamos na Introdução sobre a realização da análise crítica através de critérios de opinião (Bloch, 1953, p. 82-85), ou do senso comum romano, compartilhado por Políbio.

³⁶⁵ O tema do ódio como causa das guerras é recorrente nas *Histórias*. A última guerra refere-se às lutas da década de 220 a.C. na planície do rio Pó, comentadas no item anterior.

³⁶⁶ Segundo Políbio, os romanos não quebraram o juramento e o tratado na Primeira Guerra Púnica, ao contrário do que argumenta Filino de Acragás (III,26.7), e os cartagineses conheciam o pacto com Sagunto, e o aceitaram, pois sabiam das agitações internas entre os saguntinos, quando esses últimos

transcreve a imagem do general cartaginês a partir de sua representação: Aníbal é o oposto, o inimigo maior – inimizado representada pelo seu ódio –, e, ao mesmo tempo, é o maior oponente, sábio, excelente estrategista, companheiro de seus soldados, líder nato – um adversário digno. A imagem de Aníbal, vagando então entre a imagem do oposto e a do grande adversário, algo como duas extremidades possíveis da caracterização de um inimigo, reifica os cartagineses nas representações romanas. Aníbal é o duplo de seus concidadãos, o “grande inimigo”, que dirigiu todos os assuntos da guerra:

De todas as coisas que ocorreram a ambos os povos, romanos e cartagineses, a causa foi um homem e uma mente: Aníbal. [...] Tal produto da natureza, grande e admirável, é um homem com uma mente propriamente preparada, por sua constituição original, a executar qualquer projeto que possa ser executado por um homem³⁶⁷ (IX,22.1-22.6).

Mesmo na batalha final da Segunda Guerra Púnica – a batalha de Zama, após a qual os romanos são vitoriosos –, Políbio louva Aníbal, afirmando, entre outros elogios, que “quando ele ofereceu batalha, procedeu de tal forma que era impossível, para qualquer comandante com os mesmos equipamentos, obter disposições melhores para um conflito contra os romanos do que Aníbal fez naquela ocasião” (XV,15.4-15.6, 16.1-16.6).

Essa imagem, num cenário anterior, já havia sido transposta para o texto resumidamente, quando Políbio comenta a bravura de Amílcar Barca, o pai de Aníbal. Amílcar é posicionado como o melhor general da Primeira Guerra Púnica (I,64.6), e os soldados romanos e cartagineses caracterizados como bravos e corajosos,

pediram a intervenção dos romanos (III,30.2). Políbio afirma que os cartagineses foram responsáveis pela Segunda Guerra Púnica (III,9.6-9.7, 10.1-10.6).

³⁶⁷ A caracterização de Aníbal como bom general é exposta em diversas passagens das *Histórias*. Em uma delas Políbio afirma que não existe “nada mais essencial para um general do que o conhecimento dos princípios e do caráter de seu oponente”, pois quem está no comando “deve tentar observar no general inimigo [...] quais são os pontos fracos que podem ser descobertos em sua mente”. Segundo Políbio, entre outras fraquezas (indolência, abuso do vinho, abandono aos prazeres do amor), as piores são a covardia, a estupidez, a imprudência, a ousadia desnecessária, o ódio cego, a vaidade e a presunção, as quais, quando presentes em um general, podem se transformar, facilmente, em vantagem para seu inimigo. “Portanto, o líder que ganhará mais cedo uma vitória decisiva é aquele que está apto a perceber as falhas dos outros, e escolher a forma e os meios de atacar o inimigo que tomarão vantagem total das fraquezas de seu comandante”. Aníbal possuía esses atributos (III,81.1, 81.12). Notar que existe aqui uma contradição, pois mesmo que o ódio cego faça parte das fraquezas de um general, Aníbal continua sendo um grande general.

principalmente durante as lutas pelo monte Êrice: “Amílcar [...] tomou a cidade, que se localiza entre o topo e o local, no sopé, onde estava a guarnição³⁶⁸”, e:

[...] ambos os lados empregaram todo tipo de materiais e esforços necessários em um cerco; ambos sofreram todo tipo de privação e ambos tentaram todos os meios de ataque e toda variedade de ações. Ao final, [...] como dois campeões ilesos e invencíveis, eles deixaram a luta empatada. Pois, antes que um pudesse conseguir o melhor sobre o outro [...] a guerra havia sido decidida por outros meios (I,58.2-58.6).

Porém, a representação semelhante dos cartagineses e dos romanos como soldados bravos e corajosos, expressa por Políbio, contrasta com as representações que Fábio Pictor e Filino de Acragás³⁶⁹ expõem em suas obras, as quais podemos observar nas críticas que Políbio faz dos dois historiadores:

Eu não os acuso, realmente, de falsidade intencional, em vista de seus caráter e princípios, mas creio que fizeram como os amantes; pois, devido às suas convicções e constante parcialidade, Filino entende que os cartagineses, em todas as situações, agiram sabiamente, bem e bravamente, e os romanos o contrário, enquanto Fábio toma precisamente a visão oposta (I,14.2-14.3).

Sendo participantes e testemunhas da intensidade das guerras, Fábio Pictor e Filino de Acragás transpõem para seus textos aquilo que percebem, transcrevem os significados compartilhados por romanos e cartagineses, respectivamente. No caso de Fábio Pictor, sua obra descreve a história de Roma desde as origens – mitológicas – e a trajetória de conquistas dos romanos, e, provavelmente, começou a ser escrita entre 216 a.C. e 210 a.C, sendo concluída por volta de 200 a.C. (Chassignet, 2003, p. lvii-lviii; Frier, 2002, p. 227-246; Momigliano, 2004, p. 129)³⁷⁰. A obra de Fábio Pictor foi escrita, portanto, em meio à crise da Segunda Guerra Púnica, e a motivação de seu autor

³⁶⁸ A guarnição romana no monte Êrice.

³⁶⁹ Conforme comentamos em nota no Capítulo I, Filino de Acragás escreveu uma monografia sobre a Primeira Guerra Púnica (Walbank, 1990, p. 78).

³⁷⁰ Chassignet (2003, p. lvii-lviii), entre 216 e 209 a.C.; Frier (2002, p. 227-246), a partir de 210 a.C., ou na última década dos anos 200 a.C.; Momigliano (2004, p. 129), entre 215 e 200 a.C. Podemos, então, datar a obra de Fábio Pictor entre 216 e 200 a.C.

é reconhecida por autores modernos. Segundo Frier (2002, p. 282-283), a motivação de Fábio Pictor, o primeiro historiador romano, foi “a guerra mortal com Aníbal”, e a historiografia romana, portanto, nasceu do desejo de afirmação da força da “herança nacional romana” frente a um inimigo poderoso³⁷¹, algo que poderia contribuir para a confiança dos romanos em meio à crise. Igualmente, Momigliano (2004, p. 148-149, 154-155) comenta que Fábio Pictor escreveu em grego de forma consciente, para apresentar o “caso romano” aos gregos, mas, ao mesmo tempo, criou um meio de “expressão da consciência nacional [*sic*]”, ou, possivelmente, contribuiu para “a criação da própria consciência nacional [*sic*], tal como a entendemos”³⁷².

Sabemos que uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. A afirmação da identidade cívica é, portanto, historicamente específica. (Woodward, 2007, p. 11, 25). Além disso, a identidade é dependente da diferença, ou seja, é relacional. As identidades são produzidas através da marcação da diferença (Woodward, 2007, p. 9, 39). Representar o “outro” relaciona-se completamente à auto-representação. Uma mudança no significado do “outro” altera sempre o significado do “eu”, e vice-versa, pois são complementares (Hallam; Street, 2000, p. 6). Podemos, então, supor que as idéias transcritas por Fábio Pictor, no momento em que Roma lutava por sua soberania como Estado em meio à “grande crise”, eram compartilhadas pelos romanos e traduziam a união da aristocracia em torno de uma causa comum, a qual era, afinal, a produtora da afirmação de sua identidade: a expulsão de Aníbal da Itália e a vitória sobre Cartago. Aníbal representava a reificação de Cartago, percebida como o “grande inimigo”, o inimigo que levou a guerra à Itália e abalou as bases do domínio romano.

Não foi, pensamos, por acaso que Fábio Pictor foi escolhido como representante dos romanos em sua primeira consulta ao Oráculo de Delfos³⁷³. A função de Fábio Pictor foi a de ser o primeiro porta-voz romano àquele local sagrado. Devemos nos lembrar que os romanos já haviam se introduzido na comunidade helênica desde 228 a.C., quando da embaixada para Corinto após a Primeira Guerra da Ilíria, durante a celebração dos Jogos Istmos. A vitória sobre os ilírios lhes proporcionou essa

³⁷¹ No original, “[...] *before all other considerations, Pictor was motivated by the mortal war with Hannibal [...] annalistic history sprang [...] to affirm the strength of Rome’s national heritage in the teeth of a bitter foe*” (Frier, 2002, p. 282).

³⁷² Devemos compreender o termo “nacional”, na tradução do texto de Momigliano, como “cívica”. Momigliano, em sua obra, quer colocar em evidência justamente Fábio Pictor como o criador de “um novo tipo de história nacional” (Momigliano, 2004, p. 154). O título do capítulo da obra de Momigliano, por sinal, é “Fábio Pictor e a origem da História Nacional” (Momigliano, 2004, p. 119 e ss.).

³⁷³ A consulta ao Oráculo de Delfos é encontrada, por exemplo, em Tito Lívio (Tito Lívio, XXIII,11).

prerrogativa, vitória que as ligas Etólia e Aquéia não haviam alcançado. Possuíam, por conta da vitória, um protetorado na Ilíria desde a mesma época, reconquistado e reforçado em 219 a.C., e que servia como defesa da costa adriática, principalmente contra avanços macedônicos. A consulta ao Oráculo de Delfos se dá em 216 a.C., após a derrota em Canas, a qual abalou o domínio romano na Itália e a existência de Roma como Estado soberano. Fábio Pictor, um senador que escrevia bem em grego, e que muito provavelmente falava bem o grego, foi enviado para consultar um oráculo que representava o mundo helenizado³⁷⁴.

Para tentarmos compreender o significado disso tudo, algumas informações são necessárias, as quais o texto de Políbio nos fornece. Em 220 a.C., Felipe, rei da Macedônia, presidiu um conselho em Corinto, no Peloponeso, formado pelos macedônicos e seus aliados, então em guerra contra etólios e ilírios³⁷⁵. Durante o conselho, cada delegação aliada fez fortes reclamações relativas aos etólios e aos ilírios. Como resultado “o conselho dos aliados decidiu, unanimemente, ir à guerra contra os etólios. Um decreto foi, então, formulado”, o qual declarava, entre outras coisas³⁷⁶, a “intenção de auxiliar o Conselho Anfictiônico a restaurar as leis e o controle sobre o templo de Delfos, tomado àquele conselho pelos etólios, os quais estavam determinados a manter em suas mãos tudo o que pertencia ao templo” (IV,25.1-25.8). De fato, Delfos, embora constitucionalmente livre, foi controlada pelos etólios desde o início do século III a.C. (Ferguson, 1938, p. 349). O santuário pítico havia sido um dos alvos de uma invasão gaulesa em 279 a.C. e, segundo Champion (1995, p. 213 e ss.), os etólios legitimaram e estreitaram seu controle sobre o santuário se autodenominando

³⁷⁴ Segundo Grimal (1975, p. 49-50), a língua grega, provavelmente, era conhecida dos romanos desde meados do século III a.C. De qualquer maneira, em todas as críticas que faz a Fábio Pictor, Políbio não menciona que não escrevia ou falava bem o grego, o que nos permite supor que o romano era fluente na língua helênica. Esse nosso comentário não é fortuito, pois Políbio critica Aulo Postúmio Albino, um dos primeiros analistas romanos, que também escreveu em grego, por ter adotado “os piores vícios dos gregos”, e também pela sua escrita (XXXIX,1.1-1.12). Os primeiros historiadores (analistas) romanos – Quinto Fábio Pictor, Lúcio Cíncio Alimento, Aulo Postúmio Albino e Caio Acílio –, escreveram em grego.

³⁷⁵ Os aliados da Macedônia eram os beócios, os fócios, os epirotas, os acarnânios e os aqueus (IV,25.2-25.4).

³⁷⁶ As outras determinações do decreto eram recuperar, para os aliados dos macedônicos, as regiões ocupadas pelos etólios desde o reinado macedônico de Antígono (ou desde a morte de Demétrio de Faros, pai de Felipe), e devolver, àqueles que foram forçados a se juntar à Liga Etólia, suas antigas formas de governo, suas cidades e regiões, sem guarnição, com isenção de tributos, com independência, e sob suas constituição e leis (IV,25.1-25.8).

responsáveis pela expulsão dos gauleses. Delfos e seu santuário ficariam sob o controle etólio até 191 a.C. (Ferguson, 1938, p. 349)³⁷⁷.

Os etólios, portanto, eram inimigos dos macedônicos em 220 a.C. e iriam lutar contra uma coalizão de vários Estados na denominada Guerra dos Aliados³⁷⁸. O ano de 220 a.C., conforme comentamos anteriormente, é também o ano em que as relações entre romanos e cartagineses estavam em grande estado de tensão, no limiar do que viria a ser a Segunda Guerra Púnica. No ano seguinte, além da eclosão da guerra, os romanos reconquistaram seu protetorado na Ilíria com a intenção principal de barrar o avanço da Macedônia para o Adriático (III,16.1-16.7, 18.1-19.3). Os etólios já haviam sido contatados politicamente pelos romanos há cerca de 10 anos, quando da Primeira Guerra da Ilíria (II,12.4-12.6), sendo que naquela época a Liga Etólia e a Macedônia eram também inimigas, como já explanado (II,2.5). É perfeitamente lícito supor que essa conexão política entre romanos e etólios tenha continuado aberta durante esses anos, pois o principal motivo romano para a manutenção do protetorado na ilíria continuava o mesmo – evitar a progressão macedônica para o Adriático –, e os macedônicos eram, intermitentemente, inimigos dos etólios. A tentativa frustrada de Felipe de tomar Apolônia – parte do protetorado romano na Itália – em 216 a.C., pode ter significado um acelerador das atitudes romanas com relação ao teatro do Adriático.

Na época em que Fábio Pictor foi enviado a Delfos, portanto, a cidade e o santuário eram controlados pelos etólios. Entre outras razões, podemos conjecturar que a embaixada a Delfos teve também razões políticas, pois em 215 a.C., Aníbal concluiu, na Itália, o tratado com embaixadores de Felipe da Macedônia, o qual é, conforme comentamos, transcrito por Políbio (VII,9.1-9.17). Os dados que possuímos não nos permitem afirmar que os romanos sabiam previamente das possíveis negociações entre Felipe e Aníbal, mas podemos inferir que o envio de Fábio Pictor a Delfos teve outros objetivos além da consulta ao oráculo do santuário³⁷⁹.

³⁷⁷ Em comemoração à expulsão dos gauleses, os etólios, em 245 a.C. reorganizaram o antigo festival anual Anfictiônico em um festival pentetérico – celebrado no terceiro ano de cada Olimpíada. Decretos atenienses reconhecem o papel dos etólios na salvação do santuário, e evidenciam a mudança na forma do festival para uma *Soteria* (“Salvação”) pentetérica eólica, com a participação de diversas cidades gregas (Champion, 1995, p. 217 e ss.). Finda a dominação etólia, em 191 a.C., a autonomia da cidade e do santuário foi então reafirmada. Em 188 a.C., o cônsul Mânio Acílio Glabrião, com ordens do Senado romano, autorizou os habitantes de Delfos a desapropriar vários etólios das regiões de fronteira com a Etólia (a maioria dessas pessoas era, mais provavelmente, do oeste da Lócria e da Fócica), a partir daquele ano reconhecidas como pertencentes a Delfos (Ferguson, 1938, p. 349).

³⁷⁸ Comentamos, brevemente, sobre a Guerra dos Aliados em nota anterior.

³⁷⁹ Sabemos que a relação dos romanos com os deuses não era circunstancial, pelo contrário, e devemos compreender que a política e a religião eram atividades percebidas pelos romanos como interconectadas.

O contexto histórico da embaixada a Delfos, estando assim esclarecido, podemos supor que, se contatos entre os macedônicos e os cartagineses estavam em andamento, é provável que os romanos procuraram estreitar suas relações com os etólios – e com Átalo, rei de Pérgamo –, relações que se tornam mais claras nas *Histórias* à medida em que seguimos o texto de Políbio. Sendo assim, Fábio Pictor, provavelmente um dos principais interlocutores da idéia romana de conquista – que escrevia e falava bem o grego –, e, segundo Tito Lívio (XXIII,11), um observador cuidadoso das normas religiosas³⁸⁰, foi escolhido para representar o governo romano na consulta ao oráculo e junto a seus possíveis aliados em Delfos. Logo, a parcialidade observada por Políbio em Fábio Pictor não é fortuita, mas reflete as idéias romanas: foi enviado a Delfos um embaixador cuja identidade o posicionava, entre seus iguais, como o interlocutor ideal para aquele trabalho, e em um momento crítico – quando existiam uma crise profunda na Itália e possíveis aliados na Grécia contra Felipe, o aliado dos cartagineses. Conforme afirma Geertz (1989, p. 121, 149) – e devemos pensar nisso em relação à obra de Fábio Pictor, e também à de Políbio –, o pensamento humano deve ser compreendido fundamentalmente como uma atividade pública, e não particular.

A eliminação da crise

A crise, em sua maior magnitude, iniciou-se, então, em 217 a.C. e teve seu auge em 216 a.C. Seus efeitos ficaram menos intensos a partir de 212 a.C. e 211 a.C., quando os romanos tomaram Siracusa e Cápua, respectivamente (VIII,37.1-37.13; IX,26.1-26.11).

Praticamente todas as atividades romanas – e no caso das atividades públicas, que nos concernem, temos evidências nas fontes – eram precedidas de rituais religiosos. As assembléias, as batalhas, as reuniões do Senado, as inaugurações, tudo exigia uma consulta prévia à divindade. Quanto à viagem de Fábio Pictor para Delfos, segundo Dumézil (1996, p. 479), quando as consultas aos Livros Sibílicos não mostraram efeitos positivos, os romanos decidiram consultar o próprio santuário do deus, o Oráculo de Delfos. Concordamos com a interpretação de Dumézil em relação às expectativas religiosas romanas, e não pretendemos, portanto, desconectar a ação religiosa em direção a Delfos de suas expectativas políticas, mas apenas enfatizar sua importância política.

³⁸⁰ Segundo Tito Lívio (XXIII,11), Fábio Pictor, ao voltar de Delfos, leu, “tábua na mão, a resposta do oráculo [...] ‘Se agirdes assim, romanos, vossa situação melhorará; tudo, para vosso Estado, se encaminhará da maneira mais conforme a vossos desígnios e a vitória pertencerá ao povo romano [...]’”. Depois de traduzir e ler os versos gregos do oráculo, Pictor revelou que, ao sair do santuário, honrara todos os deuses designados com oferendas de incenso e vinho; o servidor do templo, acrescentou, ordenara que, com a coroa de louros com a qual se apresentara diante do oráculo e realizara os atos de piedade, embarcasse e a conservasse na cabeça até a chegada a Roma. Todas essas ordens ele cumprira com o máximo escrúpulo, depositando por fim a coroa aos pés do altar de Apolo, em Roma. Decidiu o Senado realizar o quanto antes, e com o maior zelo, esses atos de piedade e suplicação”. É interessante notar que a menção de Tito Lívio de “oferendas de incenso” nos alerta para que essa oferenda, em particular, seria para Vênus, pois, segundo Burkert (1985, p. 152-153), as únicas deusas que recebiam oferendas de incenso – e sacrifícios de pombas – eram Vênus, Afrodite e Astarte, sendo o culto a essa última – e a associação entre ela e Ishtar – a origem do culto às outras duas deusas.

Porém, essa tendência à diminuição dos efeitos da crise foi contrabalançada por movimentos cartagineses que os acentuaram. Entre 212 e 211 a.C. Aníbal tentou tomar Tarento, sem sucesso (VIII,24.5-36.13; IX,9.11). Em 211 a.C., durante o cerco romano a Cápua, os exércitos cartagineses apareceram diante de Roma³⁸¹ (IX,5.9). No mesmo ano, as legiões romanas na Ibéria foram derrotadas (IX,11.1-11.2), e em 207 a.C. o exército cartaginês da Ibéria, batido por Cipião Africano³⁸², tomou o caminho dos Alpes e penetrou na Itália (XI,1.1). Quatro movimentos romanos contribuíram, de forma fundamental, para o término da crise: a conquista de Nova Cartago, na Ibéria, em 209 a.C. (X,14.1-15.11), a expulsão dos exércitos cartagineses dessa última região em 207 a.C. (X,37.1-40.12), a vitória sobre o exército cartaginês proveniente da Ibéria logo após sua chegada à Itália, em 207 a.C. (XI,2.1-2.11), e a retirada de Aníbal da Itália, em 203 a.C., devido às vitórias romanas na Líbia³⁸³ (XIV,10.1). Logo, a crise durou, no total, 14 anos – se consideramos seu começo em 217 a.C. e o término quando da saída de Aníbal da Itália, em 203 a.C. –, teve um momento mais acentuado de 5 ou 6 anos – de 217 a.C. a 212 ou 211 a.C. –, e começou a se dissipar em 209 a.C. – o ano em que Cipião Africano tomou Nova Cartago, retirando dos cartagineses sua principal fonte de recursos –, com um máximo entre 216 e 215 a.C.

Como resposta à crise – conforme veremos mais à frente, no texto –, a identidade de grupo da *nobilitas* se fortalece, fixa-se, e, ao invés de procurarem a paz – tudo indica, essa era a expectativa de Aníbal e de Felipe, a partir do que podemos interpretar do tratado cartaginês-macedônico³⁸⁴ –, uma vez que haviam sido derrotados

³⁸¹ Aníbal tenta, sem sucesso, atrair as legiões que cercavam Cápua (IX,4.6-6.8).

³⁸² Públio Cornélio Cipião, cognominado “Africano” após a vitória sobre Aníbal, na batalha de Zama (202 a.C.), a qual foi a última da Segunda Guerra Púnica.

³⁸³ Devido ao estado fragmentário das *Histórias*, não temos a narrativa da volta de Aníbal para Cartago. Os fragmentos evidenciam apenas a viagem dos mensageiros cartagineses à Itália, para convocá-lo, em 204 a.C. (XIV,10.1), e depois, as ações de Aníbal já na Líbia, em 203 a.C. (XV,3.5-3.7). Mas Tito Lívio (XXX,19-20) nomeia os cônsules epônimos do ano em que Aníbal deixou a Itália, posicionados por Broughton (1986, p. 310-311) em 203 a.C.

³⁸⁴ O tratado cartaginês-macedônico não nos permite inferir que a destruição de Roma era um dos objetivos de seus inimigos, pois contém cláusulas que prevêm ações a serem tomadas no caso de futuros ataques romanos. Além disso, alguns de seus termos nos concedem a interpretação de que um pedido de paz por parte dos romanos era esperado para breve. A cópia que possuímos, através de Políbio, é a tradução para o grego da versão cartaginesa do tratado (Clifford, 1958, p. 526). Portanto, foi escrito do ponto de vista cartaginês, e o termo “vocês” se refere aos macedônicos: “Vocês serão nossos aliados na guerra em que estamos engajados contra os romanos até que os deuses concedam a vitória a nós e a vocês, e vocês nos darão auxílio na medida em que precisarmos, da forma que acordamos. Tão logo os deuses nos concedam a vitória na guerra contra os romanos e seus aliados, se os romanos pedirem para entrar em paz, faremos uma paz tal que vocês estarão também incluídos e nas condições seguintes: que os romanos não poderão nunca fazer a guerra contra vocês; que os romanos não deverão mais ser os mestres de Corcira, Apolônia, Epidamno, Faros, Dimale, Partini ou Atitania; e que eles devem retornar a Demétrio de Faros todos os seus amigos que estão sob os domínios de Roma. Se alguma vez os romanos

em diversas batalhas e que várias cidades da Itália estavam deslocando suas alianças para o lado cartaginês, os romanos rearmam-se como lhes permitem as circunstâncias, intensificam suas ações militares na Itália, na Sicília, na Ibéria e no mar Adriático, e dirigem sua política externa na direção no Mediterrâneo Oriental (Goldsworthy, 2001b, p. 214 e ss.)³⁸⁵.

Quanto a essa política externa, o estado fragmentário da obra de Políbio nos permite apenas observar que, em 211 a.C., os romanos eram aliados dos etólios contra os macedônicos, na Primeira Guerra Macedônica³⁸⁶. Grimal (1975, p. 128) comenta que essa aliança fazia parte da estratégia romana contra os macedônicos, que incluía outro aliado, Átalo, rei de Pérgamo. Goldsworthy (2001b, p. 257-258) adiciona que, apesar de que uma cooperação entre romanos e etólios ocorresse desde a conclusão de um tratado entre esses dois Estados, as hostilidades começaram algum tempo depois, em 210 a.C., quando outros aliados perceberam o momento oportuno de entrar na guerra, entre eles o rei Átalo, os habitantes de Élis e os espartanos³⁸⁷. Seja como for, é justamente durante uma embaixada dos etólios aos espartanos, buscando sua aliança contra os macedônicos – e dos acarnânios igualmente procurando a aliança dos espartanos, porém, para a sua *symmakhía* com os macedônicos –, que o texto de Políbio nos remete ao tratado entre romanos e etólios³⁸⁸ (IX,28.1-39.7). No discurso etólio podemos observar que Átalo é contado entre os aliados romanos³⁸⁹, e no discurso do embaixador da Liga Acarnânia, que os etólios fizeram uma aliança com estrangeiros agressores – os romanos – contra

fizerem a guerra contra vocês ou contra nós, nós nos daremos ajuda mútua na guerra da forma como for requerida por qualquer um de nós [...]” (VII,9.11-9.15).

³⁸⁵ O estado fragmentário das *Histórias* não nos permite observar todas essas ações romanas nos diversos teatros da guerra. O efeito da crise nas tradições e na religião é comentado por Grimal (1975, p. 117 e ss.), por Dumézil (1996, p. 454-459) e por MacBain (1982, p. 7 e ss.), e a determinação de continuar na guerra é comentada por Goldsworthy (2001b, p. 214 e ss.). Segundo esse último autor, baseando-se em outras fontes, que não Políbio, após a batalha de Canas os romanos alistaram novas legiões, formadas por muitos cidadãos com 17 anos de idade ou mais jovens, além de legiões formadas por escravos e condenados por crimes e por débito. Essas legiões foram armadas, em grande parte, com armas e equipamentos retirados dos templos, troféus de antigas vitórias (Goldsworthy, 2001b, p. 219). Grimal (1975, p. 119-120) afirma que o núcleo de resistência aos cartagineses na Itália encontrava-se no Lácio e na Etrúria, justamente as regiões de onde o domínio romano havia se expandido originalmente.

³⁸⁶ Primeira Guerra Macedônica, iniciada em 215 a.C. e terminada com o tratado de paz entre romanos e macedônicos, em 205 a.C. (Goldsworthy, 2001b, p. 253 e ss.).

³⁸⁷ Grimal (1975, p. 128) data a aliança entre etólios e romanos em 212 a.C. e Goldsworthy (2001b, p. 257) em 211 a.C. O tratado está preservado, em estado fragmentário, em uma estela de calcário encontrada na Acarnânia – península que faz parte, hoje, da Grécia Ocidental –, e a combinação do estilo da escrita – do final do século III a.C. – com as fontes textuais permite sua datação entre 212 e 211 a.C. (Sherk, 1993, p. 1-2). O tratado entre os etólios e os romanos faz parte das ações tomadas durante a Primeira Guerra Macedônica.

³⁸⁸ Segundo Goldsworthy (2001b, p. 257), o objetivo principal da Liga Etólia na guerra era a adição de outras comunidades à sua federação.

³⁸⁹ “[...] Quanto a Felipe, estou certo de que sua agressividade brevemente irá cessar, com os etólios lutando contra ele por terra e os romanos e o rei Átalo por mar” (IX,30.7).

os gregos³⁹⁰ (IX,30.7, 39.1-39.5). Mais à frente, em sua narrativa dos eventos dos anos de 210 e 209 a.C., Políbio nos informa sobre os aliados macedônicos³⁹¹, os quais vão em embaixada a Felipe pedir auxílio contra o exército dos etólios e as frotas romana e de Pérgamo, e os aliados romanos³⁹², prestes a atacar a Macedônia na ausência de seu exército, em luta contra a Liga Etólia³⁹³ (X,41.1-41.4).

Logo, temos assim uma idéia da configuração geopolítica do Mediterrâneo Oriental, baseados na descrição de Políbio das embaixadas a Felipe e dos movimentos de tropas contra a Macedônia e seus aliados. Essa configuração, deve-se notar, é praticamente a mesma da época da Guerra dos Aliados, a qual havia terminado justamente por causa das “nuvens que assomam no oeste”³⁹⁴ (V,104.10). Os romanos, então, aproveitaram-se das disposições contrárias já existentes no teatro do leste do Mediterrâneo para exercer sua política de defesa em relação aos macedônicos³⁹⁵.

Um outro fragmento das *Histórias*, referente ao ano de 207 a.C., exhibe algo que já ocorrera durante a Guerra dos Aliados. Embaixadas do Egito, de Rodas, de Bizâncio, de Quios e de Mitilene são enviadas à Liga Etólia³⁹⁶. O contexto agora era outro, pois a

³⁹⁰ “Como [...] pode alguém não ver com suspeição o avanço dos romanos e com aversão a conduta sem princípios dos etólios em fazer tais tratados? [...] os romanos estão levando as mulheres e as crianças para sofrer, é claro, aquilo que devem sofrer os que caem em mãos estrangeiras, enquanto os etólios dividem as casas do povo desafortunado entre eles, por sorteio” (IX,39.1-39.3). O argumento do embaixador acarnânio se baseia em que os etólios, sendo gregos, estão em aliança com estrangeiros agressores, que escravizam os gregos. O argumento vai além, comparando os romanos aos persas, portanto “bárbaros”, exortando os espartanos a fazer como seus antepassados fizeram contra os “bárbaros”, ou seja, fazer a guerra aos romanos como fizeram aos persas (IX,39.4-39.5).

³⁹¹ Aqueus, beócios, eubéios, acarnânios e epirotas.

³⁹² Os ilírios e os trácios, além dos etólios e de Átalo. Somam-se aos aliados romanos os espartanos – e, portanto, a embaixada etólia que citamos conseguiu seu intuito –, que encontramos lutando contra os aqueus em 207 a.C. (XI,11.1-18.10). Nessa última passagem, Políbio descreve a batalha de Mantinéa, que envolveu aqueus contra espartanos, vencida pelos primeiros.

³⁹³ Paton traduz erroneamente, em uma passagem sobre uma ação conjunta entre romanos e etólios contra Felipe (IX,42.1), o termo Αἰτωλῶν, (*Aitolôn*), “dos etólios”, por “dos aqueus”.

³⁹⁴ Algumas diferenças existem: os fócios, aliados macedônicos durante a Guerra dos Aliados, não são mencionados nesse momento, e os eubéios, aliados macedônicos na guerra que agora comentamos – a Primeira Guerra Macedônica –, não estavam entre os aliados de Felipe na Guerra dos Aliados. Quanto aos ilírios, eram aliados macedônicos (desde 233 a.C.), mas durante o reinado de Demétrio de Faros tornam-se aliados dos romanos (228 a.C.) e, posteriormente, voltam a aliar-se aos macedônicos (219 a.C.). Com o aumento do domínio de Cerdilaidas na Ilíria, os romanos passam a ser novamente aliados dos ilírios (a partir de 216 a.C., quando da tentativa de ataque de Felipe a Apolônia).

³⁹⁵ É importante assinalar que o discurso sobre as “nuvens” havia sido proferido por um etólio, o que nos fornece a informação de que existiam facções distintas na Liga Etólia, que os romanos muito provavelmente sabiam de sua existência, e que a favorável a Roma – ou, mais precisamente, a contrária à Macedônia, devido à antiga beligerância entre os dois povos – obteve proeminência sobre a outra. A representação etólia dos macedônicos como inimigos, produzida durante décadas – ao menos desde 233 a.C. –, podemos entender assim, prevaleceu sobre a das “nuvens” estrangeiras.

³⁹⁶ O discurso de um dos embaixadores desses Estados foi preservado: “essa não é a primeira ou a segunda vez que fazemos propostas a vocês pela paz, mas desde que vocês abriram as hostilidades, nós nunca cessamos de mencionar o assunto, [...] tendo diante de nossos olhos a ruína trazida pela guerra para vocês mesmos e para os macedônios, e pensando na futura segurança de nossas próprias pátrias e do resto

guerra, tanto na Itália quanto na Ibéria, estava favorável aos romanos. As embaixadas, contudo, são praticamente as mesmas de 218 e 217 a.C., quando “embaixadas conjuntas [...] estavam atuando a favor da paz”³⁹⁷ (V,102.4). A visão grega de que o vencedor da guerra na Itália teria os Estados do leste do Mediterrâneo como próximos objetivos de conquista continuava. Porém, havia uma noção mais clara – e contrária às expectativas anteriores – de quem seria o vencedor.

As *Histórias* provêem, assim, evidências sobre a configuração geopolítica do Mediterrâneo Oriental, basicamente a mesma de 10 anos antes. Combinando com as informações sobre os aliados romanos e macedônicos que comentamos acima, temos um quadro mais claro dessa configuração e de sua relação com a política romana de defesa. Dos quatro reinos helenísticos, um, na Ásia Menor, era aliado romano – o de Pérgamo –, outro, na Grécia continental, inimigo – o da Macedônia –, e um terceiro era neutro – o do Egito³⁹⁸. As cidades-Estado independentes politicamente eram, até o momento, neutras, mas sua política externa demonstrava uma tendência para a Macedônia³⁹⁹.

Portanto, os insumos fornecidos pelas disposições políticas, da forma como eram percebidos pelos romanos, estruturavam as suas categorizações do teatro político do Mediterrâneo Oriental, contribuindo para a construção do modelo geopolítico romano dessa região. Essas informações são importantes para compreendermos como os sistemas simbólicos produzidos pelos romanos em suas interações com os cartagineses – a reificação da imagem dos cartagineses em Aníbal, a crise no sistema de domínio

da Grécia” (XI,4.2-4.3). A continuação do discurso do embaixador nos mostra que a vitória romana era já esperada: “Pois é totalmente evidente, eu penso, que se os romanos livram-se da guerra na Itália, o que acontecerá brevemente, pois Aníbal está agora confinado em uma porção do Brútio, se lançarão em seguida com toda força nas terras gregas, sob o pretexto de ajudar os etólios contra Felipe, mas, na verdade, com a intenção de conquistar toda a região [...] Para concluir, imploramos e apelamos que não recusem a liberdade e a segurança a vós mesmos e aos outros gregos” (XI,6.1-6.2, 6.8).

³⁹⁷ A única exceção é a embaixada de Mitilene, que não consta dentre as embaixadas anteriores.

³⁹⁸ Apenas uma definição faltava para as relações romanas com os reinos helenísticos: o reino selêucida, do Oriente Próximo, governado por Antíoco III. Quanto a esse último, Políbio nos informa que Antíoco, entre 206 e 205 a.C., consolida seu reino e o domínio sobre a Bactria, a Índia - o termo em grego é Ἰνδικό/ῃ (*Indikós*), que os dicionários traduzem por “hindu”, ou “indiano” – e algumas cidades da Ásia Menor, criando, com o domínio sobre essas últimas, um conflito potencial com o reino de Pérgamo. De acordo com Políbio, Antíoco “colocou seu reino em posição segura”, e “foi essa expedição, de fato, que o fez parecer digno de seu trono, não apenas aos habitantes da Ásia, mas também aos da Europa” (XI,34.1-34.16). Seguimos a numeração do texto de acordo com o estabelecimento de Weil. No estabelecimento das *Histórias* por Paton, a passagem está numerada entre XI,39.1-39.16.

³⁹⁹ Sabemos apenas sobre Rodes, Quios, Mitilene e Bizâncio. Rodes tinha interesses em dominar partes do sudeste da Ásia Menor, como se deduz do texto de Políbio, quando nosso autor narra os acontecimentos posteriores à guerra entre romanos e Antíoco, o rei Selêucida (XXI,14.1-15.13). Portanto, as tendências políticas dos ródios pendiam para a Macedônia, tanto mais que Átalo, rei de Pérgamo, na Ásia Menor, era aliado romano. Porém, Rodes será inimiga dos macedônios a partir de 203 a.C. (XV,21.1-23.10).

romano na Itália e o início da visão dos cartagineses como “não confiáveis” (que veremos a seguir) –, ou seja, como a representação romana de dominadores do mundo direcionou as disposições políticas romanas para com os demais povos do Mediterrâneo – de acordo com os insumos provenientes das disposições políticas desses mesmos povos.

A crise, conforme comentamos, começa a se dissipar em 209 a.C., com a tomada de Nova Cartago, na Ibéria. A preocupação em elevar os ânimos em Roma é exposta por Políbio, pois, segundo ele, Cipião Africano, após tomar a cidade, despachou para Roma um de seus legados, Lélío:

[...] para comunicar as novas, colocando sob seu encargo os cartagineses e os mais distintos entre os outros prisioneiros. Pois, como a maioria dos romanos havia considerado a situação na Ibéria como desesperante, ele sabia que essa informação reavivaria seus espíritos e que redobriariam seus esforços para apoiá-lo (X,19.8-19.9).

Outra informação que possuímos sobre a diminuição dos efeitos – psicológicos – da crise provém da vitória romana sobre o exército cartaginês – liderado por Asdrúbal, irmão de Aníbal – que havia cruzado da Ibéria para a Itália em 207 a.C., após ser derrotado pelos romanos naquela região⁴⁰⁰. A informação da vitória é recebida em Roma com júbilo, e:

[...] cada lugar sagrado foi decorado e todos os templos se encheram de oferendas e sacrifícios. Em uma palavra, eles⁴⁰¹ se tornaram tão corajosos e confiantes que a todos parecia que Aníbal, o qual haviam temido tanto anteriormente, não estava mais na Itália (XI,3.4-3.6).

Além disso, após a batalha, os romanos passam a pilhar o acampamento cartaginês e “massacrar, como se fossem vítimas sacrificais, um grande número de celtas que dormia em suas camas sobre o efeito da embriaguês”, sendo que “alguns

⁴⁰⁰ Os romanos derrotam os cartagineses, liderados por Asdrúbal Barca, irmão de Aníbal, na batalha de Metauro (XI,2.1-3.3). Comentamos sobre esse exército cartaginês anteriormente, no texto e em nota.

⁴⁰¹ “Eles”, ou seja, os romanos.

notáveis cartagineses foram aprisionados, mas o resto foi morto”⁴⁰² (XI,3.1-3.3). A crueza do relato de Políbio nos comunica a relação entre o júbilo romano e a matança dos inimigos. Apesar de que a matança fazia parte da rotina romana quando da tomada à força de cidades inimigas – até que a cidade se rendesse ao exército romano –, e Políbio nos dá um exemplo dessa prática⁴⁰³, esse não era o caso de inimigos aprisionados após uma batalha. A narrativa de Políbio, então, é esclarecedora quanto aos efeitos da crise nos romanos e, principalmente, quanto ao efeito do aparecimento desse novo exército cartaginês na Itália, comandado por um membro da família Barca, quando os rumos da guerra, ao que tudo indicava, estavam começando a mudar a favor dos romanos. As duas situações, a tomada de Nova Cartago e a vitória sobre Asdrúbal, nos informam sobre os ânimos romanos antes e depois de cada uma delas, e demonstram o quanto a crise havia contribuído para produzir sentimentos de desesperança e temor, e o quanto as vitórias contribuíram para a produção de sentimentos contrários, de júbilo. A matança dos celtas e cartagineses do exército de Asdrúbal serve, também, para demonstrar os efeitos psicossociais da crise: eliminando-se literalmente o inimigo, alivia-se o temor de vê-lo na Itália.

Em 204 a.C. Cipião Africano desembarca na África. Após algumas vitórias importantes, faz uma trégua com os cartagineses e discute os termos de um tratado de paz, o qual é ratificado por Roma⁴⁰⁴ (XV,1.3-1.4, 4.8-4.9). Segundo Políbio (XV,1.1-2.15), os cartagineses desrespeitam a trégua⁴⁰⁵ e:

⁴⁰² Muito provavelmente, os “notáveis” foram aprisionados para serem trocados por prisioneiros romanos ou por resgate. Segundo Políbio (XI,3.2), entre o butim, os romanos tomaram posse de 300 talentos, que foram adicionados ao tesouro, em Roma.

⁴⁰³ Durante a narrativa da tomada de Nova Cartago, Políbio descreve a matança ordenada por Cipião Africano, a qual tinha como objetivo a rendição total da cidade. No caso citado, a cidadela de Nova Cartago estava ainda em mãos cartaginesas. De acordo com Políbio, Cipião Africano “mandou a maioria” dos soldados, “como é o costume romano, contra os habitantes da cidade, com ordens de matar tudo que encontrassem, não poupando ninguém, e de não começar a pilhagem até que o sinal fosse dado. Eles fazem isso, suponho, para inspirar o terror, de forma que quando cidades são tomadas pelos romanos vê-se, com frequência, não apenas os corpos de seres humanos, mas cachorros cortados ao meio e as partes desmembradas de outros animais, sendo que nessa ocasião tais cenas eram muitas, devido ao número de vítimas”. Após a rendição de Magão, comandante de Nova Cartago, que ocupava a cidadela, “sendo dado o sinal, o massacre acabou e começou, então, a pilhagem” (X,15.4-15.6).

⁴⁰⁴ Os termos do tratado são descritos mais à frente, nas *Histórias*: “a Sicília, a Sardenha e a Ibéria devem pertencer aos romanos, e [...] Cartago nunca fará a guerra contra os romanos por causa delas. Da mesma forma, as outras ilhas entre a Itália e a Líbia devem pertencer a Roma” e “os cartagineses deveriam entregar seus prisioneiros sem resgate, [...] deveriam entregar seus navios de guerra, e [...] pagar [...] 5000 talentos, e finalmente [...] deveriam entregar reféns para garantir as condições” (XV,7.8, 8.7).

⁴⁰⁵ Primeiro capturando embarcações de transporte romanas e vários suprimentos, e depois atentando contra a vida de embaixadores romanos enviados a Cartago para reclamar sobre a quebra da trégua e pedir que o tratado fosse respeitado (XV,1.1-2.15). Mais à frente, Políbio comenta que o acordo fora ratificado por escrito, descrevendo uma conversa de Cipião Africano com embaixadores cartagineses após o final

[...] a conseqüência disso foi que a guerra começou novamente, a causa de sua renovação sendo mais séria e mais produtora de sentimentos amargos que a guerra original. Pois, se os romanos, julgando-se vítimas de uma violação de palavra⁴⁰⁶, colocaram sua honra pela conquista de Cartago, ao mesmo tempo os cartagineses, que tinham consciência de sua própria conduta, estavam prontos a não ceder ao poder dos inimigos (XV,3.1-3.2).

A crueza da guerra, portanto, se transfere da Itália para a Líbia. O relato de Políbio revela, igualmente, algo que se fixaria nas representações romanas dos cartagineses com o passar do tempo, e que observamos nos textos republicanos romanos, desde o século II até o século I a.C.: a idéia da *fides punica*, a “fé púnica”, ou seja, “má-fé”.

De acordo com Starks (1999, p. 257, nota 7), o mais antigo registro textual da expressão *fides punica* que possuímos hoje se encontra na obra de Salústio, *Guerra de Jugurta* (portanto, do século I a.C.), significando “falta de credibilidade”. Mas podemos entrever os princípios dessa imagem romana dos cartagineses em dois fragmentos de autores contemporâneos de Políbio: Ênio e Catão⁴⁰⁷.

Nos *Anais* de Ênio, escritos aparentemente durante um período longo, provavelmente, entre 203 e 169 a.C. (Warmington, 2006, p. xxv-xxvi; Grimal, 1975, p. 217), encontramos: “Mas Burro, nascido de Eaco, não foi tal dissimulado inimigo” (*Anais*, fr. 272-273)⁴⁰⁸.

O texto do fragmento é um tanto intrincado, mas sabemos que se refere a Aníbal por que faz parte de um comentário de Orósio (IV,14.3) sobre o general cartaginês. No fragmento, Ênio denomina Burro a Pirro, o qual se proclamava descendente de

das hostilidades: “e que eles (os cartagineses), bem recentemente, haviam sido culpados de traição por violar um acordo escrito que tinham jurado observar” (XV,17.3).

⁴⁰⁶ Weil traduz o trecho por “julgando-se vítimas de uma *violação de palavra*”, e Paton por “pensando que tinham sido *atacados de forma traiçoeira*”. Os termos em itálico são a tradução do verbo grego *parasponde/w* (*paraspondéo*), “agir contrariamente a uma aliança (ou acordo)”, “quebrar um tratado”, que na acepção de Políbio (segundo Liddell e Scott, 1993), se transforma em “quebrar a fé com”, “sofrer por uma quebra de fé”. Logo, adotamos a tradução de Weil, mais próxima do significado de “quebra de fé”.

⁴⁰⁷ Ênio viveu entre 239 e 169 a.C. Portanto, foi contemporâneo de Políbio, mas não o conheceu, podemos inferir, uma vez que Políbio foi enviado a Roma em 167 a.C. Catão viveu entre 234 e 149 a.C.

⁴⁰⁸ O fragmento de Ênio pode ser encontrado em *Remains of Old Latin I* (2006, p. 100-101).

Aquiles⁴⁰⁹. Para Ênio, Pirro, outro “invasor”, não havia sido um inimigo dissimulado como o era Aníbal.

Um fragmento de Catão, escrito provavelmente entre 154 e 150 a.C., nos apresenta, igualmente, um traço da concepção romana da *fides punica* relacionado à quebra da palavra dada, ou de um juramento: “Em seguida, vinte e dois anos após o fim da guerra, que havia durado vinte e quatro anos, os cartagineses violaram o tratado pela sexta vez” (*Origens*, IV,9).

A guerra em questão é a Primeira Guerra Púnica, entre 264 e 241 a.C., e a sexta violação é relativa ao ano de 219 a.C., ou seja, à tomada de Sagunto⁴¹⁰. Segundo Chassignet (2002, p. 90-91), em nota sobre o fragmento, autores modernos têm se esforçado em enumerar as seis violações – que deveriam constar do texto integral de Catão –, mas o número é “exagerado”⁴¹¹. O esforço de Catão em demonstrar a má-fé púnica é digno de nota.

Seja como for, as circunstâncias descritas por Políbio em relação à “renovação” da Segunda Guerra Púnica revelam um pouco mais sobre a representação romana do “grande inimigo” que estava em produção, pois a partir desses acontecimentos, Cipião Africano muda de conduta em relação às cidades sob o domínio púnico, “não mais aceitando a submissão daquelas que ofereciam rendição, mas tomando-as de assalto e vendendo os habitantes como escravos, de forma a manifestar a raiva que sentia do inimigo, devido à deslealdade dos cartagineses” (XV,4.2).

Uma estratégia de Cipião Africano para diminuir a esfera de domínio cartaginesa na Líbia foi o apoio ao rei númida Masinissa, aliado romano. Esse rei, “imediatamente após a conclusão do tratado”⁴¹², partiu com seu exército e algumas unidades romanas de cavalaria e infantaria e legados de Cipião, com o objetivo, “não apenas de recuperar o reino de seu pai”, mas com o apoio romano adicionar ao seu reino o de outro rei

⁴⁰⁹ O fragmento faz parte de um *codex* de Orósio comentado por Ekkerhart (ou Ekkerhard), um monge do século XI d.C. (Warmington, 2006, p. xii-xiii). Outra referência a Pirro como filho de Eaco nos *Anais* de Ênio é o fragmento 174 (*Remains of Old Latin I*, 2006, p. 66-67). De acordo com o mito de Eaco, este era filho de Zeus e pai de Telamon e de Peleu, respectivamente, pais de Ajax e Aquiles (Howatson, 1997, p. 7). Segundo Cornell (2001b, p. 65), Pirro se proclamava descendente de Aquiles. Logo, em sua poesia, Ênio resgata o parentesco mitológico de Pirro (que se considerava descendente de Aquiles) com Eaco.

⁴¹⁰ Segundo Chassignet (2002, p. 90-91), em suas notas sobre o fragmento de Catão, esse autor conta os anos inteiros, de forma que a duração da Primeira Guerra Púnica torna-se de vinte e quatro, e não de vinte e três anos. O mesmo pode ser dito sobre os vinte e dois anos entre o final da guerra e a tomada de Sagunto.

⁴¹¹ “*Le nombre même des violations est exagéré*” (Chassignet, 2002, p. 91). Seja como for, pode-se observar que o esforço de Catão para demonstrar a má-fé cartaginesa é bastante razoável e, pela datação do Livro IV das *Origens* (entre 154 e 150 a.C.), está situado em um contexto histórico próximo à última guerra contra a cidade púnica, iniciada em 149 a.C. (o ano em que Catão faleceu).

⁴¹² O tratado que, segundo Políbio, foi quebrado pelos cartagineses, a causa da “renovação” da guerra.

númida⁴¹³, “o que ele, ao final, conseguiu fazer” (XV,4.4). Essa estratégia de apoio a Masinissa seria perseguida pelos romanos a partir do final da guerra, e seus resultados acabariam por auxiliá-los em sua busca por um motivo justo para a Terceira Guerra Púnica.

Chegamos, assim, em 202 a.C., ao final da Segunda Guerra Púnica. No limiar da narrativa da última batalha, a batalha de Zama, e após descrever o encontro de Cipião Africano e Aníbal⁴¹⁴, Políbio faz uma espécie de preâmbulo aos acontecimentos que descreverá, como que preparando a cena, tanto para o ato da batalha como para os posteriores⁴¹⁵:

[...] os cartagineses lutando por sua própria segurança e pelo domínio da Líbia, e os romanos pelo império do mundo. [...] Pois seria impossível encontrar soldados mais valentes, ou generais que haviam sido mais vitoriosos e fossem mais completamente exercitados na arte da guerra, nem, realmente, havia *tykhé* oferecido a exércitos em luta, em nenhuma ocasião, um prêmio mais esplêndido de vitória, uma vez que os conquistadores não seriam os mestres da Líbia e da Europa apenas, mas de todas as partes do mundo que hoje têm um lugar na história [...] ⁴¹⁶ (XV,9.1-9.5).

Estamos novamente diante do tema do domínio do mundo, e prestes a observar no texto as mudanças de atitude romanas com relação aos outros Estados.

Vencida a guerra, entre as condições impostas aos cartagineses no tratado de paz, estava uma cláusula que previa “devolver a Masinissa, dentro dos limites que

⁴¹³ Sífax, aliado dos cartagineses.

⁴¹⁴ Cujos discursos Políbio narra, em sua maior parte, na primeira pessoa (XV,6.6-7.9, 8.1-8.14).

⁴¹⁵ Os atos posteriores, quando os romanos, vitoriosos, “sentindo que o passo principal e maior em seu plano de conquista universal já havia sido dado, resolveram pela primeira vez estender suas mãos para apoderar-se do resto e cruzar com um exército para a Grécia e para os territórios da Ásia” (I,3.6).

⁴¹⁶ A “vitória” e os “conquistadores” são únicos e maiores que quaisquer outros anteriores, pois serão “mestres [...] de todas as partes do mundo que hoje têm um lugar na história”. Políbio, desse modo, posiciona os romanos acima de Alexandre e de seu pai, Felipe II, para os quais nosso autor tece vários elogios (V,10.1-10.8). O império dos romanos é diretamente considerado maior que o de Alexandre em outra passagem, no início das *Histórias* (I,2.3-2.8). Essa tendência de comparação do império de Roma com o de Alexandre é encontrada também em Tito Lívio (IX,17-19), o qual faz uma longa digressão, durante sua narrativa das Guerras Samníticas, para comentar as possibilidades do macedônico – para Tito Lívio, nulas – se houvesse tentado a conquista da Itália, passando por uma comparação entre Alexandre e generais romanos, entre os soldados romanos e os de Alexandre, e concluindo que o exército romano é superior a qualquer outro já existente.

seriam subseqüentemente indicados, todas as casas, as terras e as cidades, e outras propriedades que houvessem pertencido a ele ou a seus ancestrais” (XV,18.5).

Conforme comentamos, a estratégia de diminuir a esfera de domínio cartaginesa na Líbia – e, portanto, sua força política e econômica – perduraria até as vésperas do último confronto com Cartago. A representação do “grande inimigo” não permitia, no modelo romano de mundo dominado, uma Cartago forte⁴¹⁷. Essa estratégia levou os cartagineses a declarar a guerra aos númidas. Os romanos, por sua vez, interpretaram essa declaração de guerra como uma quebra do tratado firmado ao final da Segunda Guerra Púnica, e declararam guerra aos cartagineses – a Terceira Guerra Púnica (XXXVI, 2.1-2.4).

O “MUNDO” COMO DOMÍNIO ROMANO

O texto de Políbio nos fornece evidências de uma mudança fundamental nas atitudes da aristocracia romana após a Segunda Guerra Púnica. Essas novas atitudes – que classificamos aqui de impositivas –, um efeito da produção da identidade e da representação de dominadores da *oykouméne*, são observáveis nas relações romanas com outros Estados – que não o cartaginês. Logo, é necessário que demonstremos essas atitudes através dessas relações. Veremos que, com o passar dos anos, nota-se uma intensidade progressiva nesse discurso impositivo romano.

A partir de 201 a.C., os romanos se voltaram com mais intensidade para o norte da Itália, para a Ibéria e para o leste do Mediterrâneo. Os fragmentos de Políbio nos permitem observar – com exceção de um fragmento – apenas as ações no Mediterrâneo Oriental⁴¹⁸. No início desse período, entre 201 e 200 a.C., os romanos passam a arbitrar os assuntos dos Estados do Mediterrâneo Oriental. Devemos notar que essas ingerências são realizadas conforme as disposições políticas estruturadas durante o período anterior – com uma exceção: os etólios não são mais considerados aliados. O primeiro exemplo

⁴¹⁷ A idéia da força imanente. Como a representação e a identidade romanas de domínio do mundo foram produzidas durante as interações com os cartagineses, a força de Cartago, a partir do final da Segunda Guerra Púnica, era percebida como algo em estado de latência, uma força não manifesta, dissimulada como eram dissimulados os cartagineses. Uma das formas em que a reação a essa força se manifestou, ou uma das estratégias romanas de execução do poder contra os cartagineses, portanto, foi o conjunto das ações romanas direcionadas para enfraquecer o domínio cartaginês na Líbia, através do apoio aos movimentos de conquista númidas do território cartaginês.

⁴¹⁸ Apenas um fragmento narra eventos fora da esfera do Mediterrâneo Ocidental, na Ibéria (XXXV,1.1-4.14). Conhecemos as demais ações por outras fontes, como Tito Lívio (XXX,40 e ss.).

que temos de atitudes impositivas romanas é em relação a Felipe⁴¹⁹. Os romanos, “após enviar um arauto” a um general do rei que havia penetrado com seu exército na Ática:

[...] encontram-no e pedem que informe a Felipe que os romanos exigiam que o rei não fizesse a guerra a ninguém na Grécia e também que compensasse Átalo pelas injúrias que cometeu contra ele, da maneira que um tribunal imparcial se pronunciaria de forma justa. Se o rei agisse assim, eles disseram, deveria se considerar em paz com Roma, mas, recusando-se a aceder, a consequência seria o reverso (XVI,27.1-27.3).

Os termos romanos, “não fizesse a guerra a ninguém na Grécia” e “compensasse Átalo pelas injúrias”, apresentam uma nova forma de discurso, o qual demonstra – apesar da preocupação de apoio aos aliados, no caso, Átalo – a percepção romana de controle sobre *toda* a Grécia, quaisquer que fossem os gregos, aliados ou inimigos anteriormente. De fato, os romanos remetem a mesma comunicação aos epirotas, aos atamânios, aos etólios⁴²⁰ e aos aqueus (XVI,27.4), e navegam “para encontrar Antíoco e Ptolomeu⁴²¹, com o propósito de acabar com as hostilidades” (XVI,27.5). Em seguida, encontram Felipe na Ásia Menor e lhe informam que:

[...] o Senado exigia⁴²² que o rei não fizesse a guerra a nenhum dos gregos, nem tomasse quaisquer das possessões de Ptolomeu. Ele

⁴¹⁹ Os macedônicos, desde 203 a.C., estavam em guerra com os ródios, os etólios, os egípcios e o reino de Pérgamo. O reino selêucida, de Antíoco, estava também em guerra contra os egípcios (XV,20.1-20.8, 21.1-23.10; XVI,1.1-8.10, 10.1-11.6, 27.5). Segundo Políbio, após a morte de Ptolomeu IV Filopátor, Felipe e Antíoco tentaram dividir o reino de seu herdeiro, uma criança (Ptolomeu V Epifanes) (XV,20.1-20.8). A numeração dos fragmentos por Paton, em algumas das passagens em questão, é diferente da de Foulon: Paton (XVI,1.1-1.9) corresponde a Foulon (XVI,9.1-9.9); Paton (XVI,2.1-8.10) corresponde a Foulon (XVI,1.1-7.10). Seguimos aqui a numeração de Paton.

⁴²⁰ Os etólios deixaram de ser considerados aliados dos romanos ao fazer a paz em separado com os macedônicos no final da Primeira Guerra Macedônica (XVIII,38.6-38.9). Não possuímos o relato de Políbio sobre isso, mas apenas a narrativa dos conflitos, políticos e militares, posteriores.

⁴²¹ Trata-se do rei, ainda criança, Ptolomeu V Epifanes. O Egito era governado pelos tutores do rei.

⁴²² O termo grego é *parakale/w* (*parakaléo*), que tem o sentido, assim como seus cognatos, de “convocar”, “exigir”. Paton traduz o trecho por “[...] encontrando o rei próximo a Abidos, ele o informou que o Senado passara um decreto, suplicando-lhe que não fizesse a guerra a nenhum dos gregos”. Weil traduz por “encontrando também o rei próximo a Abidos, lhe dá conhecimento da decisão do Senado: o Senado o exortava a se abster de fazer a guerra a qualquer um na Grécia”. Sabemos que as decisões do Senado romano eram disponibilizadas na forma de decreto, ou *senatus consultum*, e a tradução de Paton indica que este procurou transcrever a idéia de “decreto” para o texto da tradução. Weil utilizou um termo mais brando. Procuramos um termo mais literal para nossa dissertação – “exigir” – o qual traduz, da mesma forma, a idéia de “ordem”, “decreto”. O termo grego para a “súplica”, *diamartýromai*, que,

também teria que submeter a um tribunal a questão da compensação por danos que havia causado a Átalo e aos ródios. Se agisse dessa forma, teria a paz, mas, recusando-se a obedecer, estaria em guerra com Roma (XVI,34.3-34.4).

Observamos aqui, ademais do acréscimo às compensações impostas a Felipe e da especificação da proibição da guerra contra Ptolomeu, o mesmo discurso impositivo, dirigido, dessa vez, diretamente ao rei⁴²³: o Senado romano *exigia* que os macedônicos não fizessem a guerra contra outros gregos. Políbio nos permite, assim, observar a ingerência romana normativa nos assuntos de outro Estado.

Felipe não acata a decisão romana e a Segunda Guerra Macedônica é declarada⁴²⁴. Não possuímos a narrativa da guerra por Políbio⁴²⁵, mas sim a descrição da trégua, em 198 a.C., durante a Conferência de Nicéia, onde as partes contrárias a Felipe se encontram com o rei. A partir dessa conferência, dentro do que nos permite apreender as informações nos fragmentos das *Histórias*, embaixadas dos Estados helenísticos são enviadas constantemente ao Senado em Roma em busca de apoio político, tanto em situações de guerra, como essa que estamos observando (XVIII,10.1-10.2, 10.7, 10.9-10.11), quanto em outros contextos⁴²⁶. Quanto à Segunda Guerra Macedônica, termina em 197 a.C. com a vitória romana na batalha de Cinocéfalas, e o tratado de paz é assinado no ano seguinte⁴²⁷ (XVIII,19.1-27.6, 42.1-42.4).

conforme comentamos em outras notas, traduzia a formalização do protesto solene, não se encontra no texto em grego.

⁴²³ O acréscimo das compensações em relação a Rodes e a proibição quanto ao Egito deveram-se às notícias recebidas pelos romanos, em suas viagens de embaixada, quanto aos ataques dos macedônicos àqueles Estados (XVI,25.7, 35.2). Os ródios eram, a partir dessas embaixadas, aliados dos romanos.

⁴²⁴ Segunda Guerra Macedônica, entre 200 e 197 a.C. Segundo Goldsworthy (2001b, p. 317), os *comitia centuriata* não aprovaram a declaração de guerra em uma primeira votação, por quase unanimidade, pois a Segunda Guerra Púnica havia exaurido quase todas as classes. O pretexto para a convocação da assembleia era um pedido de auxílio, pelos atenienses, contra Felipe. O cônsul Públio Sulpício Galba, então, convocou a assembleia para nova votação. Antes, porém, discursou informalmente para as centúrias, argumentando que a falha em auxiliar um aliado (Sagunto) fora a causa da invasão da Itália na Segunda Guerra Púnica, e que isto deveria ser evitado, pois os macedônicos poderiam desembarcar na Itália no futuro. A segunda votação aprovou a moção e a guerra foi declarada.

⁴²⁵ Essa narrativa encontrava-se no Livro XVII, perdido.

⁴²⁶ Ao comentar sobre embaixadas enviadas a Roma em tempos de guerra não estamos indo de encontro a nossa proposta inicial, a de utilizar apenas as embaixadas fora do contexto da guerra para demonstrar a produção romana de identidade e representações de domínio do mundo. Estamos apenas deixando evidente a busca, por parte dos Estados helenísticos, do apoio político romano, ou seja, o reconhecimento da força política e militar romana por esses Estados.

⁴²⁷ É importante notar que a paz é ratificada tanto pelo Senado (*su/gklhtoj*, *synkletos*) (XVIII,42.2) quanto pela assembleia (*de^moj*, *demos*) (XVIII,42.4).

Após a paz, o Senado nomina, imediatamente, dez de seus membros mais distintos e os envia à Grécia, em conjunto com Tito Quíncio Flaminino⁴²⁸, como comissários para gerenciar os assuntos e “assegurar as liberdades dos gregos” (XVIII,42.5). O decreto do Senado, portanto, incluía uma cláusula ordenando que “todos os outros gregos na Ásia e na Europa deveriam ser livres e sujeitos a suas próprias leis”⁴²⁹ (XVIII,44.2). A expressão “outros gregos” significa as cidades-Estado. Os romanos, assim, deixavam explícita sua ingerência normativa na política da Ásia Menor, ou seja, inclusive na esfera política de Antíoco, o rei selêucida. Devemos notar que Antíoco não havia ainda sido contatado por nenhuma embaixada romana⁴³⁰. Além dele, Prúsias, rei da Bitínia, com o qual os romanos, da mesma forma, não tinham relações até o momento, recebeu uma comunicação escrita informando-o que deveria liberar a cidade de Cius, na costa do Propontis⁴³¹ (XVIII,44.3-44.11). Os romanos, então, procuram impor sua política mesmo a Estados com os quais não tinham, pelo que se depreende das *Histórias*, contatos políticos oficiais.

As decisões do Senado, de acordo com Políbio, deixaram toda a Grécia em júbilo, menos a Etólia. Os etólios diziam que o tratado apenas transferia a posse das cidades gregas dos macedônicos para os romanos, pois as cidades nomeadas como libertadas eram da Ásia, enquanto as que deveriam ser entregues aos romanos eram da Europa⁴³². A razão dessas discussões foi o entendimento, pelos romanos, de que os etólios haviam dissolvido o antigo tratado com Roma ao fazerem a paz em separado com Felipe no final da Primeira Guerra Macedônica⁴³³ (XVIII,38.8).

⁴²⁸ Cônsul em 198 a.C. e procônsul em 197 a.C., vencedor de Felipe na batalha de Cinocéfalas.

⁴²⁹ Como termos principais, o decreto ordenava também que Felipe deveria render aos romanos, antes dos Jogos Istmos, os gregos sujeitos a ele e as cidades nas quais tinha guarnições; Felipe deveria liberar e retirar as guarnições das cidades de Euromos, Pedasa, Bargília e Iasos, assim como de Abidos, Tasos, Mirina e Perintos; Flaminino – conforme comentaremos a seguir – deveria escrever a Prúsias, rei da Bitínia, nos termos indicados pelo decreto, que Cius deveria ser liberada; Felipe deveria restaurar para os romanos todos os prisioneiros de guerra e desertores antes da mesma data, e render aos romanos todos os seus navios de guerra, com exceção de cinco navios leves e seu navio grande, de dezesseis bancos de remos; Felipe deveria pagar aos romanos mil talentos, metade imediatamente e a outra metade em prestações, durante dez anos (XVIII,44.3-44.7).

⁴³⁰ A embaixada que iria a Antíoco e Ptolomeu V Epifanes, em 200 a.C., fora desviada para Abidos para encontrar Felipe, na ocasião das demandas anteriores à Segunda Guerra Macedônica (XVI,25.7, 35.2).

⁴³¹ Cius localizava-se na costa sul do Propontis, atual Mar de Marmara. Participava da Liga Etólia, e a razão da decisão romana pela sua evacuação pelas forças de Prúsias, provavelmente se relaciona a deixá-la na esfera de domínio de Átalo. Havia sido destruída por Felipe, o qual afirma aos romanos que a atacou em auxílio a Prúsias (XVIII,4.7). Após a destruição, Cius foi denominada de Prúsias pelo rei homônimo.

⁴³² As cidades às quais os etólios se referiam eram Oreó, Erétria, Cálcis, Demétrias e Corinto.

⁴³³ Os romanos não acataram nenhum pedido dos etólios após o final da Segunda Guerra Macedônica, devido – pelo seu entendimento – à quebra do tratado (XVIII,38.3-38.9).

De qualquer forma, na abertura dos Jogos Istmos, “tendo os homens mais ilustres de quase todo o mundo se reunido naquele local, devido às suas expectativas sobre o que aconteceria”, ou seja, sobre quais cidades os romanos reteriam sob guarnição, é anunciado que:

O Senado romano e Tito Qüíncio, o supremo estrategista⁴³⁴, tendo vencido o rei Felipe e os macedônicos, deixam livres, sem guarnições, não sujeitas a tributos, e governadas pelas leis de suas pátrias: os coríntios, os fócios, os lócios, os eubóicos, os aqueus fitiônicos, os magnésios, os tessálios e os perrabianos (XVIII,46.1, 46.4-46.5).

A multidão, pelas palavras de Políbio, ficou em extremo êxtase, obrigando o arauto a repetir a proclamação, de forma que a atenção foi divertida dos atletas para o assunto da liberação e, assim que acabaram os jogos, a multidão:

[...] quase acabou com Flaminino através de suas expressões de agradecimento. Pois alguns deles, desejando olhá-lo no rosto e chamá-lo de salvador, outros pela ansiedade de pegar em sua mão, e o maior número atirando-o coroas e fitas, por pouco não fizeram o homem em pedaços. Mas, mesmo com o aparente excesso de sua gratidão, pode-se com confiança dizer que ela⁴³⁵ foi muito inferior à grandeza do evento. Pois foi algo maravilhoso, para começar, que os romanos e seu general Flaminino conduzissem esse assunto expondo-se a todos os custos e encarando todos os perigos pela liberdade da Grécia. Foi muito bom que tivessem trazido para a ação uma força adequada para a execução de seu propósito. E maior ainda foi o fato de que nenhum infortúnio, de qualquer tipo, atrapalhou seus desígnios, mas tudo, sem exceção, conduziu para esse momento coroadado, quando, por uma simples proclamação, todos os gregos habitantes da Ásia e da Europa tornaram-se livres, sem guarnições, não sujeitos a tributos e governados por suas próprias leis (XVIII,46.6-46.15).

⁴³⁴ Tito Qüíncio Flaminino era procônsul da Grécia, e é denominado, no texto, de “supremo estrategista”, *strathgo\j u()patoj (strategòs hupatos)*.

⁴³⁵ A demonstração de gratidão.

O relato de Políbio nos informa, novamente, sobre a interferência injuntiva romana na política dos reinos helenísticos, pois, uma vez que Felipe estava derrotado na guerra, o decreto objetivava, principalmente, o reino de Antíoco, o qual não tardou a enviar embaixadores aos romanos após os jogos. Segundo Políbio:

Eles ordenaram ao rei⁴³⁶, em relação às cidades da Ásia, que se mantivesse longe das que eram autônomas, que não fizesse a guerra a nenhuma delas e que evacuasse aquelas antes sujeitas a Ptolomeu e a Felipe, as quais havia tomado recentemente. Ao mesmo tempo, não devia cruzar para a Europa com um exército, pois nenhum dos gregos seria, nunca mais, atacado por ninguém ou pelos súditos de ninguém [...] (XVIII,47.1-47.3).

Verificamos, na passagem acima, que o discurso impositivo se intensifica, pois se alargaram, de forma obrigatória, os constrangimentos às possibilidades de domínio por outros Estados, agora estendidos a todos os gregos: “nenhum dos gregos”, “ninguém” e “súditos de ninguém”, podemos interpretar, significam as cidades e os reinos, sem exceção. Logo, ações hostis seriam possíveis apenas quando permitidas por Roma. Os romanos continuam seu movimento de divulgação do discurso normativo, enviando comissários a Felipe e a Antíoco. Ao primeiro é aconselhado que faça uma aliança com Roma, de forma a afastar a desconfiança de que pretendia aliar-se a Antíoco, conselho prontamente aceito (XVIII,48.4-48.6). Ao segundo, os romanos repetem o que haviam informado aos seus embaixadores, adicionando que “era ridículo [...] que Antíoco chegasse quando tudo estava acabado e ficasse com os prêmios que eles haviam ganhado em sua guerra com Felipe”, ou seja, que Antíoco tomasse as cidades que haviam sido conquistadas por Felipe, as quais agora os romanos consideravam sob seu domínio⁴³⁷. Perguntam, então, por que Antíoco cruzara com um exército e uma frota para a Europa: “Pois qualquer um que julgasse corretamente teria que supor que não havia outra razão a não ser a de que estava tentando se colocar no caminho dos romanos” (XVIII,49.2-50.8).

O discurso romano, transcrito por Políbio, traduz a concepção romana de domínio. Se, por um lado, os romanos decretam e propagam a notícia da libertação das

⁴³⁶ O termo grego é *diakeleu/omai*, (*diakeleyomai*), “dar ordens”, “direcionar”. O rei é Antíoco.

⁴³⁷ As cidades em questão são da Ásia Menor e da Trácia.

idades, por outro o discurso demonstra que o direito de dispor sobre os assuntos dessas mesmas cidades é de Roma.

A partir de 192 a.C. os romanos estavam em guerra com Antíoco e os etólios⁴³⁸. Em 191 a.C. vencem o exército do rei na batalha das Termópilas e Antíoco volta para a Síria (XX,8.6 = Tito Lívio, XXXVI,19.11). Após vitórias navais dos romanos e seus aliados no mar Egeu, um embaixador de Antíoco se encontra com os comandantes romanos no Helesponto (XXI,8.1-8.2, 13.1-13.4 = Tito Lívio, XXXVII,34-36, 14.1-15.13). De acordo com Políbio, o embaixador lembrou aos romanos que “eles eram apenas homens e não deveriam testar *tykhé* de forma tão severa”, de forma que era necessário que impusessem:

[...] limites na extensão de seu império, confinando-o, se possível, à Europa, pois mesmo assim era vasto e inigualável, nenhum povo no passado tendo conseguido algo assim. Mas se devem, a todo custo, tomar para eles algumas porções da Ásia, que dissessem definitivamente quais, pois o rei concordaria com qualquer coisa que estivesse em seu poder (XXI,14.4-14.6).

Podemos imaginar se, na concepção de um rei helenístico, pelo que deprendemos do texto de Políbio, a força da República Romana, que dominara militar ou politicamente outros reinos, pareceria incontestável⁴³⁹. O discurso do embaixador, se aceitarmos a verossimilhança da transcrição que Políbio faz do mesmo, sugere que a força militar romana era indiscutível e sua autoridade reconhecida. Porém, Antíoco

⁴³⁸ Segundo Crawford (1992, p. 66) e Grimal (1975, p. 190-191), a política expansionista de Antíoco III levou-o a chocar-se com aliados de Roma – Egito, Rodes e o reino de Pérgamo. Várias embaixadas romanas, a pedido dos aliados, tentaram arbitrar a política naquelas regiões de forma pacífica. Segundo os autores, o poder de arbítrio dos romanos nos limites orientais do Mediterrâneo demonstra que sua autoridade era, então, indiscutível. A guerra contra Antíoco foi formalmente proclamada quando este, a pedido dos etólios, então inimigos declarados de Roma, embarcou para a Grécia em 192 a.C. no intuito de “liberá-la”, uma tentativa frustrada de jogar a noção de liberdade contra os romanos. Antíoco foi forçado pelos exércitos romanos – auxiliados por seu novo aliado, o antigo inimigo Felipe V –, a deixar a Grécia, e os etólios, ao final da guerra, foram privados das cidades conquistadas pelos romanos e por Felipe (Grimal, 1975, p. 193-194).

⁴³⁹ Quanto à força do Estado romano parecer incontestável, Políbio afirma que apenas a partir de 168 a.C., ou seja, da queda da Macedônia, “todos reconheciam como inelutável a necessidade de se obedecer, dali em diante, aos romanos e de se submeter às suas vontades” (III,4.3). Por “outros reinos” queremos dizer, principalmente, os reinos antigônida – da Macedônia –, ptolomaico – do Egito – e atálida – de Pérgamo. Porém, outras monarquias aceitavam a força da República. Por exemplo, Prúsias, da Bitúnia, decide aliar-se aos romanos e não a Antíoco. Segundo Políbio, Prúsias estava inclinado à aliança com Antíoco por que temia que os romanos fossem depor todos os reis da Ásia. Após uma carta de Cipião Africano e seu irmão, Lúcio, e uma embaixada romana, Prúsias “abandonou inteiramente toda a esperança em Antíoco” (XXI,11.1 e ss.).

“pensando que demandas mais severas do que as atuais não poderiam ser impostas a ele, mesmo se vencido em batalha”, não aceitou os termos romanos⁴⁴⁰. A guerra recomeça e o rei é vencido na batalha de Magnésia, em 190 a.C. (XXI,15.13, 16.1).

Após a batalha, “quase todas as comunidades da Ásia mandaram enviados a Roma imediatamente [...] pois o futuro de todas elas dependia do Senado” (XXI,18.2). Políbio nos informa, assim, do poder de decisão romano sobre a dependência ou independência política das cidades. A arbitragem romana nos assuntos do Mediterrâneo Oriental, então, torna-se cada vez mais intensa. De acordo com nosso autor, entre 189 e 188 a.C. os romanos decidem as sujeições políticas de cidades da Ásia Menor (XXII,5.1-5.10). Entre 188 e 187 a.C., enviados de Êumenes⁴⁴¹ – de Pérgamo – e de cidades da Grécia fazem acusações contra Felipe e os romanos criam uma comissão para investigá-las (XXII,6.1-6.6 = Tito Lívio, XXXIX,24.6). Entre 187 e 186 a.C. Felipe é obrigado a retirar suas tropas de cidades da Tessália e da Trácia, e atritos entre Esparta e a Liga Aquéia também são submetidos ao Senado (XXII,11.1-12.10 = Tito Lívio, XXXIX,33). No mesmo período o Senado manda comissários a Creta para resolver disputas internas (XXII,15.1-15.6). Entre 184 e 183 a.C. “reuniu-se um número muito grande de embaixadas da Grécia em Roma, o qual, talvez, nunca antes fora visto”, todas para acusar Felipe. Essas embaixadas eram tão numerosas que as acusações, de diversos tipos, duraram três dias (XXIII,1.1-4.16 = Tito Lívio, XXXIX,46.6). A partir desse período, então, o envio de legados romanos para a resolução e investigação de conflitos de outros Estados e as embaixadas a Roma tornam-se uma constante na narrativa das *Histórias*.

O aumento da frequência das embaixadas nos permite supor a legitimação da ascendência romana sobre os Estados reclamantes. Por outro lado, algumas reações à exteriorização da identidade e das representações romanas de domínio – através dos discursos impositivos – levaram Políbio a comentar que a todos era patente que os romanos, “longe de negligenciar itens menos importantes dos assuntos estrangeiros, [...] ficavam, pelo contrário, aborrecidos se todos os assuntos não fossem a eles submetidos

⁴⁴⁰ As condições impostas eram as seguintes: Antíoco deveria pagar todas as despesas da guerra – de todos os Estados envolvidos – e se retirar de todas as regiões sujeitas a ele a oeste dos montes Tauros, localizados na Ásia Menor (XXI,14.7-14.8). Após a batalha de Magnésia, as condições foram repetidas, sendo especificada também a indenização (XXI,17.3-17.6). Outras demandas foram impostas, entre elas e entrega de Aníbal, que estava, então, na corte do rei (XXI,17.7) e havia participado como comandante de uma ala da frota selêucida durante a guerra (Tito Lívio, XXXVII,23-24).

⁴⁴¹ Êumenes II, filho de Átalo.

e se tudo não fosse feito de acordo com sua decisão”⁴⁴² (XXIII,17.4 = Tito Lívio, XXXIX,50.9). É preciso notar que, apesar do fato de que a produção de identidades e representações de domínio político gera atitudes impositivas, a aceitação dessas atitudes só se dá se houver um mecanismo de coerção eficiente, ou seja, o domínio político só se realiza através da ameaça ou da efetivação da coerção (Weber, 2002, p. 43). Os romanos – e outros Estados –, efetivavam essa coerção principalmente com o recurso às armas, mas não apenas dessa forma. No caso dos reinos macedônico e selêucida, as reações ao domínio romano foram bélicas, e a coerção executada pela força. Todavia, as relações da Liga Aquéia com os romanos fornecem outro tipo de reação ao domínio. Como suas decisões tinham que ser tomadas em assembléia, nem sempre as imposições romanas eram observadas totalmente, pois algumas eram conflitantes com as leis aquéias (XXIII,5.1). Isso não significa que a Liga tivesse uma conduta política propositalmente contrária aos romanos, pois desde a Segunda Guerra Macedônica eram seus aliados (XVIII,6.7), mas apenas que não aceitavam todas as ingerências em suas atividades por considerarem algumas contrárias às leis. Temos aqui um exemplo de execução do poder na forma de resistência política às tentativas de execução do poder pelo grupo dominante. Uma das estratégias de execução do poder que os romanos utilizaram contra essa resistência da Liga foi o incentivo à defecção⁴⁴³. Políbio nos informa de uma resposta dos senadores romanos a enviados aqueus, em 184 ou 183 a.C., na qual afirmaram que “nem mesmo se o povo de Esparta, Corinto ou Argos desertasse da Liga os aqueus deveriam se surpreender se o Senado não considerasse que o assunto era problema dos aqueus”. O Senado, então, deu, “publicidade total a essa resposta, a qual era um tipo de proclamação de que os romanos não iriam interferir com aqueles que desejassem desertar da Liga Aquéia”⁴⁴⁴ (XXIII,9.8-9.15). Esse conflito entre as normas dos aqueus e as romanas terminou por gerar a guerra que levou à dissolução da Liga em 146 a.C., por imposição romana⁴⁴⁵ (XXXVIII,9.1-18.12; XXXIX,2.1-5.6). Novamente,

⁴⁴² O comentário de Políbio refere-se à decisão do Senado de proibir a exportação de trigo da Itália para Messênia. O motivo foi os termos da paz, concluída entre messênios, dissidentes da Liga Aquéia, e essa Liga, após uma guerra curta, temos que não condiziam com as orientações romanas (XXIII,17.1-17.4).

⁴⁴³ Não é produtiva a utilização da força em todas as situações, pois pode levar a uma reação generalizada. A política tem outras formas de atuação, ou seja, o exercício do poder pode ser efetivado de diversas maneiras. A que os romanos descortinaram é uma delas.

⁴⁴⁴ Seja devido a essa estratégia romana ou não, duas facções surgem na política interna da Liga Aquéia, provavelmente, em 181 ou 180 a.C. (XXIV,8.1-10.15). Uma era favorável a qualquer decisão romana. A outra favorecia a observação das leis da Liga, mas defendia a explicação dessas leis aos romanos, de forma a contornar o problema.

⁴⁴⁵ A Liga Aquéia tinha diferenças com Esparta – que já havia feito parte da Liga – e essas estavam sendo arbitradas por Roma. Os líderes da Liga Aquéia, contrários à interferência romana, conseguiram a maioria

o recurso de última instância foi a utilização da força, como nos casos da Segunda Guerra Macedônica e da guerra contra Antíoco. Porém, dissolvendo a Liga, os romanos anularam a capacidade das cidades que a constituíam de exercer o poder através de sua força conjunta. O mesmo objetivo – o qual é comentado por Políbio – foi alcançado com relação à Liga Beócia em 171 a.C., a qual tinha tendências de aliança com os macedônicos⁴⁴⁶ (XXVII,2.5-2.10).

Em 171 a.C. eclode a Terceira Guerra Macedônica⁴⁴⁷ (XXVII,6.3-6.4). Mesmo durante a guerra, reinos helenísticos – o Egito e o reino selêucida, que estavam em conflito – enviaram embaixadas a Roma⁴⁴⁸ (XXVIII,1.1-1.9, 22.1-22.2). Quanto ao teatro da guerra, segundo Políbio, legados romanos foram enviados às cidades do Peloponeso – ou seja, para as cidades da Liga Aquéia, a qual, então, dominava a região – e, em seus discursos, indicavam “que sabiam quais, em cada cidade, se abstiveram de tomar parte nos negócios públicos, assim como quais eram os homens ativos e zelosos. Era evidente para todos que eles estavam tão descontentes com os primeiros como com seus oponentes francos; e, em consequência, criaram um estado geral de ansiedade e

dos votos em assembléia e declararam guerra a Esparta, a denominada Guerra da Acaia – segundo Políbio, a guerra foi declarada “nominalmente contra Esparta, mas realmente contra Roma” (XXXVIII,13.6). Os romanos vencem a Liga em duas batalhas, dissolvem-na e destroem Corinto, em 146 a.C., o mesmo ano da destruição de Cartago. Parte da narrativa de Políbio sobre esses eventos foi preservada (XXXVIII,9.1-18.12; XXXIX,2.1-5.6). Segundo Orrieux e Pantel (2004, p. 458-459), os romanos, não tolerando uma cisão dentro de seus domínios, determinaram que Esparta, Corinto, Argos e outras pequenas cidades passassem a ser autônomas em relação à Liga. A situação se agravou e os romanos, antecipando-se aos aqueus, derrotam-nos quando estavam em vias de atacar Esparta, próximo às Termópilas, e bateram-nos novamente no Istmo de Corinto. Corinto foi pilhada e destruída apesar de evacuada da guarnição aquéia e de se render sem combate.

⁴⁴⁶ A Liga Beócia é dissolvida, da mesma forma, em 171 a.C., mas a estratégia romana dessa vez é a de ordenar que as cidades se submetam a Roma separadamente (XXVII,2.5-2.10). Essa estratégia visava também diminuir a esfera de domínio dos macedônicos, governados por Perseu – filho de Felipe –, o novo rei desde 179 a.C. (XXV,3.1-3.8).

⁴⁴⁷ A Terceira Guerra Macedônica aconteceu entre 171 e 168 a.C. Durante a guerra, Perseu, o novo rei macedônico, após uma vitória sobre uma força combinada romana e grega, envia embaixadores aos romanos para tentar a paz, mas esses decidem “dar uma resposta tão severa quanto possível”, e ordenam a Perseu “[...] submeter-se absolutamente, dando ao Senado autoridade para decidir como quiser sobre os assuntos da Macedônia” (XXVII,8.6, 8.10 = Tito Lívio, XL,58, 62). Essa é uma situação de guerra e, portanto, não condizente com as situações que decidimos analisar no início desse capítulo. Porém, deve-se notar que a imposição romana se dá após uma derrota – mesmo se tratando de uma força combinada. Políbio comenta o caso, afirmando que é, “em todos os casos, o costume tradicional romano mostrar-se mais imperiosos e severos nas épocas de derrotas e mais lenientes após o sucesso” (XVII,8.8 = Tito Lívio, XL,58, 62).

⁴⁴⁸ A embaixada em questão é de representantes dos novos monarcas selêucida e do Egito, Antíoco IV Epifanes e Ptolomeu VI Filométor, respectivamente, com reclamações mútuas sobre a guerra entre ambos os reinos pela Coele-Síria. O Senado renova as relações de amizade com Ptolomeu e nomeia um legado para cuidar do assunto (XXVIII,1.1-1.9). Outra embaixada selêucida seguiria à primeira, entre 170 e 169 a.C. (XXVIII,22.1-22.2). Em 168 a.C. um legado romano é enviado para acabar com a guerra (XXIX,2.2-2.4).

dúvida em relação a como se devia agir ou falar para se tornar agradável sob as atuais circunstâncias” (XXVIII,3.3-3.6).

A passagem demonstra a tensão entre os aqueus causada apenas pela presença coercitiva de legados romanos. A situação é de guerra, mas as evidências conjuntas de embaixadas de reinos helenísticos e da reação dos habitantes do Peloponeso apontam para a aceitação do domínio romano por uma parte considerável dos gregos.

A guerra terminou em 168 a.C. e a Macedônia foi reduzida a quatro regiões autogovernadas (Goldsworthy, 2001b, p. 356)⁴⁴⁹. No mesmo ano, o Senado enviou um legado, Caio Popílio Lena, para por um fim ao conflito entre o Egito e o reino selêucida (XXIX,2.2-2.4). Os romanos haviam renovado amizade com o Egito no ano anterior (XXVIII,1.8), e o episódio do encontro entre o legado e Antíoco⁴⁵⁰, o rei selêucida, demonstra o quanto a identidade de dominadores do mundo contribuía para as atitudes romanas. O legado romano entregou o decreto do Senado e pediu que Antíoco o lesse:

Porém, quando o rei, após ler o decreto, disse que gostaria de confabular com seus amigos sobre o mesmo, Popílio agiu de forma que se mostrou ofensiva e excessivamente arrogante. Ele estava segurando uma vara de vinha, e com ela desenhou um círculo em torno de Antíoco e disse-lhe que deveria permanecer dentro do círculo até que informasse sua decisão sobre o conteúdo da carta. O rei estava

⁴⁴⁹ A Macedônia, foi dividida em quatro distritos (*regiones*) “cada um com sua própria assembléia e obrigados a pagar ao povo romano metade do tributo anteriormente devido aos reis” (Tito Lívio, XLV,18, 29). Cada distrito teria que eleger magistrados anuais, e indivíduos de distritos diferentes não podiam “contrair matrimônio, comprar e vender terras ou edifícios fora dos limites de seu distrito”, além de outras proibições econômicas (Tito Lívio, XLV,29). As cidades do Épiro renderam-se, na mesma época, ao exército romano, e a Ilíria, à semelhança da Macedônia, foi dividida em três partes, sendo todas obrigadas a pagar tributo a Roma no valor da metade que pagavam aos antigos reis (Tito Lívio, XLV,26). O texto de Tito Lívio nos permite observar algumas estratégias romanas de execução de poder: proibindo aos macedônicos o matrimônio e a negociação de imóveis fora das *regiones* estipuladas, os romanos cercearam a distribuição de suas riquezas, confinando-as às regiões predeterminadas. Além disso, definindo que as *regiones* seriam geridas por magistrados anuais e assembleias, minaram – a princípio – as possibilidades de qualquer aspirante ao trono – e, portanto, de uma unicidade de governo – coibindo novas tendências políticas contrárias a Roma e criando, no ambiente político macedônico, uma tendência à disputa eleitoral. Essa estratégia, porém, não funcionou: o governo macedônico foi conquistado por um indivíduo que se intitulava rei – denominado de pseudo-Felipe (XXXVI,10.1-10.7) –, uma mostra que decisões políticas arbitrárias não evitam, obrigatoriamente, a reedição de uma antiga linha política legitimada culturalmente. Por outro lado, estipulando um tributo que era a metade daquele devido aos reis, posicionaram Roma como provedora da população dos cidadãos em geral e de melhorias de condições de vida – sabemos que as taxas impostas pelos governos eram uma das grandes complicações para a populações dos Estados antigos. Políbio nos informa, por exemplo, das taxas impostas pelos cartagineses às populações sobre o seu domínio durante a Primeira Guerra Púnica e dos desconfortos gerados (I,72.1-72.5). Em 149 a.C., após um último conflito, gerado pelo surgimento de pseudo-Felipe, as quatro *regiones* foram substituídas pela província da Macedônia, governada por Roma (Goldsworthy, 2001b, p. 356).

⁴⁵⁰ Antíoco IV, que governava o reino selêucida desde 175 a.C.

espantado com esse procedimento autoritário, mas, após alguns momentos de hesitação, disse que faria o que os romanos pedissem. [...] A carta ordenava que pusesse um fim imediatamente à guerra com Ptolomeu. Assim, como um número fixo de dias lhe fossem concedidos, o rei liderou seu exército de volta à Síria [...] (XXIX,27.1-27.8).

Talvez este seja o maior contraste que podemos encontrar, na narrativa das *Histórias*, nas atitudes romanas para com representantes de outros Estados, anteriores e posteriores à Segunda Guerra Púnica. Essas atitudes, que observamos transformadas em atitudes sempre impositivas logo depois da guerra, após pouco mais de 30 anos de seu final apresentam uma intensificação notável, o que nos recorda os comentários de Burke e Geertz, sobre as idéias e os sentimentos políticos, os padrões de significado, transmitidos historicamente (Burke, 2002, p. 110-111; Geertz, 1989, p. 66). Para Políbio, é justamente a partir de 168 a.C. que “todos reconheciam como inelutável a necessidade de se obedecer, dali em diante, aos romanos e de se submeter às suas vontades” (III,4.3).

O império, dessa forma, foi criado primeiro como representação, produzida pela supressão do grande contendor, do único rival que era percebido como à altura de competir por um império. Políbio afirma que as duas primeiras guerras entre cartagineses e romanos foram embates pelo “império do mundo” (I,3.7; XV,9.1-9.5). Portanto, pelo menos antes do final da Segunda Guerra Púnica, existia, podemos interpretar dessa forma, uma imagem de Cartago como Estado capacitado, militar, política e economicamente, a disputar um domínio que, posteriormente, foi obtido por Roma. Suprimido o “grande inimigo”, o “mundo” passou a ser percebido sob outra forma, como pertencente à esfera de domínio romana: não era mais categorizado como composto por vários Estados soberanos, mas por vários Estados subjugados às diretrizes romanas⁴⁵¹.

⁴⁵¹ Devemos nos lembrar que, antes das conquistas de além-mar, queremos dizer, durante as conquistas no interior da Península Itálica – excetuando-se a região do vale do Pó –, o domínio romano foi mantido através da execução do poder romano pela concessão de diferentes *status* jurídicos: concessão de cidadania plena (*ciuitas optimo iure* – com direito a voto), de cidadania parcial (*ciuitas sine suffragio* – todos os direitos dos cidadãos romanos, menos o direito ao voto), de cidadania italiana (com direito a *conubium* e *commercium* com os romanos apenas) e aliados. Essa distribuição de direitos distintos em relação aos romanos permitiu, por exemplo, a manutenção de grande parte dos povos da Península Itálica favorável aos romanos durante a Segunda Guerra Púnica, ou seja, garantiu a manutenção do domínio romano mesmo em condições adversas (Champion; Eckstein, 2004:7).

Essas representações romanas do próprio domínio após a Segunda Guerra Púnica podem ser descortinadas também em discursos romanos daquele período. Catão, tido como defensor dos antigos valores romanos, pode nos fornecer um exemplo.

Em seu discurso denominado *Oratio pro Rhodiensibus*⁴⁵², Catão (*Origens*, V,fr.3a-3g) dirige-se aos senadores romanos durante uma discussão sobre fazer ou não a guerra contra Rodes⁴⁵³. O discurso foi proferido em 167 a.C., um ano após a vitória romana na batalha de Pidna, no final da Terceira Guerra Macedônica. Esse discurso nos remete, portanto, ao contexto posterior à batalha, a qual significou o fim da Macedônia como Estado soberano⁴⁵⁴, ou seja, o fim da última força na Europa, assim pensavam os romanos – e os gregos –, capaz de lhes fazer oposição⁴⁵⁵. Essa idéia, como vimos, é expressa por Políbio (III,4.3).

O argumento de Catão no discurso *Oratio pro Rhodiensibus* é construído em torno da idéia de refrear a atitude da aristocracia romana, para ele, no contexto, extremada e produzida pela idéia de “soberba”, de resolver a pulso os assuntos políticos. Essa representação dos romanos como possuidores de caráter violento e de valentia a qualquer custo encontramos, também, no texto de Políbio. Nosso autor afirma que os romanos, em geral, contam com a força em “todas as suas empresas”, e pensam que é sua incumbência realizar seus projetos a despeito de tudo, e que nada é impossível uma vez que tenham tomado uma decisão⁴⁵⁶ (I,37.7, 37.9-37.10).

⁴⁵² “Discurso a favor dos Ródios”. O contexto é o de uma embaixada ródia a Roma, em 167 a.C. Políbio nos informa que os ródios haviam se aliado a Perseu com o intuito de confabular, em Roma, pela paz, argumentando que a guerra não era lucrativa nem para os gregos nem para os romanos. Uma primeira embaixada é enviada a Roma, e os enviados ródios são convocados pelo Senado após a derrota macedônica, e os senadores contestam os argumentos afirmando que se fosse pelos gregos, os ródios teriam se dirigido a Roma antes, e não após a invasão da Macedônia. Dessa forma, a tentativa ródia pela paz foi interpretada pelos romanos como uma tentativa de salvar o reino de Perseu (XXIX,19.1-19.11 = Tito Lívio, XLV,3.3). A embaixada que observamos agora é posterior, enviada com apreensão após os ródios serem notificados do resultado da embaixada anterior. De acordo com Políbio, os enviados são recebidos com hostilidade e suspeita, sendo que um dos pretores sobre à Rostra e pede que se declare a guerra contra Rodes. Um tribuno da plebe retira o pretor da Rostra e, dias depois, introduz os embaixadores no Senado. O ânimo de alguns senadores é pela guerra contra Rodes (XXX,4.1-5.16 = Tito Lívio, XLV,19). Segundo Tito Lívio (XLV,25), o discurso de Catão foi concebido de forma que os cidadãos de Rodes, antes aliados, não eram considerados nem como inimigos e nem mais aliados, mas afastava a possibilidade da guerra.

⁴⁵³ Os fragmentos existentes do *Oratio pro Rhodiensibus* chegaram até nós através de Aulo Gélio (*Noites Áticas*, VI,3), e estão todos inseridos no Livro V das *Origens*, segundo Chassignet (2002, p. 95-94).

⁴⁵⁴ Segundo Tito Lívio (XLV,9), “[...] o fim de um reino célebre na maior parte da Europa e na Ásia inteira”. Tito Lívio faz, então, um resumo da história do reino da Macedônia, que, pelas suas contas, durou 150 anos “[...] do auge de sua fortuna ao derradeiro extremo”. É, sem dúvida, uma comparação da duração do reino macedônico com aquela do império construído pelos romanos até os seus dias.

⁴⁵⁵ Devemos lembrar que Antíoco III já havia sido derrotado e que o tratado de Apameia, de 188 a.C., já estipulara a divisão de parte do seu antigo reino a aliados romanos (XXI,41.1-43.3).

⁴⁵⁶ Políbio comenta sobre a inflexibilidade e a obstinação romanas. Vê como um problema de atitude romana que eles pretendam navegar e viajar para onde quiserem, não se importando com a estação do ano

É válida a reprodução, aqui, de partes do discurso de Catão, para que a atitude romana fique bem caracterizada⁴⁵⁷:

Eu sei que, habitualmente, entre a maior parte dos homens, quando a conjuntura é próspera⁴⁵⁸, feliz e favorável, seu espírito se exalta, sua soberba e arrogância⁴⁵⁹ aumentam e crescem. No caso presente, tenho muita preocupação, porquanto esse assunto terminou bem⁴⁶⁰, que de nossa deliberação não sobrevenha qualquer infortúnio que perturbe nossa prosperidade⁴⁶¹, ou que nosso júbilo não se transforme em desregramento excessivo. Se os infortúnios subjagam e instruem freqüentemente sobre o que se deve fazer⁴⁶², o júbilo que vem da prosperidade⁴⁶³ nos desencaminha do hábito para longe de uma boa deliberação e de uma apreciação justa das coisas. Eu insisto, então, tanto mais para dizer e aconselhar a adiar esse assunto por alguns dias, até que, após um júbilo de tal monta, nós retomemos nosso próprio controle⁴⁶⁴ (*Origens*, V,3a).

Chassignet (2002, p. 43, nota8.2) aponta para o uso, por Catão, de termos que traduzem a atitude romana da época, como *ferocia*, tema que é consequência da vitória e

e as condições meteorológicas. Para ele, devem corrigir esse defeito de “temeridade e violência” (I,37.9-37.10).

⁴⁵⁷ O discurso de Catão tem sido objeto de discussão na literatura especializada, segundo Chassignet (2002, p. 95). Alguns autores defendem que o mesmo tinha a intenção de refrear o domínio romano em direção ao oriente para diminuir as influências helenizantes em Roma. Outros atentam para o fato de que foi realizado por que a primeira tentativa de votar a guerra contra Rodes havia sido uma proposta à assembléia, sem consulta ao Senado. Existem também aqueles que vêm no discurso, por suas referências econômicas, uma tentativa de diminuir a influência política (e econômica) dos publicanos. Sem diminuir a importância dessas considerações, nossa intenção aqui é mostrar, através das palavras de um dos políticos mais influentes em Roma no período, a imagem de domínio sobre os povos do Mediterrâneo, a qual permeava os discursos, e, portanto, as idéias, da aristocracia romana.

⁴⁵⁸ Chassignet traduz *rebus secundis*, dativo plural de *res secundae* (que tem a ver com “prosperidade”, “boas circunstâncias”, “ventura”), por “*quand la conjoncture est prospère*”.

⁴⁵⁹ Chassignet traduz *superbia* (“soberba”, “arrogância”, “orgulho”) e *ferocia* (“caráter violento”, mas também, “soberba”, “orgulho”), por “*orgueil*” e “*fierté*”.

⁴⁶⁰ Aqui, o tema das *res secundae* retornam.

⁴⁶¹ Terceira referência ao tema das *res secundae*.

⁴⁶² Vemos aqui alguma semelhança entre as idéias de Catão e as de Políbio no que tange a aprender, tirar lições, do infortúnio.

⁴⁶³ Quarta referência ao tema das *res secundae*.

⁴⁶⁴ Chassignet (2002, p. 43, nota8.2) atenta para uma mudança “súbita” na atitude romana, imediatamente após a batalha de Pidna, quando, de uma postura de conciliação, a aristocracia passa a promover uma política de inflexibilidade, a qual inclui a divisão da Macedônia e da Ilíria em distritos, a devastação das regiões do Épiro que se aliaram à Macedônia e a deportação, para a Itália, dos dirigentes gregos suspeitos de favorecimento aos macedônicos. Porém, de acordo com a nossa análise do texto de Políbio, não existe uma atitude geral de conciliação por parte dos romanos, mas, pelo contrário, atitudes imperativas e políticas específicas, para cada Estado e cada situação, que procuram efetivar a dominação romana.

da facilidade, e que pode significar desde “caráter violento”, “soberba”, até “valentia”. A autora alerta, também, que Catão utiliza-se seguidamente do tema das *res secundae*, ou seja, da “prosperidade”, das “boas circunstâncias”, da “ventura”, para trabalhar, em seu discurso, justamente as conseqüências nefastas da prosperidade. Continuando:

E quanto a mim, penso que os ródios não desejaram nos ver alcançar uma vitória tão completa como a que tivemos, nem que o rei Perseu fosse vencido. Mas os ródios não foram os únicos a não o desejar, vários povos e várias nações não o desejaram também, assim imagino. E pode ser que existisse entre eles quem não pensasse em nos ofender ao não desejar que tudo acabasse dessa forma. Mas eles tiveram medo de que, se não tivéssemos mais ninguém a temer e agíssemos segundo nosso bel prazer, não ficassem sob nosso poder apenas e não vivessem sob nossa dependência. É a preocupação com a sua liberdade que, a meu ver, os fez seguir essa política⁴⁶⁵ (*Origens*, V,3b).

Catão usa, em sua retórica, a acusação contra os ródios a favor deles, argumentando que, se não desejaram a vitória dos romanos – temos aqui a idéia de “intenção” apenas, como distinta de “ação” –, não foi por inimizade, mas pelo desejo à liberdade. Nessa linha de raciocínio, procura afastar a idéia de “ofensa” que alguns senadores alimentavam contra os ródios, para evitar a guerra. Fundamental para o desenvolvimento de seu discurso, Catão evidencia o domínio dos romanos como a origem das atitudes, ou intenções, entre os Estados helênicos, que favoreceriam um menor desequilíbrio entre as forças políticas do Mediterrâneo. A dominação romana era, então, reconhecida por outros Estados e, acima de tudo, esse reconhecimento tocava de forma positiva os valores da *nobilitas* – dito de outra forma, sua identidade de grupo. Por esse último motivo Catão pode utilizá-la a favor dos ródios e contra os ânimos

⁴⁶⁵ Temos aqui o tema defendido por Cipião Nasica, contra os argumentos de Catão, quando das discussões a respeito de fazer ou não a guerra contra Cartago – antes da Terceira Guerra Púnica (Walbank, 1990, p. 171, nota 93) –, relativas à necessidade de um adversário para constranger o grupo candidato ao domínio supremo, de forma a manter a união interna a esse grupo – preocupação bastante compreensível, uma vez que a unidade da *nobilitas* estava se desfazendo desde o final da Segunda Guerra Púnica, conforme veremos mais à frente, no texto. Segundo Políbio, “existiam três tipos de homens que foram acusados por sua conduta durante a guerra com Perseu”: os que não viam com bons olhos a submissão “de todo o mundo habitado” a um único Estado, mas não apoiaram nem se opuseram aos romanos, mas “confiaram o resultado à *týkhe*”; aqueles que estavam do lado de Perseu, mas não conseguiram impor sua visão aos demais compatriotas; e aqueles que convenceram seu Estado a se aliar a Perseu (XXX,6.5-6.8). O primeiro tipo, uma vez que o comentário de Políbio encontra-se justamente inserido na narrativa dos anos 168 a 167 a.C., pode muito bem se referir, se não apenas, ao menos também aos ródios.

exaltados, favoráveis à guerra. Logo, ao evocar a dominação romana como algo reconhecido, e não negado, pelos ródios, alcança os romanos, os executores daquele poder sem adversários, em seu ponto fraco.

Portanto, continuando a defesa dos ródios em relação à guerra, Catão volta à idéia de “soberba” que desdobrou no início do discurso⁴⁶⁶:

Diz-se que os ródios são soberbos⁴⁶⁷, censura que eu não gostaria, absolutamente, de me ver endereçar, nem a mim nem a meus filhos. Pois que seja, são soberbos. No que isso nos concerne? Estão vocês irritados pelo fato de alguém ser mais soberbo do que nós? (*Origens*, V,g).

O discurso de Catão, um discurso proferido no Senado, contemporâneo à narrativa de Políbio, caracteriza o reconhecimento da “soberba” romana em um contexto de discussão do domínio romano entre romanos, contrapondo-a às preocupações de outro Estado quanto à própria soberania, e exemplifica a afirmação da *nobilitas* como dominadora e executora de um poder que não esperava contraposição à altura.

O CONTROLE SOBRE A *OYKOUMÉNE* E A CISÃO DA *NOBILITAS*

As *Histórias* permitem identificar ainda mais um processo político gerado pela produção da identidade e da representação de dominadores do “mundo habitado”: o início do rompimento da oligarquia em Roma, ou, de outra forma, evidências textuais de ações políticas de *factiones* dentro da *nobilitas*. Se por um lado a Segunda Guerra Púnica permitiu a produção de novas identidade e representação na aristocracia romana, de dominadores do “mundo”, a mesma guerra foi um fator fundamental para a manutenção da unidade da *nobilitas*. Terminada a guerra, uma vez que ficou fortemente reduzida a capacidade de competição do “grande inimigo” cartaginês pelo domínio do “mundo” – pelo menos na visão romana dos objetivos cartagineses de dominação, que é o que importa nesse momento –, aquela unidade ficou enfraquecida. É essa relação entre

⁴⁶⁶ A ordem com que o discurso de Catão chegou até nós é tida como, provavelmente, a ordem original (Chassignet, 2002, p. 94). Chassignet a utiliza como se assim fosse, e nós seguimos a autora.

⁴⁶⁷ A volta ao tema da “soberba” é notada por Chassignet, em nota (nota g.1) comentando a passagem das *Origens*.

o final da Segunda Guerra Púnica e o início da fragmentação da *nobilitas* que pretendemos demonstrar agora⁴⁶⁸.

Não foi apenas por causa da derrota dos cartagineses que as disputas internas à aristocracia romana recomeçaram no início do século II a.C. (ou na passagem do século III para o século II a.C.), ou, posto de outra forma, que recomeçaram os conflitos políticos de interesse entre grupos (*factiones*) que exerciam o poder na sociedade romana. Sabemos que a vitória na disputa por magistraturas que permitiam a execução do poder nos Estados helenizados do leste do Mediterrâneo significava a quase certeza da obtenção de riquezas materiais – cuja grande maioria estava concentrada justamente naqueles Estados – e de distinções como *dignitas*, *laus*, *gloria* e clientes poderosos no estrangeiro⁴⁶⁹. Portanto, a vitória na Segunda Guerra Púnica, reduzindo a concorrência à expansão do domínio romano, permitiu o surgimento de novos conflitos de interesse internos à sociedade romana, gerando o início da quebra da unidade oligárquica do governo. Políbio registra, de forma indireta, essas lutas pelo controle das magistraturas exercidas no leste do Mediterrâneo:

Foi justamente no período do qual estamos tratando que essa tendência atual à extravagância se declarou, primeiro por que pensavam que, agora, após a queda do reino da Macedônia, seu domínio universal era indisputado, e, segundo, por que, depois que as riquezas da Macedônia foram transportadas para Roma, existia uma grande exposição de riqueza, tanto em público quanto em privado⁴⁷⁰ (XXXI,25.3-25.8).

⁴⁶⁸ Segundo Millar (1984, p. 2), os anos entre 200 e 151 a.C. podem ser compreendidos como a fase clássica do funcionamento da constituição romana – pois, segundo o autor, a fase de reformas dessa constituição começa em 149 a.C. e continua com as leis eleitorais do início dos anos 130 a.C. –, mas isso não significa que o período foi marcado pelo domínio seguro da política interna pelo Senado, ou que a *nobilitas* funcionasse como um grupo.

⁴⁶⁹ O conceito de “poderoso”, aqui, faz referência a indivíduos, ou grupos, que executam o poder, e não a sujeitos que “têm” poder. Conforme já comentamos, não entendemos o poder como algo reificado, que faça parte de alguém ou de algum grupo, ou algo que se possa trocar, obter, tomar, mas algo que se executa, que se exerce, na acepção de Foucault (2005, p. 21; 2008b, p. 282-283) e de Weber (2002, p. 43). Ver também, sobre essa questão, Burke (2002, p. 108-109).

⁴⁷⁰ Políbio comenta que “isso provocou a indignação de Catão, que disse, certa vez, em um discurso público, que este era o sinal mais claro da deterioração da República, quando rapazes bonitos atraíam mais que os campos, e jarras de caviar mais que lavradores” (XXXI,25.5a). O discurso de Catão está, nesse caso, mais concentrado em uma reprovação moral. De qualquer forma, após 167 a.C. – a queda da Macedônia – o *tributum*, antiga taxa para cobrir as despesas do exército, deixou de ser cobrado (Crawford, 1992, p. 74).

Crawford (1992, p. 70-72) observa que esse novo estilo de vida ostentatório foi encorajado pelo ethos de competição aristocrático, o qual causou um distúrbio progressivo dentro da aristocracia romana e distanciou, em termos de ganhos políticos, alguns membros da *nobilitas* de seus pares. Essa “grande exposição de riqueza, tanto em público quanto em privado”, foi motivo da promulgação de várias leis no século II a.C., todas procurando evitar, além da sua utilização para angariar votos nas eleições, que o dinheiro acumulado em privado fosse também usado em subornos ou na compra de votos⁴⁷¹.

Outro lado do mesmo problema foi a diminuição gradual, porém contínua, na capacidade de recrutamento de soldados para lutar nos teatros de guerra do Mediterrâneo Ocidental. Se as guerras no oriente significavam a possibilidade de riqueza – tanto para a aristocracia governamental quanto para os próprios soldados –, os conflitos contra os celtas no ocidente não tinham a mesma atração – pelo contrário⁴⁷². Além disso, essas guerras contra os povos celtas eram mais duradouras. Políbio registra esse problema ao narrar os acontecimentos de 152 a 151 a.C., em um dos poucos fragmentos sobreviventes do Livro XXXV⁴⁷³ (XXXV,1.1-4.14).

De certa forma, a segunda guerra contra Cartago, ou melhor, os objetivos da nobreza cartaginesa durante aquele conflito, eram como um foco que direcionava e unificava os objetivos dos oligarcas romanos. A crise da Segunda Guerra Púnica fixou nos membros da *nobilitas* uma identidade de grupo de forma tal que os atos da aristocracia romana, e portanto as disposições que levavam a essas ações, eram

⁴⁷¹ Crawford (1992, p. 73-76) enumera essas leis: entre 181 e 159 a.C. foram promulgadas leis contra suborno; em 180 a.C. foi promulgada uma lei regulando a idade legal mínima para exercício das magistraturas – regulava o *cursus honorum*, que antes era apenas uma convenção; entre 181 e 141 a.C. foram promulgadas cinco leis para conter gastos com consumo e demonstrações de riqueza (inclusive entretenimentos privados e roupas). Todas objetivavam a preservação do grupo, através da tentativa de impedir a ascendência política individual.

⁴⁷² Esse efeito do domínio sobre os Estados do leste mediterrâneo foi um dos fatores que gerou, gradualmente, a crise que levaria à promulgação das leis agrárias nos anos 130 e 120 a.C.

⁴⁷³ De acordo com Políbio, a guerra entre romanos e celtiberos foi denominada de “Guerra Ígnea, tão impressionante foi o caráter ininterrupto dos engajamentos”. Políbio, no entanto, relaciona a dificuldade de recrutamento com o medo ou a covardia: “um pânico extraordinário tomou conta dos jovens recrutados de uma forma que os mais velhos disseram que não se lembravam de outra anterior”. A “covardia foi tão longe que nem os oficiais competentes se apresentaram como tribunos militares, pois seus postos não foram preenchidos, embora antes se apresentassem muitos mais do que o número requerido de oficiais qualificados; nem tão pouco os legados, indicados pelos côsules, que deveriam acompanhar o general, queriam servir”. Finalmente, Públio Cornélio Cipião Emiliano, embora ainda jovem, se ofereceu para lutar. Políbio elogia Cipião Emiliano, afirmando que a situação mudou devido à sua conduta, de forma que “alguns deles começaram a se voluntariar para o posto de legado, e o resto a se reunir em grupos para alistar-se como soldados” (XXXV,1.1-4.14). O elogio de Políbio a Cipião Emiliano é, em nossa interpretação, uma das suas demonstrações de adesão à sua *factio*. Dentre os fragmentos de Políbio, após o envolvimento romano no leste do Mediterrâneo, esse é o único em que nosso autor narra uma guerra entre romanos e celtiberos.

coordenados e convergiam para os mesmos objetivos. Políbio percebe essa convergência e a transcreve para as *Histórias*. Para nosso autor, uma constituição reflete a sociedade e o governo, e quando os objetivos de ambos são comuns, convergem para o bem do Estado na forma de uma boa constituição (VI,47.1-47.4). Políbio, assim, identifica o período em que a constituição romana estava em seu auge como o da Segunda Guerra Púnica (VI,11.1), quando esta constituição era dominada por decisões sábias, ou seja, pelo componente aristocrático da constituição, o Senado, em contraposição ao elemento popular, as assembléias. Políbio faz essa identificação ao comparar a constituição romana à cartaginesa, esta última em decadência, pois era dominada pelas deliberações da “multidão”⁴⁷⁴ (VI,51.1-51.8). Retrata, então, as ações romanas da época como unificadas. Uma vez terminada a crise, o cenário do mundo se descortina de outra forma, pois não existe mais a focalização em um único propósito⁴⁷⁵. Conforme já comentamos, as identidades são produzidas por meio da marcação da diferença, pois a percepção da semelhança passa forçosamente pela percepção do outro, e a diferença é caracterizada através de sistemas simbólicos de representação (Woodward, 2007, p. 39-40). O que temos durante a segunda guerra, podemos caracterizar desse modo, é a reificação da crise na figura de Aníbal e, igualmente, a reificação de Cartago no mesmo Aníbal⁴⁷⁶. Eliminada a crise, deixou de existir o propósito do bloco oligárquico, mas surgiu, e permaneceu, a percepção de domínio do mundo. Assim, os grupos que se formaram passaram a representar interesses distintos,

⁴⁷⁴ Políbio afirma que o componente aristocrático da constituição romana – o Senado – era dominante na Segunda Guerra Púnica ao comparar essa constituição com a de Cartago na mesma época: “Pois, assim como o poder e a prosperidade de Cartago eram anteriores àqueles de Roma, há muito Cartago começou realmente a decair, enquanto Roma estava exatamente em seu auge, ao menos no que concerne ao seu sistema de governo [...]. Conseqüentemente, a multidão em Cartago tinha, realmente, adquirido a voz principal nas deliberações, enquanto em Roma o Senado ainda retinha essa voz; e, assim, da mesma forma que em um caso [...]”, ou seja, Cartago, “[...] as massas deliberavam, e no outro [...]”, em Roma, “[...] os homens mais eminentes, as decisões romanas em relação aos assuntos públicos eram superiores, de forma que, embora eles [...]”, os romanos, tenham sofrido “[...] um desastre completo, finalmente, pela sabedoria de seus conselhos [...]”, conselhos do Senado, “[...] foram vitoriosos sobre os cartagineses na guerra” (VI,51.1-51.8). Essas idéias de Políbio, conforme comentamos no Capítulo I, são, provavelmente, as responsáveis por sua previsão do futuro dos Estados que alcançam a supremacia, uma previsão velada do futuro de Roma (VI,51.5 e ss.).

⁴⁷⁵ Apesar da representação de Cartago como o “grande inimigo” perdurar, como uma força imanente, até a destruição da Cidade, em 146 a.C.: “Há muito os romanos tinham se decidido a fazer a guerra contra Cartago, mas esperavam uma oportunidade e um pretexto que demonstrassem aos povos estrangeiros que sua causa era justa. Na ocasião, as discussões sobre ir ou não à guerra, devido aos efeitos na opinião de outros Estados, quase os fez desistir” (XXXVI,2.1-2.4).

⁴⁷⁶ Mais tarde, após a eliminação de Aníbal, quando este estava na corte de Antíoco, a figura do “grande inimigo” continuaria no imaginário romano reificada na cidade de Cartago – até a sua destruição –, mas não nos cartagineses em geral, pois esses viviam também nas colônias cartaginesas e mesmo em Roma, como escravos ou libertos. Grimal (1975, p. 279) nos fornece um exemplo de liberto a quem posteriormente seria cedida a cidadania romana: Públio Terêncio Afer, um dos mais famosos comediógrafos de Roma, atuante no século II a.C., nascido em Cartago.

ou seja, os interesses dos indivíduos pertencentes a esses grupos, mesmo que os objetivos fossem os mesmos de antes: obtenção de riqueza, *dignitas*, *auctoritas*, *honos*, *laus*, *gloria* e clientes estrangeiros poderosos⁴⁷⁷.

Dito isso, podemos observar que no período da Segunda Guerra Púnica o Senado é retratado nas *Histórias* como um grupo coeso e dominante⁴⁷⁸. Alguns exemplos podem ser citados⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ A liderança da aristocracia romana era mantida por algumas normas, identificadas pelos conceitos de *mos maiorum*, *amicitia*, *virtus* e *honos*. Os *mos maiorum* eram as tradições, os costumes antigos, identificados com a ideologia dos membros mais velhos da aristocracia. O povo romano tinha uma veneração especial pela autoridade, pelo precedente e pela tradição. Tinha também uma aversão enraizada por mudanças, que eram aceitas apenas quando em harmonia com os costumes ancestrais, ou os *mos maiorum*. Essa mesma aristocracia mantinha e controlava três “armas”: a família, os bens e a aliança política, esta última caracterizada pelo termo *amicitia*, ou *factio*. Em Roma as facções políticas, ou seja, as alianças políticas podiam ser duradouras, entre famílias, ou alianças temporárias, relacionadas a algum fato político específico que unisse partes da aristocracia. Uma facção política romana era, então, uma união política conhecida como *amicitia* ou *factio*. *Virtus* compreendia o ganho de preeminência e glória pessoal, a partir de grandes feitos a serviço do Estado romano, como as vitórias nas guerras. Os sacerdócios, por exemplo, faziam parte também do método aristocrático de preencher com virtude suas posições faccionais, ou seja, políticas. *Honos* era um conceito relativo à honra na política, ao sucesso na carreira política. Dessa forma, relacionava-se também à participação nos sacerdócios. Sendo assim, *mos maiorum*, *amicitia*, *virtus* e *honos* faziam parte da identidade de grupo da *nobilitas*, um grupo de personalidades fortes, a força diretora da produção do meio onde esses ideais eram construídos. Essa produção dependia, claro, do contexto histórico, e também de considerações individuais, além das considerações de grupo. Os escritores do final da República e posteriores estavam preocupados com a deterioração desses ideais. Portanto, a avaliação dos indivíduos em posição de liderança era feita em termos de *laudationes* e *elogia* (textos laudatórios, louvações, elogios), que enfatizavam o ideal do líder público. Esse ideal compreendia três áreas de atividade, especificadas em separado, porém inseparáveis (ou seja, as três tinham que estar presentes no líder): o governo, o exército e o culto do Estado, atividades conduzidas segundo as normas dos *mos maiorum*, de *amicitia*, de *virtus* e de *honos*. Assim, nas avaliações dos líderes romanos, nas *laudationes* e nos *elogia*, o indivíduo era descrito como sábio e bravo, perito na guerra e em conselho, versado em assuntos militares, eloquente orador, conhecedor das leis, forte de caráter e pensamento, rico por meios honrados (Szemler, 1972, p. 31-33; Beard; North; Price, 2004b, p. 224).

⁴⁷⁸ Segundo Políbio, antes da Primeira Guerra Púnica existia, para os romanos, um entrave a respeito do *bellum iustum*, da justificativa da guerra contra Cartago. O Senado votou contrariamente à guerra, mas os cônsules foram à assembléia e conseguiram o voto favorável. O Senado, então, aprovou a declaração do conflito (I,10.3 -11.3). Essa é a única instância em que Políbio nos informa sobre uma decisão tomada em assembléia e posteriormente ratificada pelo Senado. Como os senadores precisavam de uma justificativa para a guerra, a inversão da decisão está explicada. Políbio, inclusive, conforme comentamos, considera a constituição romana como a ideal “a melhor” (VI,11.1), por que, entre outras coisas, não é dominada pelas assembléias (VI,51.1-51.8).

⁴⁷⁹ A união no interior da *nobilitas* está exposta no texto, nos relatos de Políbio sobre a Primeira Guerra Púnica. Quando, em 256 a.C., os romanos desembarcam na Líbia, após a vitória na batalha naval de Ecnomos, enviam uma missão para Roma, “para relatar a respeito dos eventos recentes e inquirir sobre o que deveriam fazer no futuro e como lidar com a situação como um todo” (I,29.6). Como resposta, o Senado ordena a “um dos cônsules permanecer no local com uma força adequada e que o outro retorne com a frota para Roma” (I,29.8). A ordem senatorial é cumprida à risca pelos magistrados (I,29.9-29.10). A atitude dos cônsules, diante da possibilidade de finalização da guerra, uma vez que estavam com um exército na Líbia após infligirem uma grande derrota naval aos cartagineses, é esclarecedora. Não existe nenhum comentário de Políbio sobre disputas a respeito de quem permanece com o exército e quem volta para Roma. O próprio fato de dois cônsules estarem no mesmo teatro de guerra já sugere que a competição no seio da aristocracia romana não existia, ou, se existia, não afetava de forma notável a distribuição dos comandos, pois ambos tinham ordens de, juntos, “navegar para a Líbia e deslocar a guerra para aquela região, de forma que os cartagineses encontrassem, não mais a Sicília, mas eles

Após a batalha do lago Trasimeno, em 217 a.C., – no início da crise – um pretor anunciou, da tribuna: “Fomos derrotados em uma grande batalha”, causando “grande consternação”, pois “como a muitos anos eles não conheciam uma verdadeira derrota, ignorantes da palavra ou do fato, não puderam suportar o reverso com moderação e dignidade” (III,85.8-85.9). “Esse não foi, porém, o caso do Senado, que permaneceu firme na reflexão que se impunha, e considerava para o futuro as medidas a serem tomadas por cada um, e os meios para realizá-las” (III,85.10). Com a notícia de uma nova derrota, da cavalaria romana, três dias depois da batalha do lago Trasimeno:

[...] não apenas a população, mas o Senado também caiu em consternação. Deixando de lado o regulamento dos assuntos daquele ano e a eleição dos cônsules, eles decidem lidar com a situação presente de forma mais radical, pensando que o estado das coisas e o perigo iminente demandavam a nomeação de um único general com plenos poderes⁴⁸⁰ (III,86.6-86.7).

A nomeação de um ditador – Quinto Fábio Máximo –, um indivíduo plenipotenciário, retrata a percepção da gravidade da crise pela *nobilitas*, e a unidade de propósitos no interior do Senado gerada pela crise⁴⁸¹.

mesmos e seu próprio território, em perigo” (I,26.1). Ficar ou se retirar da Líbia significava, respectivamente, ter ou perder a possibilidade de finalizar a guerra e de obter os louros da vitória. Os cônsules eram Marcos Atílio Régulo e Lúcio Mânlio. Atílio Régulo fica na Líbia e Mânlio volta com a frota para Roma. Atílio Régulo era um cônsul *suffectus*, ou seja, substituto do cônsul originalmente eleito, Quinto Cedício, que havia morrido durante o ofício (Broughton, 1986, p. 208-209). Políbio não comenta sobre essa substituição, mas o fato de Atílio Régulo não ter sido eleito sugere que sua permanência na Líbia, muito provavelmente, não teve relação com disputas entre facções pela conclusão da guerra, mas sim apenas à decisão do Senado.

⁴⁸⁰ Essa é a primeira ocasião em que Políbio descreve a nomeação de um ditador, denominado aqui de *autokratōr* (*autokratôr*). Paton traduz o termo por “único general com plenos poderes”, e Foucault por “ditador”. Mais à frente, em seu texto (III,87.6), Políbio utilizará o termo *diktator* (*diktátor*), uma transposição fonética do termo em latim, *dictator*.

⁴⁸¹ Alguns comentários são necessários sobre a nomeação de um ditador nesse contexto. As mudanças ocorridas no final do século IV a.C., que levaram à formação da *nobilitas*, contrastam com a situação de meados do mesmo século, quando o poder político estava nas mãos de alguns indivíduos que compartilhavam as magistraturas principais e dirigiam o Estado romano atuando com as assembleias. Esses indivíduos tinham apoio popular e podemos caracterizá-los como indivíduos carismáticos – utilizamos aqui a definição de carisma de Shils (1965, p. 200 e ss.), acrescidas de outras concepções por Geertz (2008b, p. 183 e ss.), as quais veremos mais à frente, no texto. Um indício para essa visão é a frequente iteração, ou seja, o exercício repetido do mesmo cargo pela mesma pessoa. A partir de meados do século IV a.C. a maioria dos cônsules exercia essa magistratura mais de uma vez, sendo que algumas pessoas exerciam, com frequência, cargos de pretor, censor, ditador e mestre da cavalaria. Entre 366 e 291 a.C., 54 consulados foram exercidos por apenas 14 indivíduos (tanto patrícios quanto plebeus, ocorrência que teria paralelo apenas nas carreiras do final da República, como as de Mário e César). A posse dos cargos dependia, então, de apelo popular e sucesso eleitoral. Portanto, o sistema envolvia um elemento democrático substancial – ausente no período que observamos, quando o Senado controla o

Portanto, a coesão da *nobilitas*, no período, não deve ser vista como posta em risco pela nomeação de um ditador⁴⁸². Ditadores, por sinal, foram frequentes após o início da crise em 217 a.C., e tiveram sua nomeação motivada por necessidades diferentes. O texto de Políbio, bastante mutilado a partir do Livro VI, não nos permite saber se nosso autor registrou os outros ditadores nomeados durante a Segunda Guerra Púnica, mas podemos apresentar uma lista desses magistrados baseando-nos do estudo de Broughton (1986) sobre os magistrados da República Romana. A lista se encontra na tabela abaixo:

governo e as eleições anuais têm pouco efeito na direção geral da política romana (Cornell, 2001, p. 370-371). A nomeação de um ditador, então, durante a Segunda Guerra Púnica, indica, não uma volta aos padrões de antes do final do século IV a.C., mas a percepção, por parte da *nobilitas*, da necessidade da unificação do comando militar sob um único indivíduo. Outros ditadores serão nomeados, com propósitos diferentes, durante essa guerra, conforme veremos.

⁴⁸² A estratégia de Fábio Máximo era a de perseguir o exército cartaginês, sem oferecer batalha aberta, mas procurando atacar nos momentos oportunos, “por um lado, para continuar reduzindo os números estritamente limitados do inimigo, e por outro, com o objetivo de reforçar e restaurar gradualmente, através de sucessos parciais, o espírito de suas próprias tropas, alquebrado que estava pelos revezes gerais” (III,90.4-90.5). Marcos Minúcio Rufo, mestre da cavalaria de Fábio Máximo, na ausência desse último bateu soldados cartagineses que estavam recolhendo grãos nos campos, e essa – na visão de Políbio – pequena vitória foi maximizada pelos romanos, “parte por que essa mudança para melhor aliviou seu abatimento generalizado” gerado pelas derrotas, e parte “por que inferiram que a inação anterior e o abatimento de seu exército não era resultado de falta da coragem dos soldados, mas da precaução excessiva do general” (III,102.1-103.2). Devido a isso, a reputação de Minúcio Rufo “elevou-se tanto” que os romanos “tomaram uma medida inteiramente sem precedentes, nomeando-o também ditador [...] Então, dois ditadores foram realmente apontados para as mesmas operações, algo nunca antes acontecido em Roma” (III,103.3-103.4). Segundo Tito Lívio (XXII,25-26), um *rogatio* (proposta de votação ao *consilium plebis*) propôs “a equiparação dos direitos do mestre da cavalaria aos do ditador”. Fábio Máximo, então, recebeu um *senatus consultum* “[...] que equiparava o seu comando ao do mestre da cavalaria”. Foucault, em nota comentando a passagem de Políbio, não aceita a versão de nosso autor sobre uma ditadura dupla, mas, baseado nas passagens de Tito Lívio que citamos, afirma que, provavelmente, Fábio Máximo e Minúcio Rufo dividiram a autoridade sem exercer a mesma magistratura. Porém, Broughton (1986, p. 243) considera Minúcio Rufo um segundo ditador. Não devemos considerar a popularidade de Minúcio Rufo como ligada ao carisma, ou à sua influência junto à população de Roma, mas sim gerada pelo “abatimento generalizado” e pela ânsia, tanto em Roma quanto no exército, de uma batalha aberta contra os cartagineses que, finalmente, provocasse sua derrota. Podemos verificar essa interpretação, pois Minúcio Rufo foi logo depois derrotado por Aníbal e só não perdeu suas legiões por causa da chegada das legiões de Fábio Máximo em auxílio (III,104.1-105.8), o qual, após esse episódio, recobrou o comando absoluto. Após o acontecido, “para aqueles em Roma, tornou-se claramente indiscutível quão largamente a percepção, o bom senso e o raciocínio calmo de um general diferem da temeridade e da fanfarronice de um mero soldado” (III,105.9-105.10).

Ano	Ditador	Comentários
217 a.C.	Quinto Fábio Máximo	
	Marcos Minúcio Rufo	
	Lúcio Vetúrio Filo	Comandar as eleições
216 a.C.	Marcos Júnio Pera	Comandante militar, após a derrota em Canas
	Marcos Fábio Buteo	Revisar a lista de senadores
213 a.C.	Caio Cláudio Cento	Comandar as eleições
210 a.C.	Quinto Fúlvio Flaco	Comandar as eleições
208 a.C.	Tito Mânlio Torquato	Comandar as eleições e proceder aos jogos
207 a.C.	Marcos Lívio Salinator	Comandar as eleições
205 a.C.	Quinto Cecílio Metelo	Comandar as eleições
203 a.C.	Públio Sulpício Galba	Impedir que um cônsul cruzasse para a África
202 a.C.	Caio Servílio Gêmino	Comandar as eleições

Tabela 4 – Lista de ditadores nomeados durante a Segunda Guerra Púnica (Broughton, 1986, p. 243-316). Segundo Tito Lívio (XXII,33), “em virtude de um vício na nomeação”, Lúcio Vetúrio Filo e seu mestre da cavalaria (217 a.C.) “foram convidados a abdicar treze dias depois”. Ainda de acordo com Tito Lívio (XXX,24), Públio Sulpício Galba foi nomeado para impedir que um dos cônsules de 203 a.C., Cneu Servílio, cruzasse para a África⁴⁸³, mas, segundo algumas de suas fontes, esse ditador foi nomeado para proceder às eleições (XXX,26).

As nomeações de ditadores – que não as com objetivos estritamente militares –, tiveram, assim, o objetivo de preencher funções em Roma que seriam realizadas por um dos cônsules, os quais estavam impedidos de exercê-las por causa de suas atribuições junto ao exército, na guerra.

Continuamos, então, com nossos exemplos da coesão da aristocracia romana durante a Segunda Guerra Púnica. Segundo Políbio, no período posterior à batalha do lago Trasimeno, o Senado, tomando medidas para “não negligenciar os assuntos da Ibéria, mas para manter a pressão nos cartagineses”, e “da forma como tinha decidido originalmente”, colocando uma frota “sob o comando de Públio Cipião, despachou-o rapidamente para se juntar a seu irmão Cneu e para operar na Ibéria com ele” (III,97.1-97.2). Políbio, então, nos informa sobre a preocupação dos senadores em gerenciar os “assuntos” da guerra em todos os seus teatros, tratando o Senado como a instituição que

⁴⁸³ Segundo Tito Lívio (XXX,24), Cneu Servílio, o qual imaginava “que lhe pertencia a glória de ter pacificado a Itália, partiu, como se fora ele a expulsar Aníbal, em perseguição ao cartaginês, e passou à Sicília na intenção de alcançar a África”, mas “Públio Sulpício, nomeado para isso mesmo ditador, convocou em nome de seu poder supremo o cônsul à Itália. Sulpício passou o resto do ano, com seu mestre da cavalaria Marco Servílio, a percorrer as cidades italianas que a guerra atirara nos braços do inimigo e a conhecer do caso de cada uma delas”.

comandava, que ditava as ordenações, sem, no entanto, deixar entrever nenhum sinal de distúrbios ou discórdias internas⁴⁸⁴.

No auge da crise, após a batalha de Canas, o Senado “não negligenciou nenhum meio a seu dispor, mas exortou e encorajou a população, reforçando as defesas da cidade, e deliberando sobre a situação com coragem” (III,118.7). Políbio procura reforçar essa visão do Senado como grupo coeso, pois afirma que os romanos, batidos incontestavelmente, “pelas virtudes peculiares de sua constituição e através de conselhos sábios, não apenas recuperaram sua supremacia na Itália e derrotaram os cartagineses posteriormente, mas em poucos anos tornaram-se mestres de todo o mundo” (III,118.7-118.9). O tema da sapiência, ligada à aristocracia, é recorrente. Ao combinar as “virtudes [...] da constituição” mista romana aos “conselhos sábios” – do Senado –, Políbio nos apresenta mais uma vez sua visão da coesão da *nobilitas* e da condução do governo romano pelo Senado: a recuperação da supremacia na Itália e a vitória final são creditadas às “virtudes” da constituição – à sua estrutura tripartite –, porém, “através”, ou seja, a partir dos “conselhos sábios”.

A coesão da *nobilitas* frente à crise da Segunda Guerra Púnica pode ser melhor compreendida quando lembramos que ameaças e pressões externas – sejam elas reais ou imaginárias – fortalecem o poder político, produzindo coesão e afirmação social – e também produzindo uma identidade cívica mais fixada (Woodward, 2007, p. 9-13, 25)⁴⁸⁵ –, as quais são estimuladas pela própria existência do poder enquanto representante daquela sociedade e pelos símbolos que lhe dão significado, que o representam (Balandier, 2004, p. 43-46). Essa coesão pode ser exemplificada pela manutenção, por Roma, de parte de seus aliados na Península Itálica quando da crise da Segunda Guerra Púnica⁴⁸⁶.

Por outro lado, a imagem que Políbio nos apresenta da união da *nobilitas* durante a Segunda Guerra Púnica, transcrita para as *Histórias*, deve ser compreendida, também, como a visão romana daquela época. Justamente por que as identidades

⁴⁸⁴ Quanto à coesão interna aos grupos sociais e sua ligação a situações de crise, para Beltrão (2002, 34 e ss.), o desenvolvimento de conceitos morais ou de um “comportamento cooperativo” está, na teoria das constituições formulada por Políbio, relacionado diretamente à experiência de sofrimento e ao desenvolvimento de um senso de vulnerabilidade – ou seja, da inevitabilidade da “interdependência social”.

⁴⁸⁵ E também a identidade étnica, de gênero, etc. (Woodward, 2007, p. 9-13, 25).

⁴⁸⁶ Essa coesão resultou da política romana de expansão de cidadania, ou seja, da concessão de diferentes *status* jurídicos, conforme comentamos anteriormente (Champion; Eckstein, 2004, p. 7).

produzidas durante a guerra tendem a ser mais fixadas é que precisamos observar a narrativa de Políbio pela ótica romana⁴⁸⁷.

Com o término da guerra, observamos nas *Histórias* que grupos, ou *factiones*, dentro da *nobilitas*, passam a exercer o poder, ou fazer prevalecer suas preferências em termos de ação política, em detrimento das preferências políticas de outras *factiones*. Não significa que preferências políticas não existissem durante a Segunda Guerra Púnica – pois, como alerta Dahl (1958, p. 465), a igualdade política pode ser caracterizada como um dos objetivos mais utópicos da humanidade –, mas o texto de Políbio permite interpretar que, após o término daquela guerra, e devido à produção da identidade e da representação do domínio sobre o mundo – à percepção de que os outros Estados deviam se submeter às normas romanas –, as influências de certos indivíduos na política interna romana, através também dos membros de suas *factiones*, passam a ser dominantes e são tão explícitas que nosso autor transcreve para seu texto esses embates políticos⁴⁸⁸.

⁴⁸⁷ Políbio não teria meios de escrever sobre uma antiga união da aristocracia de Roma se não a tivesse percebido nas imagens da época apreendidas da própria aristocracia romana.

⁴⁸⁸ Tito Lívio (XXII,34) comenta que, antes da eleição de Caio Terêncio Varrão e Lúcio Emílio Paulo ao consulado em 216 a.C. – os cônsules na época da batalha de Canas – houve atritos entre patrícios e plebeus, pois “a massa esforçava-se por guindar ao consulado” Terêncio Varrão, um plebeu, o qual “os patrícios se opunham com todas as suas forças”, porque “era homem de sua laia”, ou seja, da “laia” da “massa”, e “[...] conciliara a plebe atacando os grandes demagogicamente”. Porém, sabemos que a eleição de cônsules das duas ordens – patrícios e plebeus – era obrigatória desde a aprovação de uma das leis Genúcias (342 a.C.) – que tornou possível também a eleição de dois cônsules plebeus –, ou seja, fez parte do processo de formação da *nobilitas*, processo que observamos desde o século IV até o início do século III a.C. (Cornell, 2001, p. 328 e ss.). Portanto, cônsules plebeus são comuns desde 366 a.C. – após a aprovação das leis Licínio-Sextas, em 367 a.C., que possibilitavam a eleição de um plebeu ao consulado, mas não obrigavam (Cornell, 2001, p. 328 e ss.) – e são uma constante a partir de 342 a.C., até 172 a.C., quando pela primeira vez dois plebeus são eleitos ao consulado, o que se repete em 171 e 170 a.C. A partir de 169 a.C. o consulado é exercido pelas duas ordens ou por dois plebeus, até as guerras intestinas do século I a.C. (Broughton, 1986, p. 133 e ss.). Políbio não faz nenhum comentário sobre problemas quando da eleição de Terêncio Varrão e Emílio Paulo, apenas considera o primeiro inexperiente (III,110.3), comentando que, após a batalha de Canas, “desgraçou-se por sua fuga e, durante o exercício da magistratura, foi o mais inútil para sua pátria” (III,116.13). Segundo Goldsworthy (2001b, p. 219), Terêncio Varrão posteriormente auxiliou a reorganização do esforço romano de guerra e continuou a exercer o comando durante a guerra, embora não em batalhas importantes. Para esse autor, os comentários de Tito Lívio faziam parte de uma “propaganda [*sic*]” intencional (no final do século I a.C.) para denegrir o nome de Terêncio Varrão – “[...] *this may simply be another piece of propaganda intended to blacken the consul’s name*” (Goldsworthy, 2001b, p. 224). Goldsworthy (2001b, p. 239) adiciona que Terêncio Varrão liderou uma força romana em direção à Etrúria em 207 a.C., quando Asdrúbal, irmão de Aníbal, chegou à Itália. Pensamos que Terêncio Varrão, talvez, devido à magnitude da derrota em Canas, passou a ser, com o passar do tempo, mais do que responsabilizado (pois a responsabilidade pela derrota já era imputada a ele na época de Políbio, como citamos), mas igualado à derrota. Seja como for, o comentário de Tito Lívio é anacrônico, e os embates políticos que Políbio transcreve não têm nada a ver com disputas entre patrícios e plebeus: são disputas entre membros da *nobilitas* – patrícios e plebeus – por posições que permitiam o exercício do poder, principalmente no leste do Mediterrâneo.

Primeiramente, devemos estar atentos para o fato de que essas *factiones*, ou seja, as posições políticas de seus membros, mudavam de acordo com as tendências políticas e o contexto histórico. O que percebemos da leitura das *Histórias* é a formação do que poderíamos caracterizar como as primeiras dissonâncias políticas claras dentro do que antes era caracterizado por Políbio como um grupo coeso, em termos de orientação e decisões políticas. Em outras palavras, fazemos aqui uma tentativa de discriminar algumas lideranças que, a nosso ver, dominaram o Estado romano nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Púnica. Dito isto, os dois grupos, ou *factiones*, que emergem do texto de Políbio como dominantes na política romana, em nossa interpretação, são o liderado por Tito Quíncio Flaminino e aquele do qual faziam parte os Cornélios Cipiões – da família de Cipião Africano – e Emílios Paulos – da família de Emílio Paulo⁴⁸⁹. Sabemos da existência de *factiones* no cotidiano político romano, e que sua luta pelas posições de destaque no governo torna-se, a partir dessa época, cada vez mais persistente (Crawford, 1992, p. 70-73). Porém, nos interessa nesse momento caracterizar o início do processo de rompimento da união interna à *nobilitas* – um processo gerado pela apreensão do mundo como dominado –, a partir da formação do que poderíamos denominar dos primeiros grupos desse tipo bem caracterizados na historiografia antiga, através da influência de líderes carismáticos, os quais, pelo que se depreende do texto de Políbio, passaram a dominar a política interna em Roma durante algum tempo⁴⁹⁰.

Nesse ponto precisamos traçar alguns comentários sobre o carisma. De acordo com Shils (1965, p. 200 e ss.), o carisma está relacionado à conexão – que se *imagina* existente, e que se manifesta através de condutas, ações e palavras, ou seja, através de um simbolismo que é compartilhado socialmente – que o carismático tem com feições

⁴⁸⁹ Trata-se do vencedor de Perseu, o rei macedônico, na batalha de Pidna, que encerrou a Terceira Guerra Macedônica. Era filho de Emílio Paulo, o cônsul morto na batalha de Canas. A partir do que podemos interpretar do texto de Políbio, os membros da última *factio* mencionada eram Públio Cornélio Cipião Africano, seu irmão Lúcio Cornélio Cipião, Cipião Emiliano – este último filho adotivo do filho natural de Cipião Africano e filho natural de Emílio Paulo –, e o próprio Emílio Paulo. Porém, nem todos os Cornélios Cipiões eram favoráveis às mesmas diretrizes políticas. Por exemplo, Cornélio Cipião Nasica era contrário à última guerra contra Cartago, em oposição a Cipião Emiliano e Catão (Walbank, 1965, p. 6). Políbio, inclusive, era favorável à visão política, em relação a Cartago, da *factio* dos Cipiões e Emílios – se a podemos denominar assim –, podendo ser, dessa forma, contado entre os promotores dessa mesma *factio*. Walbank (1990, p. 176 e ss.), igualmente, considera Políbio favorável à política de Cipião Emiliano.

⁴⁹⁰ Ao indicarmos a presença dos grupos citados – de Tito Quíncio Flaminino e dos Cornélios Cipiões –, não queremos dizer que surgiram duas *factiones* dominantes apenas, mas que as *factiones* reaparecem na cena política romana de forma indubitável e que essas duas são as que se pode discernir nas *Histórias*.

centrais à vida das pessoas e ao universo em que vivem⁴⁹¹. A conexão é obtida pela capacidade de “iniciar, criar, governar, transformar, manter ou destruir” o que é vital socialmente⁴⁹². Portanto, a propensão das pessoas a atribuir a alguém qualidades carismáticas está vinculada à capacidade do indivíduo ao qual é conferido o carisma de exercer o poder de criar, manter ou destruir a ordem⁴⁹³. Geertz (2008b, p. 183 e ss.) aceita as idéias de Shils⁴⁹⁴, comentando que é essencial a conexão entre o valor simbólico de indivíduos e a relação mantida entre esses e os centros ativos da ordem social, pois é nesses centros que as idéias e as instituições dominantes se interconectam, gerando uma arena onde os eventos que influenciam a vida social ocorrem de maneira fundamental⁴⁹⁵. Como o carisma indica o envolvimento com os centros vitais da sociedade, investigar o poder através de seus símbolos – como ele é externado – e investigar sua natureza – do que ele se constitui, como se articula, quais os significados que os símbolos carregam – torna-se um esforço semelhante, pois esses centros sociais ativos são fenômenos culturais, ou seja, construídos historicamente – seus símbolos traduzem concepções transmitidas historicamente e apreendidas em contextos específicos Geertz (2008b, p. 186)⁴⁹⁶.

⁴⁹¹ O que dá ao carisma sua qualidade de extraordinário é essa centralidade, associada a uma percepção de intensidade (Shils, 1965, p. 201). Shils desenvolve sua concepção de carisma a partir das idéias de Weber (2002, p. 172, 711) sobre o tema, segundo o qual o indivíduo carismático é aquele que exerce uma dominação legítima através da aceitação, pelos dominados, de suas capacidades mágicas, suas revelações, seu heroísmo, sua excelência intelectual ou oratória e das ordenações criadas pelo mesmo indivíduo.

⁴⁹² No original, “*The centrality is constituted by its formative power in initiating, creating, governing, transforming, maintaining, or destroying what is vital in man’s life*” (Shils, 1965, p. 201).

⁴⁹³ A pessoa que se conecta com essa feição central da realidade – realidade da forma como é percebida, representada pelos grupos sociais nos quais se inclui o carismático – é, em função da conexão, carismática (Shils, 1965, p. 201). É interessante notar que, para Shils (1965, p. 203 e ss.), o carisma pode estar diluído e disperso no processo de institucionalização secular. Para o autor, a propensão ao carisma é função da necessidade de ordem, pois está ligada à responsabilidade de quem gera a ordem – ou a desordem que leva, posteriormente, a uma nova ordem. Na concepção de Shils, as pessoas precisam se perceber em um meio ordenado, uma ordem provedora de justiça, coerência e continuidade, de forma que a religião e suas instituições e rituais são provedores de ordem, mas também o são as instituições, as constituições e os sistemas legais, assim como as disposições morais neles implícitas. Nesse sentido, a constituição romana, da forma que Políbio a compreende e transcreve, como provedora de uma ordem única – a melhor das constituições, pois “se formou e cresceu naturalmente” (VI,4.7-4.13, 9.13-9.14, 10.12, 10.14) –, teria atribuições fortemente carismáticas para ele mesmo e para os romanos – escusado qualquer anacronismo quanto ao sentido de carisma para gregos e romanos.

⁴⁹⁴ Apesar de considerá-las “em estágio inicial, e algumas vezes apresentadas em tom excessivamente apodítico” (Geertz, 2008b, p. 186).

⁴⁹⁵ Sob esse conceito, o carisma pode ser atribuído em qualquer área da vida social que seja percebida como imprescindível – por exemplo, na política, na religião ou na arte –, e passa a ser visto como uma característica permanente dessa vida social, que pode aflorar repentinamente (Geertz, 1990, p. 184). Para Shils (1965, p.201), o carisma pode estar ligado à descoberta científica, à autoridade política, à criatividade artística e a qualquer tipo de “gênio”.

⁴⁹⁶ “A distinção que se faz levemente entre a aparência externa de um governo, e a própria substância deste governo, torna-se, assim, menos aguda, e até mesmo menos verdadeira” (Geertz, 2008b, p. 186). Ou, de outra forma, os sinais do poder e sua substância não são facilmente observáveis em separado

Voltemos a Políbio. Nosso autor é enviado a Roma em 167 a.C., após a derrota da Macedônia. Portanto, chega na *Urbs* quando a legitimidade do domínio romano, em suas próprias palavras, era reconhecida⁴⁹⁷ (III,4.3). Posto de outra forma, o contexto histórico de sua chegada é o da afirmação desse domínio por ações altamente impositivas⁴⁹⁸. Principalmente, para o que nos propomos aqui, é também quando as dissensões na *nobilitas* já eram um fato. Dessa forma, Políbio adere ao grupo de seu protetor Cipião Emiliano – segundo nosso autor, a relação entre ele e o romano era “como a de pai e filho, ou próxima” (XXXI,25.1) –, e elogia de forma constante seus familiares – Cipião Africano e sua mãe, Fábio Máximo, Emílio Paulo e sua família, e o próprio Cipião Emiliano⁴⁹⁹.

Ao comentar sobre suborno e enriquecimento ilícito entre os romanos em seu próprio tempo, Políbio elogia Emílio Paulo e seus filhos ao afirmar que os romanos em geral eram incorruptíveis:

[...] nos anos anteriores às guerras para além-mar, durante os quais preservaram seus princípios e práticas próprias. Atualmente, porém, não me arriscaria a afirmar isso de todos, mas poderia, com perfeita segurança, falar sobre vários homens específicos em Roma que, nesses assuntos, podem manter sua fé. Para que não possa parecer estar afirmando o que é impossível, citarei como evidência os nomes de dois homens em relação aos quais ninguém disputará minha

(Geertz, 1990, p. 331). É nesse ponto que pode existir uma confluência entre a investigação histórica e a antropológica, ou seja, entre olhar “para trás” e olhar “para o lado” (Geertz, 1990, p. 323-325). Segundo Geertz (1990, p. 321 e ss.), tentar compreender pessoas deslocadas de nós mesmos, cercadas por condições materiais diferentes, movidas por ambições distintas e possuidoras de noções diversas sobre o significado da vida implica em problemas muito similares, não importando se essas condições, ambições e noções relacionam-se à Liga Hanseática ou às Ilhas Salomão. “*Dealing with a world elsewhere comes to much the same thing when elsewhere is long ago as when it is far away*” (Geertz, 1990, p. 323).

⁴⁹⁷ Repetindo, caracterizamos uma legitimação como a probabilidade da aceitação do domínio e sua manutenção em uma proporção importante (Weber, 2002, p. 171). Reações ao domínio romano existiram, é claro, como demonstram os casos da Liga Aquéia, dos macedônicos e de Antíoco, já comentados nesse capítulo.

⁴⁹⁸ As quais comentamos nesse capítulo.

⁴⁹⁹ O elogio, por sinal, era algo que contava pontos nos ideais da aristocracia romana. Quanto aos indivíduos citados, Cipião Emiliano – conforme comentamos em nota anterior – e seu irmão Fábio Máximo eram filhos naturais de Emílio Paulo – o vencedor de Perseu; Cipião Emiliano foi adotado pelo filho de Cipião Africano, e Fábio Máximo foi adotado por Fábio Máximo – o primeiro ditador da Segunda Guerra Púnica (a onomástica romana, assim como a púnica, era repetitiva, pois herdar um nome significava herdar também as honras: ambos os Cipiões citados eram Públio Cornélio Cipião, e ambos os Fábios, Quinto Fábio Máximo; Emílio Paulo era Lúcio Emílio Paulo, assim como seu pai). O círculo de adoções, portanto, demonstra a força política dessa atitude na sociedade romana, a qual se prolongará durante o período imperial – com outras conotações. Os elogios de Políbio, portanto, são direcionados aos membros da mesma família, sejam membros naturais ou adotivos. Os à mãe de Cipião Africano podem ser entendidos como *laudationes* à matrona daquele ramo da *gens Cornelia*.

afirmação. O primeiro é Lúcio Emílio, o vencedor de Perseu [...] Novamente, tomem o caso de Públio Cipião, filho natural desse antes mencionado, conhecido como o grande⁵⁰⁰. Quando se tornou mestre de Cartago [...] (XVIII,35.1-35.12).

Na passagem em questão os elogios se estendem a Fábio Máximo, irmão de Cipião Emiliano (XVIII,35.6). Segundo Políbio, seu comentário sobre a incorruptibilidade dos membros da família de Emílio Paulo “[...] parece incrível [...] pois, embora muitos fatos, e especialmente aqueles relativos a esse assunto são objeto de disputa em Roma, devido a suas dissensões políticas [...]” (XVIII,35.7-35.8). As disputas políticas em Roma ficam, assim, evidenciadas textualmente por nosso autor em uma das passagens em que sua adesão política por uma das *factio* em disputa se apresenta na forma indireta, com elogios⁵⁰¹.

Elogios são encontrados, conforme comentamos, à Cipião Africano, à sua mãe e à Cipião Emiliano em várias passagens⁵⁰² (X,2.1-2.13, 3.1-3.7, 4.1-5.10, 9.2-9.3, 17.6-17.16, 19.3-19.7, 20.1-20.8, 34.1-34.6, 40.6; XXXI,22.1-22.11, 23.1-25.10, 26.1-27.16, 28.1-30.4). Uma dessas passagens narra o episódio em que Cipião Africano é saudado como rei pelos ibéricos, durante a Segunda Guerra Púnica (X,37.1-40.12). Cipião Africano não aceita o título – o que seria um crime passível de morte em Roma –, mas pede que seja endereçado como *imperator*, um título que os magistrados com capacidade de comando – cônsules, pretores e ditadores – ostentavam enquanto possuíssem o comando. Políbio o elogia, afirmando que “a maior benção pela qual qualquer homem ousaria pedir aos deuses, foi com freqüência oferecida a ele por *tykhê*”, porém recusada⁵⁰³ (X,40.6).

Políbio registra também as dissensões da *nobilitas* no período imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Púnica. Após a trégua feita com Felipe, durante a Segunda Guerra Macedônica (198 a.C.), Tito Quíncio Flaminino⁵⁰⁴ vai a Roma juntamente com enviados dos aliados romanos. De acordo com Políbio:

⁵⁰⁰ Trata-se de Cipião Emiliano.

⁵⁰¹ Políbio, inclusive, parece estar defendendo os membros da família de Cipião Emiliano de acusações de corrupção.

⁵⁰² Não iremos aqui transcrevê-los, pois o texto ficaria enfadonho. O Livro XIV possui várias passagens com elogios a Cipião Africano.

⁵⁰³ O título de *imperator* será utilizado, com conotações autocráticas, pelos aristocratas competidores do final da República (Crawford, 1992, p. 52).

⁵⁰⁴ É interessante notar que Fábio Máximo, filho de Emílio Paulo era sobrinho da esposa de Tito Quíncio Flaminino (XVIII,10.8), o que significa que sua esposa era irmã da esposa ou do próprio Emílio Paulo.

Os enviados chegaram a Roma antes de o Senado decidir se os cônsules do ano deveriam ambos ser enviados para a Gália ou um deles contra Felipe. Mas quando os amigos de Tito se asseguraram de que ambos os cônsules deveriam permanecer na Itália, devido ao medo dos celtas [...] o Senado, então, como eu afirmei acima, despachou ambos os cônsules para a Gália e votou pela continuação da guerra contra Felipe, apontando Tito seu comissário nos negócios da Grécia. Essa informação foi rapidamente enviada à Grécia, e então tudo havia terminado como Tito queria, o acaso tendo contribuído pouco para ajudá-lo, mas praticamente tudo sendo devido ao seu gerenciamento providencial. Pois esse general mostrou uma sagacidade igual à de qualquer romano, gerenciando os negócios públicos e seus próprios assuntos privados com perfeita habilidade e bom senso, embora fosse ainda bastante jovem, não tendo mais de trinta anos de idade. Ele foi o primeiro romano que cruzou para a Grécia no comando de um exército (XVIII,11.1-11.2, 12.1-12.5).

Temos então caracterizada as disputas internas à *nobilitas* logo após a Segunda Guerra Púnica. A ação política da *factio* de Tito Quíncio Flaminino garantiu seu retorno à Grécia e que, fossem os romanos vitoriosos, seria a sua *virtus* a ser glorificada.

Ainda com relação a Tito Quíncio Flaminino, após vencer os macedônicos na batalha de Pidna, o Senado aprovou a paz, em 196 a.C. Porém, Marcos Cláudio Marcelo, o novo cônsul, “desejoso de cruzar para a Grécia, argumentou contra e fez tudo em seu poder para cessar as negociações. Mas, apesar disso, o povo aquiesceu aos desejos de Tito e ratificou a paz” (XVIII,42.1-42.8). Temos aqui referências a uma disputa na assembleia sobre a declaração ou não da paz e, portanto, a outra facção romana, a de Marcos Cláudio Marcelo, aparentemente contrária à de Flaminino.

Uma última passagem nos demonstra a importância da alocação de Flaminino como comandante contra a Macedônia: o episódio da “libertação da Grécia”, já comentado (XVIII,42.5, 44.2, 46.1, 46.4-46.15). O primeiro magistrado romano a ser objeto de culto foi Tito Flaminino, aclamado pelos helênicos como *Soter*, o Salvador

Mas Políbio não traça elogios a Tito Flaminino da forma que faz com os outros romanos citados, ou seja, fora do contexto de suas ações na narrativa.

(Dvornik, 1966, p. 488). Delfos aclamou-o próximo⁵⁰⁵ em 189 ou 188 a.C. e erigiu-lhe uma estátua, a qual foi dedicada a Apolo, possivelmente na mesma época. Um festival em sua honra, a *Titeia*, os “Jogos de Tito”, era realizado em Argos, continuando a existir inclusive no período imperial⁵⁰⁶ (Sherk, 1993, p. 8).

Mesmo com a reedição da competição dentro da aristocracia, as instituições romanas decisórias principais, o Senado e as assembléias, eram respeitadas, como se pode deduzir do texto de Políbio. Por exemplo, durante a trégua da Segunda Guerra Macedônica, na Conferência de Nicéia, Flaminino teve que remeter à aprovação do Senado as decisões da conferência (XVIII,9.1-10.2). Sendo assim, as influências sobre as decisões daquelas instituições eram exercidas pelas *factiones* sem o uso da força⁵⁰⁷. As *Histórias* nos permitem observar situações de convencimento político através do apelo às influências políticas, e não à força. Além disso, apesar de fragmentário, o texto de Políbio nos informa sobre problemas morais dentro da sociedade romana – alguns resultantes de influências gregas⁵⁰⁸ (XXXIX,1.1-1.12) –, mas não de agressões, informando-nos, igualmente, sobre os métodos de exercício do poder e de influência nos embates internos à sociedade romana. As *Histórias*, então, representam de forma clara as influências das *factiones* na política interna, as quais geravam a possibilidade de influência na política externa, exemplificadas, conforme comentamos, no caso da “libertação da Grécia”. Permitem-nos, portanto, observar que até a Segunda Guerra Púnica havia coesão no interior da *nobilitas* – produzida pela presença do inimigo dentro da Itália e de uma crise no sistema de domínio romano. O contraste entre essa coesão anterior e as discordâncias posteriores, que o texto de Políbio deixa patente, nos permite interpretar que a mudança da união para dissensão ocorreu após aquela guerra. É lícito, então, inferir que a identidade e a representação de domínio sobre o mundo, que emergem após a Segunda Guerra Púnica, sejam, pelo menos em parte, responsáveis pela

⁵⁰⁵ Honraria oficial conferida a um estrangeiro pelas autoridades de uma cidade grega, devido à sua amizade e beneficência para com a comunidade.

⁵⁰⁶ Sherk (1993, p. 7-8) documenta, além das homenagens listadas acima, estátuas (dedicadas pelas cidades gregas de Cálcis, Giteion, Erétria e Escotussa), uma placa (dedicada por Corinto), festivais e sacrifícios (em Erétria) em honra de Tito Quíncio Flaminino.

⁵⁰⁷ A violência, como resultado das disputas internas à aristocracia romana, ocorrerá a partir da década de 130 a.C.

⁵⁰⁸ Políbio comenta sobre as influências negativas dos gregos nos costumes romanos ao criticar Aulo Postúmio Albino, um dos primeiros analistas romanos, que escreveu em grego: “Esse homem, também no resto de seu comportamento, havia adotado os piores vícios dos gregos” (XXXIX,1.10).

quebra da unidade da aristocracia. Nas palavras de Políbio, e – devemos compreender assim – a partir das suas observações das sociedades romana e cartaginesa⁵⁰⁹:

Quando um Estado passou por vários grandes perigos e subseqüentemente obtém a supremacia e uma soberania incontestada, é evidente que, sob a influência de grande e estabelecida prosperidade, a vida se tornará extravagante e os cidadãos mais violentos em suas rivalidades, em relação às magistraturas e outros objetivos, do que deveriam. À medida que esses defeitos aumentam, o início da mudança para pior se deverá ao amor ao poder⁵¹⁰ e à desgraça que se vincula à obscuridade, assim como à extravagância e às demonstrações de orgulho da própria riqueza. E por essa mudança o povo⁵¹¹ será responsável, seja, por um lado, por se imaginar lesado pela cupidez de alguns, e por outro, envaidecido pela adulação de outros, os quais aspiram ao poder⁵¹² (VI,57.5-57.7).

⁵⁰⁹ Comentamos essas observações, e as conclusões de Políbio a respeito da mudança “natural” da constituição mista para a oclocracia, no Capítulo I e em nota, nesse capítulo.

⁵¹⁰ Literalmente, *filarkhía* (*phílarkhía*), “amor ao domínio”, “ânsia pelo poder”.

⁵¹¹ *Dh~moj* (*dêmos*), “o povo de uma região”, “cidadãos”. Nessa acepção deve ser compreendido também como “assembléia”.

⁵¹² Novamente, *phílarkhía*. Políbio continua, afirmando que o povo não mais obedecerá ou mesmo consentirá em se igualar aos que governam, mas requisitará o governo. Nesse momento, o Estado mudará seu nome para democracia, mas será, na realidade, uma oclocracia (VI,57.8-57.9). É clara a visão de Políbio de que o governo, mesmo com uma constituição mista, deve ter maior representatividade na aristocracia. Para nosso autor, a “culpa” do desvirtuamento da constituição é do povo (*dêmos*), mesmo que as lutas pelas magistraturas, o “amor ao poder” e as “demonstrações” de riqueza sejam aristocráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças observadas no âmbito do domínio romano durante as Guerras Púnicas são mudanças de escala. De governantes locais, da Península Itálica, os romanos tornam-se representantes da maior potência do Mediterrâneo. As razões e os meios pelos quais os romanos alcançaram essa preponderância durante a República têm sido analisados e comentados por vários autores. Não procuramos explicar essa expansão, mas sim mudanças de conceitos, na apreensão da realidade, observadas na sociedade romana no período das Guerras Púnicas. Para tanto, analisamos as inter-relações entre romanos e cartagineses, e os resultados dessas interações, em termos da produção da identidade e da representação romanas de domínio durante aquelas guerras, ou seja, durante os primórdios do que viria a se tornar o Império Romano. Cartago foi a grande inimiga de Roma durante mais de cem anos, caracterizando-se assim como objeto e foco principal e direto para as definições e categorizações de pertencimento e de alteridade que vão definir as representações romanas do mundo.

Escolhemos trabalhar com a obra *Histórias*, de Políbio, por ser o texto mais antigo, contemporâneo e que trata daquelas guerras que chegou até nossos dias. O tema das *Histórias* é a ascendência dos romanos ao poder no Mediterrâneo, tema que nos permitiu analisar a obra a partir das transcrições de Políbio das atitudes, do comportamento e dos discursos dos personagens durante essa ascendência. Se um grupo – ou indivíduo pertencente ao grupo – percebe a realidade de certa maneira, suas expressões, as formas pelas quais esse grupo se comunica, externam suas intenções, decisões, idéias, pensamentos, indefinições e receios, ou seja, traduzem essa percepção. Políbio procura não omitir as impressões, os efeitos causados pelos atos e discursos, o que nos permite o acesso a cenas de importância para a análise histórica a partir da perspectiva das trocas simbólicas. Suas opiniões e conclusões são fruto do que viu, ouviu, observou e leu. São, portanto, opiniões e conclusões compartilhadas⁵¹³.

⁵¹³ Cícero o denomina de “nosso excelente Políbio” (*Da República*, II,27) e, no início de seu discurso sobre o que consiste a República – discurso proferido por seu personagem principal, Cipião Emiliano, o qual Cícero posiciona acima de todos os gregos na sapiência sobre os assuntos de Estado (*Da República*, I,35-37) –, comenta que Cipião Emiliano costumava “debater com Panécio, na companhia de Políbio, talvez os dois gregos mais conhecedores de questões políticas” (I,34). Em outra passagem, que citamos em nota anterior, Cícero comenta um dito de Catão: “a constituição do <nosso> Estado não foi obra de um só tempo ou de um só homem” (*Da República*, II,37), uma idéia externada igualmente por Políbio (VI,10.12-10.14).

Assim, a leitura das *Histórias* nos permitiu observar mudanças nas estruturas conceituais da sociedade romana, a produção de novas representação e identidade de dominadores durante as inter-relações com os cartagineses. Mas essa produção deu-se por meio da marcação da alteridade com relação aos cartagineses. A imagem do “grande inimigo” se constrói no mesmo período, reificada em Aníbal, e é formativa da nova identidade romana.

A análise do texto de Políbio descortina dois padrões distintos nas atitudes e nos discursos romanos, observáveis, respectivamente, nos períodos até a Segunda Guerra Púnica e posterior a essa guerra. Se o primeiro período é caracterizado pela simetria nas relações diplomáticas com os cartagineses, ou não revela diferenças significativas entre os discursos romanos e os de representantes de outros Estados, o segundo período é marcado pela imposição romana de ordens e decisões a qualquer Estado, mesmo quando em contato pela primeira vez. Logo, essas diferenças fundamentais são indícios de que, durante a Segunda Guerra Púnica, ocorre uma mudança nas estruturas simbólicas com as quais a aristocracia romana construía a sua experiência. O que se percebe ao longo da narrativa de Políbio sobre essa guerra é a instauração de uma crise profunda no sistema de domínio romano na Península Itálica. A presença do exército cartaginês significou a possibilidade real de falência do que os romanos entendiam como República: uma estrutura político-administrativa – institucional, religiosa, social – formada por comunidades associadas pela cidadania romana, em níveis diferentes, reforçada por outras comunidades de direito latino, cujo centro, Roma, exercia o domínio sobre esses e também sobre comunidades aliadas. Como pivô da crise, e igualado à mesma, desponta Aníbal, representado nas *Histórias* – assim como por Fábio Pictor e, portanto, por seus contemporâneos – como o responsável pela guerra, o opositor que vagueia entre a imagem do grande general e do pior inimigo – matador de romanos, benevolente com os aliados romanos –, cuja intenção, revelada por ele mesmo, é a dissolução daquela estrutura de dominação. Aníbal é mitificado, torna-se a representação do “grande inimigo”, a reificação da cidade púnica no interior da Itália. Aníbal é a crise, e sua remoção para a Líbia significou o fim da crise. Vencido na Líbia, e terminada a guerra, suprimiu-se o “grande inimigo”. Assim, a produção da identidade romana de domínio durante os embates armados com Cartago só pode ser compreendida frente à produção concomitante da alteridade como o oponente cartaginês, observando que a contraposição “nós”-“eles” – romanos-cartagineses – torna-se maximizada com a crise na Segunda Guerra Púnica.

É essa estrutura de significados transformados em símbolos – pensamentos e idéias compartilhadas –, construídos durante as inter-relações entre os grupos em conflito ao longo de vários anos, que foi responsável pela produção da identidade e da representação romanas de domínio sobre o mundo. Uma vez suprimido o “grande inimigo”, o único opositor percebido como semelhante, o mundo se descortina como subjogado. É importante notar que essa percepção da submissão do mundo não pressupunha, necessariamente, a busca do domínio pela conquista territorial, mas sim a idéia de que todos os povos deviam sujeição obrigatória a toda e qualquer injunção romana. Existem no mundo, a partir da Segunda Guerra Púnica, duas visões possíveis: a romana e a contrária aos romanos.

Paralelamente, outra imagem começa a se formar: a dos cartagineses não confiáveis. A interpretação romana da letra dos tratados – distinta da cartaginesa, como no caso do tratado do Ebro –, unida aos eventos que levaram ao que Políbio denominou de “renovação” da Segunda Guerra Púnica, quando Cipião Africano estava na Líbia – a retomada das hostilidades após uma trégua e a discussão de um tratado firmado por escrito –, levou às primeiras concepções do que seria denominado posteriormente, provavelmente a partir do início do século I a.C., de *fides punica*. Essa imagem comporá então, no futuro, junto com a representação produzida do “grande inimigo”, a representação negativa romana dos cartagineses.

Verificamos, assim, a produção de novas identidade e representação romanas e a mudança do paradigma romano de domínio⁵¹⁴. Porém, essa mudança no discurso, nas atitudes romanas, só pode ser observada em sua plenitude nas suas relações com outros Estados, não com o cartaginês. Este foi alvo, sempre, de um receio cujo significado só pode ser compreendido quando entendemos que a percepção da realidade de domínio mundial foi construída historicamente pelas inter-relações entre Cartago e Roma e que, portanto, Cartago continuou representando, embora enfraquecida, o “grande inimigo”. A força de Cartago a partir do final da Segunda Guerra Púnica era percebida como algo em estado de latência, dissimulada como eram dissimulados os cartagineses. Uma das formas em que a reação a essa força se manifestou, ou uma das estratégias romanas de execução do poder contra os cartagineses, portanto, foi o conjunto das ações romanas direcionadas para enfraquecer o domínio cartaginês na Líbia, através do apoio aos movimentos de conquista nômadas do território cartaginês. Os comentários de Políbio a

⁵¹⁴ Para essa análise precisamos confrontar todas as situações de relação entre romanos e representantes de outros Estados, para que a caracterização da mudança fosse estabelecida com firmeza.

respeito dos decretos do Senado em favor dos númidas, no intervalo entre a Segunda e a Terceira Guerra Púnica, nos permitem inferir apenas que, apesar dos romanos arbitrarem contra os cartagineses, essas resoluções baseavam-se nas condições do último tratado, não em uma concepção pura de domínio. A necessidade última de eliminação total do “grande inimigo”, evidenciada pela “camisa-de-força” a que os romanos sujeitaram os cartagineses até obrigá-los a uma reação, traduz a idéia romana da força imanente de Cartago. Se o *bellum iustum* representou um motivo moral e não sacrílego para a Terceira Guerra Púnica perante os outros Estados – e, talvez, perante os próprios romanos, pois significados religiosos não devem ser descartados, principalmente frente a uma representação tão poderosa –, a imanência da força cartaginesa no imaginário romano é que gerou a “solução final”, a qual, segundo Políbio, há tempos fazia parte das discussões políticas romanas – e, portanto, da forma como percebiam a presença de Cartago em sua representação do mundo como dominado. Cartago não podia compartilhar a experiência de pertencimento – mesmo submissa – ao mundo dominado pelos romanos justamente porque, na percepção romana, era a adversária à dominação do mundo. A progressiva intensidade com que o discurso impositivo romano é apresentado nas *Histórias* nos permite interpretar que essa percepção, com o passar do tempo, levou à necessidade, também na percepção romana, da destruição de Cartago – não apenas da diminuição de sua força.

Pensando agora em contextos mais gerais, se os tratados firmados entre romanos e cartagineses demonstram o crescimento do domínio romano a oeste do Mediterrâneo, e evidenciam mudanças nas esferas desse domínio, expressas nas limitações, incluídas nos tratados pelos cartagineses até a Primeira Guerra Púnica, a narrativa de Políbio demonstra a continuação do crescimento a partir dessa última guerra. Da mesma forma, se Políbio nos mostra que antes da Segunda Guerra Púnica o crescimento do domínio romano era voltado para o Mediterrâneo Ocidental e limitado pela geopolítica cartaginesa, nosso autor nos fornece as evidências de que a estratégia romana de defesa no leste do Mediterrâneo configura, aos poucos, a percepção romana da geopolítica nessa região. Portanto, de forma a melhor observarmos – e expormos – os contextos em que as mudanças simbólicas ocorreram, tivemos que comentar as relações entre os romanos e os Estados helenísticos do Mediterrâneo Oriental. Essas relações forneceram os insumos para a percepção e definição da geopolítica e das diretrizes da política externa romanas com relação àqueles Estados. Ou seja, apesar de perceberem o mundo

como seu domínio, as estratégias de execução do poder levaram em consideração essa geopolítica, e foram direcionadas para o fortalecimento dos Estados aliados e ao enfraquecimento dos opositores, de acordo com aqueles insumos.

Quanto à política interna romana, a produção da identidade de dominadores do mundo foi, tudo indica, imediatamente seguida pela reedição da competição interna à *nobilitas*, o que demonstra que os grupos sociais podem apresentar identidades diferentes, contanto que as mesmas não sejam excludentes mutuamente⁵¹⁵. Além disso, só podemos compreender a identidade romana de dominadores do mundo frente à representação romana de todos os outros Estados – o “mundo” – como dominados, ou seja, entendendo que são, ambas, necessariamente complementares: produções de alteridade e de identidade são processos complementares e dependentes um do outro. Portanto, o surgimento – ou ressurgimento – de grupos opostos, ou *factiones*, que através de lideranças carismáticas passam a fazer prevalecer suas preferências em termos de ação política em Roma, da forma como o compreendemos, está conectado às mudanças nas estruturas conceituais da sociedade romana. A produção da identidade e da representação de domínio sobre o mundo, gerando as relações de imposição entre a aristocracia romana e seus interlocutores estrangeiros, provocou o surgimento dessas disputas. Contudo, não foi o único motivo do reaparecimento das *factiones*. A possibilidade de enriquecimento no leste do Mediterrâneo foi, com toda possibilidade, outra razão – e também a obtenção de *honos, laus, gloria, dignitas, auctoritas* e clientes poderosos no estrangeiro. Um dos indícios que apóiam essa interpretação é a constante recalitrância, de indivíduos em idade militar, quanto a servir nas legiões que atuavam no teatro do Mediterrâneo Ocidental, contra os povos da Península Ibérica: a probabilidade de acumular bens e riquezas nessa região era muito menor.

Observar a sociedade da Roma republicana retratada por Políbio é observar cenas da auto-afirmação romana. Desde os comentários sobre a determinação, a inflexibilidade ou o uso da força em todas as empresas (I,20.11-20.12, 37.7-37.10), passando pela descrição dos funerais aristocráticos (VI,53.1-54.2)⁵¹⁶, até a narrativa das atitudes posteriores ao estabelecimento da percepção da própria força sobre os outros

⁵¹⁵ Por exemplo, podemos apresentar uma identidade nacional – brasileiros – e outras identidades de grupo, como, por exemplo, pertencentes a uma classe social, a um partido, a uma cidade natal, etc.

⁵¹⁶ Políbio exclama, ao descrever os funerais da nobreza romana: “Que espetáculo poderia ser mais glorioso que esse?” (VI,53.10).

povos, o que se descortina são transcrições de como aquela sociedade glorificava, louvava o próprio etos. Porém, essas últimas atitudes, pós-apreensão do papel de dominadores do mundo, manifestam um salto de escala nos significados: enquanto as outras são demonstrações de louvação aos antepassados – objetivando ganhos na política interna – ou de autoconfiança, o comportamento que aflora após a Segunda Guerra Púnica revela uma nova conceituação do que é ser romano. A República é o centro, que impõe uma nova ordem aos povos mediterrânicos.

Políbio escreve que, após a guerra contra Pirro, os romanos atacaram o sul da Itália como se lhes pertencesse (I,6.6), e que, após a Segunda Guerra Púnica, resolveram “estender suas mãos [...] para a Grécia e para os territórios da Ásia” (I,3.6), visões semelhantes de dois contextos bastante diversos. Em nossa discussão do Capítulo III mostramos que a concepção romana de um mundo dominado só se traduz no discurso e nas atitudes romanas posteriores à Segunda Guerra Púnica. Antes o mundo – ou melhor, o Mediterrâneo Ocidental – era percebido como a arena dos conflitos entre Roma e Cartago. Devemos nos lembrar que Políbio, ao ser enviado à Itália em 167 a.C., chegou à Roma dos senhores do mundo, à República que havia batido Cartago duas vezes, a Macedônia três vezes e o reino selêucida uma vez, e ditava ordens a todos os povos com os quais entrava em contato. A sua tentativa de explicar o crescimento do domínio romano como algo entre intencionalidade racional e desígnio de *týkhe* demonstra sua incompreensão de que esse crescimento aconteceu gradualmente, em diferentes contextos históricos, por razões distintas, e que os romanos que conheceu já percebiam o mundo como romano. Tanto as estratégias de conquista e domínio foram diferentes – na Itália e no restante do mundo mediterrânico –, quanto os conceitos romanos sobre o significado de mundo, as formas de perceber o mundo, foram distintas. Se antes, durante as conquistas na Península Itálica, concederam a cidadania a certas comunidades ou nobrezas, posteriormente todos os povos – de fora da Itália, mas também alguns da Península – são tratados como submetidos, como súditos, a quem só resta a obediência a uma nova ordem, a da República – ou melhor, de sua nobreza. E essa mudança fundamental deveu-se à produção da identidade e da representação de domínio sobre o mundo, que aflora após a Segunda Guerra Púnica.

As procissões, para o Senado, de enviados e embaixadores, e mesmo reis, como Prúsias, da Bitínia – que se prostra na porta da Cúria⁵¹⁷ (XXX,18.1 = Tito Lívio,

⁵¹⁷ Prúsias, no limiar da porta da Cúria, coloca as mãos no chão e baixa a cabeça até o solo, dizendo: “Salve, deuses salvadores”. Em outra ocasião, quando legados romanos vão à sua corte, Prúsias os recebe

XLV,44.19) –, ou filhos de reis – como Demétrio, filho de Felipe, rei da Macedônia (XXIII,1.1 e ss. = Tito Lívio, XXXIX,46.6) –, traduzem, de forma indubitável, onde está o centro do mundo. É uma simbologia, exposta no ritual, que expressa a realização, a efetivação da representação e da identidade de domínio: tanto essas recepções no Senado, quanto os decretos concedendo ganho de causa aos númidas em detrimento dos cartagineses, as comissões para arbitragem de assuntos de outros Estados, a proclamação da “liberdade dos gregos”, o círculo feito em torno de Antíoco pelo comissionado romano, tudo comunica essas representação e identidade. São atos, padrões de comportamento, discursos e decretos que exprimem as intenções, as motivações, a forma como a realidade era percebida pelos romanos: expressam os significados, os conceitos compartilhados pela *nobilitas*, resultado da identidade e da representação produzidas durante e devido à vitória na guerra contra o “grande inimigo”.

Se esse domínio era aceito – ou o foi, com o passar do tempo –, pelos opositores ou pelos aliados, o texto de Políbio nos informa que freqüentemente sim, mesmo que existissem ações contrárias – pois a dominação não pressupõe aceitação incondicional. O exercício do poder pelos romanos incluiu meios diversos, desde a imposição a decisões de acordo com os decretos do Senado, até a fragmentação política do opositor – como no caso da dissolução da Liga Aquéia e de outras Ligas, limitando a capacidade política das cidades-Estado que a elas pertenciam à inocuidade – ou a eliminação pela guerra. Afinal, a representação do mundo como dominado é uma visão da realidade do ponto de vista de um grupo, o dominador – o ponto de vista do dominado pode ser bastante diferente. Porém, essa representação não surgiu, mas foi historicamente construída. Foi produzida em uma sociedade previamente acostumada ao domínio, na qual, contudo, a concepção de dominação *total*, em que a oposição era percebida como impossível, não fazia parte dos significados compartilhados até o final do século III a.C. Essa concepção foi produzida durante um período de guerra e crise que durou muitos anos, crise que representou a quase extinção de seu sistema de governo na Península Itálica – extinção do que os romanos compreendiam como República e que Políbio traduz quando comenta a constituição romana –, e que foi superada com a vitória sobre

vestido como um liberto, “[...] com sua cabeça raspada e vestindo um chapéu branco e uma toga e sapatos [...]”, e diz: “Em mim [...] vocês vêem seu liberto, que quer fazer-se estimar e imitar tudo o que é romano”. Para Políbio, esta foi “[...] uma frase tão humilhante quanto se pode conceber”, e as atitudes de Prúsias tornaram “[...] impossível para qualquer um, após ele mesmo, sobrepujá-lo em efeminação [...] e servidão” (XXX,18.1 = Tito Lívio, XLV,44.19).

o contendor que era – e continuou sendo, com a transmissão do significado de “grande inimigo” – representado como o único capaz de confrontar a República. Logo, o significado – e seus símbolos – estava vinculado a um processo de superação de crise e de associação da crise com um conceito particular e fundamental: a única oposição, o “grande inimigo”, contra o qual duas guerras que demandaram enormes perdas, longas – vinte e três e dezesseis anos –, foram travadas⁵¹⁸. Portanto, voltando à aceitação do domínio, entre o perceber e o dominar existiram necessariamente diversas táticas de execução do poder, diferentes meios políticos – sempre com o reforço do recurso às armas. Dessa forma, conceitos morais, antigos e novos (os quais traduziam também formas de exercício do poder), foram apreendidos em um novo sistema de símbolos: por exemplo, se o *bellum iustum* explicava a correção das ações agressivas, a “libertação” contribuía para a própria aceitação do domínio e da idéia da justiça de outras guerras. Para aqueles aos quais a força desses conceitos não era acolhida como medida suficiente, a medida foi a supressão do que percebiam como sua própria força: dissolução das Ligas, um círculo em torno do rei – como no caso de Antíoco – ou a transformação do caráter do Estado – como a Macedônia. De qualquer maneira, foi uma nova estrutura de significados que permitiu que imposições fossem transmitidas desde Roma para todo o Mediterrâneo.

⁵¹⁸ As guerras romanas contra os Estados helenizados foram guerras curtas, normalmente durando menos de quatro anos – algumas apenas meses. As da Península Ibérica duraram muito tempo, mas tiveram o agravante da falta de motivação dos próprios romanos – frente às possibilidades de enriquecimento no Mediterrâneo Oriental, conforme comentamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA

- ARISTOTLE. The politics and The constituion of Athens. EVERSON, Stephen (ed.). In: GEUSS, Raymond; SKINNER, Quentin (ed). *Cambridge Texts in the History of Political Thought*. 9 imp. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 279 p.
- CATON. Les origines (fragments). *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original, tradução e comentários de Martine Chassignet. 2 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2002. 122 p.
- CECATO, Cleuza. *Comentários gramaticais de Aulo Gélío: uma proposta de tradução*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005. 231 p. Dissertação de Mestrado em Letras, Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- CÍCERO. Tratado da República. In: AURÉLIO, Diogo Pires (org). *Clássicos da Política*. Tradução e introdução de Francisco de Oliveira. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2008. 319 p.
- ORATORUM ROMANORUM FRAGMENTA. Liberae Rei Publicae. *Corpus Scriptorum Latinorum Paravianum*. Introdução, reunião e renovação dos textos por Henrica Malcovati. 2 ed. Turim: Società per Azioni G. B. Paravia & C., 1955. 564 p.
- POLÍBIOS. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. 602 p.
- POLYBE. Histoires. Tome I. Livre I. *Collection des Universités de France*. Introdução geral, Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome II. Livre II. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 4. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome III. Livre III. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Jules de Foucault. Paris: Les Belles Lettres, 1971.
- POLYBE. Histoires. Tome IV. Livre IV. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Jules de Foucault. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

- POLYBE. Histoires. Tome V. Livre V. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome VI. Livre VI. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Raymond Weil, com a colaboração de Claude Nicolet. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome VII. Livres VII-IX. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Raymond Weil. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome VIII. Livres X e XI. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Éric Foulon (Livro X) e Raymond Weil (Livro XI). 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome IX. Livre XII. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBE. Histoires. Tome X. Livres XIII-XVI. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original por Éric Foulon. Tradução de Raymond Weil e P. Cauderlier. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- POLYBIUS. The histories. Books I-XXXIX. In: HENDERSON, Jeffrey; GOOLD, G. P. (ed.). *The Loeb Classical Library* (v. 128, 131, 138, 159, 160 e 161). Introdução de H. J. Edwards (v. 128). Estabelecimento do original e tradução de W. R. Paton. 8. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2000. 6 v.
- REMAINS OF OLD LATIN I. Ennius and Caecilius. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library* (v. 294). Tradução de E. H. Warmington. 7 imp. Cambridge: Harvard University Press, 2006. 674 p.
- SHERK, Robert K. Rome and the Greek East to the death of Augustus. In: BADIAN, E.; SHERK, Robert K. (Ed.). *Translated documents of Greece and Rome*, v. 4. 1. reimp. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 181 p.
- TITO LÍVIO. *História de Roma*. Ab Urbe condita libri. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape S.A., 1990. 6 v.

BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL

- ARENDDT, Hannah. *O que é política?*. Organização de Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2006. 238 p.

- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two faces of power. *The American Political Science Review*, v. 56, n.4. Washington: The American Political Science Association, 1962. p. 947-952.
- BALANDIER, Georges. *Anthropologie politique*. 5. ed. Paris: Quadrige / Presses Universitaires de France, 2004. 240 p.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 Lda., 2009. 281 p.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2000. 242 p.
- BLOCH, Marc. *The historians's craft*. Introdução de Joseph R. Strayer. Tradução de Peter Putnam. New York: Vintage Books, 1953. 197 p.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. Vários tradutores. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2005. 361 p.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Tradução de Maria Luiza X. da A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 254 p.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. 2 imp. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2002. 275 p.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algés: DIFEL Difusão Editorial S.A., 2002. 244 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações sociais: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus Editora, 2000. p. 9-39.
- DAHL, Robert A. The concept of power. *Behavioral Science*, v. 2, n.3. Washington: John Wiley & Sons, Ltd., 1957. p. 201-215.
- DAHL, Robert A. A critique of the ruling elite model. *The American Political Science Review*, v. 52, n.2. Washington: The American Political Science Association, 1958. p. 463-469.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 4. imp. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2005. 382 p.

- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. 25. ed. São Paulo:Edições Graal Ltda., 2008. p. 277-293.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989. 213 p.
- GEERTZ, Clifford. History and Anthropology. *New Literary History*, v. 21, n. 2. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990. p. 321-335.
- GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008a. p. 85-107.
- GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008b. p. 182-219.
- GEERTZ, Clifford. O senso comum como um sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008c. p. 111-141.
- HALL, Stuart. The spectacle of the ‘other’. In: HALL, Stuart (ed). *Representation*. Cultural representations and signifying practices. London: The Open University/Sage Publications Ltd., 1997. p. 223-290.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 103-133.
- HALLAM, Elizabeth; STREET, Brian V. Introduction: cultural encounters – representing ‘otherness’. In: HALLAM, Elizabeth; STREET, Brian V. (Ed.). Cultural encounters – representing ‘otherness’. *Sussex Studies in Culture and Communication*, s/n. London: Routledge, 2000. p. 1-10.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. Organização de Gerard Duveen. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 404 p.
- SHILS, Edward. Charisma, order, and status. *American Sociological Review*, v. 30, n.2. Washington: American Sociological Association, 1965. p. 199-213.

- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 73-102.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. Edição preparada por Johannes Winckelmann. Introdução de José Medina Echavarría. Tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo García Maynez e José Ferrater Mora. 2. ed. 14. reimp. México: Fondo de Cultura Enocómica, 2002. 1237 p.
- WOLF, Eric R. *Antropologia e poder*. Contribuições de Eric R. Wolf. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Universidade Estadual de Campinas, 2003. 376 p.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 7-72.

OBRAS DE APOIO

- ALEXANDROPOULOS, Jacques. *Les monnaies de l'Afrique antique*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2004. 507 p.
- ASTIN, A. E. *Scipio Aemilianus*. Oxford: Oxford University Press, 1967. 374 p.
- AUBET, Maria Eugenia. *The Phoenicians and the West*. Politics, colonies, and trade. Tradução de Mary Turton. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 432 p.
- BADIAN, E. The treaty between Rome and the Achaean League. *The Journal of Roman Studies*, v. 42. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1952. p. 76-80.
- BADIAN, E. *Publicans and sinners*. Private enterprise in the service of the Roman Republic. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1983. 174 p.
- BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*. Volume 2 - A sourcebook. 6. imp. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 416 p.
- BELTRÃO, Cláudia. História e teoria política em Políbio. *Hélade*, v.3, n.2, 2002. p. 26-45. Disponível em: <http://www.heladeweb.net/N2%202002/claudia_beltrao.htm>. Acesso em: 25 set. 2009.

- BELTRÃO, Cláudia. Texto e tradução: considerações sobre a imagem polibiana da história romana. *Liber intellectus*, v.2, n.2, 2007. p. 2-15. Disponível em: <<http://www.liberintellectus.org/artigosv2/Beltrao.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2009.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins; SARAIVA, Maria Olívia de Quadros; LAGE, Celina Figueiredo. *Helleniká*. Introdução ao grego antigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 651 p.
- BRETONE, Mario. História do direito romano. *Nova Historia*, n. 36. Tradução de Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Editorial Estampa Lda, 1998. 381 p.
- BROUGHTON, T. Robert S. The magistrates of the Roman Republic, volume I: 509 BC – 100 BC. In: DE LACY, Phillip H (ed.). *Philological Monographs of the American Philological Association*, 15. 2. ed. Atlanta: Scholars Press, 1986. 578 p.
- BRUNET, Teresa Chapa. Models of interaction between Punic colonies and native Iberians: the funerary evidence. In: BALMUTH, Miriam S.; GILMAN, Antonio; PRADOS-TORREIRA, Lourdes (Ed.). Encounters and transformations: the archaeology of Iberia in transition. *Monographs in Mediterranean Archaeology*, 7. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997. p. 141-150.
- BURKERT, Walter. *Greek religion*. Tradução de John Raffan. Cambridge: Harvard University Press, 1985. 493 p.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Tradução de Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 2003. 168 p.
- CARCOPINO, Jérôme. À propos du traité de l'Èbre. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des inscriptions et belles-lettres*, v. 104, n. 1. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 1960. p. 341-346.
- CAVEN, Brian. *The Punic Wars*. London: Book Club Associates, 1980. 308 p.
- CECCHINI, Serena-Maria; AMADASI GUZZO, Maria-Giulia. La stele C.I.S. I,176. In: CARTHAGE ET SON TERRITOIRE DANS L'ANTIQUITE. Tome I. *Actes du IV^e Colloque International sur L'Histoire et L'Arqueologie de L'Afrique du Nord*. Strasburgo: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1990, p. 101-111.
- CHAMPION, Craige B. The Soteria at Delphi: Aetolian propaganda in the epigraphical record. *The American Journal of Philology*, v. 116. n. 2. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995. p. 213-220.

- CHAMPION, Craige B. Romans as Bababpoi: three Polybian speeches and the politics of cultural indeterminacy. *Classical Philology*, v. 95. n. 4. Chicago: The University of Chicago Press, 2000. p. 425-444.
- CHAMPION, Craige B.; ECKSTEIN, Arthur M. Introduction: The study of Roman imperialism. In: CHAMPION, Craige B. *Roman imperialism: readings and sources*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 1-15.
- CHARLES-PICARD, Gilbert; PICARD, Colette. *The life and death of Carthage*. Tradução de Dominique Collon. London: Sidgwick & Jackson, 1968. 362 p.
- CHARLES-PICARD, Gilbert; PICARD, Colette. *La vie quotidienne a Carthage au temps d'Hannibal (III^e siècle av. J.C.)*. 2. ed. Paris: Librairie Hachette, 1982. 300 p.
- CHASSIGNET, Martine. Notes complémentaires. In: CATON. Les origines (fragments). *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original, tradução e comentários de Martine Chassignet. 2 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2002. p. 57-106.
- CHASSIGNET, Martine. Notes complémentaires. In: L'annalistique romaine. Tome I. Les annales des Pontifes. L'annalistique ancienne (fragments). *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Martine Chassignet. 2 imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. 67-97.
- CLIFFORD, Richard J. Revisão de livro. The god-list in the treaty between Hannibal and Phillip V of Macedonia: a study in light of ancient Near Eastern treaty tradition by Michael L. Barré. *The Journal of Biblical Literature*, v. 104, n.3. Williston: The Society of Biblical Literature, 1985. p. 526-527.
- COLE, Thomas. The sources and composition of Polybius VI. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 13. n. 4. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1964. p. 440-486.
- CORNELL, T. J. *The beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000 – 264 BC)*. 2. imp. London: Routledge, 2001. 507 p.
- CRAWFORD, Michael. *The Roman Republic*. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1992. 240 p.
- DAVIDSON, James. The gaze in Polybius' Histories. *The Journal of Roman Studies*, v. 81. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1991. p. 10-24.
- DEROW, P. S. Polybius, Rome and the east. *The Journal of Roman Studies*, v. 69. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1979. p. 1-15.
- DIETRICH, B. C. *The origins of Greek religion*. 2 reimpr. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1974. 345 p.

- DRIDI, Hédi. Carthage et le monde punique. *Guide Belles Lettres des Civilisations*, 21. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 2006. 287 p.
- DUMÉZIL, Georges. *Archaic Roman religion*. Tradução de Philip Krapp. 3. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996. 2 v. 715 p.
- DVORNIK, Francis. The hellenization of Roman political theory. In: DVORNIK, Francis. *Early Christian and Byzantine political philosophy: origins and background*. Washington: Dumbarton Oaks Center for Byzantine Studies, trustees for Harvard University, 1966. p. 453-557.
- EDWARDS, H. J. Introduction. In: POLYBIUS. The histories. Books I-II. In: HENDERSON, Jeffrey; GOOLD, G. P. (ed.). *The Loeb Classical Library* (v. 128). Introdução de H. J. Edwards (v. 128). Estabelecimento do original e tradução de W. R. Paton. 8. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2000. p. vii-xvi.
- FERGUSON, W. S. Revisão de livro. DAUX, Georges. Delphes au II et I siècle, depuis l'abaissement de l'Étolie jusqu'à la paix romaine, 191-31 av J.-C. *The American Historical Review*, v. 43, n. 2. Washington: American Historical Association, 1938. p. 349-351.
- FINE, John Van Antwerp. Macedon, Illyria, and Rome, 220-219 B.C. *The Journal of Roman Studies*, v. 26. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1936. p. 24-39.
- FRIER, Bruce W. Libri annals pontificum maximorum: the origins of the annalistic tradition. *Papers and Monographs of the American Academy in Rome*, v. 27. 2. ed. 4. imp. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002. 345 p.
- GABBA, Emilio. True history and false history in Classical Antiquity. *The Journal of Roman Studies*, v. 71. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1981. p. 50-62.
- GARNSEY, Peter. Famine in Rome. In: GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C. R. (Ed.). Trade and famine in classical antiquity. *Cambridge Philological Society Supplementary*, v. 8. Cambridge: The Cambridge Philological Society, 1983. p. 56-65.
- GARNSEY, Peter. *Famine and food supply in the Graeco-Roman world. Responses to risk and crisis*. 4. imp. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 303 p.
- GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C. R. Introduction. In: GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C. R. (Ed.). Trade and famine in classical antiquity. *Cambridge*

- Philological Society Supplementary Volume, 8*. Cambridge: The Cambridge Philological Society, 1983. p. 1-5.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *Cannae*. London: Cassell & Co, 2001a. 200 p.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *The Punic wars*. London: Cassell & Co, 2001b. 412 p.
- GRECO, Emanuele. Archeologia della Magna Grecia. *Manuali Laterza, n. 29*. 6. ed. Milão: Editori Laterza, 2004. 398 p.
- GRIMAL, Pierre. *Le siècle des Scipions: Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. 2. ed. Paris: Éditions Aubier-Montagne, 1975. 414 p.
- GROSSBERG, Daniel. Revisão de livro. AMIT, Yairah. The Book of Judges: the art of editing. *Journal of the American Oriental Society, v. 116, n. 3*. Ann Arbor: American Oriental Society, 1996. p. 545-546.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Imperialismo greco-romano. In: JUNIOR, Benjamim Abdala e CAMPEDELLI, Samira Youssef (dir.). *Série Princípios, n. 124*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1987. 87 p.
- HAMMOND, N. G. L. Illyris, Rome and Macedon in 229-205 B.C. *The Journal of Roman Studies, v. 58*. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1968. p. 1-21.
- HARL, Kenneth W. *Coinage in the Roman economy: 300 BC to AD 700*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996. 533 p.
- HARRIS, William V. *War and imperialism in republican Rome: 327 – 70 BC*. Oxford: Clarendon Press, 1979. 293p.
- HOFF, Michael C.; ROTROFF, Susan I. (ed.). The Romanization of Athens. Proceedings of an international conference held at Lincoln, Nebraska (April 1996). *Oxbow Monograph, 94*. Oxford: Oxbow Books, 1997. 208 p.
- HOWATSON, M. C. *The Oxford companion to Classical literature*. 2. ed. 1. reimp. New York: Oxford University Press, 1997. 615 p.
- HURST, Henry. Excavations at Carthage, 1977-8. Fourth interim report. *The Antiquarian Journal, v. 59, part I*. London: The Society of Antiquaries of London, 1979. p. 19-49.
- HURST, Henry. Excavations at Carthage, The British Mission, v. II.1. The Circular Harbour, north side – The site and finds other than pottery. *British Academy Monographs in Archaeology, n. 4*. London: Oxford University Press, 1994. 335 p.
- JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga*. Política, economia e cultura. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. 102 p.

- JOLY, Fábio Duarte. Apresentação. In: JOLY, Fábio Duarte (org). *História e retórica. Ensaio sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007. p. 7-11.
- JONES, A. H. M. In eo solo dominium Populi Romani est vel Caesaris. *The Journal of Roman Studies*, v. 31. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1941. p. 26-31.
- JONES, Siân. *The archaeology of ethnicity*. Constructing identities in the past and present. Abingdon: Routledge, 1997. 180 p.
- KOCH, John T.; KARL, Raimund; MINARD, Antone; Ó FAOLÁIN, Simon. *An atlas for Celtic studies*. Archaeology and names in Ancient Europe and Early Medieval Ireland, Britain, and Brittany. Oxford: Oxford Books, 2007. 215 p.
- KURY, Mário da Gama. Introdução. In: POLÍBIOS. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 31-37.
- LANCEL, Serge. *Carthage*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1992. 525 p.
- LAZENBY, John F. *Hannibal's War*. Warminster: Aris & Phillips Ltd., 1978. 340 p.
- LAZENBY, John F. *The first Punic War*. London: University College London Press, 1996. 205 p.
- LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *An intermediate Greek-English lexicon (founded upon the seventh edition of Liddell and Scott's Greek-English lexicon)*. 7. ed. Oxford: Oxford University Press, 1993. 910 p.
- LIDDELL HART, B. H. *Scipio Africanus: Greater than Napoleon*. New York: Da Capo Press, 1994. 281 p.
- LONG, A. A. O estoicismo na tradição filosófica: Spinoza, Lipsius, Butler. In: INWOOD, Brad. (org.). *Os estóicos*. Tradução de Paulo Fernando Tadeu Ferreira; Raul Fiker. São Paulo: Odysseus Editora Ltda., 2006. p. 403-433.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. The western Phoenicians under the Roman Republic: integration and persistence. In: VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola (ed.). *Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic*. *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series*, 63. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2007. p. 103-125.
- MacBAIN, Bruce. Prodigy and expiation: a study in religion and politics in Republican Rome. *Collection Latomus*, v. 117. Bruxelles: Éditions Latomus, 1982. 140 p.

- MAGALHÃES, Luíz Otávio. Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico. In: JOLY, Fábio Duarte (org). *História e retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007. p. 13-43.
- MARCHETTI, Patrick. *Histoire économique et monétaire de la deuxième guerre punique*. Bruxelles: Palais des Académies, 1975. 538 p.
- MARÍAS, Julián. *História da filosofia*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 2004. 589 p.
- MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fábio Duarte (org). *História e retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007. p. 45-63.
- MATTINGLY, H.; ROBINSON, E. S. G. *The date of the Roman denarius and other landmarks in early Roman coinage*. 2. reimp. Chicago: Obol International, 1974. p. 3-58.
- MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1988. 87 p.
- MILLAR, Fergus. The political character of the classical Roman Republic, 200-151 B.C. *The Journal of Roman Studies*, v. 74. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1984. p. 1-19.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Alien wisdom*. 5. imp. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 176 p.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004. 227 p.
- MOMMSEN, Theodore. *The history of Rome, Book IV*. London: Richard Bentley, 1894. 262 p. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/etext/10706>. Acesso em: agosto 2009.
- MOREL, Jean-Paul. Études de céramique campanienne I: L'atelier des petites estampilles. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire – École Française de Rome*, v. 81. Paris: E. de Boccard, 1969. p. 59-117.
- MOREL, Jean-Paul. Nouvelles données sur le commerce de Carthage punique entre le VIIe et le IIe siècle avant J.-C. In: CARTHAGE ET SON TERRITOIRE DANS L'ANTIQUITE. Tome I. *Actes du IV^e Colloque International sur L'Histoire et L'Arqueologie de L'Afrique du Nord*. Strasburgo: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1990, p. 67-100.

- MORLEY, Neville. The transformation of Italy, 225-28 B.C. *The Journal of Roman Studies*, v. 91. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2001. p. 50-62.
- NORTH, J. A. The development of Roman imperialism. *The Journal of Roman Studies*, v. 71. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1981. p. 1-9.
- ORRIEUX, Claude; PANTEL, Pauline Schmitt. *Histoire grecque*. 2. imp. Paris: Quadrige-Puf, 2004. 499 p.
- PALMER, Robert E. A. Rome and Carthage at peace. *Historia: Einzelschriften*, n. 113. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997. 152 p.
- PATTERSON, Helen; DI GIUSEPPE, Helga; WITCHER, Rob. Three South Etrurian ‘crisis’: first results of the Tiber Valley Project. *Papers of the British School at Rome*, v. 72. London: The British School at Rome, 2004. p. 1-36.
- PÉDECH, Paul. Introduction. In: POLYBE. Histoires. Tome I. Livre I. *Collection des Universités de France*. Introdução geral, Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. ix-lxx.
- PEREIRA, Isidro. *Dicionário grego-português e português-grego*. 8. ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998. 1054 p.
- PERSEUS. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/>>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- POLLIACK, Meira. Revisão de livro. AMIT, Yairah. The Book of Judges: the art of editing. *Vetus Testamentum*, v. 45, n. 3. Leiden: Brill, 1995. p. 392-398.
- POTTER, T. W. *The changing landscape of South Etruria*. London: Paul Elek Limited, 1979. 184 p.
- PRAG, Jonathan R. W. Poenus plane est – but who where the ‘Punickes’? *Papers of the British School at Rome*, v. 74. London: The British School at Rome, 2006. p. 1-37.
- PRICE, Simon; KEARN, Emily. *The Oxford dictionary of classical myth and religion*. 2 imp. New York: Oxford University Press, 2004. 599 p.
- RAKOB, Friedrich. La Carthage archaïque. In: CARTHAGE ET SON TERRITOIRE DANS L’ANTIQUITE. Tome I. *Actes du IV^e Colloque International sur L’Histoire et L’Arqueologie de L’Afrique du Nord*. Strasburgo: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1990, p. 31-43.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga. Volume III: Os sistemas da era helenística*. Tradução de Marcelo Perine. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 475 p.

- RICH, John. The origins of the Second Punic War. In: CORNELL, Tim; RANKOV, Boris; SABIN, Philip. (Ed.). *The Second Punic War: a reappraisal. Bulletin of the Institute of Classical Studies, suppl. 67*. London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 1996. p. 1-37.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993. 1297 p.
- SCHALKWIJK, Francisco Leonardo. *Coinê. Pequena gramática do grego neotestamentário*. 9. ed. Patrocínio: Editora CEIBEL, 2004. 203 p.
- SCHEIDEL, Walter. Human mobility in Roman Italy, 1: the free population. *The Journal of Roman Studies*, v. 94. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2004. p. 1-26.
- SCHILLING, Robert. La religion romaine de Vénus : depuis des origines jusqu'au temps d'Auguste. *Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, f. 178*. Paris: Éditions de Boccard, 1954. 442 p.
- SERRATI, John. Neptunes's altars: the treaties between Rome and Carthage (509-226 B.C.). *Classical Quarterly*, v. 56, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 113-134.
- SILVA, Gilvan Ventura; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (org.). *As identidades no tempo. Ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006. 371 p.
- SCHOFIELD, Malcolm. Ética estóica. In: INWOOD, Brad. (org.). *Os estóicos*. Tradução de Paulo Fernando Tadeu Ferreira; Raul Fiker. São Paulo: Odysseus Editora Ltda., 2006. p. 259-284.
- SCULLARD, H. H. *Scipio Africanus: soldier and politician*. New York: Cornell University Press, 1970. 299 p.
- SMITH, William. *A new classical dictionary of Greek and Roman biography, mythology and geography*. Revisão de Charles Anthon. New York: Harper & Brothers, Publishers, 1851. 1039 p.
- SMITH, William (ed.). *Dictionary of Greek and Roman antiquities*. 2. ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1870. 1298 p. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/pageviewer-idx?c=moa&cc=moa&idno=ac14256.0001.001&q1=dictionary+of+greek+and+roman&frm=frameset&view=pdf&seq=43>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

- STARKS, Jr., John H. The transference of Punic stereotypes in the Aeneid. *The Classical Journal*, v. 94, n.3. Northfield: The Classical Association of the Middle West and South, 1999. p. 255-283.
- SZEMLER, C. J. The priests of the Roman Republic. *Collection Latomus*, v. 127. Bruxelles: Éditions Latomus, 1972. 224 p.
- TALBERT, Richard J. A. (ed.). *Barrington Atlas of the Greek and Roman world*. Oxford: Princeton University Press, 2000a.
- TALBERT, Richard J. A. (ed.). *Barrington Atlas of the Greek and Roman world*. Map by map directory. Oxford: Princeton University Press, 2000b. 2 v.
- THOMPSON, Dorothy Burr. *The Athenian Agora, an ancient shopping center*. Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1986.
- TORELLI, Mario. *Studies in the Romanization of Italy*. Tradução e edição de Helena Fracchia e Maurizio Gualtieri. Edmonton: The University of Alberta Press, 1995. 262 p.
- VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola (ed.). Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic. *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series*, 63. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2007. 144 p.
- VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola. Introduction: local cultures and the expanding Roman Republic. In: VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola (ed.). Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic. *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series*, 63. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2007. p. 7-12.
- VEYNE, Paul. A helenização de Roma e a problemática das aculturações. *Diógenes*, n. 3. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 105-125.
- WALBANK, Frank William. Polybius and Rome's eastern policy. *The Journal of Roman Studies*, v. 53. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1963. p. 1-13.
- WALBANK, Frank William. Political morality and the friends of Scipio. *The Journal of Roman Studies*, v. 55. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1965. p. 1-16.
- WALBANK, Frank William. Polybius. *Sather Classical Lectures*, 42. 3. imp. Berkeley: University of California Press, 1990. 201 p.

- WARMINGTON, E. H. Introduction. In: REMAINS OF OLD LATIN I. Ennius. Caecilius. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library* (v. 294). Introdução, edição e tradução de E. H. Warmington. 7. Imp. Cambridge: Harvard University Press, 2006. p. vii-xxxiii.
- WEIL, R. Notice. In : POLYBE. Histoires. Tome VII. Livres VII-IX. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de R. Weil. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003a. p. 1-44.
- WEIL, R. Notes complémentaires. In : POLYBE. Histoires. Tome VII. Livres VII-IX. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de R. Weil. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003b. p. 145-159.

ANEXO

OBSERVAÇÕES SOBRE CERTAS PASSAGENS DAS *HISTÓRIAS* TRADUZIDAS
PARA O PORTUGUÊS

ANEXO

OBSERVAÇÕES SOBRE CERTAS PASSAGENS DAS *HISTÓRIAS*
TRADUZIDAS PARA O PORTUGUÊS

INTRODUÇÃO

Nota 9: “)Annibiako/n” (*Hannibiakón*), adjetivo de “)Anni/baj” (*Hanníbas*), “Aníbal”. Paton traduz por “Guerra Anibálica” e Pédech por “Guerra de Aníbal”.

Nota 10: Nesse caso, optamos pela tradução de Pédech, “conquista universal”, em detrimento da de Paton, “agressão universal”, pois, no original lê-se “kuriw/taton” (*kyriótaton*), um superlativo de “ku/rioj” (*kýrios*), “senhor”, “mestre”, no acusativo singular.

CAPÍTULO I

Nota 38: O termo usado por Políbio é “pragmatei/aj” (*pragmatéias*). Paton, nesta passagem traduz o termo por “história sistemática” e Pédech por “obra”. Ficamos aqui com a tradução que Paton dá ao termo, por ser a mais literal.

Nota 68: Por exemplo, em I,1.4 e I,3.5, “pragmatei/aj”, no genitivo singular. Ocorrem freqüentemente, como em (I,2.8), os termos “pragmatikh/ i(stori/a” (*pragmatiké historía*), literalmente “história das ações”, mas que pode ser traduzido por “história dos homens de ação”, “história dos políticos”, ou, como traduz Walbank, e também Pédech (apesar de não nesse caso), “história política” (Walbank, 1990, p. 56-58; Pédech, 2003, p. xxi). No caso citado, os termos estão no genitivo singular.

Nota 69: A passagem é, no original: “Dio\ kai\ th\n a)rxh\n th~j au(tw=n pragmatei/aj a)po\ tou/twn pepoih/meqa tw=n

kairw=n”. “Dio\” (“*dío*”) é uma conjunção, “por isso”; “kai\” (“*kai*”) é outra conjunção, “e” ou “também”; “th\ n a)rxh\ n” (“*ten arxén*”) estão no acusativo singular, “o início”; “au(tw=n” (“*auton*”) é um genitivo plural, “deles”; “th~j pragmatei/aj” (“*tes pragmatéias*”) estão no genitivo singular, “da história sistemática”; “a)po\” (“*apó*”) é uma preposição que denota origem, “[partindo; a partir] de”; “tou/twn” (“*tóuton*”) é um pronome demonstrativo no genitivo plural, “desses”; “pepoi h/meqa” (“*pepoiémetha*”) é o perfeito do indicativo do verbo “poie/w” (“*poiéo*”), “fazer”; e “tw=n kairw=n” (“*ton kairon*”) estão no genitivo plural, “dos tempos”. Na ordem direta, fica: “Kai\ dio\ pepoi h/meqa th\ n a)rxh\ n th~j pragmatei/aj au(tw=n a)po\ tou/twn tw=n kairw=n”, ou, traduzindo literalmente, “Também por isso fizemos o início da história sistemática deles [os Estados em questão] a partir desses tempos [ou dessa data]”. Na tradução de Paton a passagem está escrita da forma como transcrevemos no texto da dissertação: “[...] E essa é a razão para eu começar a *sua história sistemática* a partir dessa data”. Na de Pédech, lê-se: “[...] Também fixei a essa data o ponto de partida de *minha obra*” (os termos em itálico foram postos por nós, para enfatizar as diferenças na tradução). Pédech, portanto, não traduz “*pragmatéias*” literalmente, nesse caso, apesar de o fazer em outros. De forma essencial, Paton enfatiza a ligação que Políbio faz, no texto, do início de sua obra com o primeiro momento em que a história dos Estados aos quais se refere (“[...] sua história sistemática [...]”) se encontra ligada, ligação fundamental para o motivo de Políbio escrever as “Histórias”, que considera “de todo o mundo habitado”, conforme já comentamos. Pédech traduz a passagem como se Políbio estivesse relacionando o início das “Histórias” apenas ao ano de 220 a.C.

Nota 90: No original, o termo está no genitivo singular, “sunta/cewj” (“*syntákseos*”). Paton traduz por “trabalho” e Pédech por “obra”, concordando ambos, portanto, em não traduzir o termo por “história”. É interessante notar que os dicionários definem o verbete “*sýntaksis*” por “organização”, “arranjo”, “composição”, “obra”, “tratado”, mas também, na acepção de Aristóteles, como “tratado sistemático”. Provavelmente, essa última acepção está ligada aos estudos etnográficos, filológicos, biográficos, filosóficos ou sobre a natureza, estudos feitos em ordem sistemática, não necessariamente cronológicos, portanto, não históricos, no sentido que se diferenciam, segundo Momigliano, os estudos antiquários (realizados pelos eruditos e filólogos antigos) dos estudos de história política (Momigliano, 2004, p. 95, 100-101, 115).

Devemos nos lembrar, ainda segundo Momigliano, que a “Política”, de Aristóteles, não é uma obra histórica, mas de estudo sistemático e empírico (Momigliano, 2004, p. 95, 97-98).

Nota 108: No texto em grego lê-se “Libu/hn” (“*Libýen*”), acusativo singular do nominativo feminino “Li=bu/h” (“*Libýe*”), “Líbia”, referente ao que conhecemos hoje como a porção da África que se estende desde a Líbia até o Marrocos. Paton opta por traduzir na forma literal, enquanto Foucault traduz por “África”. A tradução se mantém dessa forma em todos os casos onde ocorre “Li=bu/h” (“*Libýe*”), ou seus cognatos, nas edições francesas, enquanto que na edição em inglês a tradução varia entre Líbia e África. Optamos por manter o termo de Políbio, “Líbia”.

Nota 109: Políbio escreve Ibhri/an (“*Iberían*”), acusativo singular do nominativo Ibh/rih (“*Ibérie*”), “Ibéria”, aproximadamente a atual Espanha. Todas as traduções usam o termo “Espanha”. Escolhemos a tradução “Ibéria”, o topônimo usado por Políbio, evitando anacronismos.

Nota 110: Políbio escreve Galati/an (“*Galatian*”), acusativo singular do nominativo Galatih^ (“*Galatiê*”), “Galátia”, a atual França. Tanto as edições em francês quanto a em inglês traduzem o termo e seus cognatos por “Gália”. Mantivemos o termo “Gália”, derivado do latino, mais conhecido.

Nota 112: “ 0Annibiako/n” (“*Hannibiakón*”), adjetivo de “)Anni/baj” (“*Hanníbas*”), “Aníbal”. Paton traduz por “Anibálica” e Pédech por “de Aníbal”.

Nota 115: Da mesma forma que para a lacuna, mantivemos a versão de Pédech para o intervalo sobrevivente dos manuscritos, e nossas razões são dadas a seguir. A primeira parte do trecho em questão é semelhante em ambas as versões. Porém, a continuação, na tradução de Paton, é “[...] quase a totalidade do mundo [...]”, e na de Pédech, “[...] a totalidade do mundo habitado [...]”. Nos textos estabelecidos em grego em ambas as edições, lê-se, para o intervalo em questão: “[...] sxedo\n de\ pa~van pepoihme/noi th/n oi0koume/nhn u9ph/koon au9toi~j [...]”. Para nós interessa, nesse caso, as palavras “[...] sxedo\n [...] pa~van [...] th/n oi0koume/nhn [...]”. sxedo\n (“*sxedón*”) é um advérbio, significando “quase”,

“próximo”. $\text{pa}\sim\text{van}$ (“*pasan*”) é o acusativo singular de $\text{pa}\sim\text{v}$ (“*pas*”), “todo”, neste caso significando “o total”, “a totalidade”. $\text{th}/\text{n oi}0\text{koume}/\text{nhn}$ (“*tén oikoyménen*”) estão no acusativo singular, sendo que no nominativo são $\text{h}/\text{ oi}0\text{koume}/\text{nh}$ (“*e oykouméne*”), “o mundo habitado”. Portanto, a expressão significa “[...] quase a totalidade do mundo habitado [...]”. Pédech não incluiu o termo “quase” e Paton desconsiderou que *oikoyméne* traduz-se por “mundo habitado”, por exprimir o mundo grego, helenizado. Porém, tanto Pédech como Paton variam em sua tradução do termo *oikouméne* em outras passagens: por exemplo, Paton e Pédech, em (I,1.5), o traduzem por “mundo habitado”, e ambos traduzem-no por “mundo” em (I,3.3).

Nota 118: O texto em grego apresenta a expressão “[...] $\text{e)n de}\ \text{toi}\sim\text{j kata}\ \text{th}/\text{n })\text{Itali}/\text{an kai}\ \text{Lubu}\ \text{hn to}/\text{poi}\text{j o}(\ \text{susta}\ \text{j} (\text{Rwmai}/\text{oi}\text{j kai}\ \text{Karxhdoni}/\text{oi}\text{j } [[\dots]$ ”. A nós interessa os termos “ $\text{e)n } [\dots]$ $\text{to}/\text{poi}\text{j } [\dots]$ $\text{susta}\ \text{j } [\dots]$ ”. “ e)n ” (“*én*”) é uma preposição utilizada com o caso dativo, traduzida por “em”, “dentro”; “ $\text{to}/\text{poi}\text{j}$ ” (“*tópois*”) é o dativo plural de “ to/poj ” (“*tópos*”), “lugar”; e “ $\text{susta}\ \text{j}$ ” (“*sistás*”) significa “ajuntado”, “associado”, “unido”. Pode-se traduzir o trecho, portanto, por “nos locais associados”, ou “nos locais adjacentes”. Pédech não incluiu essa passagem em sua tradução.

CAPÍTULO II

Nota 54: Os termos em grego são $\text{pro}/\text{j Pu}/\text{rron}$ (*prós Pýrron*), “contra Pirro”. Pro/j é uma preposição, que com acusativo, como é o caso, junto com um substantivo indicando lugar ou pessoa – nesse caso pessoa – significa “contra”. Paton traduz erroneamente como “Se eles fazem uma aliança *com* Pirro [...]” (grifos nossos). Mantemos a tradução de Foucault.